

DILSON JOSÉ DE QUADROS MARTINS

**A FORMULAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DO ESPORTE NO
ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1987 E 2004**

Dissertação de Mestrado defendida
como pré-requisito para a obtenção do
título de Mestre em Educação Física, no
Departamento de Educação Física,
Setor de Ciências Biológicas da
Universidade Federal do Paraná.

DILSON JOSÉ DE QUADROS MARTINS

**A FORMULAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS NO CAMPO DO ESPORTE NO ESTADO DO
PARANÁ ENTRE 1987 E 2004**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Jr.

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado às pessoas que dão um sentido muito especial à minha vida. Ao meu adorado pai, João Gilberto Martins (*in memoriam*), minha querida mãe, Lucrécia Rosélis de Quadros Martins, aos meus irmãos Dalton Luiz de Quadros Martins e Marcelo Martins (*in memoriam*), todos os meus familiares, e à Micheli.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor de todas as vontades.

Aos professores e colegas de trabalho, que no cotidiano da instituição e da sua atuação têm, no esporte, a satisfação e o grande desafio de fazer do Estado do Paraná um lugar sempre melhor para todos: Maria Zuleica Lopes Koritiak, Mauro Cachel, Cristiano Barros Homem D'El Rei, Francisco Paulo Trautwein, Jacqueline Alberge Ribas, Aurea Ramos Oliveira, Paulo Marcos Schimitt e Dirceu Ramiro de Assis. De forma especial a minha gratidão aos professores Luiz Fernando Cordeiro, com quem pude dar formas mais definitivas à minha atuação profissional, e José Alberto de Campos, pelo aprendizado constante, apoio e amizade. Aos funcionários da Diretoria de Administração e Finanças da Paraná Esporte, que possibilitam transformar as idéias em realização. À Andressa Gonçalves dos Santos e à Edicléia Lopes. A todos os funcionários da Paraná Esporte.

Aos professores Belmiro Valverde Jobim Castor e Maurício Serva, do curso de mestrado em Administração da UFPR, pela postura dedicada, respeitosa e profissional demonstrada, tendo deixado lições que extrapolam o conhecimento acadêmico, e cumprem o papel de aprendizado para a vida.

Aos professores Ademir Gebara e Fernando Marinho Mezzadri, pela leitura, considerações e ricas sugestões dadas em relação ao texto desenvolvido, que foram fundamentais ao cumprimento dos propósitos estabelecidos.

Aos professores Fernando Renato Cavichioli e Cristina de Medeiros pela paciência e colaboração na leitura prévia do texto e apresentação de sugestões aos caminhos que poderiam ser trilhados.

Aos colegas alunos da primeira turma de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná: Andréa Lúcia Sérgio Bertoldi, Angela Maria Ruffo, Cristine Maria Weidle, Gilmar Afonso, Julimar Luiz Pereira, Katia Bortolotti Marchi, Keith Mary Sato, Luiz Piekarczyewcz, Márcia Regina Walter, Maurício Darlei Lissa, Renata Teixeira Mamus, Ricardo Antonio Tanhoffer, Rosângela Campos, Ruy Girardello, Sérgio Luiz Ferreira Andrade, Terezinha Gomes Faria e Vilma da Cruz Brum.

Aos professores André Luiz Félix Rodacki e Iverson Ladewig, coordenador e vice-coordenador do programa de pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Também aos funcionários e aos membros do colegiado do curso.

Agradeço a receptividade dos funcionários e da coordenação da pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná. Pelos ricos momentos acadêmicos vividos na minha participação em algumas disciplinas, agradeço também aos alunos e colegas do referido curso.

Ao Paulo Roberto de Oliveira, João Bosco da Silva, Doralice Rodrigues Lopes e toda a equipe que criou a Secretaria Especial de Esportes e a Fundação de Esportes do Paraná, e de forma muito especial ao Edson Gradia, por todas as oportunidades e possibilidades de trabalho e aprendizado.

Foi fundamental o apoio dado pelos amigos e funcionários da Paraná Esporte, Marcos Tocafundo, Ney Fernando Galliano Daros e Fernando Sanches, somado ao empenho da Claudia Elaine Bartrina Bagó, na formalização da dispensa para que eu pudesse frequentar o curso.

À amiga Lyslane Costa e ao Ricardo Augusto Cunha Smijtink pelo inesquecível apoio, incentivo e reconhecimento da importância da minha participação do programa de mestrado.

À Elizabeth Rocha Krüger e Rosina Maria Zetola Galina, pelo constante incentivo e apoio aos estudos.

Aos amigos da banda Los Cuervos, responsáveis por momentos musicais de grande amizade e convívio, o meu agradecimento pela compreensão ao necessário afastamento em algumas ocasiões, por conta do meu envolvimento nos estudos: Cristiano, Jefferson Ferraz, Giovanni Branco e Gardenni Branco.

Ao Ricardo Gomyde, Clóvis Costa, João Arruda Jr., Joaquim Portes, pela confiança depositada no meu trabalho.

Não poderia deixar de apresentar o meu sincero agradecimento às pessoas que construíram ricas fontes de pesquisa ao terem, cordial e prontamente, recebido e respondido ao convite para as entrevistas: Edson Gradia, Yara Maria Küster, Silvia Julia Motta Carvalho, José Alberto de Campos, Vicente Piazza Filho, Ubiratan Martins Junior, Mauro João Cachel e João José de Arruda Jr.. Também ao Marcos Tocafundo e Ney Fernando Galliano Daros, pelas informações e declarações.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu orientador, professor Wanderley Marchi Jr., da Universidade Federal do Paraná, por também ter oportunizado o meu ingresso no mestrado, depositando confiança no relacionamento acadêmico que estaríamos por iniciar, e que se desenvolveu envolto pelo sentimento de uma amizade construída e fortalecida, dia após dia, deixando por fim a grande admiração e respeito ao exemplo de dedicação e compromisso profissional, demonstrados no minucioso trabalho de orientação.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	01
INTRODUÇÃO	02
CAPÍTULO 1	
SOBRE A TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU	22
CAPÍTULO 2	
2.1. A EVOLUÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE NO CENÁRIO NACIONAL	33
2.2. A ECONOMIA PARANAENSE DOS ANOS OITENTA E NOVENTA	37
2.3. O GOVERNO ALVARO DIAS - 1987 a 1990	45
CAPÍTULO 3	
O PRIMEIRO GOVERNO ROBERTO REQUIÃO – 1991 a 1994.....	99
CAPÍTULO 4	
O PRIMEIRO GOVERNO JAIME LERNER – 1995 a 1998.....	108
CAPÍTULO 5	
O SEGUNDO GOVERNO JAIME LERNER – 1999 a 2002.....	144
CAPÍTULO 6	
O SEGUNDO GOVERNO ROBERTO REQUIÃO – 2003 e 2004	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	208
ANEXOS	213

LISTA DE SIGLAS

ADEMP	- Associação dos Dirigentes Esportivos dos Municípios do Paraná
AMETUR	- Autarquia Municipal de Esporte e Turismo (de Londrina)
APAE	- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASUFEPAR	- Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná
BANESTADO	- Banco do Estado do Paraná
CBDU	- Confederação Brasileira de Desportos Universitários
CBF	- Confederação Brasileira de Futebol
CBG	- Confederação Brasileira de Ginástica
CCE	- Centro de Capacitação Esportiva
CEDID	- Centro de Informação e Documentação
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
CEIVO	- Comissão de Estudos e Implantação da Vila Olímpica do Paraná
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
CND	- Conselho Nacional de Desportos
COBRAF	- Confederação Brasileira de Árbitros de Futebol
CODEPAR	- Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
CRD's	- Conselhos Regionais de Desportos
CRE	- Centro Regional de Esportes
CREL	- Centro Regional de Esporte e Lazer
DECOM	- Departamento de Compras (do Estado do Paraná)
DER-PR	- Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná
DETRAN-PR	- Departamento de Trânsito (do Paraná)
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
EPT	- Esporte para Todos
FAP	- Federação de Atletismo do Paraná
FAEFIJA	- Faculdade de Educação Física de Jacarezinho
FDP	- Federação Desportiva Paranaense
FEP	- Fundação de Esportes do Paraná
FESP	- Fundação de Esportes
FESTUR	- Fundação de Esporte e Turismo
FPDU	- Federação Paranaense de Desportos Universitários
FUNDEPAR	- Fundação Educacional do Paraná
FUNPAR	- Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura
GRD	- Ginástica Rítmica Desportiva
IBDD	- Instituto Brasileiro de Direito Desportivo
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IES	- Instituições de Ensino Superior
ILECE	- Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais
INDESP	- Instituto Nacional de Desenvolvimento dos Esportes
IPD	- Instituto Paraná Desenvolvimento
JAP'S	- Jogos Abertos do Paraná
JMN	- Jogos Mundiais da Natureza
JOCOP'S	- Jogos Colegiais do Paraná
JOJUP'S	- Jogos da Juventude do Paraná

LOTOPAR	- Loterias do Paraná
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	- Partido Progressista Brasileiro
Pr	- Paraná
PRAM	- Programa de Ação Municipal
PRES	- Paraná Esporte
PT	- Partido dos Trabalhadores
PUC	- Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RJ	- Rio de Janeiro
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
RPC	- Rede Paranaense de Comunicação
RS	- Rio Grande do Sul
SECE	- Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte
SEE	- Secretaria Especial de Esportes
SEET	- Secretaria Especial de Esportes
SESC-PR	- Serviço Social do Comércio do Paraná
SETUR	- Secretaria de Estado do Esporte e Turismo
SIBRADID	- Sistema Brasileiro de Informação e Documentação
SP	- São Paulo
UE	- Universidade do Esporte
UEL	- Universidade Estadual de Londrina
UEM	- Universidade Estadual de Maringá
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UGF	- Universidade Gama Filho
UNOPAR/FEFI	- Universidade Norte do Paraná/Faculdade de Educação Física
UNESCO	- <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UPT	- Universidade Popular do Trabalho
USP	- Universidade de São Paulo
ZOOP	- <i>Ziel Orientierte Projekt Planung</i> (Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos)

RESUMO

A problemática central desta investigação é compreender como e qual tem sido a participação governamental no desenvolvimento esportivo no Paraná, um estado colonizado por diversas etnias que compõem uma população rica em diversidade nas características socioeconômicas e culturais. Serão inventariadas as propostas governamentais apresentadas para o campo esportivo e os seus conteúdos no período compreendido entre 1987 e 2004, tratando do esporte inserido em processo evolutivo marcado por tendências que nos mostram a prática esportiva e recreativa apresentada sob múltiplas possibilidades. A partir de análise sociológica dos dados levantados, procuraremos identificar as forças e os mecanismos adotados pelos agentes dos diversos segmentos do campo esportivo, interdependentes nas decisões sobre as políticas governamentais, sendo analisado o fluxo e desdobramento de determinados fatos relativos ao tema. Esta pesquisa, através da qual procuramos contribuir para que as futuras políticas públicas para o esporte, o lazer e a atividade física apresentem resultados significativos para a sociedade, focaliza a atenção no papel desempenhado pelo Estado na configuração em questão, tendo como hipótese o entendimento de que o esporte nacional tem evoluído cristalizando e institucionalizando contradições e ambigüidades, com repercussão imediata, midiática e de longo prazo em todos os níveis e esferas da atuação governamental.

Palavras Chave: Política Pública; Campo Esportivo; Paraná.

ABSTRACT

The problem central to this study is the understanding of how and what has been the participation of the government in the development of sport in Paraná, a State settled by people of diverse ethnic origins that comprise a richly diversified population in their social, economic and cultural characteristics. An inventory will be made of the governmental proposals put forward relating the sporting world and their contents during the period ranging from 1987 to 2004, dealing with sport within an evolutive process marked by trends that show us multiple possibilities of sporting and recreational practices. Based on the sociological analysis of the data obtained, we have sought to identify the forces and the mechanisms adopted by the agents of the diverse segments of the sporting world, interdependent on decisions regarding government policies, with analysis of the flow and unfolding of certain facts relating to the theme. This study, by means of which we seek to contribute towards future public policies for sport, leisure and physical activity presenting significant results for society, focuses its attention on the role played by the State in the configuration under discussion, taking as a hypothesis the understanding that national sport has envolved crystallizing and institutionalizing contradictions and ambiguities, with repercussion that is both immediate, attracts mass media coverage as well as being long term at all levels and spheres of governmental activity.

Key words: Public Policy; Sporting World; State of Paraná.

INTRODUÇÃO

No contexto das transformações do mundo, o esporte contemporâneo, marcado por mudanças de conceito, formas de consumo e estilos de prática, atento cada vez mais às adequações necessárias ao deleite do consumidor, assume importante papel na sociedade pela crescente aproximação ao cotidiano das pessoas.

É notável a série de benefícios e possibilidades que a prática esportiva oferece àqueles que com ele tem ou tiveram algum tipo de envolvimento.

Como a grande maioria dos jovens e adolescentes brasileiros, o meu primeiro contato com o esporte ocorreu com o futebol.

Mais precisamente nas divertidas e suadas correrias dos bate-bola realizados depois da aula, após fazer a lição da escola, com os amigos da rua (e outros que moravam no mesmo bairro ou nas imediações), num terreno vazio, geralmente desnivelado e cheio de buracos, delimitado por traves improvisadas, perigosamente construídas com pedaços de pau.

Eu não imaginava que àquela altura, meados da década de 70, a minha incursão no universo esportivo, desprovida de maiores compromissos, tomaria o rumo da profissionalização, em busca da compreensão do fenômeno esportivo e a sua inserção na sociedade.

Não tenho lembrança das aulas formais de educação física ou de qualquer tipo de atividade física e esportiva ofertadas na escola pública do 1º Grau onde estudei, exceto pela divertida informalidade dos jogos e brincadeiras nos recreios barulhentos, porém nada que pudesse ter apagado a imagem do futebol jogado na rua com meus colegas de infância.

O esporte tomou outra dimensão pela oportunidade que tive de ingressar em um estabelecimento de ensino particular. Tendo saído de uma escola pública, deparei-me com uma estrutura esportiva totalmente diferente da anterior, e que se parecia com um grande clube. A acessibilidade às práticas esportivas, seja nas aulas de educação física, nas atividades complementares ou na simples informalidade, era a principal característica e o diferencial do colégio.

Decorrente da diversidade em opções e o estímulo à participação, a maior parte do meu tempo de adolescência se passou naquele colégio, sempre levado pela motivação e satisfação pessoal.

A minha predileção pelo futebol prosseguia, porém sucessivamente dividindo espaço com outras práticas como o futsal, o handebol, as poucas aulas de esgrima, a dedicação à natação e as divertidas partidas de tênis de mesa (naquela época simplesmente ping-pong).

Não tenho dúvida da importância da ginástica olímpica em minha vida esportiva e pessoal. Para todas as aulas, conduzidas e mediadas de forma exemplar por um dos professores de Educação Física do colégio, dispúnhamos das melhores instalações e dos equipamentos mais modernos e adequados. A ginástica olímpica exigiu maior atenção e esforço durante a minha adolescência. Não disputávamos competições externas, com outros colégios, escolas ou clubes, nem saíamos em viagem para participar de eventos ou competições em outras cidades, mas conquistei, com os colegas dessa modalidade, uma relativa posição de destaque na instituição perante os demais alunos.

É certo que o investimento na cultura e vivência esportiva a partir das múltiplas possibilidades foram fundamentais para a minha formação. Foi esse “grande clube” e colégio, por intermédio dos professores e colegas, que talhou a minha vida esportiva.

Naquele tempo, com aproximadamente 13 anos de idade, fui convidado por alguns amigos a conhecer uma pequena pista de *skate*. Sem nunca ter “andado” de *skate*, me envolvi com um esporte novo e diferente, gerador da maior das emoções e sensações. Diversão com o esporte *por puro esporte* (lembro-me que falávamos de “praticar por esporte” quando queríamos demonstrar o interesse em praticar exclusivamente por praticar, sem maiores pretensões). Praticar o *skatismo* sem outras pretensões – era o que fazíamos sem qualquer complicação e intervenção profissional. Em todas as horas livres do dia, qualquer espaço era sempre um bom espaço e as ruas eram o nossa quadra esportiva. Tínhamos, nesse sentido, um ginásio em cada rua.

Foi assim que aquele reduzido grupo de *skatistas* de Londrina, conquistou espaço nobre, em um clube elitizado da cidade para a instalação de um *half-pipe*. Construímos por nós mesmos o meio tubo todo em madeira e conquistamos, desta forma, acesso livre ao clube. Em decorrência das poucas vezes que impediram nossa entrada, por uma ou outra

razão, demos um jeito de não perder o dia sem andar naquele *half*. E assim passamos alguns anos da nossa adolescência. Um ir e vir com o *skate* por todos os cantos da cidade, procurando as melhores ruas, as melhores rampas, a melhor diversão.

Éramos convidados para fazer apresentações e participar de competições de *free-style* (estilo livre) nas *discotecas* de pequenas cidades da região. Por se tratar de uma modalidade diferente, radical e desprendida dos padrões estabelecidos, nos distinguíamos pelo esporte que praticávamos, seja pela inovação esportiva à qual estávamos ligados, ou pela forma marginal como éramos vistos pelas pessoas - jovens “malucos” e sem juízo, considerando que fazíamos parte da primeira geração de *skatistas* do Brasil, um esporte não reconhecido pela sociedade na época.

Mais tarde, indo residir em Florianópolis, novas oportunidade surgiram, quando pela primeira vez participei de um campeonato, como amador - foi o 1º Campeonato Catarinense de *Skate* em Pista (realizado em uma pista instalada também no interior do maior e mais rico clube da cidade de Florianópolis - e do qual eu e a maioria dos demais *skatistas* não éramos sócios). Tendo obtido colocações sem maior destaque nas diversas “baterias” e categorias daquela competição, foi no 2º Campeonato Catarinense de *Skate* em Pista, realizado no ano seguinte, na cidade de Tubarão em Santa Catarina, com o acompanhamento dos meus pais, que obtive o surpreendente segundo lugar na categoria juvenil.

O que chama a minha atenção hoje, visto à distância desses anos passados, e refletindo sobre o esporte na sociedade, é o fato desta ter sido a primeira vez que eu “ande” em uma pista de *skate* pública, o que me faz pensar que, também pela primeira vez, algum governo teria contribuído para o meu esporte predileto. Não tenho lembranças ou conhecimento sobre qualquer participação do Estado em toda a minha vida esportiva, senão naquela oportunidade (ainda que nesse momento não possa afirmar que aquela pista havia sido construída ou era simplesmente administrada pela Prefeitura da cidade, tampouco que ela ainda exista).

Daí para o *surf* imaginava que seria só mudar o tamanho da prancha, tirar as rodinhas e cair no mar. Foi o que aconteceu, numa adaptação até hoje muito mal resolvida, haja visto que entrei, no início da década de 80, no ritmo de preparação para o vestibular e na iminência de algumas escolhas sobre o meu futuro. Outras preocupações passaram a

dividir o meu tempo com o esporte e novas responsabilidades causavam ansiedade, afastando-me por um longo período de tempo do universo da prática esportiva.

Começaram a surgir dúvidas a respeito da profissão. Por ter como escolha e opção principal a Medicina, tentei por várias vezes o ingresso em diversas universidades nesta área, não tendo sido aprovado nos vestibulares. Foi quando, por sugestão dos meus pais, procurei conciliar o gosto que tinha pelo esporte com a carreira profissional que seguiria, imaginando que encontraria no curso Educação Física essa possibilidade.

Fiz o vestibular para Educação Física e passei. Porém, apesar do meu gosto pela prática de esportes, eu não tinha certeza de que, por este motivo, deveria ser professor de Educação Física. Procurando por respostas, um ano mais tarde tentei o vestibular para o curso de Administração, e fui aprovado.

Cursando Educação Física e Administração, foi em 1985, após várias oportunidades de estágio, especialmente em natação, que eu ingressei como estagiário na Coordenadoria do Esporte da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Somente hoje, tenho a consciência de que aquela coordenadoria era “o setor que cuidava do esporte no Paraná”. E não fazia a menor idéia de que ali estaria o meu futuro profissional e parte de um grupo de pessoas com quem muito viria a aprender sobre o esporte e sua administração.

Como estagiário, trabalhei no Departamento de Recreação, sendo que o setor responsável por organizar os Jogos Abertos do Paraná, principal atividade daquela coordenadoria, era o Departamento de Esportes. Havia poucos funcionários, razão pela qual naquele mesmo ano tive a oportunidade de participar da fase final dos Jogos Abertos do Paraná realizada em Cascavel. Inesquecível, pois como estagiário coordenei as modalidades de Bolão e Beisebol. Devido ao pouco conhecimento, não sabia exatamente por onde começar, mas comecei. Cometi erros e prossegui aprendendo.

Anteriormente a minha entrada na SECE, mais precisamente em 1982 havia sido criado, com base na campanha nacional “Mexa-se” e do movimento “Esporte para Todos”¹, o Festival Global de Praias, um programa de atividades esportivas e recreativas de verão desenvolvidas no litoral do estado (sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, SESC-PR, e TV Paranaense - a afiliada local da Rede Globo). Coordenar esse

¹ A campanha Mexa-se e o Movimento Esporte para Todos (EPT), como estratégias de popularização do esporte e subproduto nacional da campanha TRIMM da Noruega.

programa era uma das responsabilidades do Departamento de Recreação da SECE. Foi a primeira vez que me envolvi em um evento de recreação, orientado (no ano de 1985) por funcionários que não eram professores de Educação Física, mas que respondiam pelo departamento.

Aulas de Educação Física pela manhã, estágio à tarde, aulas do curso de Administração à noite, e mais um estágio na área de administração. Sentia a necessidade de mudanças. Abandonei o curso de Administração e as demais atividades correlatas, mas não a importância da administração na minha vida. Tomei consciência sobre a Educação Física como profissão quando começaram a surgir dúvidas sobre o papel do profissional perante seus alunos, atletas, técnicos e comunidade.

Terminado o prazo de estágio na SECE, fui obrigado a seguir outro rumo profissional. Mas, em 1987, o novo grupo de dirigentes e de gestão política do Governo do Estado do Paraná criou uma organização estruturada especialmente para tratar dos assuntos do esporte - a Secretaria Especial de Esportes e a Fundação de Esportes do Paraná. Tive nova oportunidade de retornar ao governo, contratado como auxiliar administrativo.

Um ritmo diferente de trabalho e atividades compôs um cenário que foi dando formas mais definitivas à minha trajetória profissional, ao fazer parte do quadro efetivo de funcionários que ocupam-se com o esporte no Paraná. Comecei a analisar e tentar interpretar a administração do esporte e do lazer sob a ótica de um governo a partir de sucessivas perguntas, muitas delas sem respostas, que voltariam a ser feitas no decorrer dos anos na medida em que novos governadores eleitos e as suas equipes iriam assumindo a gestão política e apresentando as suas propostas.

Empiricamente fui percebendo que o modelo de gestão adotado por cada equipe política diretiva vem, inevitavelmente, marcado por uma lógica personalizada e pontual. Ainda que em alguns aspectos essa lógica seja muito diferente da gestão praticada por dirigentes anteriores, vem impregnada por características que são “lugar comum” nos diferentes governos, e que, aparentemente, são regularidades e determinismos.

As perguntas sobre o “por quê” de várias decisões, e que inevitavelmente refletem na alocação dos recursos públicos e no destino do esporte e do lazer da população paranaense, sempre despertaram o meu interesse e estimularam a dedicar especial atenção nos meus cursos de pós-graduação, *lato sensu*, e em meu dia a dia na instituição.

Questionamento, por exemplo, sobre o processo de desenvolvimento da ginástica no Estado do Paraná, passando pelos resultados da GRD, alavancados pela família Lafranchi de Londrina, até as mais recentes conquistas e resultados olímpicos decorrentes dos feitos da CBG instalada no Paraná, sob o comando da professora Vicélia Florenzano, considerando necessariamente a incursão na intervenção governamental através dos Pólos Esportivos, ou pelo auxílio à estruturação, equipamentos e instalações do Centro Excelência de Ginástica Olímpica, em Curitiba, e que poderia se constituir em um claro objeto de pesquisa a ser desenvolvida.

Ou ainda sobre a implantação, pelo Estado do Paraná, do projeto do governo federal Navegar, capitaneado pelo velejador e Secretário Nacional de Esportes Lars Graef, e as diferenças nos resultados obtidos nas unidades de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Ribeirão Claro e Paranaguá, partindo do pressuposto de que as condições de instalações foram, hipoteticamente, as mesmas para cada uma das cidades.

Também poderia concentrar a minha atenção na investigação sobre o processo orçamentário no âmbito das organizações governamentais responsáveis pela gestão esportiva ao longo de determinado período de tempo, considerando o ciclo orçamentário, caracterizado pelos Planos Plurianuais, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a elaboração dos orçamentos anuais, analisando a interdependência dos agentes na alocação dos recursos e os reflexos técnicos, políticos, econômicos e sociais que caracterizaram as prioridades governamentais atreladas a essas decisões.

Certamente eu poderia ter optado por dirigir o foco da análise ao desenvolvimento esportivo a partir dos Jogos Abertos do Paraná e o seu processo evolutivo, tendo em vista que essa é uma competição estadual desenvolvida transversalmente ao longo dos anos, sobrepondo-se e sobrevivendo às transições políticas, e resistindo ao constante surgimento e término de diversos projetos esportivos.

A esse respeito, poderia também ter escolhido levantar dados, analisar e discutir qualquer outro projeto ou atividade esportiva que tenha sido desenvolvido pelo Governo do Estado e posteriormente deixado de existir, estabelecendo uma correlação entre a sua implantação, propostas iniciais, resultados obtidos e a natureza do seu fim, seja a partir de interesses políticos, ideológicos, orçamentários ou outros.

Poderia estudar a interrupção dos Jogos Escolares do Paraná, em meados da década de 90, e a análise das conseqüências, no campo esportivo e educacional, decorrentes dessa decisão, considerando também a manifestação ou a omissão da comunidade a esse respeito.

Esses são apenas alguns exemplos das dúvidas rotineiramente levantadas e que representam cientificamente inúmeras possibilidades de pesquisa que se colocam ao procurar analisar o comportamento do governo diante do campo esportivo, e que inevitavelmente passam por escolhas dos dirigentes governamentais.

Foi essa a motivação que me impulsionou ao curso de pós-graduação *stricto sensu*, procurando compreender e me fazendo relatar nessa dissertação algumas partes componentes dos processos políticos para o esporte, estreitando a discussão sobre a formulação e implementação das políticas públicas governamentais no Paraná, procurando identificar, pela descrição, elementos que subsidiem respostas mais abrangentes a questões específicas.

* * * * *

Ao procurarmos respostas para certas perguntas, como, entre outras as anteriormente apresentadas, que nos possibilitem compreender um pouco mais sobre o modelo adotado pelos diferentes governos na gestão esportiva, nos deparamos com exemplos comuns e rotineiros no desenvolvimento do esporte brasileiro, que retratam situações extremamente complexas, porém não pontuais ou específicas às particulares de determinadas modalidades esportivas, ou ainda de um ou de outro governante, mas sim em qualquer âmbito governamental, seja ele municipal, distrital, estadual ou federal.

Para ilustrar as contradições, as incoerências e as ambigüidades diagnosticadas, numa breve reflexão sobre fatos do cotidiano esportivo, trazemos o relato de algumas situações.

O jornalista Leonardo Mendes Júnior escreve: “O público recorre ao privado... E o privado recorre ao público – Clubes apelam ao BNDES, enquanto prefeituras esperam parcerias para modernizar seus estádios”². Assim o jornal Gazeta do Povo dá início a uma

² MENDES Jr., L - “O público recorre ao privado... E o privado recorre ao público – Clubes apelam ao BNDES, enquanto prefeituras esperam parcerias para modernizar seus estádios”. Gazeta do Povo, Curitiba-PR, 5 de junho de 2003.

série de reportagens sobre as medidas adotadas para enquadrar praças esportivas no Estatuto do Torcedor.

Ao prosseguir discorrendo sobre a manchete apresentada, Mendes observa:

Enquanto os clubes – sofrendo pela falta de recursos – estão recorrendo ao poder público para transformar suas praças esportivas em verdadeiras arenas, as prefeituras e os governos estaduais – asfixiadas pela lei de responsabilidade fiscal – vêm na iniciativa privada a única chance de se enquadrar à nova lei.³

São apresentados exemplos antagônicos da situação de clubes de futebol como o Clube Atlético Paranaense com o estádio Arena da Baixada e o Coritiba Futebol Clube, com o Estádio Couto Pereira, que são estruturas privadas recorrendo a financiamentos governamentais na adequação às exigências da Lei nº 10.671, datada de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor.

Por outro lado, segundo informa o jornalista, as estruturas públicas do Londrina Esporte Clube com o Estádio do Café, e do Grêmio de Maringá com o Estádio Willie Davis, entre outros exemplos, esperam contar com recursos provenientes de investidores privados para o mesmo fim.

Trazemos à discussão outro exemplo, citando o economista Marcelo Proni⁴ (1998) ao tratar do futebol brasileiro, especificamente referindo-se aos comentários do jornalista Matinas Suzuki Jr., então editor-executivo da Folha de São Paulo, em um dos seus artigos sobre “O futebol brasileiro na era da globalização” ao tratar de uma modalidade esportiva que não consegue gerar recursos financeiros suficientes à sua manutenção, ainda que possa contar com contratos milionários de patrocínio.

Proni destaca em Suzuki (1988) que “o primeiro passo para a modernização seria o reconhecimento, por parte do Estado, do valor estratégico do futebol, tanto do ponto de vista econômico quanto institucional”. Nas palavras de Suzuki “a modernização do futebol é igual à modernização do país. Ela requer uma redefinição de papéis, públicos e privados.”

³ MENDES Jr., L - “O público recorre ao privado... E o privado recorre ao público – Clubes apelam ao BNDES, enquanto prefeituras esperam parcerias para modernizar seus estádios” Gazeta do Povo, Curitiba-PR, 5 de junho de 2003.

⁴ PRONI, M.W. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: 1998.

Em sua análise Proni⁵ identifica no discurso de Suzuki a transformação da situação dos clubes brasileiros como tarefa do Estado “num setor altamente profissionalizado, como deveria ser o futebol” com a convivência do poder público, contrapondo o “descaso e paternalismo do Estado Brasileiro” com a realidade amadora e romântica de um setor arcaico gerenciado com base no imediatismo e oportunismo.

Prosseguindo em seu estudo, Proni identifica três postulados no discurso modernizante do autor. Chamamos a atenção para o segundo postulado, no qual o jornalista afirma “que as tendências estrangeiras devem ser seguidas porque a modernização é benéfica para o país, para a sociedade, para o esporte”, e que por carregar um valor positivo, compete “ao Estado promovê-la, acelerar as mudanças [...]. Cabe ao Estado criar as condições para que uma gestão empresarial, pautada pelas leis do mercado, instaure-se no futebol brasileiro”.

Ao atribuir responsabilidade sobre a demanda gerada pelo futebol brasileiro, Suzuki considera que deve partir do Estado “uma nova intervenção nos rumos do esporte – do futebol em particular”⁶, por entender que essa modalidade ocupa posição de destaque na cultura brasileira, e a tarefa de modernizá-lo é também dever do governo.

Ao tratar do processo de transição do amadorismo à espetacularização da modalidade de Voleibol no Brasil, no período compreendido entre 1970 e 2000, Wanderley Marchi Jr.⁷ também nos permite refletir sobre a ambigüidade na participação do setor público em empreendimentos privados, e dos investimentos privados em projetos públicos na área esportiva. Referindo-se ao caso da instalação de Centros de Excelência na modalidade de Voleibol no Estado do Paraná pela empresa Gessy-Lever, Marchi Jr.⁸ relata:

No ano de 1987, diante da parceria formada entre a empresa privada Gessy-Lever e o Governo do Estado do Paraná, criou-se em Curitiba uma equipe de Voleibol feminina, com um orçamento anual de R\$ 4 milhões. Na parceria ficou selada a proposta de instalação dos Centros de Excelência de Voleibol-Rexona no Paraná.

⁵ PRONI, M.W. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: 1998, p.2.

⁶ Id., p.8.

⁷ MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

⁸ Id., p.13.

Nas páginas seguintes da investigação sobre o processo evolutivo de desenvolvimento do Voleibol no Brasil, Marchi Jr. relata que

Para fortalecer a imagem do produto Voleibol na mídia, a Confederação Brasileira de Voleibol, em parceria com o Banco do Brasil, lançou o projeto de “repatriamento” dos atletas que estavam jogando na Itália, com vistas a elevar os índices técnicos e promocionais da Super Liga Nacional (denominação idealizada para a versão 1994/95, pela agência Sportsmedia). O projeto custou aproximadamente U\$ 3 milhões, dos quais o Banco do Brasil forneceu dois terços. A complementação desse valor foi rateada entre as empresas Parmalat, Frangosul, Petrobras, Telesp e Cocamar.

O destino dos atletas foi uma decisão tomada entre o Banco do Brasil e a CBV, respeitando os critérios de não investir em empresas concorrentes, como Caixa Econômica e Banco do Estado de São Paulo. Outra exigência era que as empresas e clubes passassem a realizar suas operações financeiras nas agências do Banco do Brasil.⁹

As incertezas em torno de empreendimentos públicos e privados se evidenciam quando Marchi Jr. apresenta outras parcerias entre equipes do Voleibol e patrocinadores, e destaca que “uma associação bastante polêmica, dada sua forma de escolha, foi o patrocínio de empresas estatais a determinados clubes ou cidades (Petrobras com o Flamengo/RJ, Macaé/RJ e Força Olímpica-Brasília/DF, por exemplo)”¹⁰.

O percurso, ou pelo menos o discurso, adotado por dirigentes do Voleibol brasileiro no final dos anos 90 foi a busca por um desprendimento da intervenção do Estado. Um caminho com posições divergentes, conforme observamos nas considerações do jornalista esportivo Juca Kfoury segundo o qual, nas palavras de Marchi Jr.:

empresas estatais como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras e os Correios não têm como função patrocinar o esporte de alto rendimento, mas sim comprometer-se socialmente com o desenvolvimento do esporte no país. Essa posição não é compactuada com o então presidente do Comitê Olímpico Internacional, Juan Antonio Samaranch, que afirma ser o esporte, antes de mais nada, assunto do Estado.¹¹

Voltando ao caso da equipe Rexona no Paraná, em 11 de março de 2004, aquela parceria que havia sido selada no ano de 1997 entre a empresa privada Gessy-Lever e o Governo do Estado do Paraná, e que deu início ao processo de instalação do Centro de Excelência de Voleibol-Rexona, em Curitiba, com uma equipe feminina comandada pelo

⁹ MARCHI JÚNIOR, W. “Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2001, p.189.

¹⁰ Id., p.228.

¹¹ Id., pp.227-228.

técnico Bernardinho, chega ao seu fim, publicamente anunciado por meio dos principais veículos de comunicação do Paraná.

Fábio Prado, diretor de marketing da Unilever explica que [...] A mudança da cidade é uma consequência natural. É um ciclo que se fecha. O trabalho social está consolidado aqui. Usaremos o time como um abre-alas para implantar o projeto social em outra localidade [...].¹²

Na mesma matéria, Ana Luiza Mikos jornalista que assina o texto, informa que “De acordo com a diretora de Assuntos Corporativos da empresa, Maria Cláudia Souza, o objetivo é criar um impacto no futuro local semelhante ao gerado com a instalação da equipe em Curitiba, em 1997. A estratégia fortaleceu a marca e aumentou a comercialização de produtos.”¹³

Por conta do anúncio, o leitor da Gazeta do Povo, Celso Freitas, de Curitiba, ocupa espaço na imprensa para manifestar a sua opinião na “Coluna do Leitor” com o texto intitulado “Vôlei”, onde escreve:

Recebi com tristeza e indignação a informação sobre o fim da parceria com o Rexona. Assistia freqüentemente, com minha família, aos jogos no ginásio do Tarumã. Pela empolgação e beleza, o vôlei é um dos esportes mais espetaculares que existem. Vão ficar na saudade e na memória aqueles tempos de decisões com o ginásio lotado, a beleza e o talento de grandes atletas que passaram por aqui, Fernanda Venturini, Érica, Elisângela, Raquel, Sassá entre outras. Acho que faltou mais empenho do secretário de Esportes para que essa parceria não acabasse. Enfim, quem perdeu foi o esporte e a nossa cidade, que fica sem o encanto e o charme das nossas belas atletas.¹⁴

É imediata a reação do Governo do Estado ao leitor Celso Freitas, que, na mesma coluna do jornal Gazeta do Povo, apenas dois dias depois, através do presidente da Paraná Esporte, Ricardo Gomyde, responde:

“Projeto Rexona” – Em resposta ao leitor Celso Freitas, que disse que a saída do time do Rexona do Paraná é uma questão puramente mercadológica, como foi destacado na reportagem do caderno de Esportes da Gazeta do Povo de 11 de março. A empresa que comanda o time acredita que seja a hora de fixar sua marca em outros lugar. Isto não cabe ao estado intervir. Destaco o ganho do estado com a ampliação social do projeto Rexona, em parceria com a Paraná Esporte, de 3.200 para 4.000 crianças e que continua sob a coordenação do técnico da seleção brasileira, Bernardinho. Esse é o

¹² Gazeta do Povo – Curitiba, Quarta-feira, 10 de março de 2004 ano 86 – nº 27.162 – p.3, opinião – Caderno de Esportes.

¹³ Id. ibid.

¹⁴ Gazeta do Povo – Curitiba, Terça-feira, 16 de março de 2004 ano 86 – nº 27.168 – p.11, opinião – Coluna do Leitor.

papel do estado: utilizar o esporte como uma arma no combate à droga, à marginalidade e à ociosidade de nossos jovens.¹⁵

Temos até aqui uma pequena amostra da polêmica que se abre ao procurarmos compreender a intervenção governamental no esporte brasileiro, retratada em apenas duas modalidades esportivas – o Futebol e o Voleibol.

Para nós, as matérias discutidas, são um convite ao aprofundamento na reflexão sobre a função e o papel de uma instituição pública, no embate às contradições e incoerências, e na procura pela administração diligente da matéria pública e dos propósitos institucionais governamentais.

Pela análise antecipada, a partir de estudos empíricos e observação participante contextualizada, temos como hipótese o entendimento de que o esporte nacional tem evoluído cristalizando e institucionalizando contradições e ambigüidades, com repercussão imediata, midiática e de longo prazo em todos os níveis e esferas da atuação governamental.

Para efeito da aceitação ou contestação da hipótese apresentada, estaremos inventariando as propostas através das quais o Estado tem prestado os seus serviços à sociedade, levantando seus conteúdos e a maneira como foram colocadas em prática, abrindo um debate que vai além da delimitação do campo de jogo, dos equipamentos, espaços e infra-estrutura esportiva.

A contemplação dessa paisagem, na expectativa pela sua interpretação, focalizada na atuação dos governos, descortina uma questão central que objetiva o nosso estudo: como e qual tem sido a participação governamental no desenvolvimento esportivo no Estado do Paraná?

Neste ponto é importante evidenciar que a realidade dos fatos se apresenta sempre infinitamente maior do que a nossa capacidade de análise, razão pela qual se dá o recorte que define o Estado do Paraná, no período compreendido entre 1987 e 2004, como a clara definição, demarcação e delimitação do objeto a ser investigado.

¹⁵ Gazeta do Povo – Curitiba, Terça-feira, 18 de março de 2004 ano 86 – nº 27.170 – p.13, opinião – Coluna do Leitor.

Propomos a discussão sobre o desenvolvimento esportivo paranaense pela análise e reflexão da oferta e do consumo de serviços, com enfoque na interdependência dos agentes, e o papel que o Estado tem exercido no campo esportivo.

Os procedimentos de investigação e a reflexão sobre os determinismos do presente na tentativa da visualização e projeção de um cenário futuro, metodologicamente conduzidos, deverão explicar alguns fatos e indicar possíveis relações entre esses e o seu desdobramento, considerando, pela interpretação sociológica de Norbert Elias, “o fluxo das configurações” e “a cadeia de possibilidades de mudança” no tempo e no espaço delimitados¹⁶.

Por entendermos que não estamos tratando de um objeto isolado, em estado de repouso, e sobre o qual não temos total conhecimento e domínio das relações, ao adotarmos a perspectiva amparada inicialmente em Norbert Elias¹⁷, particularmente no que se refere ao modelo analítico dos fatos, estaremos construindo um mapa que permitirá conectar os acontecimentos e a sua seqüência em um fluxo contínuo no transcorrer do tempo e nos mais diversos espaços configuracionais do esporte, pelo viés da administração pública. Para Elias

Tal como os mapas, os modelos teóricos mostram as conexões entre acontecimentos que já conhecemos. Como os mapas de regiões desconhecidas, mostram espaços em branco onde ainda não se conhecem as relações. Como os mapas a sua falsidade pode ser demonstrada por uma investigação ulterior, podendo ser corrigidos. Talvez se deva acrescentar que, contrastando com os mapas, os modelos sociológicos devem ser visualizados no tempo e no espaço, como modelos em quatro dimensões.¹⁸

Assim, a dimensão da organização governamental responsável pelo gerenciamento do esporte interpretada individualmente, considerados os padrões internos e mutáveis das múltiplas interdependências das pessoas e dos fatos, somada a sua movimentação na complexidade da sociedade na sucessão dos anos (entre 1987 e 2004), tendo o estado do Paraná como o espaço delimitado, comporão para nós, segundo o modelo de Elias, as quatro dimensões de análise.

No primeiro capítulo apresentamos e discutimos a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e as suas categorias especificadas, como o modelo de análise e o eixo teórico

¹⁶ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999, p.176.

¹⁷ Id., p.175.

¹⁸ Id., p.175.

apropriado ao debate no estudo empírico que estaremos desenvolvendo nos capítulos seguintes. A teoria dos campos de Bourdieu, pode ser traduzida em uma filosofia da ação

que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação. Essa filosofia, condensada em um pequeno número de conceitos fundamentais – *habitus*, campo, capital – e que tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*)¹⁹.

A discussão que faremos em torno da teoria dos campos nos permitirá, conforme veremos já a partir do segundo capítulo, aplicar as categorias de análise próprias dos estudos de Bourdieu, evidenciando para a construção de uma nova composição no esporte, marcada por transformações das práticas e dos consumos esportivos, num jogo de capitais, perpassado por interesses distintos, e que serão confrontados com os fatos observados no processo de desenvolvimento esportivo do Estado do Paraná, no período delimitado.

Nos capítulos dois, três, quatro, cinco e seis do nosso estudo descreveremos as políticas governamentais, dos seguintes períodos: 1987 a 1990 - governo Alvaro Dias, 1991 a 1994 – primeiro governo Roberto Requião de Mello e Silva, 1995 a 1998 – primeiro governo Jaime Lerner, 1999 a 2002 – segundo governo Jaime Lerner, 2003 e 2004 – segundo governo Roberto Requião de Mello e Silva.

A descrição de cada um dos governos e as discussões, a partir das bases teóricas adotadas, se darão devidamente conectadas, no início do capítulo dois, com o processo histórico de formação do esporte no Paraná e o cenário da economia paranaense dos anos noventa, diagnosticando e procurando evidenciar a evolução sobre a elaboração e a execução das políticas estudadas.

Para efeito de coleta de dados, uma das técnicas adotadas foi a entrevista, através da qual objetivamos, segundo Selltiz citado por Marconi e Lakatos²⁰, a “determinação das opiniões sobre os *fatos*” procurando conhecer o que “as pessoas pensam ou acreditam que os fatos sejam”.

¹⁹ BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas-SP: Papirus, 1996, p.10.

²⁰ MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. São Paulo : Atlas, 1986, p.70.

Com a intenção de dar amplitude à exploração dos dados coletados nas entrevistas, adotamos a técnica não estruturada focalizada²¹, ou seja, desenvolvida a partir de um roteiro de tópicos e questões balizadoras, previamente conhecidas pelos entrevistados e apresentadas no ato da entrevista, mas com a liberdade para derivar a conversação, fugindo do rigor e das formalidades apresentadas no roteiro.

Cada entrevistado foi previamente consultado sobre a entrevista, para posteriormente agendá-la e efetivá-la, sendo que, por ocasião do contato propriamente dito, além das informações verbais, apresentamos alguns documentos especialmente elaborados para o nosso estudo: “carta de apresentação para as entrevistas”, expondo a intenção em relação ao contato²², “informação aos entrevistados sobre os passos da entrevista”, dando total liberdade aos entrevistados em não responder qualquer pergunta que não o deixasse à vontade, bem como pedindo autorização para gravar a conversa e transcrever partes da entrevista no relatório final da dissertação, citando a fonte²³, e um “roteiro com questões norteadoras” abertas, comunicando que a entrevista poderia derivar para outro sentido conforme o fluxo da própria conversação e a relevância do assunto abordado²⁴.

O registro, *a priori*, foi feito com o uso de gravador, e a sua transcrição se deu *a posteriori*, pelo próprio entrevistador-pesquisador, entre 48 e 72 horas após o encontro, utilizando as mesmas palavras dos entrevistados, sem resumo, mas considerando, para efeito de redação do texto final da dissertação, exclusivamente partes das entrevistas que pudessem ser exploradas em relação ao conteúdo do trabalho desenvolvido. Porém, para efeito de registro completo das fontes e dos dados levantados, optamos por apresentar, em anexo, o texto integral das respostas de todos os entrevistados²⁵.

Por conta de limitações de abrangência e de tempo nos sentimos impossibilitados de entrevistar todos os atores que integraram a comunidade de gestores públicos do esporte paranaense, razão pela qual optamos por elencar pessoas que já tiveram algum contato próximo e importante com o tema abordado, e que apresentam traços característicos de alguns estratos sociais de agentes governamentais e não governamentais, tais como função

²¹ Id. *ibid.*, p. 71.

²² Para maiores informações consultar o anexo V.

²³ Para maiores informações consultar o anexo IV.

²⁴ Para maiores informações consultar o anexo VII.

²⁵ Para maiores informações consultar o anexo IX.

desempenhada, cargo ocupado, atuação e interdependência com a história das políticas governamentais para o esporte paranaense, no período estudado²⁶.

Dessa forma afirmamos que os entrevistados fizeram parte do “núcleo central da pesquisa” em conjunto com outras fontes. Nesse sentido, segundo Marconi e Lakatos, a importância dos dados coletados “está não em si mesmo, mas em proporcionarem respostas às investigações”²⁷.

As informações coletadas a partir de um e de outro entrevistado, ou grupo de entrevistados, não foram equiparadas, mas tratadas de forma individual e ajustada ao tempo, contexto e referencial teórico adotado.

Levando em consideração que o estudo que nos propusemos a desenvolver não exigiria tratamento estatístico, mas a interpretação e conexão de determinados acontecimentos que nos mostrassem partes do processo de formulação e execução de políticas governamentais para o esporte, adotamos a técnica de amostragem não-probabilística intencional, que, segundo Marconi e Lakatos, nos dá a possibilidade de obter opiniões, ações e intenções de determinados elementos da população.

²⁶ Os entrevistados foram: Edson Gradia, Secretário de Estado do Esporte e Turismo no governo Alvaro Dias e parte da primeira gestão do governador Roberto Requião de Mello e Silva; Vicente Piazza Filho, dirigente esportivo municipal, com atuação nas Prefeituras dos Municípios de Campo Mourão, Pato Branco, e atualmente, Foz do Iguaçu; Yara Maria Küster, professora da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Tuiuti do Paraná, e Diretora de Lazer durante parte do primeiro governo Jaime Lerner, José Alberto de Campos, agente profissional da Paraná Esporte com atuação no Centro de Capacitação Esportiva; Ubiratan Martins Jr., presidente da Federação de Atletismo do Paraná e funcionário da Prefeitura Municipal de Pinhais; Silvia Julia Motta Carvalho, agente profissional da Paraná Esporte com atuação no Centro Regional de Esportes e Lazer de Londrina. Foram entrevistados também Mauro João Cachel, agente profissional com atuação na área de lazer da Paraná Esporte e João José de Arruda Jr., Diretor de Lazer e Qualidade de Vida durante parte da segunda gestão do governador Roberto Requião de Mello e Silva, porém, as entrevistas foram perdidas, por conta de problemas técnicos apresentados no equipamento de gravação, e sobre o qual os entrevistados foram comunicados. Além das entrevistas, houve uma conversa formal elucidativa com Marcos Tocafundo, Presidente da Paraná Esporte durante a segunda gestão do governador Jaime Lerner e atual Secretário de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Curitiba, e Ney Fernando Galliano Daros, chefe de gabinete na gestão de Marcos Tocafundo e seu atual chefe de gabinete na Prefeitura Municipal de Curitiba, mas que não foi gravada, não seguiu os mesmos moldes das entrevistas anteriormente citadas, e as informações foram anotadas *in loco* no rascunho da dissertação e posteriormente ajustadas ao texto definitivo. Foram pré-agendadas entrevistas com Milton de Roseira Lacerda, Diretor de Lazer durante o segundo mandato de Jaime Lerner, e Juliano Borghetti, funcionário da Paraná Esporte com atuação no projeto Pintando a Liberdade e ex-Secretário Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Curitiba, mas que não foram realizadas por desencontros do pesquisador. Cabe ressaltar que todas as entrevistados foram receptivos, cordiais e atenderam prontamente a solicitação.

²⁷ MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. São Paulo : Atlas, 1986, p.31.

A relação existente entre as informações obtidas pelas entrevistas e o conteúdo das políticas governamentais que tratamos foi estabelecida pela vinculação dos dados levantados com a problematização, os objetivos, a hipótese e os conhecimentos teóricos adotados como eixo de análise, interpretação, discussão e conclusões do estudo proposto.

Porém, ainda que a validade das opiniões expressadas seja limitada ao contexto do próprio entrevistado, de determinado fato social ou período de tempo, poderemos observar que a interpretação dos dados coletados pelas entrevistas, aponta, em alguns momentos ou circunstâncias, para a possibilidade de transferência e aplicação de certas conclusões em outros momentos da história estudada.

Também foi desenvolvida pesquisa em fontes primárias, através do levantamento e análise de documentos públicos oficiais, como as políticas governamentais, planejamento estratégico e plano de gestão dos governos Alvaro Dias, Roberto Requião e Jaime Lerner, ata de assembleias, programas, projetos e relatórios de atividades. Também foram consideradas as informações constantes na legislação, em especial a Lei Federal 8.672/1993, 9.615/1998, a Medida Provisória nº 2.193-06/2001 e a Constituição do Estado do Paraná. Parte dos dados e textos de apoio foram obtidos em consultas a revistas, jornais e outros estudos pertinentes.

Algumas informações foram levantadas pela observação participante, de forma natural e não estruturada²⁸, considerando o nosso pertencimento ao grupo investigado, o que permitiu a obtenção de dados a partir de uma posição próxima de onde eles foram gerados, inclusive com interpelação investigativa junto a alguns agentes, tendo procurado manter o necessário afastamento do objeto estudado, com o propósito de garantir a imparcialidade na obtenção e manuseio das informações.

Considerando o objetivo do estudo, intencionalmente não nos aprofundamos nos desdobramentos da implantação de alguns projetos e atividades, mas nos concentramos naqueles que se destinam ao debate sobre as ações do Estado, os caminhos de interação com a sociedade e os diversos segmentos nos processos decisórios sobre a execução das diferentes políticas. Esse fato permite nos contentarmos em apresentar um resumo de cada

²⁸ MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. São Paulo : Atlas, 1986, pp.67-68.

projeto ou atividade na dinâmica da organização, para posteriormente nos dedicarmos ao estudo da interdependência dos agentes acerca da construção das decisões.

É nessa ótica que, ao tratarmos do campo esportivo no estado do Paraná, faremos referência ao conceito do esporte no seu sentido mais amplo, e no espaço em que o tema se desenvolve à luz da administração pública estadual. A discussão que se dará entre os fatos sociais diagnosticados, e a teoria dos campos de Bourdieu merecerá, em alguns momentos ao longo de todo o período delimitado, reforço analítico que auxilie na compreensão sobre algumas tendências ou interdependências nas relações humanas.

Por essa razão é que, no estudo pormenorizado desenvolvido dentro dos capítulos que trazem as políticas de cada governante, nos deparamos circunstancialmente com a teoria crítica apresentada por Guy Debord, que coloca em foco a sociedade moderna organizada em torno do espetáculo.

Na nossa análise, a sociedade do espetáculo na perspectiva esportiva, sobre a qual teceremos algumas considerações, poderá ser entendida, como uma forte tendência, ou, conforme constataremos em Bourdieu, como parte do processo de estruturação de novos *habitus*.

Tendo em vista a autonomia limitada do campo esportivo, pelo fato de estarmos tratando do tema na expectativa da administração pública, necessitamos da incursão em outro campo²⁹ – o da administração pública, regido igualmente pelas leis gerais dos campos, expressadas por Bourdieu.

Essa, porém, é, em nosso entendimento, uma análise que por si não evidencia o funcionamento interno da estrutura governamental para o campo esportivo na sua trajetória transversal ao tempo e no espaço de análise delimitados. Objetivando reforçar a compreensão do fenômeno organizacional interno, em alguns momentos voltaremos nossa atenção para a estruturação das organizações públicas, apoiados na proposta de análise de Mara Christan³⁰.

É com esse enfoque que estaremos tecendo no interior de cada capítulo, algumas considerações sobre as tomadas de decisões governamentais processadas com origem na

²⁹ O conceito de campo é aqui entendido na perspectiva Bourdiana.

³⁰ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, pp.207-248, in : Esporte: história e sociedade/Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (Orgs.). Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

relação objetiva entre as diversas estruturas de governo e a disputa por recursos e poder em cada gestão, tendo porém, como eixo principal o entendimento sobre o campo esportivo como um espaço onde se dá a relação entre a oferta e a demanda esportiva.

Todo o conjunto de informações levantadas, atreladas ao debate teórico a partir das referências apresentadas, permitirá descrever, com relativa transparência, a movimentação e a linha desenhada no processo da evolução na gestão pública do esporte paranaense, pela unidade governamental responsável pelo esporte paranaense, e será a base que possibilitará identificar “as semelhanças entre todas as possíveis sociedades”³¹.

Confrontamos portanto, no debate teórico-empírico dos capítulos dois (especialmente a partir do item 2.3.) a seis, a lógica específica da produção, da circulação e do consumo dos bens e serviços esportivos, evidenciando determinismos e efeitos das escolhas a partir do governo estadual.

Para concluir cada um desses capítulos, estaremos apresentando algumas considerações parciais sobre o governo estudado, onde, em linhas gerais, poderão ser identificadas as regularidades com que determinados fenômenos foram encontrados no ambiente da gestão pública para o esporte, naquele período.

E finalmente, fundamentados em bases científicas e nos resultados apresentados, faremos algumas considerações, que objetivam promover, em particular, o desenvolvimento do campo esportivo do Estado do Paraná, dos seus agentes, estruturas e instituições.

Não propomos a construção de fórmulas e modelos definitivos de análise. Também não consideramos este um esforço maior, melhor, mais dedicado e bem intencionado do que outra pessoa já possa ter demonstrado em relação ao assunto.

Ressaltamos ainda que as análises, metodologicamente conduzidas, não devem ser entendidas como críticas vazias, infundadas e destrutivas, mas como representativas da intenção de uma colaboração sobre inquietações pertinentes ao processo de institucionalização da gestão pública para o esporte, evitando cair na armadilha das abstrações que distanciam o entendimento acerca do real significado das experiências vividas.

³¹ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999, p.113.

Ms. Dilson José de Quadros Martins

Seria, nas palavras de Bourdieu, “nos situar constantemente entre dois papéis: de um lado, o de desmancha-prazeres e, do outro, o de cúmplice da utopia”³².

* * * * *

³² BOURDIEU, P. **O que falar quer dizer**, in : Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.75-88. Intervenção no Congresso da AFEF (Associação Francesa dos Docentes de Francês), Limoges, 30 de

CAPÍTULO 1

SOBRE A TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU

A busca por aspectos relevantes que permitam analisar o objeto a ser estudado requer cuidados no levantamento e na interpretação dos fatos, dados e informações, e atenção na escolha de referencial teórico adequado ao tema.

Para a interpretação do processo das sucessivas escolhas feitas pelos governos na formulação e implementação das políticas públicas esportivas do Paraná, encontramos em Bourdieu argumentos que nos permitem conectar de maneira concisa os conceitos e as categorias analíticas próprias da teoria dos campos com os fatos sociais, que apresentaremos nos próximos capítulos.

Com o propósito de revelar mecanismos ocultos e relações encobertas de poder, de quem o utiliza e para que fins, mapeando as sucessivas “mensagens” emitidas pelos governos para a sociedade, a sua prática e a prestação de contas por parte dos agentes públicos do cargo que lhes foi legitimado, nos apoiamos em Bourdieu e no seu entendimento de que não existe neutralidade nas ações.

Considerando que “toda realização pressupõe necessariamente uma série de interesses (os mais diversos) em jogo”, Bourdieu³³ nos leva a admitir que não são possíveis discursos essencialmente românticos e desinteressados (traduzindo-se para o nosso caso em torno do desenvolvimento esportivo do Estado), o que requer de nossa parte um tratamento refinado dos conceitos de campo e as lutas de poder travadas pela conquista de interesses específicos de capital e a sua distribuição, de *habitus* e a legitimação das instituições como anteparo às escolhas feitas pelas pessoas, e das relações objetivas subjetivadas no interior dos campos.

Bourdieu³⁴ destaca a possibilidade da interpretação sociológica subjetiva por entender, a partir de Shutz, a ação como “núcleo de significação do mundo” e, portanto, subjetiva.

Na verificação das representações do mundo vivido, e de determinada história em particular, cabe considerar, no entendimento de Bourdieu, a necessária objetividade a ser

outubro de 1977, publicada em *Le français aujourd'hui*, março de 1978, nº 14 e suplemento.

³³ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed.

mediada entre a subjetividade do agente social e sociedade, entre a própria história e o homem que a constrói³⁵ por ações individuais socialmente relativizadas e interdependentes. Dito por Bourdieu *apud* Ortiz³⁶, “as ações sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global.”

Para melhor visualizarmos a objetividade dos indivíduos nas suas ações, em relação à sociedade e a subjetividade individual entendida por uma história única e singular, no espaço social em determinado tempo, é importante considerarmos a movimentação e o fluxo dos indivíduos como agentes sociais no interior de determinado espaço, estabelecendo relações que se constituem numa sucessão de momentos que constroem a história, individual e coletiva.

Ortiz nos remete a Bourdieu, ao afirmar que “para se compreender realmente o sentido e o funcionamento desse espaço social é necessário ainda referi-lo ao sistema das relações entre as posições ocupadas por aqueles capazes de produzi-lo, reproduzi-lo e utilizá-lo”³⁷.

O espaço social de atuação e movimentação dos agentes ao qual nos referimos, e onde se encontram fixadas as suas posições, é chamado de “campo” por Bourdieu³⁸, e definido “como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. É no interior do campo que os agentes sociais movimentam-se objetivando conquistas subjetivas. Para o autor, “todo ator age no interior de um campo pré-determinado”, ocupando posições que estruturam e caracterizam o funcionamento desse campo “independentemente das características de seus ocupantes.”³⁹

Nessa óptica, a sociedade global, como macro ambiente do convívio social, é o espaço global onde são travadas lutas por conquistas específicas em diferentes campos: o campo das artes, o campo da escola, o campo dos esportes, o campo da política, o campo religioso, o campo das ciências, entre outros.

³⁴ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.8.

³⁵ Id.Ibid., p.14.

³⁶ Id.Ibid., p.27.

³⁷ Id.Ibid., p.24.

³⁸ Id.Ibid., p.19.

³⁹ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.89.

Cada campo tem como delimitação a definição “dos objetos de disputas e dos interesses específicos”⁴⁰ que o motivam e são somente percebidos pelos agentes do interior do campo, tendo em vista a diferença e a especificidade substancial entre os diversos campos.

Para Bourdieu, apesar da singularidade dos campos, cada um deles pode ser analisado por meio de mecanismos comuns - as “leis gerais dos campos” - que regem universalmente a sua lógica de funcionamento.

Assim, mesmo que a lógica de funcionamento dos campos siga algumas leis gerais e universais, significa que as condições específicas de cada campo não são percebidas por agentes que não estejam no seu interior e compõem o núcleo distintivo entre eles.

É importante, também, notar que os agentes posicionados no espaço social global “encontram-se perpassados por campos sociais diferentes”⁴¹, mas cada um deles funcionando com pessoas que se movimentam estrategicamente em torno de objetos de disputas bem definidos.

São os objetos de disputa, enquanto interesses comuns entre os jogadores no interior de determinado campo, que garantem também a existência do campo. Isso nos possibilita entender que, não havendo objeto de disputa, interesses comuns e específicos pelos quais os indivíduos lutam, também não há campo.

Existe, portanto, uma cumplicidade nem sempre declarada dos agentes em torno de interesses comuns, também não necessariamente explicitados, ou “conscientemente concebidos”, pelos agentes que lutam, e que concorre, nas palavras de Bourdieu, “para a reprodução do jogo”. Inibindo mudanças substanciais “nos fundamentos e na lógica do jogo”, razão pela qual nos afastamos da tendência ao erro interpretativo decorrente de análise reduzida ao utilitarismo próprio do funcionalismo e da frieza da relação objetiva entre um efeito e a sua causa.

Como em um jogo com regras e leis próprias, conhecidas e reconhecidas pelos jogadores e que asseguram uma autonomia relativa e história própria dos agentes de

⁴⁰ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.90-91.

⁴¹ Id.ibid.

qualquer campo, há, segundo Bourdieu *apud* Ortiz⁴², o princípio da autonomia dos campos, que “se encontra estreitamente ligado à idéia de reprodução”, afirmando ainda “que a história do campo é a história que se faz através da luta entre os concorrentes no interior do campo”, o que faz perceber que a história desvenda-se como reprodução da própria história.

Mas como poderíamos tratar da autonomia de um campo em qualquer perspectiva temática em decorrência das transformações políticas, econômicas e sociais que ocorrem na sociedade? Seria imaginar o espaço global composto por ilhas encapsuladas, totalmente independentes, com pessoas agindo no seu interior livres e protegidas por fronteiras impeditivas da impregnação e contaminação de outras ilhas e dos fatos que lhes são “exteriores”. O que nos leva a concluir sobre uma independência e autonomia necessariamente relativa dos campos.

Pela definição dos objetos de disputa como interesses comuns, os agentes sociais como jogadores disputando esses objetos na conquista dos seus interesses individuais e as regras que regem o jogo, orientados por leis universais, é que são identificados os campos.

Num campo, os agentes e as instituições estão em luta, com forças diferentes e segundo as regras constitutivas deste espaço de jogo, para se apropriar dos lucros específicos que estão em jogo neste jogo. Os que dominam o campo possuem os meios de fazê-lo funcionar em seu benefício; mas devem contar com a resistência dos dominados.⁴³

A força distribuída desigualmente entre os jogadores é, segundo Bourdieu⁴⁴, o resultado de um acúmulo de capital conquistado em lutas anteriores e que “orienta as estratégias ulteriores”. Nas palavras do autor, “o capital apreendido no instante é um produto da história que vai produzir história”⁴⁵, como capital acumulado de jogadas anteriores e que será utilizado nas jogadas seguintes. É importante ressaltar que nesse caso o emprego do termo capital não pode ser reduzido à perspectiva econômica, mas também nela.

Tratando das espécies de capital, Bourdieu estende a sua interpretação a outros tipos de capital: prioritariamente o capital social (o capital político é um tipo específico de capital social), o capital cultural, e para o esporte também o capital físico, já que no caso específico

⁴² ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.27. – ainda que Ortiz cite a idéia de reprodução, Pierre Bourdieu não deve ser considerado um reprodutivista, mas um crítico aos mecanismos ocultos de reprodução.

⁴³ Id., p.106.

⁴⁴ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.90.

do esporte a luta que se trava entre os agentes, representados pelos atletas nas mais diversas modalidades esportivas, é também pela conquista de melhores resultados, somando-se ao conjunto de variáveis que definem os rumos das práticas esportivas no interior do campo, conforme poderemos analisar em nosso estudo empírico, e na análise específica que faremos sobre o campo esportivo.

Assim, um campo se particulariza como um espaço onde se manifestam relações de poder entre os agentes estruturados a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu⁴⁶ dá a esse *quantum* a denominação de “capital social”.

Procurando elucidar o termo capital social, o autor define como sendo o conceito de ‘as relações’ na linguagem comum, afirmando que definir capital social⁴⁷

é produzir o meio de analisar a lógica segundo a qual esta espécie particular de capital é acumulada, transmitida, reproduzida, o meio de compreender como ela se transforma em capital econômico e, inversamente, ao preço de que trabalho e capital econômico podem se converter em capital social, o meio de apreender as funções de instituições como clubes, ou simplesmente, a família, lugar principal da acumulação e transmissão desta espécie de capital, etc.

Como um dos princípios fundamentais entre os que regem a estruturação do campo, está a polarização do jogo entre um pólo dominante e um pólo dominado, que tende a conservar intacto o capital social acumulado.

Os agentes do pólo dominante jogam com práticas convencionadas que lhes assegurem a dominação, enquanto os agentes do pólo dominado tendem a apresentar práticas inovadoras que venham a descredenciar a legitimidade conferida aos detentores do poder.

Esse princípio revela uma interdependência de agentes detentores de forças desigualmente distribuídas, entre os que dominam e os dominados. A posição e o deslocamento de cada jogador no interior do campo são norteados por essa interdependência, onde os agentes que ocupam o pólo dos que dominam são os que possuem um máximo de capital e os que ocupam o pólo dominado são marcados pela falta do capital que caracteriza o campo em questão.

⁴⁵ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.47.

⁴⁶ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.21.

⁴⁷ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.45.

Na procura pela compreensão dos aspectos de reprodução do campo social é que nos deparamos com os jogadores atuando como “coniventes, adversários e cúmplices que, através do antagonismo, delimitam o campo legítimo da discussão”⁴⁸. E somam no sentido de adotar práticas que cristalizem as próprias práticas futuras a partir das instituições, dos mecanismos e dos procedimentos, instituindo um processo de “legitimação dos bens simbólicos”, estabelecendo um “sistema de filtragem”⁴⁹.

Para Bourdieu⁵⁰ aqueles que no campo ocupam uma posição relativa de monopólio ou força, como autoridades do campo, passam a definir a lógica do seu funcionamento específico ao atribuir valor aos diferentes tipos de capital, bem como a possibilidade de conversão de capitais como estratégias de jogo.

Nesse sentido, as estratégias dos agentes são orientadas pela maximização dos lucros decorrentes dos investimentos na busca da acumulação de capital. Todo investimento depende “evidentemente de sua posição atual e potencial no interior do campo”.⁵¹

São adotadas estratégias especiais de reconversão de valores dos diferentes capitais, como do capital cultural ou do capital social para o capital econômico e vice-versa, sugerindo o estabelecimento de uma “taxa de câmbio”⁵² adequada para cada situação, e estabelecida pela classe dominante no interior do campo. Bourdieu esclarece que

o campo do poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a “taxa de câmbio” entre o capital cultural e o capital econômico; isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder [...] são ameaçados.⁵³

Nesse sentido, Bourdieu⁵⁴ chama a atenção para o fato de que “os investimentos se organizam com referência a uma antecipação – consciente ou inconsciente – das chances médias de lucro em função do capital acumulado”. A maneira como se darão as lutas e a posição relativa ocupada por determinado agente no interior do campo é que vão fixar o

⁴⁸ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.23.

⁴⁹ Id. *ibid*.

⁵⁰ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.90.

⁵¹ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.22.

⁵² BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.46-47.

⁵³ BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas-SP: Papirus, 1996, p.52.

lucro sobre esses investimentos. Assim, os investimentos e “escolhas” são invariavelmente estratégias orientadas para a maximização dos resultados.

o investimento é a tendência da ação gerada na relação entre um espaço de jogo que coloca certas questões em jogo (o que chamo de campo) e um sistema de disposições ajustado a este jogo (o que chamo de *habitus*), sentido do jogo e das questões em jogo que implicam ao mesmo tempo na tendência e na aptidão para jogar o jogo, a ter interesse no jogo, e nele se desenvolver.⁵⁵

Assim, identificamos uma nova categoria a constituir o campo. Trata-se da noção de *habitus* reinterpretada por Bourdieu a partir da idéia escolástica, definido como

Um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’, sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.⁵⁶

Manifestada pela lógica da repetição, cria-se a disposição estável e durável de uma relação naturalmente estabelecida entre sujeito e objeto, o que contribui para que as ações sejam desencadeadas numa determinada direção a partir de um conjunto de códigos individuais e sociais assimilados.

Podemos verificar que o *habitus* não se trata de uma apropriação consciente de crenças, métodos, técnicas, valores, princípios, classificações, normas, regras e posições sociais. E sim de uma intenção ajustada, objetiva e inconscientemente pelos atores. Ação que molda e determina a sua próxima jogada, reproduzindo uma movimentação que respeita a lógica incorporada e adotada em jogadas anteriores.

Para Ortiz⁵⁷, ao interpretar Bourdieu, “o *habitus* pressupõe um conjunto de “esquemas generativos” que presidem a escolha; eles se reportam a um sistema de classificação que é, logicamente, anterior à ação.”

É, portanto, a partir da adequação dos sistemas que sustentam o *habitus* que se dá o fenômeno da reprodução social, distribuição desigual de bens materiais e simbólicos e especialmente das relações de dominação no interior da sociedade nos diferentes campos sociais.

⁵⁴ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.125.

⁵⁵ BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.28.

⁵⁶ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.15.

⁵⁷ Id, p.16.

Segundo Bourdieu⁵⁸, “o *habitus* se apresenta como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual”, o que nos faz perceber que são as ações individuais mais as coletivas que constituem a organização de “estruturas estruturadas estruturantes” da sociedade.

Há, dessa forma, um conjunto de disposições que na relação entre os indivíduos na dinâmica social reforça a manutenção da mesma dinâmica a partir de *habitus* individuais incorporados por agentes, ou grupos de agentes, de determinado campo e que representam tendências específicas nas ações e jogadas desses grupos ou classes. E passam a constituir o *habitus* das mesmas categorias, assumindo posição de representação social da classe em relação aos demais grupos sociais.

Ao aprofundarmos a discussão em torno da categoria *habitus*, notamos a importância da necessária compreensão de como ocorre a apropriação e reprodução do *habitus* por parte dos agentes individuais e suas coletividades.

Essa compreensão pode ser melhor assimilada e examinada, detectando os processos e meios de cristalização de determinados procedimentos, atitudes e escolhas primárias como experiências potencialmente geradoras e viabilizadoras da institucionalização de estruturas determinantes.

Segundo Ortiz⁵⁹, “Bourdieu enfatiza a importância de se estudar o modo de estruturação do *habitus* através das instituições de socialização dos agentes” e [...] “dedica-se a uma atenção particular ao período de formação das primeiras categorias e valores que orientam a prática futura do ator”, aproximando “Bourdieu da escola fenomenológica que privilegia a experiência primeira do sujeito.”

Nesse sentido, observamos que a história individual e a dos grupos sociais se constrói pela sucessiva acumulação e reprodução de um *habitus* em determinado tempo e espaço. E fundem-se com a sucessiva estruturação de novos *habitus*, propulsores de práticas, num “espaço que transcende as relações entre os atores”⁶⁰, sugerindo ainda que todo “ator só realiza aquelas ações que ele pode realmente efetivar.”

⁵⁸ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.17.

⁵⁹ Id.ibid., p.18.

⁶⁰ Id.ibid., p.19.

O *habitus* dito por Bourdieu⁶¹ é “essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo”⁶².

São os princípios de visão, sistema próprio de preferências, gostos e estruturas cognitivas, entendidas como senso prático que “orientam a percepção da situação e a resposta adequada” e dão subjetividade às ações.

Nesse ponto é imprescindível ressaltar a diferença entre o hábito e o *habitus*, que para Bourdieu⁶³, “está na potência geradora e produtora de esquemas geradores de prática e percepção do *habitus* em relação à espontaneidade repetitiva, condicionada e mecânica do hábito.”

Assim, enquanto o *habitus* é o esquema gerador das ações, o hábito é o esquema reprodutor e constituinte das mesmas ações, a partir das novas escolhas e práticas dos agentes. Ressaltamos então a importância da compreensão sobre as escolhas das pessoas a partir do *habitus* e da incorporação prática dos hábitos.

Para Bourdieu, há sempre uma relação entre as escolhas individuais feitas pelos produtos ofertados, e a posição ocupada pelos atores dentro do sistema de estratificação. Essa é uma discussão que nos conduz invariavelmente às escolhas e aos processos de tomada de decisões sobre essas escolhas. Por que determinada pessoa escolhe um ou outro produto ou serviço? baseadas em que são tomadas as decisões para as escolhas individuais (e também as institucionais)? por que os governos, através das pessoas que os dirigem, fazem determinadas escolhas? Acessamos, portanto, o universo das tomadas de decisões e das relações entre fornecedor e consumidor, e as razões desses comportamentos.

Bourdieu afirma que entre os princípios das escolhas, os gostos integram o processo de tomada de decisões para os consumos e práticas. Dessa forma, as escolhas têm como pressuposto a existência de bens classificados “e classificantes, hierarquizados e hierarquizantes” (“bom” ou “mau gosto”, “distintos” ou “vulgares” e “pessoas dotadas de princípios de classificações, de gostos, que lhes permita perceber entre estes bens aqueles que lhes convêm, aqueles que são “do seu gosto”⁶⁴.

⁶¹ BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas-SP: Papyrus, 1996, p.42.

⁶² Id.ibid., p.42.

⁶³ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.105.

⁶⁴ Id.ibid., p.127.

É da sinergia entre essas duas histórias: “uma em estado objetivado” própria de quem a produziu, “outra em estado incorporado” própria de quem consome, que são produzidas as preferências e particularidades que alavancam as escolhas que estão por ser feitas⁶⁵.

É a partir dessa combinação, e também da posição relativa ocupada pelos agentes no interior do campo, que, orientados por *habitus* determinantes, se originam e são estabelecidas as relações de oferta e demanda, entre quem produz e quem consome.

De acordo com Bourdieu, “o produtor em sua produção é comandado pela posição que ocupa no espaço da produção”⁶⁶. E prossegue afirmando que, “*a priori*, os produtores produzem produtos diversificados pela própria lógica das coisas e sem procurar a distinção”. Na medida em que há uma certa movimentação no campo da produção de determinado bem ou serviço, há também um aperfeiçoamento dos agentes que, aí sim, talvez possam lhes impor a necessidade da distinção para a conquista da preferência de quem consome. Do lado dos consumidores, a lógica das escolhas remete, segundo Bourdieu, “aos gostos já realizados, ou ‘o gosto dos outros’ inculcados como gostos objetivados”⁶⁷.

Podemos afirmar então que, no processo gerador do encontro entre o produto ou serviço esportivo e o seu consumidor existe um agente que pode estar oculto, aquele que produziu o produto ou serviço, exercendo no jogo os passos que objetivarão a conquista dos seus interesses específicos.

Todas as categorias analíticas inerentes à teoria dos campos de Bourdieu, explicitadas nesse capítulo, foram apresentadas para que pudéssemos melhor visualizar a rede de interdependências dos agentes que atuam no campo do esporte paranaense, pela ótica das organizações governamentais, no estudo empírico que apresentaremos e discutiremos nos próximos capítulos.

Ao descrevermos e analisarmos como se deu processo de construção e execução das políticas governamentais do Estado do Paraná, no período compreendido entre 1987 e 2004, estaremos ingressando no interior do nosso objeto de estudo.

⁶⁵ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.128.

⁶⁶ Id.ibid., p.130.

⁶⁷ Id.ibid., p.131.

Todo o conjunto de informações levantadas permitirá descrever, com relativa transparência, pela relação objetiva entre as diversas estruturas de governo e as disputas em cada gestão, a movimentação e a linha desenhada, ao longo do período delimitado, pela unidade governamental responsável pelo esporte paranaense, tecendo algumas considerações sobre qual tem sido o papel do Estado na formulação e execução das políticas públicas para o campo esportivo.

Essa será a base empírica que possibilitará a simultânea discussão e a identificação das “semelhanças entre todas as possíveis sociedades”⁶⁸.

⁶⁸ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999, p.113.

CAPÍTULO 2

2.1. A EVOLUÇÃO DO ESPORTE PARANAENSE NO CENÁRIO NACIONAL

Antes de darmos início ao estudo empírico propriamente dito, faremos breves reflexões sobre a evolução do esporte paranaense, e também sobre os aspectos econômicos do Estado do Paraná e do Brasil no período compreendido entre 1987 e 2004, que servirão como pano de fundo da análise e da discussão que será desencadeada, contextualizando o estudo, no espaço e no tempo delimitados.

Com origem na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XIX o conceito do esporte moderno, muito diferente da atividade física prática na sociedade grega clássica - marcada pelos grandes espetáculos atléticos que ressaltavam as qualidades guerreiras dos homens lutadores, se propaga por outros países como um novo padrão de divertimento, redirecionando o desenvolvimento esportivo mundial.

Após a realização dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna (no ano de 1896) o esporte cresce dissimulado sob a perspectiva do “ideal olímpico”. Nesse período o esporte brasileiro passa a se estruturar no interior dos clubes.

Conforme pudemos notar em Mezzadri⁶⁹, o modelo clubístico de desenvolvimento do esporte é reproduzido também no Estado do Paraná, pela organização das diferentes classes sociais: elite social e classe dominante, imigrantes, operários e grupos culturais e políticos, interiorizando nos clubes as suas práticas esportivas (golfe e tênis; boliche, punhobol, bocha e bolão; futebol; xadrez, bilhar e jogos de cartas, respectivamente).

No Paraná, segundo as informações de Mezzadri, “O surgimento dos primeiros clubes se dá com o desenvolvimento da sociedade paranaense por meio da imigração, das novas composições econômicas, políticas e culturais do Estado, principalmente no período de 1880 a 1920”⁷⁰.

Mezzadri⁷¹ constata que, no Paraná, foi na década de 30 que surgiram os clubes esportivos, com a fundação, no ano de 1932, da Liga Atlético Paranaense. A liga foi a

⁶⁹ MEZZADRI, F.M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

⁷⁰ Id. *ibid.*, p.23.

⁷¹ Id. *ibid.*, p.33.

instituição que passou a controlar a estrutura esportiva do Estado até a década de 50. Nesse período segundo Mezzadri “o esporte começava a tomar uma nova dimensão no Estado, passando a ser praticado com mais intensidade pelos indivíduos no interior dos clubes, independentemente das condições financeiras dos praticantes”⁷².

A ampliação da rede de interconexões, como resultado do aumento da demanda pela prática esportiva, atrelada à estrutura clubística do esporte paranaense foram, conforme podemos observar nas afirmações de Mezzadri⁷³, decisivas na estruturação do esporte no Estado do Paraná.

O autor relata que em 1943, no Paraná, pela reunião das Federações de Voleibol e Basquetebol, em decorrência das deliberações do Decreto-Lei nº 3.199/41 e nº 5.342/43, dá-se a formação da FDP. Fundada em 09 de junho daquele ano, a FDP se desenvolveu sob a tutela e fiscalização federal, e se constituiu como o eixo de desenvolvimento do esporte no paranaense.

Segundo Mezzadri, os clubes da capital ou de grandes cidades próximas (como foi o caso de Ponta Grossa e Paranaguá – distantes aproximadamente 100 km de Curitiba) eram os principais beneficiados, já que a ação governamental concentrava-se na capital, relegando o interior a um segundo plano.

O aumento populacional do Estado e a necessidade de maior amplitude na atuação governamental em todo o território estadual, desencadearam acontecimentos que reordenaram o desenvolvimento da sociedade paranaense em geral, e do esporte em particular, especialmente pela criação da Divisão de Educação Física e Esporte do Departamento de Ensino da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (em janeiro de 1951), somada à criação do Conselho Regional de Esporte.

Em 1951, a Federação Desportiva Paranaense começou a desmembrar-se em modalidades esportivas, como o Basquetebol, que funda a sua própria Federação Esportiva de Basquetebol, dando início a um reordenamento ao sistema estadual de esportes.

Em decorrência do processo de desmembramento e criação das Federações Esportivas especializadas nas diversas modalidades esportivas, e reforçando os

⁷² MEZZADRI, F.M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais.** Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2000, p.58.

⁷³ Id., p.48.

investimentos governamentais no esporte, são criados os Jogos Abertos do Paraná, os Jogos Escolares do Paraná e os Jogos Universitários.

Mezzadri afirma que na década de 50 há um reequilíbrio de forças entre o governo (público) e os clubes esportivos (privado), e o Estado passa a concentrar em suas mãos a estrutura esportiva estadual.

É uma mudança de eixo que recebe reforço no período compreendido entre 1950 e 1970, em razão do regime militar. Nesse período o atrelamento dos clubes com o Estado se deu por meio da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, através da Coordenadoria do Esporte, e pela Fundação Educacional do Paraná .

Tendo em vista que, nesse período, a estruturação política e administrativa do Paraná se concentrava na capital, as ações governamentais para o esporte limitavam-se a Curitiba e arredores, com atuação bastante acanhada ou nada representativa no interior do Estado.

Muda o cenário político internacional e os obstáculos decorrentes da declarada intervenção dos governos começam a ser derrubados. No Brasil o processo de abertura política tem como um dos seus símbolos a nova constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, que dá também ao esporte outra perspectiva.

No cenário nacional prosseguiram as propostas legislativas que, teoricamente, libertam o esporte da tutela Estatal, pela Lei Zico⁷⁴ e suas expressões sugestivas e a impositiva Lei Pelé⁷⁵, mas que não eliminam o paradoxo da modelagem estrutural do esporte, segundo João Saldanha ao afirmar que “intromissão excessiva do Estado na iniciativa dos esportistas foi prejudicial bem como, a falta de atenção e de auxílio do mesmo poder em relação aos esportes”⁷⁶.

Para Manhães “apesar de avanços formais do período posterior a 1988, questões substantivas não foram tocadas e a crescente mercantilização do desporto competição fez com que nossas instituições guardassem contradições que foram o cenário privilegiado do desmando e da patifaria”⁷⁷.

⁷⁴ BRASIL **Lei Federal 8.672/1993**, datada de 06 de julho de 1993, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

⁷⁵ BRASIL **Lei 9.615/1998**, datada de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre os desportos e dá outras providências. É conhecida como a Lei Pelé.

⁷⁶ MANHÃES, E. D. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 2002, p.10.

⁷⁷ Id. *ibid.*, p.8.

No Paraná, segundo Mezzadri, a década de 80 se apresenta como o período de início de uma efetiva política pública para o esporte paranaense, “quando se presenciou uma transformação significativa na maneira de governar o Estado, propiciada pela abertura democrática”⁷⁸ com ênfase na democratização da prática esportiva.

Acompanhando o processo de abertura política nacional, após as eleições realizadas em 1986 e que definiram o governador que iria comandar o Estado no próximo quadriênio administrativo, foi criada uma Secretaria especialmente para tratar dos assuntos do esporte no Estado do Paraná.

O esporte passou, a partir desse momento, a ter representação política e estrutura própria no quadro governamental estadual, dando início a uma nova etapa no desenvolvimento do esporte paranaense, com a abertura do debate, formalização de propostas governamentais e a definição de papéis para o setor.

Portanto, em linhas gerais, observamos que o esporte brasileiro, inicialmente apoiado em iniciativas particulares e ordenado por um modelo de organização e desenvolvimento essencialmente clubístico, passou, a partir da metade do século XX, a ser desencadeado pela concentração do poder em torno do Estado, que assumiu a estrutura esportiva nacional.

No Paraná, constatamos, pelo desmembramento da Federação Desportiva Paranaense em modalidades esportivas, o início do processo de reordenamento no fluxo do desenvolvimento esportivo estadual, seguindo a mesma direção dada ao esporte nacional, representado pela realização, através do governo do Estado, dos Jogos Abertos, Jogos Escolares e Jogos Universitários do Paraná.

Com a inversão dos papéis, o Estado passou a ser percebido pela sociedade como legítimo interventor e detentor de um potencial de poder relativamente superior nas decisões para o esporte paranaense.

Para que possamos contextualizar o nosso estudo sobre o processo de desenvolvimento esportivo paranaense após a segunda metade da década de oitenta até o ano de 2004, e compreender melhor o papel que o Estado vem desempenhando no setor, levando em consideração o desenvolvimento do Paraná em outras áreas e em relação às

⁷⁸ MANHÃES, E. D. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 2002, p.15.

demais unidades da federação, é que passamos a apresentar algumas características da economia paranaense no período delimitado.

2.2. A ECONOMIA PARANAENSE DOS ANOS OITENTA E NOVENTA

A temática sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil, em meados dos anos noventa, passava pelas discussões sobre a nova dinâmica regional da economia brasileira, a reestruturação e realocização industrial, e a reorganização do Estado em torno de um novo papel: indutor do desenvolvimento⁷⁹. Esse foi um período marcado pela emergência de um novo modelo de desenvolvimento, com a integração da economia paranaense aos principais núcleos dinâmicos da economia brasileira.

Segundo Delgado⁸⁰, é importante considerar, nesse processo, a influência das atribuições fiscais decorrentes da Constituição de 1988, que deu origem ao fenômeno da guerra fiscal, pela possibilidade dada aos estados e municípios de utilizar-se de isenções tributárias e transferências, como meio de atrair investimentos empresariais para os seus territórios.

Em linhas gerais, o desenvolvimento da economia brasileira, para Galvão e Vasconcelos (apud Macedo, Vieira e Meiners, 1994), “pode ser caracterizado espacialmente por quatro fases: isolamento relativo ou arquipélago regional, articulação comercial, articulação produtiva e desenvolvimento regional difuso.

A fase do isolamento relativo corresponde ao período que vai até o início do século XX, representado por antigos complexos dominadores das exportações nas diversas regiões do Brasil, tendo no Paraná a economia do mate como correspondente.

A segunda fase - da articulação comercial, relativa à primeira etapa da industrialização no Brasil, e que vai até os anos sessenta, é caracterizada pela polarização do desenvolvimento econômico brasileiro pelo Sudeste do país, e particularmente pelo Estado de São Paulo, forçando um ajustamento de todas as demais economias, chamadas periféricas, a esse centro, com reflexos diretos na economia cafeeira paranaense, que passa

⁷⁹ Editorial - Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994.

⁸⁰ Id. - Paulo Roberto Delgado assina como editor da citada revista.

a desenvolver-se, pelo norte cafeeiro, estreitamente ligada à São Paulo. Nas palavras de Lourenço,

Quando ocorre a sua expansão, o norte, ligado à economia paulista, não dispunha de condições para sustentar um forte crescimento e diversificação. A economia regional caracterizava-se pela transferência de sua produção agrícola para São Paulo e pela aquisição de produtos manufaturados daquele Estado.

Diante disso, seria muito difícil o aparecimento de capital industrial no norte, uma vez que as facilidades de transporte beneficiavam a indústria paulista. Além disso, a atividade bancária e a comercial ligadas ao café paranaense estavam sediadas em São Paulo, e seus prováveis excedentes financeiros seriam investidos na indústria paulista, dado que o norte não dispunha de infra-estrutura adequada à indústria (insuficiência de energia elétrica, principalmente).⁸¹

Ao estabelecer uma relação de centro e periferia entre as diferentes regiões brasileiras, na adoção do modelo clássico de análise e explicação dos problemas de industrialização em países atrasados, Padis (apud Macedo, Vieira e Meiners, 1994) destaca que o Paraná poderia ser visto com um “modelo de economia periférica”, com a produção e suprimento de matérias-primas, extrativismo, alimentos, pecuária e outros produtos agrícolas, com um potencial de crescimento interno desarticulado, fragilizado, e inibido por forças e oligopólios exteriores.

Ainda analisando essa segunda fase de articulação comercial, Padis (apud Macedo, Vieira e Meiners, 1994) levanta algumas questões básicas da economia paranaense, como a existência de estrangulamentos dinâmicos próprios das economias periféricas (problemas de infra-estrutura e incipiência nas relações interindustriais, por exemplo), a necessidade da modernização dos processos e da estrutura política, econômica e social regionais, e as limitações do “Estado Local em implementar políticas de desenvolvimento que viessem a quebrar o sistema centro-periferia”, o que o fazia clamar por uma *política de desenvolvimento nacional* como solução aos impasses identificados.

Apesar das descrenças e dos desequilíbrios regionais, na década de sessenta o Paraná, o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e os estados do nordeste tentaram montar um projeto de industrialização autônoma, que, segundo o Padis (apud Macedo, Vieira e Meiners, 1994), no Paraná resultou na elaboração de “um modelo paranista de desenvolvimento”, agenciado pela Codepar (Companhia de Desenvolvimento do Estado do

⁸¹ LOURENÇO, G.M. **A economia Paranaense nos anos 90 : um modelo de interpretação** – Curitiba, Pr : Ed. do Autor, 2000.

Paraná) e pelo seu braço financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), objetivando de forma sinérgica as seguintes conquistas:

- a) a integração do Estado, então fracionado no Velho Paraná (inclusive Curitiba), no Paraná Cafeeiro-Paulista e nas fronteiras de ocupação do Oeste;
- b) a integração vertical plena da indústria paranaense, via um processo radical de substituição de importações, principalmente de bens intermediários e de capital;
- c) o fortalecimento e a expansão dos pequenos e médios capitais locais.⁸²

Segundo os autores, o projeto “Paraná Autônomo” não vingou, em decorrência da dinâmica espacial do desenvolvimento nacional.

As décadas de setenta e oitenta vêm acompanhadas de um processo de desconcentração das atividades econômicas em relação ao núcleo Sudeste-Paulista-Paulistano, e representam a terceira fase do desenvolvimento da economia brasileira: da articulação produtiva. Esse foi um período marcado pela criação economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões, por investimentos diretos do Estado, pelos incentivos fiscais, pela construção e desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicações, alavancando favoravelmente a concorrência em diversos setores da economia. A expansão da indústria metal-mecânica e da agroindústria, e a modernização das tradicionais indústrias madeireira, do papel e dos alimentos foi o resultado assistido pela economia paranaense nessa fase.

Lourenço destaca que, entre 1975 e 1978, Jaime Canet lançou em seu governo o Programa de Estímulo às Atividades Produtivas (PEFI), que só foi colocado em prática no segundo governo Ney Braga, a partir de 1985. Numa “postura agressiva” representantes do *staff* político paranaense articularam negociações e exerceram forte influência na política nacional, com o propósito de reposicionar a economia paranaense no cenário brasileiro. Segundo o autor,

O trabalho de intermediação de interesses era executado por paranaenses ocupantes de importantes cargos públicos federais, preponderantemente entre 1975 e 1978, buscando derrubar reservas de mercado, resistências políticas e bloqueios burocráticos – impostos pelos organismos gestores dos

⁸² MACEDO M.M., VIEIRA, V.F. e MEINERS, W.E.M.A. **Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994, p.11.

incentivos, principalmente o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) – para aprovação de projetos prioritários fora do Sudeste brasileiro.⁸³

Como exemplos reais da influência dessa garimpagem, o autor apresenta o caso de empreendimentos-âncora, como o da refinaria de petróleo de Araucária, um projeto viabilizado após “exaustivos lances de negociação política entre o governo Geisel e os três governadores dos estados do Sul”, e o da implantação da montadora sueca Volvo na CIC, processo custoso de executar, pelo oligopólio da Scania e da Mercedes Benz no mercado nacional, dificultado ainda mais pela reversão de interesses, no transcorrer das negociações, de instalar a planta do projeto Volvo-Brasil no Rio Grande do Sul.

A partir dos anos oitenta, uma nova fase, a do desenvolvimento regional difuso, se caracteriza, segundo Pacheco (apud Macedo, Vieira e Meiners, 1994) não pela concentração e nem pela desconcentração, mas pela fragmentação de núcleos dinâmicos das atividades, espalhados por todo o território nacional, identificados, nas palavras de Galvão e Vasconcelos, como “ilhas de produtividade” (apud Macedo, Vieira e Meiners, 1994).

Para Diniz (apud Macedo, Vieira e Meiners, 1994), essa fase é vista como parte de um processo de reconcentração espacial das atividades econômicas no país, denominado “concentração poligonal”, redesenhando o mapa produtivo do país. É importante observar os vértices dessa estrutura poligonal: Belo Horizonte, Triângulo Mineiro, Ribeirão Preto, Norte do Paraná, Porto Alegre, Curitiba, Rezende (RJ) e, novamente, Belo Horizonte. Segundo Macedo, Vieira e Meiners, a porção paranaense desse polígono (Centro-Leste) é representada pela forte diversificação da estrutura industrial e adensamento das relações interindustriais. Por outro lado, a expansão da fronteira Centro-Oeste paranaense mantém-se no agronegócio, como “ilhas de produtividade”, altamente seletivas, e selecionadas pela idéia emergente do “novo rural”, ou do *agribusiness*, presente na economia nacional⁸⁴, em

⁸³ LOURENÇO, G.M. **A economia Paranaense nos anos 90 : um modelo de interpretação** – Curitiba, Pr : Ed. do Autor, 2000.

⁸⁴ MACEDO M.M., VIEIRA, V.F. e MEINERS, W.E.M.A. **Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994. A respeito do novo rural, os autores citam Silva, 1997, p.43, entendendo que “As transformações que estão atualmente ocorrendo nos agronegócios vêm dando lugar à idéia da emergência de um “novo mundo rural”, não exclusivamente agrícola e muito menos somente agrário, mas incorporando também “um conjunto de atividades não agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou

um processo que recebe o reforço da articulação liderada pelas cooperativas, com o importante apoio do Recoop (Programa de Revitalização das Cooperativas), que estabelece investimentos em cooperativas paranaenses na cobertura de necessidades de capital de giro, na modernização de processos de gestão, e na inversão em unidades industriais.

No entendimento dos autores, o novo traçado econômico brasileiro tem estreita ligação com o desenvolvimento diferenciado dessas regiões, em setores como: “base educacional e cultural; existência de centros de ensino e pesquisa; concentração de recursos de pesquisa; presença de parques tecnológicos; mercado de trabalho profissional e qualificado; relações industriais articuladas geograficamente (redes de empresas, *clusters*, arranjos produtivos, etc.); existência de serviços especializados; facilidades de acesso; e ambiente favorável de negócios”⁸⁵.

Segundo Urban, nos anos oitenta até a primeira metade dos anos noventa, apoiada nos desempenhos da agropecuária, a agroindústria se consolidou como o eixo de sustentação da indústria paranaense, marcada por um processo cada vez mais refinado e sofisticado de produção, e a diversificação da produção paranaense foi observada em segmentos como o “café solúvel, óleos vegetais, laticínio, fiação e carnes”⁸⁶.

Por outro lado os segmentos ligados à metal mecânica avançam, ampliando as relações exteriores do Paraná com a compra e venda de produtos mais modernos, relativamente aos demais estados brasileiros, invertendo a importância dada aos produtos primários pela substituição da exportação de produtos manufaturados.

Ainda assim, segundo a autora, problemas estruturais ainda obstruíam a nova fase de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, como “o baixo investimento público em infra-estrutura, a queda das taxas de investimento no plano nacional [...] e a necessária renovação tecnológica nos moldes do avanço técnico e organizacional [...] nos países de capitalismo mais organizado”⁸⁷.

auxiliares da atividade econômica), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional (e do emprego) do meio rural brasileiro.

⁸⁵ MACEDO M.M., VIEIRA, V.F. e MEINERS, W.E.M.A. **Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994.

⁸⁶ URBAN, M.L.P. **Dilemas da Economia Paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.84 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1995, p.13.

⁸⁷ Id., p.14.

Geograficamente os pólos de produção da indústria paranaense encontravam-se, em meados da década de noventa, assim distribuídos: indústrias de metal-mecânica na Região Metropolitana de Curitiba, agroindústria nos principais municípios do interior do Estado e o complexo madeira, polarizado, com a fabricação de papel e papelão, em três municípios do interior.

A queda das taxa de investimentos no país era, segundo a autora, uma das razões para a dificuldade do estreitamento de relações entre a indústria metal-mecânica paranaense e indústrias fornecedoras, localizadas no Estado de São Paulo.

Para a autora, o processo de desenvolvimento econômico paranaense encontrava-se, em noventa e cinco, no limite da sua expansão em relação ao modelo adotado, mas com um potencial imenso de lacunas até então não preenchidas, apontando naquele momento que o estado poderia explorar vantagens competitivas “em face do Mercosul e o mercado nacional”, indicando o necessário fortalecimento e a redefinição da malha viária, a exploração das ligações da Ferroeste, a ampliação do Porto de Paranaguá e a valorização de Foz do Iguaçu, como ações estratégicas à consecução dos propósitos de expansão do modelo de desenvolvimento.

Segundo Urban, diversas empresas do setor de serviço e indústrias leves iniciavam um processo de concentração dos seus centros de decisão em Curitiba, enquanto, paralelamente, a indústria paulista redirecionava os seus centros de decisão para a região de Londrina e Maringá, na região norte do Paraná.

Segundo Macedo, Vieira e Meiners, “a inserção do Paraná nesse processo está se dando de forma muito diferenciada no que se refere às suas regiões e segmentos produtivos”⁸⁸, e os engates do Paraná na nova dinâmica tem se dado fundamentalmente a partir da RMC, que se afirma como um dos mais importantes pólos da indústria automobilística brasileira e do Mercosul, com a indústria metal-mecânica e serviços associados, também como um dos principais focos da nova dinâmica de desenvolvimento da economia nacional, polarizando investimentos de natureza estruturante que forjarão o futuro do desenvolvimento econômico do Estado, com reflexos imediatos nas taxas de

⁸⁸ MACEDO M.M., VIEIRA, V.F. e MEINERS, W.E.M.A. **Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994.

crescimento populacional, que são as mais elevadas do país, desencadeando, como consequência, um “processo de periferização excludente” rápido e acentuado.

Nas outras regiões do Paraná, os investimentos, menores, são reflexos do reordenamento próprio das demais economias nacionais, com exceção, segundo os autores, das regiões de Irati, Ponta Grossa e Paranaguá, que seguem a dinâmica da RMC.

Segundo Macedo, Vieira e Meiners, o reordenamento econômico do Paraná tem algumas características adicionais: uma nova dinâmica demográfica regional, o envelhecimento da população e as profundas transformações na relação Estado-Sociedade, até então verticalizado pela centralização, passando para um modelo horizontal descentralizado, com maior interação dos agentes, o que passa a exigir novos desenhos das instituições públicas na formulação e operacionalização das políticas governamentais⁸⁹.

As reconfigurações observadas na economia paranaense das décadas de oitenta e noventa vêm, segundo Lourenço, “tangenciadas por um primeiro ciclo de reformas que englobou a abertura comercial, a reestruturação do sistema financeiro, a flexibilização de alguns monopólios, a aceleração das privatizações e a regulamentação das concessões dos serviços públicos”⁹⁰. Outro aspecto relevante, nas palavras de Lourenço, foi o “ressurgimento do enorme potencial de consumo privado reprimido durante as fases recessivas e/ou de descontrolada inflação que atingiram o país”, marcado pela estabilização que “proporcionou o revigoramento de um curso de desconcentração industrial, interrompido durante quase duas décadas”. Nas palavras do autor

Evidentemente, é importante reconhecer que o Real é fruto do mais bem-sucedido programa de ajuste inflacionário formulado e executado no Brasil. O Plano possui maior abrangência e consistência que seus antecessores dos anos 80 e 90, mais precisamente o Cruzado I (fevereiro de 1986), o Cruzado II (novembro de 1986), o Bresser (junho de 1987), o Verão (janeiro de 1989), o Collor I (março de 1990) e o Collor 2 (fevereiro de 1991).⁹¹

A fase privilegiada da estrutura produtiva paranaense é tratada por Lourenço como o “terceiro choque de transformação”, tendo precedente somente em outros dois momentos:

⁸⁹ MACEDO M.M., VIEIRA, V.F. e MEINERS, W.E.M.A. **Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994.

⁹⁰ LOURENÇO, G.M. **A economia Paranaense nos anos 90 : um modelo de interpretação** – Curitiba, Pr : Ed. do Autor, 2000.

⁹¹ Id. *ibid*.

o início dos anos 60, durante o primeiro governo Ney Braga, marcado pela montagem do aparelho infra-estrutural; e a década de 70, nos governos Parigot, Emílio Gomes e Canet, contemplando a modernização agrícola e agroindustrial, em sua primeira metade, e um embrião de diversificação e sofisticação produtiva com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo, no segundo quinquênio.⁹²

Na trilha das transformações econômicas da década de 90, caracterizadas pelo potencial de sincronização do Paraná com condicionantes nacionais, são desencadeados fatores de natureza estrutural geradores de alterações significativas da economia paranaense, como

a ampliação e restauração e/ou aprimoramento da infra-estrutura (reparação/conservação de rodovias estaduais, conclusão das obras de Salto Segredo, duplicação da BR 376 no trecho Curitiba-Joinville, reativação das obras de construção da ponte sobre o rio Paraná em Guaíra, término do primeiro trecho da Ferroeste, entre Guarapuava e Cascavel, etc).⁹³

Podemos citar também a implantação de mais uma conexão rodoviária do Paraná com o Centro-Oeste. Tata-se do complexo de cinco pontes, em Icaraíma, no nordeste do Estado, a modernização portuária e da rede de telecomunicações como, intervenções estruturais nessa fase de desenvolvimento econômico paranaense.

Os resultados das estratégias adotadas podem ser vistos no estoque acumulado de investimentos no Estado. Segundo Lourenço,

na ordem de R\$ 29 bilhões, em projetos industriais privados e obras de infra-estrutura, programados ou realizados entre 1985 e 1999, com maturação prevista até 2003. Trata-se da segunda maior carteira do país, perdendo apenas para São Paulo, representando quase 8% do total confirmado para o Brasil nesse período, contra aproximadamente 20% de São Paulo, 5,5% do Rio Grande do Sul e 2% de Santa Catarina.

Considerando-se que São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná respondem por, respectivamente, 35%, 7% e 6,4% do PIB nacional, é fácil perceber que o Paraná está investindo proporcionalmente mais e em ramos com maior capacidade de agregação de valor.⁹⁴

Projeções realizadas pelo IPARDES e confirmadas por exercícios de previsão da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, indicam, segundo as observações de Lourenço, que o Paraná “deve se transformar na quarta economia do país em meados da próxima década, superando os gaúchos”⁹⁵.

⁹² LOURENÇO, G.M. **A economia Paranaense nos anos 90 : um modelo de interpretação** – Curitiba, Pr : Ed. do Autor, 2000.

⁹³ Id. *ibid.*

⁹⁴ Id. *ibid.*

⁹⁵ Id. *ibid.*

Essa foi a matriz do desenvolvimento econômico observado no Paraná, de forma contextualizada ao processo de aprimoramento da economia nacional, sob a perspectiva da relação economia-estado-sociedade, e serve para nós como pano de fundo ao período que estudaremos no setor esportivo (1987-2004).

De forma específica, na relação esporte-estado-sociedade, passamos a descrever e analisar as propostas do Estado em uma fase recente do desenvolvimento esportivo paranaense, especialmente após o processo de abertura política e de redemocratização nacional.

Na análise das discussões que faremos poderão ser encontradas as regularidades de determinados fenômenos no ambiente da gestão pública para o esporte, confrontando, no debate teórico-empírico a lógica específica da produção, da circulação e do consumo dos bens e serviços esportivos, evidenciando determinismos e efeitos das escolhas a partir do Governo Estadual, tendo como linha de saída o governo Alvaro Dias.

2.3. O GOVERNO ALVARO DIAS - 1987 a 1990

Chegamos ao ano de 1987, quando o Paraná passou a ser governado pelo londrinense Alvaro Fernandes Dias (PMDB), eleito em 1986, e que compôs a equipe diretiva do Governo do Estado com pessoas prioritariamente procedentes da sua cidade de origem, conforme poderemos observar.

No primeiro ano de governo (1987), sob a coordenação do londrinense Edson Gradia (PMDB), Alvaro Dias criou a Secretaria Especial do Esporte, tendo a Fundação de Esportes do Paraná como sua unidade administrativa. Gradia, que participou ativamente da campanha eleitoral e mantinha estreita ligação com o esporte, tendo como parte da sua experiência esportiva a passagem pela AMETUR, em Londrina, assumiu pessoalmente a organização de toda a estrutura da Secretaria Especial do Esporte e da Fundação vinculada.

Portanto, as ações esportivas no governo Alvaro Dias se apresentaram delineadas já a partir de 1987, com a criação da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, simultaneamente ao processo de abertura política nacional, quando o esporte passou a ter representação política e estrutura própria no quadro governamental estadual.

Nas palavras do Secretário Gradia “o interessante que na época o Plano de Governo elaborado pela Fundação Pedroso Horta, que é o órgão de estudo do PMDB, em nenhum momento, no programa inteiro do governo, não tinha a palavra esporte. E depois da eleição, o Alvaro Dias me chamou e me disse que eu ia ser o Secretário de Esportes, que no governo dele ia ter uma Fundação de Esporte.”⁹⁶,

Relativamente às palavras de Edson Gradia observamos a objetividade do governador na tomada da decisão para a inserção política do esporte no campo da administração pública, ação subjetivada pelo Secretário Gradia por um processo inicialmente não planejado, e que não aflorou como reivindicação da comunidade, mas como um ato e vontade política do próprio governador.

Para dirigir tecnicamente a Secretaria recém criada, foi indicado o professor Paulo Roberto de Oliveira, também de Londrina, e junto, como colaborador, o professor João Bosco da Silva, que futuramente tornou-se Assessor de Integração de Eventos durante a gestão, assinando assim a política que seria apresentada à comunidade. Na diretoria de administração e finanças ficou José Geraldo Canesin, e a chefia de gabinete do Secretário foi assumida pelo jornalista Rafael Lamastra⁹⁷.

Sobre a composição da burocracia diretorial por pessoas originárias prioritariamente da cidade de Londrina, podemos concluir que, em primeiro plano, a aproximação pessoal e a confiança entre o Governador eleito, o Secretário de Estado por ele indicado, e os futuros membros da equipe, foram condições prévias ao convite daqueles que viriam a integrar o grupo. O reconhecimento de Gradia ao trabalho do professor Paulo Roberto de Oliveira pesou na sua indicação para a Diretoria Técnica, conforme recorda:

Então, eu fui atrás de pessoas que poderiam me ajudar a fazer um trabalho grande e importante, e foi aí que eu conversei com o professor Paulo Roberto de Oliveira que eu já conhecia de Londrina do tempo que eu fui da AMETUR de Londrina, ele trouxe junto com ele o professor Bosco. No começo o Lélcio Cesar participou ativamente mas ficou mais ou menos um mês e pouco que por problemas particulares ou porque não ficou contente com alguma solução que aconteceu se afastou. Eu acho que o cargo de secretário deve ser político, esse tem que ser político, e os cargos de diretorias tem que ser cargos técnicos, em sintonia, escolhidos por ele, pelo que for o secretário. Nenhum membro que trabalhou pra gente foi escolhido por ninguém. Todos foram escolhidos por

⁹⁶ Entrevista realizada com o ex-Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia, em Curitiba, no dia 09 de março de 2004.

⁹⁷ Informações obtidas no documento oficial do Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988, e também na Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná editada no governo Alvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990.

nós, agora, se você assume uma Secretaria e te indicam o diretor de marketing que veio de lá, porque é indicação do deputado, o outro porque é indicação do vereador tal, isso, não vai dar certo. Não vai dar certo porque você não consegue dar unidade. Agora se a pessoa participou de uma campanha, durante, elaborou o projeto, participou de tudo, e tem o domínio daquilo, ótimo, inclusive não precisa nem ser do Estado. De repente você pode achar um bom técnico em outro lugar. Eu acho que também não é pra ter cadeira cativa pra ninguém, como também não é o caso que “só porque é funcionário tem que ser”. Ele tem que estar preparado pra exercer aquela função. A Secretaria era uma coisa só.⁹⁸

A busca da compreensão dos fenômenos intervenientes na construção, planejamento e execução das políticas governamentais para o esporte nos leva, nesse momento, à necessária interpretação sobre a lógica da atuação dos representantes do governo no interior das estruturas e das instituições governamentais. Por entendermos que é esse o *locus* onde são tomadas as decisões de governo, e onde, em última instância, as proposições políticas são efetivamente transformadas em ações para a sociedade.

Para que possamos avançar na análise do estudo empírico sobre o fluxo da composição das equipes de governo e os desdobramentos decorrentes dessas composições, julgamos necessário abrirmos uma discussão que nos permita procurar resposta para as seguintes questões: Como são compostas as equipes que atuam em uma organização pública? Quais são alguns dos critérios para ocupação dos cargos públicos?

É importante ressaltar que as considerações teóricas que apresentaremos não se moldam somente ao governo em questão, mas em linhas gerais, a todos os outros governos delimitados no nosso estudo, e que serão tratados nos próximos capítulos.

Procurando demonstrar o funcionamento interno das organizações governamentais, nos baseamos nos estudos de Mara Cristan⁹⁹, a partir dos pressupostos teóricos e da interpretação de Alberto Guerreiro Ramos, ao tratar do axioma das estruturas burocráticas do governo como um sistema de relações de interdependência, estratificado da seguinte forma: “a) a burocracia eleita e/ou propriamente política, b) burocracia diretorial ou quase

⁹⁸ Entrevista realizada com o ex-Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia, em Curitiba, no dia 09 de março de 2004.

⁹⁹ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in : Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: autores associados, 2002, pp.212-214. A autora estudou as políticas de esportes/lazer praticadas pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) do município de São Paulo durante o governo da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Segundo a autora a burocracia deve ser entendida “como um sistema social administrativo que segue critérios de racionalidade técnica e de hierarquia (PRESTES MOTTA & PEREIRA, 1984)”, e neste caso não somente na visão que nos remete à “imagem de papelada, filas, demora, conservação de *status quo*, emperramento dos processos e mudança social, etc”.

política, c) burocracia técnica e profissional e, por último, d) uma burocracia proletária ou , como ele denomina, burocracia de *macacão azul*.”

Cada um desses estratos apresenta características peculiares na atuação dos atores ou agentes governamentais, pela ocupação do melhor espaço e posição relativa no ambiente governamental visando a conquista dos seus interesses.

Podemos perceber na concepção de Mara Cristan que o primeiro estrato – a burocracia eleita – como fruto direto do processo eleitoral, que confere aos governantes o poder, “tem como característica sua transitoriedade, dado que não existem critérios precisos de eficiência nem estatuto estrito que regule detalhadamente as funções que seus ocupantes podem exercer”¹⁰⁰, bem como por ocuparem seus postos pelo período que o mandato lhes permita.

Temos, portanto, como primeiro aspecto a transitoriedade, que contribui para que os membros deste estrato possuam uma legítima superioridade de potencial de poder relativo aos demais estratos internos e à sociedade, conquistada pelo voto popular, ainda que por um tempo determinado. Esse lapso é visto pelas pessoas que ocupam o estrato da burocracia eleita como o período em que “tudo” deve ser feito, inclusive camuflar realizações de gestões anteriores, benéficas à sociedade, expor de forma contundente a “herança” dos governos que o antecederam como a causa das atuais mazelas da sociedade, e declarar a sua preocupação em desfazê-las. Também apresenta-se como regra a preocupação em mostrar à sociedade em geral, e aos agentes dos diferentes campos em particular, que para tudo isso o tempo é bastante curto, o que incorre na compreensão e justificativa da necessidade de que as decisões devam ser rápidas e ágeis, evitando perder o curto e precioso tempo de poder com filosofias e questionamentos que não se traduzam em ações de visibilidade, o que, vale ressaltar, não foi exatamente o que aconteceu durante a gestão de Grádia, conforme poderemos observar adiante.

O segundo aspecto a observar é a normatização, totalmente aberta e marcada pela falta de critérios ou regulamentos que delimitem as nomeações para as funções da burocracia política e diretorial (que veremos a seguir) na ocupação dos cargos que compõem este setor – o primeiro escalão de governo.

¹⁰⁰ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in : Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.) – Campinas, SP: autores associados, 2002, p.212.

Esse é o estrato que se compõe dos agentes que farão as escolhas para a sociedade no espaço e no tempo determinados, nas mais diversas áreas do conhecimento. Decisões essas tratadas pelas diferentes organizações públicas, tendo como base prioritariamente a indicação política e o acatamento às deliberações daquele que o indicou, criando uma espécie de amarra política que se reflete no raciocínio dos agentes ocupantes desse estrato por decisões administrativas e gerenciais direcionadas não raras vezes aos interesses políticos do próprio governante eleito que os nomeou, e que como mandatário dos interesses populares, legitimado pelo voto, sente-se autorizado para praticar em seu nome quaisquer atos que julgue necessário. Nas palavras de Mara Cristan¹⁰¹ “o estilo administrativo dos atores alocados nesse estrato da burocracia é marcado pelas realizações que tal estilo leva a termo”, o que nos permite concluir que a lógica das decisões e movimentação desses atores é prioritariamente política, com algumas, muito raras, exceções, onde lealdade e confiança são palavras de ordem.

Seguindo o raciocínio da autora, Guerreiro Ramos apresenta a camada da burocracia entendida como diretorial¹⁰² onde o “status de seus titulares pode ser definido pela ligação com o chefe do Executivo” enfatizando ainda “que esta não é a única via de acesso a este estrato, pois os critérios dependem mais da situação conjuntural de caso a caso que de regras rigidamente estabelecidas *a priori*.”

Poderíamos dizer que a burocracia diretorial é composta prioritariamente por aqueles que vêm prestando serviços e reverência ao governante eleito, ou aos seus assessores diretos, desde os períodos que antecedem as eleições, submetendo-se direta ou indiretamente as suas emanções, mantendo também uma relação mútua de respeito e confiança, mas não necessariamente de lealdade e fidelidade partidária, tendo em vista que pelo jogo das composições e coligações partidárias jogado no período pré-eleitoral, os ocupantes desses cargos podem originar de posições distintas.

Segundo Mara Cristan, neste grupo encontram-se pessoas com conhecimento da máquina administrativa e que possuem competências distintas, razão pela qual ocupam posições-chave na estrutura governamental, e mantêm o funcionamento do sistema e de

¹⁰¹ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in : Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.) – Campinas, SP: autores associados, 2002, p.212.

¹⁰² Id., pp.212-213.

certa forma determinam o *modus operandi* de cada uma das organizações nas quais estão alocados. A partir de observações empíricas podemos ainda dizer que os membros da burocracia diretorial podem assumir alguns posicionamentos específicos em sua atuação: a) julgando-se (numa visão egocêntrica) detentores de poder e conhecimentos administrativos ou técnicos acima da média interna da organização, ignorar os demais estratos inferiores; b) julgando-se responsáveis por falar em nome do chefe do executivo, e também numa visão egocêntrica, adotando o discurso da “herança maldita da gestão anterior”, romper com todas as possíveis amarras e entrelaçamento nos demais estratos inferiores, ignorando-os, num primeiro momento, de maneira total e impositiva, dando nova ordem aos “caos” instalado, induzindo assim a uma nova configuração, ao surgimento de novos agentes, novas funções, novos fornecedores, mas não necessariamente, novos procedimentos.

A autora afirma que “esses funcionários têm papel importante durante os períodos de transição política, todavia sua conduta pende para o imobilismo porque costumam ser conservadores quanto à inserção de métodos mais modernos de administração”¹⁰³. Talvez o conservadorismo característico destes agentes possa ser explicado pela cautela em manter o *status* e o domínio da situação com a intenção de garantir o seu melhor posicionamento e controle sobre os demais estratos, no tempo e no espaço em questão.

Mara Cristan prossegue em direção a análise do “terceiro estrato da burocracia pública caracterizado por Guerreiro Ramos” chamado de burocracia técnica e profissional, necessária ao funcionamento da engrenagem na produção dos bens e serviços que deverão ser colocados à disposição dos cidadãos. Neste caso, encontramos grupos de funcionários conduzidos por interesses específicos e especiais, normalmente distintos daqueles manifestados pelas burocracias política e diretorial, e que segundo a autora “freqüentemente assumem posições corporativas em defesa de seus interesses e, ancorados em seus saberes, tendem a procurar preservar suas posições e seus privilégios ao máximo”¹⁰⁴.

Este escalão é marcado, ainda, por subgrupos de funcionários que ocupam um mesmo nível, mas que orientados por interesses próprios e distintivos, travam lutas

¹⁰³ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in : Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP : autores associados, 2002, p.212-213.

¹⁰⁴ Id., p.213.

concorrenciais nem sempre declaradas, procurando a ocupação de um melhor posicionamento em relação às burocracias, eleita e diretiva, ou relativamente à sua filosofia e competência técnica-profissional.

Conforme ressalta Mara Cristan, há ainda uma outra possibilidade em relação à burocracia técnica e profissional:

Inserem-se nesse segmento um subescalon formado por técnicos auxiliares, ocupados em protocolizar, registrar, arquivar, administrar serviços simples, como os de limpeza, controle de equipamentos, etc. Em geral são servidores que não detém nenhum poder maior de decisão e que tendem a transformarem-se em agentes passivos durante os processos de transição e modernização do aparelho. O ritualismo, o conservadorismo e a incapacidade treinada marcam intensamente a burocracia auxiliar, ocupando no contexto geral uma massa inorgânica sem grande capacidade para formular projetos de médio ou longo prazo.¹⁰⁵

Como último estrato da burocracia, encontramos a burocracia proletária, representada por um grupo “mais passivo diante dos processos de gestão e no qual, nas administrações atrasadas, costuma-se praticar o maior grau de clientelismo empreguista, dado que as funções nele desempenhadas exigem pouca qualificação”¹⁰⁶.

Prosseguindo na análise de Mara Cristan, a autora mostra que, segundo Guerreiro Ramos, ao procurarmos o esclarecimento sobre os processos decisivos instaurados devemos concentrar nossa atenção nos escalões decisórios da burocracia, especificamente a burocracia política e a burocracia diretorial, sob o argumento de que, nestes escalões “estão confiadas a formatação das estratégias administrativas empregadas em favor das mudanças sociais ou da conservação das estruturas presentes”, alertando para os cuidados que devemos tomar em relação “a fixação analítica em um só ponto de estruturação da burocracia, entendendo que uma visão mais integrada permite uma utilização melhor do conceito”¹⁰⁷.

Não devemos porém desconsiderar a influência, especialmente da burocracia técnica ou profissional e a sua articulação junto aos substratos desta no sentido de, como estabelecidos, procurar estimular um certo *lobby* interno e influência junto aos *interfaces* e

¹⁰⁵ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in : Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.) – Campinas,SP:autores associados,2002,

¹⁰⁶ Id., p.213 - Segundo Mara Cristan, Alberto Guerreiro Ramos classifica a burocracia proletária também como a burocracia de macacão azul, “porque os trabalhos que realiza são quase sempre manuais”.

¹⁰⁷ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in : Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.) – Campinas,SP:autores associados,2002, p.214.

interlocutores da sociedade objetivando garantir a conquista dos seus interesses e daqueles com os quais atua como mediador entre governo e os enclaves sociais. Quando pautados em uma visão profissional idealizada, e movidos pelo *ethos*¹⁰⁸ do serviço público, os elementos que compõem esse estrato podem ser classificados como guardiões das estruturas governamentais, e como tal, escudos de proteção com influência (podendo jogar como obstáculos) contra propostas de mudança deliberadas pelos estratos superiores, ocupando posições chave nas constantes lutas travadas e nas trocas e barganhas por interesses internos.

Outro aspecto fundamental destacado pela autora diz respeito à forma de organização baseada na dominação legal, que além de estratificada formal e informalmente, é altamente normatizada, segmentada e funcional, atributos próprios da organização pública burocrática tradicional de Weber. Essa organização apresenta como contraponto disfuncional, nas palavras de Mara Cristan, aspectos como: “a cristalização de papéis em seu interior, a gestação de um espírito corporativo de seus funcionários, a metamorfose de meios em fins da organização e o excessivo rigor e a submissão às regras”.¹⁰⁹

Assim, ao tratar das rotineiras mudanças de direção nas organizações públicas, encontramos em Mara Cristan, a partir das considerações de Guerreiro Ramos, “os paradoxos que as organizações burocráticas comportam”, apresentados nos seguintes termos:

Isto é, a burocracia pode ser um canal de mobilidade social para os indivíduos e grupos que acessam os serviços de educação e informação tornando-se mais aptos à competição no mercado de trabalho; o seu corpo de funcionários pode constituir-se em base de apoio aos governos, no interesse de manutenção de estruturas sociais vigentes; a burocracia pode privilegiar o acesso, a alguns grupos de interesse, aos principais nós do poder decisório; ela pode representar uma incapacidade treinada; ou ainda manter um nível precário de prestação de serviços. Contudo, todas essas funções que a burocracia assume são essencialmente políticas e, como tal, mantém vínculos estreitos ante os compromissos aceitos por cada governo em particular.¹¹⁰

¹⁰⁸ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.104. A palavra *ethos* é empregada pelo sociólogo “em oposição à ética, para designar um conjunto objetivamente sistemático de disposições com uma dimensão ética, de princípios práticos (a ética sendo um sistema intencionalmente coerente de princípios explícitos”. Podemos entender o *ethos* do servidor público como a idealização profissional do agente público com a preocupação maior em bem servir a sociedade.

¹⁰⁹ CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in : Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: autores associados, 2002, pp.214-215.

¹¹⁰ Id., p.215.

Com as informações levantadas a partir dos estudos de Mara Cristan, procuramos dar maior clareza e transparência sobre a movimentação interna dos agentes nas estruturas governamentais, retomando nesse ponto o estudo empírico anteriormente iniciado.

Nos reportando ao governo Álvaro Dias, considerando que não havia sido pensada uma Secretaria de Esporte no período pré-eleitoral e que o pleito pela sua criação não partiu da comunidade, também não havia projeto para o setor, razão pela qual os dirigentes, liderados pelo Secretário Edson Gradia optaram por percorrer o Estado do Paraná, objetivando coletar informações sobre os interesses da comunidade.

Para isso, foram convidados dois representantes do Governo, e que faziam parte da Coordenadoria do Esporte da Secretaria de Estado da Cultura, que até então era o órgão responsável pela administração pública do esporte paranaense. Edson Gradia informou que foram os professores de Educação Física Martinho Nobre dos Santos (então presidente da Federação de Atletismo do Paraná) e Nelson Rodrigues, que compuseram a equipe. Após passar por 10 cidades do Estado, o grupo elaborou dois relatórios, sendo um para a SECE e outro para a nova equipe de governo, relatando sobre os resultados colhidos, e que indicava, inclusive, as pessoas que deveriam compor ou não a nova estrutura que vinha sendo organizada.

A composição da burocracia diretiva, somada ao convite dirigido para determinados agentes para ocupar os cargos governamentais, e o contato com a comunidade foram ferramentas de tomada de decisões sobre o futuro individual de alguns funcionários do governo e a composição do novo quadro que viria a formar o cenário do esporte paranaense naquele período, dando ao contexto nova configuração.

Edson Gradia recorda: “percorremos o interior inteiro, ouvimos as pretensões, as reclamações, o que as pessoas queriam, e em cima disso nós também trouxemos alguns professores de fora do Paraná com grande conhecimento. Um nome que eu me lembro é o professor Barreto de Itapira, e outros de São Paulo, da Unicamp, da USP”¹¹¹.

Outro nome mencionado no Relatório de 1988, da Fundação de Esportes do Paraná é o do professor Hudson Teixeira Ventura Jr., que desenvolveu conteúdos práticos e

¹¹¹ Entrevista realizada com o ex-Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia, em Curitiba, no dia 09 de março de 2004.

teóricos¹¹² em treinamentos referentes ao programa de atividades expressivas, que estimulava a prática da ginástica, da dança e da expressão corporal como parte do “processo do movimento em sua dimensão global”¹¹³.

No mesmo Relatório notamos que também foi convidado o professor Luiz Alberto Lorenzetto para os treinamentos do projeto Motor, tratando de conteúdos como crescimento e desenvolvimento, fatores que influenciam o desenvolvimento, indivíduo integral, psicomotricidade e neuromotricidade, desenvolvimento do eu e biomecânica.

Por sua vez, o professor Barreto, da cidade de Itapira, interior do Estado de São Paulo, trouxe experiências desenvolvidas nesse Estado na realização das Olimpíadas Escolares ou Semana Cultural e Esportiva nas Escolas, como proposta de estímulo ao desenvolvimento do esporte dentro da escola, tendo as atividades recreativas e os jogos pré-desportivos realizados na forma de festival esportivo e cultural, como base do processo pedagógico da Educação Física escolar.

Com isso, podemos perceber um conjunto de estratégias essencialmente apoiadas no conhecimento e experiência de professores de Educação Física, desenvolvendo conteúdos voltados ao desenvolvimento motor, atividades recreativas e expressivas, como uma parcela da proposta maior do Governo Alvaro Dias para o esporte paranaense.

A presença dos professores convidados foi registrada especialmente nos dois primeiros anos da gestão (1987 e 1988), em diversos módulos de treinamento desenvolvidos em Curitiba, no Centro de Treinamento dos Professores do Paraná (CETEPAR) ou em cidades do interior do estado, tendo contado com a participação de professores da rede pública de ensino, professores universitários e estudantes de Educação Física. Seleccionados como agentes multiplicadores e formadores de opinião sobre as propostas do Governo nas diferentes regiões do Estado, capilarizavam as informações que o Estado pretendia passar à comunidade.

¹¹² Os treinamentos tinham o seguinte conteúdo: o movimento como expressão, prática e leitura corporal; o desenvolvimento do eu (Lapierre, Anconturier, Le Boulch); o desenvolvimento do eu; fases do desenvolvimento motor; Janela Johari de Joe Luft e Harry Ingham, percepção de pessoa; valores pessoais e reflexão; Política Estadual de Esportes; Projeto Corpo Expressão – estratégias.

¹¹³ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988.

Sobre os treinamentos realizados, vejamos as considerações feitas pelos coordenadores de um dos treinamentos para o projeto Motor, realizado no CETEPAR, no período de 19 a 22 de abril de 1988, e que teve o professor Lorenzetto como convidado:

Conclusão: os participantes demonstraram níveis de interesse e compromissos bastantes diferentes. Assim não foi possível chegar ao final do período com uma proposta abrangente para o Estado do Paraná. Percebeu-se também que o campo do desenvolvimento motor deve ser ocupado diretamente e o mais rapidamente possível pela Secretaria de Estado da Educação, através dos departamentos de ensino de 1º e 2º graus que tem uma maior ascendência com o sistema de ensino estadual. A Fundação de Esportes do Paraná, resta atuar através da capacitação de recursos humanos, aqueles profissionais ligados aos departamentos de esportes dos municípios enfatizando para os mesmos a importância do desenvolvimento motor multilateral entre 4 e 9 anos, como um fator indispensável para a iniciação, especialização e rendimento esportivo.¹¹⁴

A consideração feita aponta para a dificuldade da implantação de programas como “Corpo e Expressão”, “Motor”, dando conta da fragilidade observada nos conhecimentos dos professores em relação a esses temas, e a identificação do *habitus* relativo à prática das atividades esportivas no interior da escola. Consequentemente os conteúdos do esporte eram posicionados de forma dominante em relação às atividades expressivas e motoras nos conteúdos gerais da Educação Física, dificultando a implantação de programas e projetos dessa natureza, num período em que a Educação Física escolar tinha como objetivo o aperfeiçoamento das habilidades, gestos e técnicas desportivas.

Portanto, segundo pudemos notar, a participação da comunidade no processo de apresentação da equipe e proposição de um novo modelo para o desenvolvimento do esporte paranaense veio, também, apoiado em idéias de profissionais de outros Estados, especialmente de São Paulo.

E parte desse modelo, indica ter sido sustentado, em parte, pelas sugestões do professor Barreto, oriundo da cidade de Itapira-SP, especialmente nas suas idéias e experiências anteriormente vividas naquela cidade, e que apresentaram resultados positivos para a população local. A incorporação dessas realizações aos propósitos institucionais do Governo do Paraná aparece com maior ênfase adiante, quando apresentaremos a metodologia de implantação da Política Estadual de Esportes, agrupando municípios pelo seu perfil populacional, com ações que dão ênfase aos municípios com população menor, como era o caso de Itapira.

¹¹⁴ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades - 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr - 1988, ítem 4.2.

Porém, a proposta de ampliação de experiências que foram bem sucedidas em outro Estado, desencadeadas no Paraná sob a supervisão dos professores Paulo Roberto de Oliveira e João Bosco da Silva, não foi a coluna de sustentação da política do Governo. Os treinamentos e as ações complementares foram atividades de grande importância, porém com impacto e potencial de sustentação menor em relação a outras atividades.

O efeito mimético e a reprodução de um modelo importado de outro Estado aparecem como parte da solução. Ocorre, porém, que a porção importada da matriz não é nesse caso a parcela dominante dos padrões esportivos alicerçados na competição, nos jogos e nas seleções esportivas, mas nos festivais esportivos, nas atividades expressivas e motoras, tendo a escola com espaço, excetuando-se, em relação à fala de Gracia, a participação de profissionais da USP, como os professores Valdir Barbanti e Victor Matsudo, que estiveram no Paraná alguns anos depois, desenvolvendo cursos de Treinamento Desportivo e Aptidão Física e Saúde, mas com participações pontuais e delimitadas.

Com o passar dos tempos na gestão, segundo pudemos observar nos relatórios apresentados, um número cada vez maior de atividades do esporte formal desenvolveu-se e ocupou cada vez mais espaço no campo da intervenção governamental.

Além da visita aos municípios do interior, foram realizadas diversas outras reuniões. Um grupo de dirigentes esportivos dos municípios do Paraná, intitulado OPEP¹¹⁵, manifestou a intenção de fazer uma reunião com a equipe que estava assumindo o governo. Segundo informações obtidas junto ao ex-Secretário entrevistado, o grupo exercia influência junto à coordenadoria de esportes da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte e interferia nos processos de tomada de decisões na luta pela conquista dos seus interesses.

O professor Vicente Piazza Filho afirma que a OPEP surgiu por interesse dos dirigentes esportivos do Paraná, conforme podemos observar:

A OPEP nasceu de um movimento da necessidade que vínhamos sentindo, e eu fiz parte dessa OPEP, vinha sentindo, nós dirigentes do Paraná, quanto a certas mudanças e condução do esporte a nível estadual. Nós enxergávamos na época que estávamos defasados em questões de regulamento, estávamos defasados em questões de ações, estávamos perdendo campo no esporte a nível governamental. Reunimos em Cascavel, quer dizer tivemos várias reuniões, mas a última reunião foi em Cascavel, aonde a OPEP transcreveu a “Carta de Cascavel”, aonde ela solicitava mudanças, solicitava uma série de tomadas de posição que vieram a culminar numa melhoria dessa organização

¹¹⁵ Informação obtida em entrevista feita no dia 07 de abril de 2004, com o professor Vicente Piazza Filho, Secretário de Esporte e Lazer do município de Foz do Iguaçu.

esportiva a nível de Paraná. Dessa OPEP participavam o Joel de Locco, que era de Cascavel, o Ferreira que era de Ponta Grossa, eu que era de Campo Mourão, o Carlinhos que era de Guarapuava, o, tinha União da Vitória junto, tinha o Paulo Müller de Foz do Iguaçu (nessa época eu estava em Campo Mourão), tinha o Ricardo Nami de Medianeira, então era um grupo de 10 ou 12 pessoas que se interessavam e montaram essa, essa..., essa organização que se chamou de OPEP né, porque nós a partir dessa carta, nós então conseguimos nos impor perante os órgãos governamentais para que houvesse uma mudança a nível de estado.¹¹⁶

Pelas palavras de Piazza Filho, concluímos que a OPEP era composta por dirigentes esportivos das Prefeituras Municipais das suas cidades, que ocupavam cargos de secretário, presidente de autarquias ou fundações, diretor, chefe de departamento de esportes, ou outras funções e cargos similares, na qualidade de gestores esportivos municipais, e era assim conhecida, conforme lembra o professor, “porque você tinha, quem decidia no mundo as questões era a OPEP, que eram os Árabes do petróleo, então começaram a chamar de OPEP, porque nós estávamos decidindo sobre as questões e as direções a serem tomadas no esporte do Paraná”¹¹⁷. O professor recorda ainda que:

A OPEP funcionou num período curto. Foi um período curto, foi um período mais ou menos quando foi criada a coordenação de Educação Física e Desportos da Secretaria de Cultura e do Esporte. Foi no governo, se eu não me engano, do Ney Braga, no último governo do saudoso Ney Braga, né, que inclusive o Renato Werneck foi o primeiro coordenador e depois foi o de Londrina, o Lélío. E com o Lélío, nessa transição, que nós perdemos o departamento de Educação Física e Desportos do Paraná, que era da Secretaria de Educação e veio pra cá (*a atual Paraná Esporte*), e a partir desse momento a OPEP, que por solicitação da OPEP foi criado, no governo Alvaro Dias, que quando entrou, a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná, que o primeiro secretário foi o Gradia, né. Então por aí você vê porque que houve esse movimento. Então nessa parada, depois que foram atendidas as reivindicações, então se parou um pouco com essa OPEP. A OPEP acabou. Houve também uma, uma troca de dirigentes, e tudo, e ela se dissolveu.¹¹⁸

A reunião entre os membros da OPEP e os novos agentes do Estado reordenou o relacionamento daquele grupo com o governo, que, segundo pudemos observar nas considerações do ex-Secretário Edson Gradia, após o início das ações, deixou de ser contestadora e passou a ter um relacionamento pacífico com o governo do Estado, chegando ao ponto da sua dissolução. A esse respeito Gradia recorda:

“ela se dissolveu porque nós começamos a fazer um processo de decisão de maioria. Não eram 10 que votavam e diziam o que iam fazer. Nós fazíamos aquelas reuniões de início do ano, onde tudo era programado, discutido, tudo quanto é norma era discutida., inclusive as polêmicas, discussão de

¹¹⁶ Informação obtida em entrevista feita no dia 07 de abril de 2004, com o professor Vicente Piazza Filho, Secretário de Esporte e Lazer do município de Foz do Iguaçu. - Nota do entrevistador - o representante de União da Vitória era Algacyr Hugo Koslowski.

¹¹⁷ Id.

¹¹⁸ Id.

jogos abertos, federado, não federado, decisões difíceis como tirar federado de escolar, isso foi tudo discutido com a comunidade.”¹¹⁹

Para nós fica claro que a política de relacionamento do Estado com a comunidade esportiva, naquele momento, influenciou e foi influenciada pela OPEP, ainda que por um período curto e determinado de tempo.

Pelas lembranças feitas sobre os conteúdos e temas tratados com a OPEP e com a comunidade, mais uma vez transparece a noção de *habitus* manifestada pela lógica das competições esportivas implicitamente tratada ao verificarmos a referência feita à defasagem relativa aos regulamentos esportivos, aos jogos, aos atletas federados e não federados, bem como o monopólio de poder relativo no campo, por uma disposição estável de um pequeno grupo de agentes do campo, detentores de capital acumulado e tomadores de decisões, dando direcionamento às ações a serem desencadeadas. A reprodução do quadro de forças relativas àqueles que a produziram aparece minimizada, segundo pudemos constatar nas palavras de Gradia, pelo reordenamento no processo decisório e alteração do quadro configuracional.

Recordemos o entendimento do conceito de *habitus*, que como produto das relações sociais objetivas/subjetivadas, reduz e redireciona a reprodução de um ciclo das mesmas ações e relações objetivas que as forças que o produziram.

Quanto a essas forças, ações e agentes o Pierre Bourdieu explica

Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma ‘intenção objetiva’, como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes.¹²⁰

Prosseguindo na análise, sobre a montagem da equipe técnica da organização que estava sendo criada, notamos a prioridade dada à participação de professores de Educação Física à frente da coordenação dos trabalhos. Externamente, nas mensagens emitidas à sociedade, percebe-se também que, todo o processo foi gerenciado tendo como princípio a valorização dos professores de Educação Física¹²¹, o que deixa transparecer uma

¹¹⁹ Entrevista realizada com o ex-Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia, em Curitiba, no dia 09 de março de 2004.

¹²⁰ Id.

¹²¹ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades - 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr - 1988.

perspectiva totalmente focada no campo esportivo e portando potencialmente fortalecedora do *habitus* e todos os demais atributos da classe, concentrando e articulando todos os projetos e atividades na ótica do professor de educação física e na sua lógica de pensamento e ação.

Os Chefes de Departamento foram Cícero Galetto Ramos, Claus Fuchs, Lydia Scheremetta, Luiz Fernando Cordeiro e Paulo Gomes. A primeira equipe foi composta pelos seguintes professores: Aurea Ramos, Carlos de Oliveira Carli, Cláudia Maria Dalmora, Cristiano Barros Homem D'El Rei, Dilson José de Quadros Martins, Francisco Paulo Trautwein, Jacqueline Alberge Ribas, José Alberto de Campos, Julio Cesar Bassan, Luiz Fernando Olivo, Marcelo Moreira, Marco Aurélio de Ávila Carneiro, Maria Zuleica Lopes Koritiak, Mauro João Cachel, Renè Augusto Otremba Eiras, Romana Alexandra de Alexandre, Silvia Julia M.C. Lamastra e Vitor Domingos Martinez, atuando como técnicos desportivos. Como colaboradores estavam os professores Eduardo Galeb Junior, Elizabeth Camargo da Silva, Enio Mario Walewski, Heloisa M.S. de Almeida Bindo, João Bosco da Silva, Maria Tereza Nóbrega Pereira, Nelson Rodrigues, Angelita Pedroso. A equipe de apoio era integrada por Hécio von Borell du Vernay – na assessoria de marketing, Angela Beatriz P.C. Oliveira, como bibliotecária, Carlos Augusto Aldenucci, jornalista da organização, Renato Geraldo Mendes, como assessor jurídico, Rafael Lamastra Junior, na função de chefia de gabinete e Paulo Marcos Schmitt como responsável pelo centro de processamento de dados. Com exceção de Claus Fuchs (que vinha do município de Toledo) e considerando que ele já tinha vivência, experiência e participação direta como dirigente esportivo, todos os demais responsáveis técnicos eram professores de Educação Física, sendo grande parte deles recém-formados ou novos em sua profissão.

O planejamento das ações surgiu como pré-requisito necessário ao desenvolvimento esportivo do estado, pois segundo Gradia, “tudo que foi feito havia um pré-estudo, depois era feito o estudo e depois era feita a avaliação daquilo que foi feito”. Ao referir-se ao pré-estudo, como proposta abrangente de planejamento das ações, o governo, através do grupo de dirigentes, e, com a colaboração do educador Teófilo Bacha Filho, apresentou formalmente as suas intenções para o esporte paranaense através do documento intitulado

Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná¹²², para o período compreendido entre 1987 a 1991.

Pelas palavras de Gradia podemos observar que, nesse momento, foi considerada a intenção do planejamento como ferramenta de ação, ainda que contraditoriamente a própria Secretaria não tenha sido planejada, e que mesmo antes da formatação e formalização definitiva da Política Estadual de Esportes, a sua implantação já tinha sido desencadeada. Observamos, também, o caráter informal do processo de planejamento, deslocado de certas amarras administrativas ou processos científicos focados no planejamento e na gestão de políticas governamentais, mas profundamente enraizado nos conhecimentos e *habitus* da Educação Física.

O texto inicial introdutório da Política Estadual de Esportes apresentado por Alvaro Dias mostra que o Governador a preocupou-se com o papel de uma Secretaria Especial do Esporte, conforme verificamos:

Secretaria Especial do Esporte teria alguma coisa a ver com um programa de Ginástica Popular? Ou com um Programa de lazer preocupado em propiciar à população oportunidade de ocupação prazerosa e espontânea das horas livres, através de atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras? E o Esporte, o que significa para a população? E a Educação Física? Seria destinada apenas ao sistema educacional? E a recreação, a descoberta do corpo, a expressão poderiam evidenciar reais manifestações dos interesses, das necessidades, sentimentos e tradições populares? Seriam a “dança aeróbica” o “jazz” e a “biodança”, privilégios apenas de uma minoria? Ou seria possível popularizá-las?¹²³

As perguntas levantadas contribuem e induzem ao início de um raciocínio mais específico sobre o papel do Estado em relação ao esporte. Segundo pudemos notar no documento, “o processo de reflexão propiciado pela busca de respostas e soluções para as dúvidas levantadas, permitiu a identificação de contradições e problemas fundamentais existentes na realidade esportiva concreta do Estado do Paraná” entre os quais foram evidenciados:

- existência de modelos (técnicos-administrativos) copiados, principalmente, de Estados econômica e politicamente bem situados;
- existência de um esquema paternalista e clientelista;

¹²² Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná editada no governo Alvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990.

¹²³ Política Estadual de Esportes - Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, governo Alvaro Dias, Curitiba - Paraná - 1987, p.01.

- realização de uma série de eventos com um fim em si mesmo, sem qualquer reflexo social permanente, gerando apenas uma situação eminentemente elitista, passageira e onerosa, ao invés de uma ação que deveria envolver toda a população em um clima de participação contínua e natural;
- a repetição, todos os anos, de um calendário de eventos sem mudanças significativas e sem grandes perspectivas, sem levar em conta que a realidade concreta do Paraná é dinâmica, necessitando ser constantemente criada e recriada;
- inexistência de programas com origem nas situações ambientais, culturais, e nas tradições populares, fato, provavelmente, decorrente da falta de sistematização dos conhecimentos relativos às atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, não possibilitando a percepção de seus valores e reais significados;
- inexistência, enfim, de uma Política vista como um curso de ações em busca do poder, criando clima essencial que venha a garantir mudanças e transformações sociais, através da participação consciente de todos segmentos do Estado, das Federações Esportivas especializadas aos pequenos clubes, das escolas aos clubes de serviço e associações de bairro, dos menores aos maiores municípios.¹²⁴

Ao tratar a política como “um curso de ações em busca do poder” responsável por possíveis mudanças e transformações sociais, o documento evidencia a presença de diversos agentes e a distribuição desigual de poder entre os diferentes estratos e segmentos sociais, acentuando a possibilidade da análise na perspectiva da movimentação desses agentes em torno de alguns objetos de disputa.

As contradições diagnosticadas remetem à preocupação com a reestruturação do sistema esportivo vigente, e o estabelecimento de diretrizes que conduzam a democratização do processo e da prática das atividades propostas, procurando eliminar privilégios, onde o reordenamento das ações e o envolvimento da comunidade passam a ser objetivos a serem conquistados pela reflexão sobre o esporte.

Destaca-se como ação fundamental à eliminação das contradições “a definição de estratégias que possibilitem efetivas oportunidades de participação popular e de descentralização do processo de tomada de decisões” objetivando respeitar “a realidade concreta das comunidades com suas virtudes, deficiências, sentimentos e tradições”.¹²⁵

Pensando a implantação da política como um processo a ser desencadeado a partir da participação e da descentralização, o documento dá ênfase à transformação de discursos em prática e estimula a descentralização do processo de tomada de decisões pela transferência regionalizada de responsabilidades como conquista a ser objetivada através de ações “fundamentalmente” políticas. O documento esclarece, porém, que não se trata da política partidária, mas da política de comprometimento nas ações desencadeadas.

¹²⁴ Política Estadual de Esportes - Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, governo Alvaro Dias, Curitiba - Paraná - 1987, p.01.

¹²⁵ Id., p 02.

Participar, integrar, decidir e transformar aparecem como palavras de ordem na nova gestão esportiva que se inicia.

A seguir, são apresentados alguns princípios essenciais para a implantação da Política Estadual de Esportes¹²⁶. Comprometendo o grupo de dirigentes e especialistas responsáveis por desencadear o processo com a necessidade de “pensar alto, ousar, assumir riscos, querer o melhor, assumir atitudes transparentes e autênticas”¹²⁷ possibilitando “que o Estado do Paraná saia do senso comum” através de atitudes filosóficas, científicas e políticas, detalhadamente apresentados no texto do documento.

Afim de definir o foco e delimitar o campo de atuação do Estado através da Secretaria Especial do Esporte, a redação apresenta uma reflexão epistemológica em torno da Educação Física, esporte (entendido “como um fenômeno social, econômico, cultural e político”), recreação e dança, assumindo a definição de Medina.

No entendimento de João Paulo Subirá Medina, citado na Política Estadual de Esportes do governo Alvaro Dias, "Educação física é a arte e a ciência do movimento humano que, através de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido da sua autorealização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre"¹²⁸.

De acordo com a Política Estadual de Esporte surgiu, a partir da definição de Medina, a necessária definição sobre quais são as “atividades específicas utilizadas como auxiliares na formação integral de seres humanos”¹²⁹, assim entendidas:

- a) Atividades Esportivas: o esporte e as diversas formas de enfocá-lo;
- b) Atividades Recreativas: inseridas no lazer popular e em projetos de vida comunitária;
- c) Atividades Expressivas: a ginástica, a dança e outras manifestações que expressam os sentimentos e a cultura de uma população;
- d) Atividades Motoras: o desenvolvimento e a aprendizagem motora como base para a educação para a vida.

¹²⁶ Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná editada no governo Alvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990.

¹²⁷ Id. ibid., p.03.

¹²⁸ MEDINA, J.P.S. **A Educação Física cuida do corpo e ... “mente”** - Campinas: Papirus, 1993.

¹²⁹ Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná editada no governo Alvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.05.

As atividades específicas, citadas como manifestações do esporte, são classificações propostas pelo professor Manoel José Gomes Tubino, e foram adotadas pelo governo do Paraná na forma de projetos, como os já citados “Corpo e Expressão”, “Motor” e “Olimpíada Escolar” distribuídos nos programas do esporte rendimento, esporte escolar e esporte popular.

Essa discussão epistemológica tende a consolidar os detentores de capital, nesse caso necessariamente cultural ou de conhecimento, contribuindo para a assimilação de novo *habitus*, adotado pelo efeito mimético a sua reprodução, mas não necessariamente compreendido pela maior parte dos demais agentes do campo, enfraquecendo o processo político da implantação, em decorrência das incertezas e fragilidades em torno do conhecimento inerente aos conteúdos específicos do campo esportivo.

Por conta da análise de textos preliminares oficiais, com anotações dos próprios redatores da Política Estadual de Esportes, observamos que antes da elaboração e apresentação definitiva do documento, houve a realização de debates “nas nove regiões esportivas do Estado do Paraná, com lideranças municipais, esportivas e educacionais” e a busca de apoio em “informações fornecidas pelo Tribunal de Contas da União, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR” como instrumentos de coleta de informações e meios ao estabelecimento dos princípios essenciais apresentados¹³⁰ “que orientaram a formulação do programa e do plano”, assumindo como compromisso formalizado a tomada de decisões e a geração de projetos em consonância “com a finalidade e os objetivos estabelecidos, decorrentes dos debates dos quais participaram os representantes dos diversos segmentos sociais do Estado”.

São descritos como princípios essenciais a dimensão social da Educação Física e o entendimento do seu caráter multidisciplinar de conhecimento, o “respeito pelas situações ambientais, culturais, sentimentos e tradições populares”, o compromisso com a permanente revisão epistemológica e conceitual sobre a Educação Física e o conjunto de atividades específicas, a negação da “ação paternalista ou clientelista por parte dos segmentos”, o compromisso pelas atitudes transparentes e autênticas, o uso da técnica com

¹³⁰ Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná editada no governo Alvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.06.

respeito às individualidades, estimulando a criatividade e a valorização das necessidades do cidadão, o atendimento a todos os municípios do Estado, tendo porém como prioridade declarada os “213 com população até 20.000 habitantes”. É descrito ainda a busca do rendimento esportivo com qualidade estruturado nos Jogos Abertos do Paraná em sua fase final, mas tendo as fases regionais da competição “como melhor oportunidade de democratização da prática esportiva”, em um processo de desenvolvimento esportivo que tem com base os Jogos Escolares do Paraná.

Cabe recordar que nesse período o Estado do Paraná era constituído por 318 municípios, tendo, portanto, a maior parte deles uma população inferior aos 20.000 habitantes¹³¹.

A opção dada, de maneira declarada, aos pequenos municípios surge como estratégia de estímulo e valorização à participação daqueles que até o momento não tinham direito à voz e voto nas decisões governamentais, prioritariamente tomadas considerando a intervenção política dos membros da OPEP, conforme constatamos, que vem inicialmente desprovida de um planejamento mais refinado. A opção se sustentou na vontade política do Governador e do Secretário de Estado, e foi reforçada pelas decisões e deliberações técnicas do Diretor de Esportes e sua assessoria, ao menos nos primeiros anos da gestão.

O pronunciamento do Estado sobre a sua política de atuação não eliminou algumas características cristalizadas no seio da sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao paternalismo e ao clientelismo como políticas de atuação governamental em relação a determinados setores da sociedade, marcadas no esporte pela distribuição de jogos de camisa, troféus e medalhas.

A tentativa de minimização do clientelismo aparece através de projetos como o Integração, criado em outubro de 1987, que fortalece o relacionamento do Estado com os municípios menores, através do repasse criterioso de um kit de materiais esportivos, com os objetivos de:

- Estabelecer critérios, possibilitando que os municípios do Paraná se integrem à Política de Esportes;
- Propor convênios entre Fundação de Esportes/Município;
- Definir direitos e deveres de ambas as partes interessadas no convênio;
- Estabelecer a necessidade de uma ação permanente que possa ser constantemente acompanhada e avaliada;

¹³¹ Para conhecimento sobre os municípios que possuíam população inferior a 20 mil habitantes, ver o anexo I - grupos de cidades e respectivos técnicos que prestaram assessoria técnica e política.

Democratizar as atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras.¹³²

Conforme pudemos constatar nos relatórios oficiais, os pedidos de doação de material esportivo feitos pelos deputados estaduais, prefeitos municipais, vereadores, associações e outros canais de articulação política de setores da sociedade eram atendidos na medida em que o interessado apresentasse um projeto de uso dos materiais, fazendo a opção por alguma modalidade esportiva, com a indicação de professor de Educação Física responsável, a delimitação da clientela a ser atendida e a apresentação de um cronograma de atividades. O acompanhamento da veracidade das informações era feito através do envio de relatórios com fotos e visitas pessoais dos técnicos desportivos ao local indicado. Ao Estado cabia a promoção de cursos de capacitação, indicação de professores (quando solicitado) e fornecimento de material esportivo.

Segundo consta na Política Estadual de Esportes, as ações que seriam executadas a partir do plano apresentado deveriam ter como fim “o desenvolvimento integral do ser humano, isto é, na sua dimensão bio-sócio-psico-motora”, e seriam cumpridos conforme fossem sendo atingidos os seguintes objetivos:

- a) democratizar a prática das atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, assegurando a todos o direito de participação;
- b) promover o desenvolvimento do nível técnico-esportivo, das representações municipais e estaduais;
- c) propiciar a todos, oportunidade de participação prazerosa e espontânea nos programas de lazer;
- d) promover atividades específicas tendo em vista a preservação da saúde e da aptidão física da população;
- e) promover programas de desenvolvimento e aprendizagem motora, com forma de educação para a vida;
- f) promover a integração com programas de outras Secretarias de Estado principalmente aquelas relacionadas às questões sociais, políticas e científicas¹³³.

O documento apresenta os programas que serão implantados para a consecução dos objetivos estabelecidos, classificados em programa de atividades esportivas-esportes, caracterizado “como ação eminentemente competitiva, desenvolvida de acordo com regras pré-estabelecidas” e constituído dos níveis de esporte de rendimento, “enfocado como produto da ação integrada do Estado com a iniciativa privada” estimulando as parcerias,

¹³² Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1989, item 2.1.

¹³³ Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná editada no governo Alvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.07.

investimentos ações de comunicação e marketing longe das “improvisações”. Neste sentido, o esporte é encarado como negócio onde o Estado e a iniciativa privada são tidos como fortes competidores, cabendo ao Estado dar início ao processo através de ações de envolvimento e promoção de incentivos fiscais.

Para dar conta da implantação do esporte nesta perspectiva, a política estabelece “como iniciativa decisiva” a estruturação de um “Centro de Excelência em Treinamento Esportivo”, inicialmente centralizado com perspectivas de descentralização através de “Centros Regionais de Treinamento Esportivo” estimulando o desenvolvimento de núcleos regionais que institucionalizariam a “prática esportiva em todo Estado”.

Nesse sentido, a renovação e a atualização técnica deveriam ser assegurados por meio de uma estrutura responsável pela capacitação de recursos humanos, formando e mantendo atualizados os especialistas de todo o Paraná, servindo ainda como estrutura de apoio às federações esportivas na conquista dos seus propósitos institucionais.

A estruturação do Centro de Excelência em Treinamento Esportivo no modelo multidisciplinar proposto, centralizado no Ginásio de Esportes Prof. Almir Nelson de Almeida, conhecido como Ginásio do Tarumã, em Curitiba efetivou-se, parcialmente, com a implantação do Laboratório de Ciências do Movimento, com a realização de alguns cursos de capacitação e treinamento de técnicos e dirigentes, e pelo estímulo ao uso do espaço por parte das mais diversas federações esportivas. Uma das ações que marcaram essa decisão foi a publicação de decreto governamental que estabelecia o uso daquela praça esportiva com exclusividade para eventos e atividades do esporte, já que anteriormente o histórico do Ginásio do Tarumã registrou a realização de *shows* musicais, festas religiosas e uso para outras finalidades.

A perspectiva de descentralização através dos Centros Regionais de Treinamento Esportivo e dos núcleos regionais de prática esportiva espalhados pelo interior do Estado efetivou-se modestamente através dos Centros Regionais de Esportes, tidos como unidades puramente administrativas, sem infra-estrutura esportiva acoplada, conforme o interesse manifestado. Portanto essas unidades, inicialmente pensadas como pólos de concentração e formação de atletas, nas mais diversas modalidades esportivas, evidenciam-se otimizadas como núcleos de idéias e de gestão de processos, rotinas e expediente administrativo, com a intenção da descentralização, mas com a prática da desconcentração, conforme

identificamos na entrevista concedida por uma funcionária/técnica desportiva do Centro Regional de Esportes de Londrina.

Apesar disso, é relevante considerar que, pela primeira vez na história esportiva do Paraná, este modelo de gestão - tendo Centros Regionais como unidades administrativas do Governo Estadual nas diferentes regiões - foi colocado em prática.

Outra ação apresentada e merecedora de constantes especulações e investidas, mas que não se efetivou na prática, foi a destinação de recursos públicos decorrentes da arrecadação de impostos, através de incentivos fiscais¹³⁴ em benefício do esporte.

Em seguida, objetivando assegurar que o esporte rendimento viesse a se tornar realidade e considerando que “o local que reúne o maior contingente populacional em condições de obter uma adequada formação, inclusive esportiva, é a escola” aparece o programa de esporte escolar, tendo a escola como “centro da comunidade” e “ponto inicial do processo esportivo”, servindo “de sustentação para o trabalho a ser desenvolvido nos Centros Regionais”.

O terceiro programa apresentado foi o de esporte popular, assumindo que “as atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras constituem um fenômeno social, político cultural e econômico” como meio ao crescimento e desenvolvimento esportivo social.

Neste programa são citados os segmentos “sociais mais carentes e desprotegidos” e “as associações” envolvidas no processo esportivo pela utilização de horários ociosos da escola, além de outras ações comunitárias desencadeadas com as prefeituras municipais e empresas do setor privado.

A esse respeito, uma das iniciativas reconhecida como modelo da proposta foi o caso do colégio Unidade Polo de Campo Mourão, como fruto de um projeto executado no governo anterior, conhecido como Clubes Esportivos Escolares. Por parte da gestão do

¹³⁴ Os incentivos fiscais são representados pela renúncia fiscal feita por parte do governo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, de parcela de recolhimento de tributos a um determinado setor da economia. O que define sobre qual imposto incidirá a lei é exatamente a origem da sua proposição (federal, estadual, municipal) e a competência tributária de cada um dos entes da união. Em 05 de maio de 2000, com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, um código de conduta do gestor público com o pressuposto de promover mudanças estruturais e culturais profundas com base na responsabilidade e na transparência das ações, a adoção da renúncia fiscal como ferramenta de incentivo ao desenvolvimento de determinado setor da economia e da sociedade por parte dos governos sofreu inibição legal, e passou a ser uma iniciativa sujeita à avaliação mais criteriosa.

governador Alvaro Dias, apesar do estímulo à iniciativa, a idéia não foi efetivada com sucesso.

Ainda tratando do programa de esporte popular, o foco de análise passa a ser o conjunto de atividades recreativas – lazer, atividades expressivas, e atividades motoras, com conteúdos específicos mas com meios similares de implantação. Conforme pudemos perceber em algumas providências necessárias ao desenvolvimento das atividades descritas, como a necessária consulta à comunidade na detecção de necessidades e expectativas, estimulando a construção, gestão e manutenção de centros de lazer pela própria comunidade, a ocupação de espaços públicos disponíveis (como a rua, a praça, a escola e outros) tendo a oferta de oportunidades como pressuposto.

Nas considerações finais no texto da Política Estadual de Esportes, reafirma-se que

ao definir seus programas, partiu de uma dimensão social da Educação Física e suas atividades específicas, com proposta de envolvimento de todos os segmentos sociais do Estado, de modo a levar todos à Participação, Integração e Transformação¹³⁵.

Embora o texto tenha relatado que não existiu a preocupação de caracterizar segmentos, justificando-se na necessidade de respeitar as diferentes realidades, dois deles são apontados como merecedores de atenção especial: “a população em idade escolar e que não se encontra na Escola” considerada excluída pela falta de oportunidades pelos privilégios às “categorias sociais de maior poder econômico” e a “população portadora de deficiências”, igualmente excluídos pela imagem dominante na sociedade de que “o portador de deficiência não seja apto para a prática das atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras”¹³⁶.

A respeito das escolhas feitas pelas pessoas sobre a prática esportiva, numa análise relativizada entre a oferta e o consumo esportivo, Bourdieu nos faz pensar sobre “que princípios os agentes escolhem entre as diferentes práticas ou consumos esportivos que lhes

¹³⁵ Para maiores informações, consultar a Política Estadual de Esportes da Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná editada no governo Alvaro Dias, com propostas para o período de 1987 a 1990, p.13.

¹³⁶ Política Estadual de Esportes, Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná, editada no governo Alvaro Dias, Curitiba-Pr, 1987.

são oferecidos como possibilidade em um dado momento”, procurando “compreender o sentido que estas práticas assumem”¹³⁷ no interior de uma configuração em questão.

Deparamo-nos com o comportamento daqueles que desfrutam dos serviços do esporte e lazer – os consumidores do esporte como praticantes. É importante, ao retomarmos as categorias de análise de Bourdieu, considerar que no campo esportivo, pela ação dos jogadores na produção e oferta dos serviços e suas lutas de interesses, o caráter mimético e o da reprodução tendem a perpetuar um modelo esportivo a ser consumido por determinados substratos da sociedade. É o estímulo à demanda e escolhas individuais pela opção desta ou daquela prática a partir do que se produz no ato cíclico e contínuo de incorporação do *habitus*.

Como pano de fundo, na cena da cultura esportiva e corporal, visualizamos o conceito ampliado do esporte contemporâneo na perspectiva da competição e do negócio, apresentando novo delineamento à demanda esportiva e ao comportamento dos usuários, interferindo no olhar e percepção do cidadão acerca do fenômeno esportivo.

Partindo dessas constatações, estimulados por interpretar o esporte inserido numa nova ordem social e pensado pela lógica do espetáculo esportivo, precisamos encontrar respostas para os seguintes questionamentos: quais são, nesse sentido, as vantagens palpáveis do esporte? o que leva as pessoas para o esporte?

O mundo esportivo tem sido palco de uma concorrência orientada para a busca de lucros específicos, e assumida em nome de interesses individuais. Um ordenamento que deixa transparecer forte inclinação no sentido de que as práticas sejam oportunizadas cada vez mais às pessoas que já foram anteriormente dadas oportunidades de acesso, e que exatamente pela oportunidade (além de outros fatores aos quais não dedicaremos maior atenção nesse momento) conquistaram um espaço de destaque no interior desse campo – os atletas.

Sob a perspectiva das oportunidades, ao analisarmos uma carreira esportiva como bem-sucedida, precisamos entendê-la como fruto de um processo contínuo de acumulação no qual o capital inicial, representado por resultados e conquistas esportivas, tem um papel prioritário.

¹³⁷ BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo?** in: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.136.

Competição, esforço, melhores classificações, convocações, títulos, conquistas e prêmios materializados em troféus e medalhas, técnicos e clubes renomados, entre outros símbolos, são palavras de ordem na lógica distintiva da vida esportiva profissional, concorrendo para que o acúmulo de capital, prioritariamente social e físico conduza cada vez mais ao acúmulo do próprio capital. Essa lógica proporciona o reconhecimento e a visibilidade dos atletas, técnicos, dirigentes, meios de comunicação e promotores, inclusive os governos.

Nessa perspectiva, procurando compreender um pouco mais sobre o comportamento dos governos em relação ao esporte, constatamos uma nova ordem e lógica de funcionamento dos agentes nos diversos segmentos da sociedade pautada no mercado, a qual o setor público rende-se, adotando um modelo privado de gestão esportiva.

Desta forma, o esporte amador assume a mesma postura espetacular, encaixando-se ao molde profissional de gestão, que distancia gradualmente o Estado do cidadão, colocando-o mais próximo do consumidor. Invertem-se os princípios e valores inerentes às práticas públicas. Segundo Betti, é uma dinâmica que ameaça a cidadania porque

tem substituído o Estado como garantidor dos direitos sociais, pela capacidade de competir no mercado. O cidadão, como categoria política, é substituído pelo consumidor, categoria econômica. Não mais reivindicamos e conquistamos direitos, mas os compramos no mercado. À ética da cidadania sobrepõe-se a ética do consumidor.¹³⁸

É com o propósito de esclarecer a dinâmica das organizações governamentais, baseado no pressuposto da inversão da lógica no seu comportamento, que fazemos referência ao caso anteriormente citado, onde vemos o governo estadual demonstrando essa preocupação com “a população em idade escolar e que não se encontra na Escola” e a “população portadora de deficiências”, como estratos excluídos da prática esportiva na configuração social daquele momento por conta da falta de oferta ou dos “pré conceitos”, ou inversão da lógica de raciocínio, de forma não declarada, pela parte dominante da sociedade no campo esportivo.

Como diretrizes políticas norteadoras do Plano Estadual de Esportes, a Secretaria Especial do Esporte e a Fundação de Esportes do Paraná estabelecem a efetiva participação popular e comunitária, a minimização dos privilégios e do paternalismo autoritário, e a

¹³⁸ BETTI, M. **Educação física, esporte e cidadania**: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Florianópolis: UFSC, v.20, nº 2 e 3, 1999, p.88.

transformação de uma população receptora e passiva pela substituição dos programas de eventos, asseguradas pelo entendimento que o Estado passa a ter sobre o esporte como “fenômeno social, econômico e político” e um direito de todos. Estabelecem ainda que as ações devem ser desencadeadas de forma integrada com as outras áreas, sujeitas à avaliação crítica constante e devem ser destinadas prioritariamente à parcela desprivilegiada da população paranaense, pelo processo de descentralização das tomadas de decisões, pela valorização do esporte escolar com ênfase em programas de desenvolvimento motor e das atividades de lazer e pelo incentivo às Federações Esportivas Especializadas e à Federação Paranaense de Desportos Universitários.

A proposta de transformação da população receptora e passiva pela substituição dos programas de eventos, e o entendimento do esporte como fenômeno social de direito de todos, tem com pressuposto a compreensão do papel e do dever do Estado em assegurá-lo às mais diversas camadas da população.

Aos municípios, o Estado estabeleceu papel fundamental no desenvolvimento de políticas e planos municipais em consonância com as diretrizes estaduais. Incumbe aos municípios a responsabilidade sobre as ações esportivas, recreativas e de lazer locais, tanto nos aspectos executivos como legislativos, estimulados e assessorados pelo Estado essencialmente no que diz respeito à descentralização dos processos decisórios.

Chamamos a atenção para o entendimento institucional manifestado da necessidade do desenvolvimento de programas, como ações simultâneas, considerando que “os mesmos deverão interagir e integrar de forma sistemática, o que permitirá adequada compatibilização com os interesses e necessidades dos diversos segmentos sociais da população”. O Estado assume o compromisso de realizar e dar tratamento aos eventos tradicionalmente promovidos como Jogos Abertos do Paraná, Jogos Escolares, e as competições dos Pólos Esportivos.

Segundo pudemos verificar em regulamentos e documentos oficiais, a primeira edição dos Jogos Abertos do Paraná aconteceu na cidade de Londrina no ano de 1957 (será realizada a 47ª edição do evento em 2004, ininterruptamente). A primeira edição dos Jogos Escolares aconteceu em 1953 com o nome de Jogos Colegiais, somente em Curitiba (será realizada a 51ª edição em 2004). Em 1975 esse evento recebeu a denominação de Jogos Escolares, e sofreu interrupção entre 1998 e 2002, já no governo Jaime Lerner (tendo

Alcione Saliba como Secretária de Estado da Educação). Os Pólos Esportivos tiveram o seu início com o programa Polarização do Esporte, desenvolvido no governo Ney Aminthas de Barros Braga, anteriormente ao governo Alvaro Dias.

Conforme as informações levantadas no relatório anual de atividades, no primeiro ano da gestão foram executados os seguintes projetos: Seminário de Gerenciamento Esportivo; Pólos Esportivos; Jogos da Juventude – Copa Itaú; Jogos Escolares do Paraná; Cross-Country; Ilha do Mel; Operação Município; Integração; Biblioteca da Fundação de Esportes do Paraná; Código de Justiça e Disciplina Desportiva; Avaliação Desportiva; Arbitragem; Biblioteca da Fundação de Esportes do Paraná; Código de Justiça e Disciplina Desportiva; I Seminário Paranaense de Marketing Esportivo – Estratégia para o Esporte e Diagnóstico e avaliação relacionada à aptidão física do paranaense¹³⁹.

Em 1988, a Secretaria Especial do Esporte agregou o Turismo, passando a ser chamada Secretaria Especial de Esporte e Turismo do Paraná, e a Fundação passou a ser Fundação de Esportes e Turismo (FESTUR), mas com diretorias e organograma separados. A equipe que atuava com o esporte não sofreu alterações significativas, a não ser com a substituição do Diretor de Administração e Finanças José Geraldo Canesin por Doralice Rodrigues Lopes.

Nas palavras do Secretário Edson Gradia, a ex-diretora Doralice é merecedora da seguinte consideração: “Eu sou muito grato à Dora. Era ela e o Nelson (chefe do departamento financeiro). Olha, nós causávamos inveja nas outras secretarias, porque nós sempre tínhamos dinheiro em caixa. Nunca faltou um real pra nós fazermos nenhum tipo de atividade [...]”¹⁴⁰

No segundo ano de gestão, foi apresentado o primeiro relatório das atividades realizadas pela Secretaria Especial do Esporte e pela Fundação de Esportes do Paraná¹⁴¹, coincidindo com o “momento em que se iniciam as novas administrações municipais” que, segundo Edson Gradia, Secretário Especial do Esporte e Turismo, se trata de “mais do que uma prestação de conta aos que chegam, fazemos uma convocação”, referindo-se ao

¹³⁹ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988.

¹⁴⁰ Entrevista realizada com o ex-Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia, em Curitiba, no dia 09 de março de 2004.

¹⁴¹ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988 – Apresentação.

esforço no cumprimento de compromissos públicos com a população na garantia dos seus direitos, sendo o esporte um deles. O texto chama a atenção para um esforço conjunto entre Governo e comunidade no fortalecimento político do esporte.

Entre o conjunto de projetos e atividades desenvolvidas e que constam no relatório de dois anos de atividade encontramos aquelas referente ao Programa de Atividades Esportivas divididas entre o Esporte de Rendimento, Esporte Escolar e Esporte Popular.

No programa de Atividades Esportivas foram relacionados: os Pólos Esportivos nas diversas modalidades, torneios, capacitação de recursos humanos para o esporte de rendimento, realização dos Jogos da Juventude – Copa Itaú, Jogos Abertos do Paraná - em suas fases regionais e final, avaliação desportiva, e operacionalização dos órgãos judicantes.

Segundo consta no relatório, o evento Jogos da Juventude - Copa Itaú, criado em 1987 pela Fundação de Esportes, era

destinado aos atletas de ambos os sexos (16 anos), envolvendo todas as seleções municipais (federados e não federados). Foi criado para complementar o trabalho de desenvolvimento esportivo do estado, uma vez que existia uma lacuna entre Jogos Escolares e Abertos.[...] Os I Jogos da Juventude foram realizados em Ponta Grossa entre 30.10 a 08.11.81, com a participação de 37 municípios.¹⁴²

Os II Jogos da Juventude foram realizados em Foz do Iguaçu, no período de 26 de agosto a 04 de setembro de 1988, tendo contado com a participação de 57 municípios.

Para o Esporte Escolar foram desenvolvidos os Jogos Escolares do Paraná em suas fases regionais e finais, a capacitação de recursos humanos e olimpíada escolar, proposta de realização da Semana Cultural Esportiva ou Olimpíada Escolar Interna¹⁴³, otimização dos Jogos Escolares – fase regional, Jogos Escolares Brasileiros, avaliação desportiva, operacionalização dos órgãos judicantes.

A prática do esporte dentro da escola amparou-se na afirmação que “o local que reúne o maior contingente populacional em condições de obter uma adequada formação,

¹⁴² Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988.

¹⁴³ Id. - “A ser incluída no currículo escolar de todos os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada do Estado do Paraná, organizada e realizada pelos próprios, constando de atividades culturais, esportiva e recreativas. Para o ano de 1989 a Secretaria de Estado da Educação reservou em seu calendário um espaço denominado “Semana Cultural Esportiva”.

inclusive esportiva, é a escola”¹⁴⁴. Ainda que as ações, que tivessem a escola como o centro da comunidade, não tenham sido desencadeadas conforme anunciadas, a escola mereceu atenção especial pela realização de alguns festivais localizados de atividades expressivas e motoras como iniciativas norteadoras da Olimpíada Escolar Interna.

Os Jogos do Sudoeste, Corra mais para a Saúde, Ilha do Mel, Jogos Abertos do Vale do Pirapó, Jogos Abertos do Vale do Ivaí, Jogos Internos do Banestado, Jogos dos Departamentos de Estrada de Rodagem, Viva Mais – operação Verão 88, IV Corrida da Independência foram executados como projetos e atividades do programa Esporte Popular.

Com a realização dos Jogos Regionais, como reprodução do modelo de competição, realizado nos tradicionais eventos oficiais promovidas pelo Estado, tendo como exemplo os Jogos Abertos do Paraná e suas fases regionais, o Governo do Estado estimulou e apoiou a iniciativa dos municípios em realizar os Jogos Abertos do Vale do Ivaí, Jogos Abertos do Vale do Pirapó, os Jogos Abertos da Região de Cantuquiriguaçu, os Jogos do Sudoeste como iniciativas das comunidades. Esses eventos tinham basicamente a mesma estrutura operacional das Fases Regionais dos Jogos Abertos do Paraná, bem como o público participante. Podemos apontar as principais diferenças: inclusão de modalidades esportivas com características regionais, que não eram disputados nos Jogos Abertos do Paraná, como o caso da malha; descolamento das regras válidas para um evento estadual, dando mais flexibilidade na participação e na administração dos referidos eventos; valorização das disputas regionais entre cidades próximas e do mesmo porte, na conquista, através do esporte, de uma certa hegemonia e supremacia regional junto ao público participante, gerando grande exaltação e movimentando de forma significativa a comunidade local, estimulada pelos meios de comunicação locais, em especial rádios e jornais.

A realização, por parte do governo estadual, de eventos dessa natureza representou uma aproximação positiva do Estado com as diversas comunidades beneficiadas, pela valorização e estímulo dados à realização das iniciativas locais de envolvimento da comunidade com as atividades esportivas, rendendo lucros políticos e institucionais à administração pública estadual. Não raras vezes a realização desses eventos, inclusive das fases regionais dos Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos, vinha

¹⁴⁴ Para maiores informações ver a página 67 desse trabalho.

acompanhada pela inauguração de uma nova praça esportiva, ginásio de esportes ou quadra polivalente, contando com a presença do Governador do Estado.

Visto por outro ângulo, observamos uma duplicidade de investimentos em ações esperadas, sendo que uma delas (fase regional de Jogos Abertos do Paraná) acontecia como classificatória para uma fase final estadual, e a outra (Jogos Regionais) era realizada na perspectiva de uma grande festa esportiva regional, com o propósito maior do envolvimento e participação comunitária.

Também constatamos a valorização da política de eventos, representada pelos moldes tradicionais da competição esportiva, manifestando-se novamente como *habitus* incorporado dos agentes do campo, apoiado e reforçado pelo Estado como legítimo detentor do poder e capacidade de transformação das idéias da população em ação.

Seria, segundo constatamos em Bourdieu, perceber que “um dirigente político é alguém que tem o poder de fazer existir aquilo que ele diz [...] a linguagem do dirigente é uma linguagem autorizada (pelas próprias pessoas às quais ele se dirige), é portanto uma linguagem de autoridade, que exerce um poder, que pode dar vida ao que diz”¹⁴⁵.

É o personagem político como o agente emissor legítimo com autoridade relativa para destinatários dignos de receber o que o emissor quer passar, o que pressupõe a liberdade de comunicação. Os destinatários das mensagens desse personagem estão prontos para reconhecer a autoridade e suas ofertas para uma situação também legítima entre os jogadores, que tratam-se por meio de uma linguagem legitimada e em nome da realização das suas expectativas.

Em seguida, são apresentados os resultados referentes ao programa de Atividades Recreativas (capacitação de recursos humanos, comunidade em tempo de recreação), Programa de Atividades Expressivas (motor, corpo e expressão, Festival intercolegial de dança e expressão) e Programa de Atividades Motoras (atletismo em bases motoras, capacitação de recursos humanos, psicomotricidade).

Conforme pudemos observar, as ações complementares e de apoio estão relacionadas nos Programas Especiais: Centro de Excelência, Centro Regional de Esportes-CRE-Cascavel, Operação Município, assessoria técnica para implantação de projetos esportivos, projeto Esporte 88, Integração, Frutos da Terra, Paraná Olímpico, I Campeonato

¹⁴⁵ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 52.

Brasileiro Inter-Clubes de Basquetebol Sobre Cadeira de Rodas, Avaliação Desportiva, Arbitragem, Jornal “Esportes” da Fundação, Biblioteca da Fundação de Esportes do Paraná, Central de Processamento de Dados, II Seminário Paranaense de Marketing Esportivo – Estratégia para o Esporte, Código de Justiça e Disciplina Desportiva, apoio às federações amadoras, transferências diversas de recursos, a partir de despesas de custeio, PRAM ou LOTOPAR e Seminário Anual de Planejamento.

Nas considerações finais no relatório analisado, encontramos nas palavras do professor Paulo Roberto de Oliveira, Diretor Técnico da Fundação de Esporte e Turismo do Paraná o seguinte:

Alguns cuidados foram tomados desde o início, especialmente quanto ao conceito de Estado, deixando de lado o caráter de pompa magnificência, buscando a simplicidade, eficácia e eficiência e principalmente dando uma dimensão mais abrangente e global, onde todos os municípios desde o menor ao maior, tiveram os direitos considerados e os deveres cobrados. Acabaram-se os tratamentos diferenciados e todos passaram a ser considerados com o mesmo respeito e atenção. A partir de posturas claras, cristalinas e do amadurecimento profissional de alguns funcionários da Fundação, que optou desde o início em “participar, integrar, renovar e transformar”, fomos conquistando a confiança de muitos novos municípios que foram se estimulando e agora estão definitivamente integrados no meio esportivo. Hoje a maioria dos municípios participam com confiança e desprendimento das promoções da Fundação de Esportes do Paraná, todos aprenderam convivendo com as virtudes e com as limitações. Já não existe mais espaço para os apenas “falantes”, esbravejadores, inconseqüentes, mas o momento é de soluções, sugestões compromissos, participação. Convivemos com oposições e nos sentimos muitas vezes estimulados pelas mesmas, pois souberam ser inteligentes, participativas e propuseram soluções e o Paraná cresceu e conseguiu respeito e projeção nacional e hoje já se posiciona como liderança em potencial, que luta contra a ausência de propostas e de uma Política Nacional de desportos definida.¹⁴⁶

Na reflexão sobre o pronunciamento de Oliveira, percebemos uma aproximação com a afirmação de Benson, ao tratar as organizações sociais como “produtos de processos” em constante construção¹⁴⁷, que se articulam a partir dos seguintes princípios: idéias e ações; interesses; e poder.

Para Benson, a correlação das forças se dá em dois níveis de realidade: morfologia organizacional (considerando escolhas sobre o ramo de atuação, tecnologia, objetivos; arranjos estruturais oficiais; constituição e relações ambientais formais) e infra-estrutura

¹⁴⁶ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988 (Considerações Finais).

¹⁴⁷ Tradução livre por Carolina Andion e Maurício Serva de: BENSON, J.K. “**Les organisations: un point de vue dialectique**”, in SÉGUIN, F. et CHANLAT, J.F. **L’analyse des organisations une anthologie sociologique**. Tome I : Les théories des organisations. Montréal: Gaëtan Morin, 1983, pp.4-5.

organizacional (caracterizada por aspectos não racionalizados da ação; ligações profundas com a sociedade e relações internas de poder e controle).

Em linhas gerais, o campo da administração pública, totalmente perpassado pelas variáveis políticas, deve ser entendido como “um campo social como outro qualquer com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros”¹⁴⁸.

Entre esses interesses, podemos verificar a luta pela conquista de uma relativa hegemonia política simbolizada pelo prestígio, reconhecimento, reputação, competência e celebridade da liderança e autoridade no campo e que possa, circunstancialmente, ser traduzida em votos.

Nesse sentido, entendemos que seja impregnada de um romantismo interessado, e portanto como uma estratégia de jogo, a idéia da ação governamental como uma política neutra e voltada puramente ao atendimento das necessidades da população, num campo onde também se estabelece a relação de oferta e demanda entrecruzada pelos interesses de conquista da legitimidade, autoridade e monopólio do poder, segundo os quais são orientadas todas as práticas dos agentes no campo político.

Trata-se de um jogo de poder e dominação pela legitimação e imposição da definição desta ou daquela verdade e a utilização de todos os mecanismos inerentes, que possam auxiliar na conquista de votos, ocupação de espaços e manutenção do *status*.

Entrar nesse debate nos leva a desvendar os mecanismos de dominação no campo político em sua intersecção (ou sobreposição) com outros dois campos: o campo esportivo e o campo da administração pública. Isso requer a releitura das mensagens governamentais emitidas para a sociedade, e a imediata vinculação da competência política como “pura representação social, poder simbólico” submetida às condições próprias de estrutura e funcionamento do campo, percebendo os conflitos não como pura e simplesmente ideológicos, mas de poder.

O entendimento de um debate eminentemente ideológico que procure mostrar “a verdade legítima”, em nosso caso no campo esportivo, pela ótica política mostra-se vazio de sentido, quando desprovido da análise e discernimento sobre a dimensão prioritariamente política intrínseca ao conflito em questão. Também, a simples interpretação política ao redor das discussões ideológicas perde o sentido por razões óbvias.

¹⁴⁸ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.122.

Nesse enfoque podemos dizer que os discursos ideológicos vêm impregnados das dimensões intelectuais e políticas simultaneamente, em uma luta de capitais.

No universo desse jogo os atributos intrínsecos e extrínsecos do agente, segundo Bourdieu, são de difícil distinção e, portanto, quase inseparáveis¹⁴⁹. Deve ser considerado como aspecto motivacional aquilo que é ao mesmo tempo importante para o próprio agente e para os seus pares, independente da visão da sociedade, já que, além da busca pela satisfação pessoal pelo atendimento às necessidades sociais, está em jogo a luta pela autoridade e a relativa aquisição de melhor posicionamento no interior do campo.

Constatamos que, determinado agente político apresentará interesse não apenas se houver motivação “intrínseca” e particular, mas também se houver motivação e interesse “extrínsecos”, exteriores as suas vontades e convicções, manifestados pelos seus pares. Dessa análise, podemos entender que os investimentos e as “escolhas” no campo político são, invariavelmente, estratégias orientadas para a maximização dos resultados perante os “pares-concorrentes”.

As considerações feitas nos fazem perceber que tão somente o discurso e as formalidades manifestadas em torno do esporte, pelas políticas esportivas, programas, projetos e atividades, numa perspectiva de conteúdo e de interesses próprios do campo esportivo como intenções governamentais, não servem como referência se descolados da necessária análise e percepção dessas decisões com base em todos os atributos próprios do campo político no ambiente da administração pública.

Da mesma forma, o campo da administração pública deve ser merecedor da atenção nessa articulação da engrenagem que fará das vontades da sociedade, das necessidades intrínsecas ao campo esportivo e dos interesses dos agentes políticos, a composição dos ingredientes do Estado no desempenho das suas funções.

Com base nas considerações feitas, retomando a mensagem-desabafo do Diretor Técnico da Fundação de Esportes do Paraná, legítima e autorizada, ao afirmar que foi deixado de lado “o caráter de pompa e magnificência do Estado”, podemos entender essa afirmação como uma opinião pessoal do emissor da mensagem, que pode não refletir necessariamente a opinião sobre o conceito de Estado dos outros interlocutores nesse jogo - a sociedade.

¹⁴⁹ ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed., p.125.

Também observamos que a transformação como variável dependente da participação, integração e renovação pode ter sido relativamente conquistada junto aos municípios em um determinado período de tempo, o que não significa que estejam “definitivamente” integrados, principalmente pelas constantes mudanças configuracionais às quais o Estado e os próprios Municípios, suas estruturas e instituições, se submetem a cada ciclo de tempo.

A qualidade das soluções, das sugestões, dos compromissos e a participação requisitados por Oliveira estão intrinsecamente ligados à posição ocupada por cada um dos atores do campo em relação ao governo, o que não significa portanto que a sociedade falhou no seu compromisso. Pode ter havido um desencontro de interesses muito particular com um ou outro setor, com este ou aquele agente, o que nos leva a pensar que a mensagem possa ter tido uma direção e um destino específico, mas não declarado, especialmente ao referir-se aos “apenas falantes, esbravejadores, inconseqüentes.”

Ao escrever “acabaram-se os tratamentos diferenciados e todos passaram a ser considerados com o mesmo respeito e atenção” percebemos uma sintonia entre o discurso e a dinâmica proposta pelo Governador Alvaro Dias e a sua equipe, especialmente pela dimensão e abrangência explicitada na preocupação da interiorização e desconcentração das ações, na multiplicidade das proposições e no envolvimento da comunidade esportiva, ainda que toda essa movimentação tenha sido concêntrica aos conteúdos da Educação Física.

A distinção entre municípios maiores e menores como alternativa de intervenção política dando uma “dimensão mais abrangente”, apesar de contraditória à afirmação de que “acabaram-se os tratamentos diferenciados”, por termos a impressão de que uma das características desse governo foram exatamente os tratamentos diferenciados pelo número de habitantes nos municípios, nos faz pensar sobre as diferenças de oferta e de demanda, e, portanto, de oportunidades e possibilidades de ocupação do tempo livre existentes no cotidiano dessas comunidades.

A esse respeito encontramos no pensamento do filósofo John Rawls¹⁵⁰ a igualdade democrática, o princípio da diferença e a igualdade de oportunidades como argumentos de defesa aos princípios da justiça na sua “Teoria da Justiça”, citada pelo professor Belmiro

¹⁵⁰ RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça** : tradução Almiro Pisetta e Lenita M.R.Esteves – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Castor, referindo-se ao simbolismo do gesto de Cafu no recebimento da taça pela conquista do pentacampeonato de futebol pelo Brasil.

No artigo onde trata da cartolagem no futebol como “tenebrosas transações”, e compara as oportunidades no país do futebol às oferecidas em outros países onde se joga o *cricket*, o *baseball*, o futebol americano e o basquetebol, o professor Belmiro Castor explica:

O filósofo John Rawls já esclareceu que uma sociedade justa não precisa ser aquela que garante o sucesso a todos seus integrantes; mas é aquela que garante a oportunidade de sucesso para o maior número de pessoas. Usando uma metáfora esportiva, uma sociedade justa não precisa garantir que todos os corredores de uma maratona alcancem juntos a linha de chegada e sim que todos saiam da mesma linha de partida. Em sociedades como a nossa, alguns têm de percorrer apenas o percurso fixado, enquanto que a maioria tem de correr muito mais simplesmente para chegar ao ponto de partida. É o que Rawls chamava de “diferenças na posição original”, cuja eliminação é um dever indeclinável das elites dirigentes de um país.¹⁵¹

O tratamento distinto dado para os municípios na execução da Política de Esportes do Estado do Paraná, vista sob o manto dos argumentos acima defendidos, nos permite considerá-la como a vontade dos dirigentes em procurar garantir que “todos saiam da mesma linha de partida”, diminuindo as “diferenças na posição original” defendida por John Rawls, como uma atitude “indeclinável” de justiça do Estado.

Prosseguindo em nossa análise empírica, identificamos que a política de eventos de competição esportiva se reforçou com a realização dos Jogos Escolares e sua regionalização; criação dos Jogos da Juventude e discussão aprofundada sobre os Jogos Abertos do Paraná, estabelecendo um sistema de desenvolvimento do talento do esporte amador do Paraná por meio de ações compartilhadas entre competições, favorecida por eventos regionais correspondentes aos Jogos do Vale do Ivaí, Jogos da Região Cantuquiriguaçu e Jogos do Vale do Pirapó. Foi desenvolvido o projeto Arbitragem, capacitando árbitros para atuar nas referidas promoções e criada a assessoria de informática, que passou a desenvolver sistemas informatizados específicos para o gerenciamento de competições e avaliação física personalizada.

O aumento das competições esportivas oficiais impôs a necessidade do aperfeiçoamento dos regulamentos e a moralização da participação das equipes, o que se

¹⁵¹ CASTOR, B.V. **A metalinguagem de Cafu**, Jornal Gazeta do Povo, p.12 – Opinião.

deu pela apresentação do Código de Organização da Disciplina e Justiça Desportiva¹⁵². Também, como apoio às competições esportivas através da valorização dos atletas, foram criados os projetos Frutos da Terra e Paraná Olímpico, que remuneravam atletas de destaque nas modalidades olímpicas através de bolsa-auxílio patrocinada pelo BANESTADO.

Considerando o aumento da demanda de serviços esportivos de apoio em decorrência do estímulo e da provocação, a Fundação de Esportes, através dos seus dirigentes manteve um departamento de Engenharia e Arquitetura, sob a responsabilidade do arquiteto Carlos Eduardo Guimarães, objetivou prestar assessoria aos municípios no estudo e desenvolvimento de projetos relativos à infra-estrutura esportiva estadual (instalações e equipamentos) adequados e racionais. Essa assessoria contemplava visitas programadas, medição de áreas, análise de potencial, assessoramento e supervisão de obras, estudo e parecer sobre materiais mais adequados entre outros serviços de apoio.

Foram realizadas duas edições do “Seminário Paranaense de *Marketing* Esportivo – Estratégia para o Esporte” envolvendo o empresariado paranaense e resultando na publicação de manuais¹⁵³ de marketing esportivo voltados à captação de recursos e conquista de parceiros patrocinadores.

O marketing esportivo passa a ser utilizado como ferramenta estratégica de desenvolvimento auto-sustentável do esporte, entendido pelo Governo do Estado como “Estratégia e alternativa para o marketing das empresas [...]”. No relatório de 1988, ao referir-se aos seminários de marketing, o projeto marketing é descrito pela seguinte citação:

[...] atuando com célula estimuladora de um novo segmento que se afirma e ganha cada vez mais projeção em outros centros e regiões. Os resultados começaram a acontecer no Estado do Paraná, principalmente após a realização dos seminários de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Pato Branco. Os principais resultados começaram a aparecer, com empresas paranaenses iniciando o patrocínio de equipes e eventos esportivos (Refripar, Malas Ika, Malas Pinton, Usipeças, Mesbla, Kibon, Copralon, Banestado, Itaú, Lotopar, Brahma, Bamerindus, Coca-Cola, Hermes Macedo, Iguaçu Celulose, Cini, Pepsi-Cola, Skol, Cocamar, Incolustre, Londritubos). É necessário que a Fundação continue promovendo o projeto e os municípios aproveitem a idéia e mobilizem os empresários locais.¹⁵⁴

¹⁵² Publicado em 26 de fevereiro de 1988, pela portaria nº 003/88 – do Diário Oficial do Estado

¹⁵³ Do projeto ao Patrocínio e Esporte: estratégia e alternativa para o Marketing das Empresas – Governo do Estado do Paraná, Secretaria Especial do Esporte e Turismo, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná.

¹⁵⁴ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr - 1988, item 6.16.

Houve um envolvimento da comunidade científica, por meio das dez instituições de ensino superior em Educação Física do Paraná, nos seguintes projetos: Diagnóstico e Avaliação da Aptidão Física, que estudou o perfil de aptidão física da população paranaense; Operação Município, que pesquisou a realidade de cada cidade do Paraná; e Capacitação de Recursos Humanos, voltado à preparação de agentes comunitários, profissionais e acadêmicos para a execução da política proposta.

Fica evidente a preocupação com a atuação das escolas superiores de Educação Física, responsáveis por “introduzir inovações no processo” ao preparar os “agentes de transformação que atuarão em todo Estado”, com ações que viriam a acontecer no campo prático. Porém a fragilidade acadêmica do período, com cursos de Educação Física voltados somente à formação profissional e à atuação no mercado de trabalho, sem maior consistência acadêmica, num período marcado pela inexistência de cursos de pós-graduação, contando com poucos professores pós-graduados, e a conseqüente inexistência de produção do conhecimento científico sobre políticas públicas governamentais para o esporte, foram variáveis determinantes na articulação ainda acanhada entre a universidade e a intervenção governamental, pela precariedade na verificação científica dos procedimentos, métodos e resultados dessa política, apesar de bastante dinâmica vista pela perspectiva da extensão universitária.

Foram incentivados os programas de lazer e entretenimento durante a temporada de férias, pelas atividades do projeto Viva Mais o Verão e Férias no Município, e fortalecidos os Pólos Esportivos, como centros regionais de desenvolvimento de modalidades esportivas (atletismo, basquetebol, futebol de salão, ginástica rítmica desportiva, ginástica olímpica, handebol, vôlei e xadrez) destinadas aos destaques e talentos esportivos regionais. Criou-se o Laboratório de Ciência do Movimento, dando suporte científico aos demais projetos e manifestações do esporte.

A política de eventos, representada por jogos e competições esportivas foi estimulada, concorrendo para a conquista da performance e seleção esportiva, ainda que projetos de sustentação ao lazer e esporte escolar tenham sido amplamente desenvolvidos.

O banco estatal BANESTADO integrou o cenário pela perspectiva do marketing como o maior parceiro esportivo, destinando recursos pelo caminho do patrocínio de peças de comunicação visual, atletas e eventos.

Com relação ao processo decisório sobre os rumos que o esporte no Paraná deveria tomar, segundo o relatório de atividades de 1988, algumas ações foram adotadas, resultando no estabelecimento da Política Estadual de Esportes, segundo observamos¹⁵⁵:

A política Estadual de Esportes, foi idealizada a partir da reunião de um grupo de especialistas, representantes de diferentes áreas do estudo do movimento humano, sendo apresentada em janeiro e fevereiro de 1987, na forma de ante projeto em reuniões regionais em pontos diferentes do Estado do Paraná e depois de discutida e apreciada pela comunidade paranaense e federações especializadas, foi definitivamente assumida para o período de 1987-1991.

É nesse sentido que concentramos a atenção ao conjunto de ações complementares e de apoio, já citadas como programas especiais, especialmente no Centro Regional de Esportes-CRE-Cascavel, na Operação Município, na assessoria técnica para implantação de projetos esportivos, nos projetos Integração e no Jornal “Esportes” da Fundação.

Entre os objetivos previstos de incentivo da integração dos municípios do Estado à Política Estadual de Esportes, e a detecção de lideranças do esporte e Educação Física, buscando precisamente levantar informações e diagnosticar a realidade dos diferentes municípios, foi criado e desenvolvido o projeto Operação Município, tendo, o Governo do Estado, optado por trabalhar com acadêmicos de Educação Física em diversas fases do projeto: 1) reunião de professores e acadêmicos das dez instituições superiores de Educação Física do Estado em um único local, desenvolvendo os agentes multiplicadores da proposta; 2) envolvimento dos professores e acadêmicos (agentes multiplicadores preparados na fase anterior) nas próprias universidades com outros professores e acadêmicos; 3) visita supervisionada dos acadêmicos em 116 municípios do Estado com população inferior a 10.000 habitantes, levantando projetos, conhecendo e descrevendo a realidade, identificando vocações e potencialidades; 4) avaliação, realizada no município de Arapongas.

A opção pela valorização ao trabalho com os estudantes de Educação Física e com as universidades mostra que essa articulação limitou-se à extensão universitária, ação reforçada por cursos de capacitação de curta duração, inviabilizando o processo da gestão governamental articulado cientificamente com a academia na perspectiva da pesquisa, que

¹⁵⁵ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988 (Introdução).

possibilitaria a indicação de caminhos e correção de rumos sobre possíveis distorções diagnosticadas durante o próprio processo de execução da política.

Nesse período, o Paraná contava com dez instituições de ensino superior com cursos de Educação Física, estrategicamente posicionados nas várias regiões do Estado, e que foram acionadas como selecionadoras e capacitadoras de acadêmicos/estagiários e orientadoras de programas de extensão. A Fundação de Esportes do Paraná atuou, em algum momento daquele período, com as seguintes instituições: UFPr, PUC, UEL, UEM, UEPG, FAEFIJA, UNOPAR/FEFI de Londrina, UNOPAR de Arapongas, FACEPAL e UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon.

Dando continuidade ao processo de execução da política, a Fundação de Esportes do Paraná designou um técnico desportivo como responsável para cada grupo de municípios, estes classificados por número de habitantes (com mais de 50.000, entre 20.000 e 49.000, e com até 20.000 habitantes)¹⁵⁶ e por características, sendo que inicialmente os atendimentos eram efetuados a partir da sede, em Curitiba, através de contatos telefônicos ou via correio e agendamento de visitas.

Por conta da nova atribuição e do processo instaurado, foram visitados 275 municípios do Paraná, “ou seja, 86,4% dos 318 existentes”, tendo sido prestados os seguintes serviços de assistência direta:

- 1) Divulgação da Política Estadual de Esportes;
- 2) Orientação e assistência em organização esportiva;
- 3) Capacitação de pessoal administrativo para eventos esportivos;
- 4) Orientação sobre os diferentes regulamentos dos eventos oficiais da F.E.P.;
- 5) Divulgação sobre cursos, palestras, encontros, etc (âmbito estadual, nacional e internacional);
- 6) Divulgação dos diferentes projetos da F.E.P.;
- 7) Orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos;
- 8) Otimização junto a comunidade municipal de alguns eventos;
- 9) Contato com líderes da comunidade municipal que não pertença, as entidades formais do esporte e recreação;
- 10) Representação da Fundação de Esportes em alguns eventos;
- 11) Orientação na compra de material esportivo e construção de instalações;
- 12) Elaboração conjunta do calendário municipal em consonância com o da F.E.P.;
- 13) Código de organização da Justiça e Disciplina Desportiva;
- 14) Orientação na obtenção de recursos financeiros¹⁵⁷

¹⁵⁶ Anexo I - Grupos de cidades e respectivos técnicos que prestaram assessoria técnica e política.

¹⁵⁷ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988. Para detalhamento das informações, recomenda-se consultar o referido documento, onde aparece a relação dos municípios visitados, os responsáveis pelas visitas e o mês no qual ela foi realizada, com resultados e conclusões das visitas, apontando os problemas detectados.

Dando continuidade ao processo de adesão dos municípios à Política Estadual de Esportes de forma integrada, em outubro de 1987 foi criado o projeto Integração, que permaneceu até março de 1988 sob a responsabilidade direta do Diretor Técnico da organização. O objetivo era de estabelecer convênios, na perspectiva da gestão partilhada e bilateral, que ficariam sob o controle dos municípios e do Governo do Estado no cumprimento de algumas responsabilidades e competências estabelecidas, para o desenvolvimento em caráter permanente de atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, tendo como eixo norteador os interesses manifestados pelo solicitante e a análise e parecer do técnico da Fundação de Esportes do Paraná ao qual o municípios estava vinculado.

Em junho de 1988 cento e quarenta municípios estavam sendo atendidos, prioritariamente a essa altura, com repasse de material esportivo, a partir dos critérios técnicos e burocráticos estabelecidos, o que ocasionou, segundo consta no relatório de atividades, uma perda relativa do controle sobre as ações para as quais estariam sendo destinados os materiais. Para isso, criou-se uma comissão temporária de técnicos da instituição para averiguar no local a situação real de cada um dos convênios nos seguintes aspectos: envio de formulários e relatórios mensais, estímulo à participação em outros projetos e eventos do estado (tendo que participar especialmente dos Jogos Abertos, Jogos da Juventude e Jogos Escolares), realização de Festivais Esportivos envolvendo a comunidade com as atividades do projeto, e em casos extremos, a suspensão do convênio pela destinação irregular dos materiais ou outros recursos recebidos por conta do objeto do convênio assinado. Como estratégia, “o Estado foi dividido em 18 regiões e os técnicos realizaram a supervisão orientada nos meses de julho, agosto, setembro e outubro”¹⁵⁸, monitorando minuciosamente as ações.

O projeto Centro Regional de Esportes foi criado com o propósito de dar continuidade ao processo de descentralização, “aproximando a Fundação dos municípios e vice-versa, no sentido de conhecer as realidades regionais para a adequação da Política de Esportes do Paraná e estimular a participação dos municípios nos projetos”. Conforme constatamos, adotou-se inicialmente a divisão político-administrativa do Estado em 18

¹⁵⁸ Governo do Paraná, Fundação de Esportes do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988, item 6.4. Projeto; assessoramento técnico administrativo aos municípios.

regiões, estabelecendo como sede dos centros os “municípios de maior importância política, econômica e esportiva, etc.”

Segundo o relatório de 1988, “como projeto piloto” e a partir de avanços das etapas anteriores, foi instalado o de Cascavel, envolvendo trinta cidades do Oeste paranaense. O primeiro Centro Regional de Esportes do Governo do Estado do Paraná, definitivamente instalado, atendia os municípios de Cascavel, Nova Aurora, Cafelândia, Corbélia, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul, Guaraniaçu, Catanduvas, Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Capitão Leônidas Marques, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Salgado Filho, Marmeleiro, Verê, Enéas Marques, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos, Planalto, Pérola, Realeza, Ampére, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Pranchita e Francisco Beltrão.

Diante do exposto, constatamos que a implantação dos Centros Regionais, inicialmente pensada na forma de Centros Regionais de Treinamento Esportivo, teve a sua origem no projeto Operação Município, reforçada pelas ações decorrentes do projeto Integração. O que os três projetos tiveram em comum foi a intenção, e a atenção dada, ao objetivo de descentralizar as ações, que foi dando forma e consistência ao processo de instalação dos Centros Regionais.

A esse respeito apresentamos a observação feita pela professora Silvia Júlia Motta Carvalho, funcionária do Governo do Estado, que ao ser entrevistada e perguntada sobre o conhecimento acerca do processo de tomada de decisões no esporte paranaense tece alguma consideração sobre o processo de descentralização das ações governamentais:

Eu por exemplo trabalho na Paraná Esporte em Londrina, sou uma técnica desportiva de Londrina. Já fui a chefe do escritório regional durante 15 anos que era um projeto de estarmos juntos à comunidade. Um projeto de descentralizar as ações. Foi logo no primeiro governo que eu trabalhei. Em 1989 nós fomos pra lá. Realmente a idéia daquela diretoria, daquele secretário daquela época, do governo daquela época era esse – descentralizar as ações, fazer com que a gente estivesse mais perto dos municípios, entendesse mais o que cada município precisasse. Ao longo do tempo isso se transformou muito. Muitas vezes nós ficamos somente como escritório de entregar papel e receber papéis, tivemos outros governos que resgataram a primeira posição, que, numa época que foi muito importante, isso se desenvolveu muito, nós tínhamos reuniões periódicas, nós estávamos sempre, não só em Curitiba, mas em outros lugares, no interior, sempre os Centros Regionais, todos juntos, todas as pessoas que trabalhavam nos Centros Regionais, e isso realmente voltou a acontecer, o que eu não vejo acontecer agora. Agora volta a ser uma troca de papéis, só de informações através de papéis com os municípios.¹⁵⁹

¹⁵⁹ A entrevista foi realizada em Curitiba, no dia 17 de maio de 2004, com a agente profissional do Governo do Estado do Paraná/Paraná Esporte, Silvia Julia Motta Carvalho. Agente profissional é o cargo ocupado por profissionais de curso superior no Governo do Estado. No caso da Paraná Esporte, essas funções são

Percebemos que, apesar da intenção e do pronunciamento em favor da descentralização das decisões, é necessária uma distinção entre a descentralização e a desconcentração administrativa das ações¹⁶⁰.

Ainda a esse respeito, a professora Silvia recorda

A minha maneira de ver é falta de força política, falta de vontade política, que a gente sempre fala, o que que é essa vontade política, é o cara que tá sendo, é o diretor presidente que tá sendo, tá sendo o diretor de esporte, de lazer se empenhar muito mais, buscar, dizer é isso que eu quero, eu quero que isso aconteça nos municípios, e aí essa verba estar destinada a isso, é isso, é esse projeto que vai sair, é qual é o objetivo de existirem centros regionais, é descentralizar, então trabalhar para realmente descentralizar, pra que as coisas aconteçam lá, exista verba lá. Eu estou trabalhando num centro regional há 15 anos, não existe uma verba para o centro regional até hoje, então até hoje nós dependemos em tudo da sede, porque que isso acontece ? Por que de alguma forma eles querem que a gente crie essa dependência, é só isso que passa nessa minha cabeça de uma professora de Educação Física.¹⁶¹

Nas considerações finais do relatório de atividades de 1989, nas palavras do professor Paulo Roberto de Oliveira, é enfatizado o processo de descentralização instaurado. Segundo o Diretor Técnico

não conseguimos criar todos aqueles Centros Regionais que julgamos necessários, mas, várias regiões acabaram sendo beneficiadas, pois a sua instalação possibilitou a discussão regionalizada e a participação responsável dos coordenadores e secretários municipais, que representam a Comunidade esportiva.¹⁶²

O contato entre governo do Estado e todos os segmentos vinha sendo reforçado, numa época em que a *internet* era ainda uma idéia de futuro, e o contato mais rápido ainda se dava por telefone, com o reforço do fax, a inovação tecnológica disponível naquele momento.

Em decorrência do aumento da complexidade nas relações, objetivando estabelecer comunicação e ampliando a informação integrada entre os agentes do setor esportivo

desempenhadas por professores de Educação Física, e que representam, nas palavras de Mara Cristan, o estrato técnico da burocracia.

¹⁶⁰ Para melhor compreendermos as responsabilidades constitucionais do poder público na prestação de serviços para a sociedade, recomendamos a doutrina de Hely Lopes Meirelles na abordagem aos serviços públicos de caráter essencial ou somente de utilidade pública, onde o autor trata da outorga de serviços a entidades vinculadas. Consultar MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**, 18ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emanuel Burle Filho, Brasil, SP : Malheiros, 1990.

¹⁶¹ Entrevista realizada em Curitiba, no dia 17 de maio de 2004, com a agente profissional do Governo do Estado do Paraná/Paraná Esporte, Silvia Julia Motta Carvalho.

¹⁶² Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1989 (Considerações Finais).

paranaense e o governo, foi editado o Jornal Esportes, a partir de março de 1988, e que passaria a ser chamado Jornal Esporte e Turismo no ano seguinte, com periodicidade mensal e tiragem média de 3,5 mil exemplares. Divulgando e procurando a conexão entre os agentes e as ações por meio de informações simples, objetivas e rápidas. Foi também criada a Biblioteca do Esporte, conectada ao SIBRADID e CEDID, sistema mundial de rede de informações interligadas, com centrais em algumas instituições de ensino superior do país e do exterior, enviando e recebendo informações atualizadas que valorizassem o conhecimento científico.

No ano seguinte (1989), passou a ser editada a Revista da Fundação de Esporte e Turismo com periodicidade trimestral e circulação nacional (e internacional através do sistema de permutas), com tiragem de 7.500 exemplares, que assume uma roupagem científica e passa a possibilitar a interação entre as práticas esportivas do Estado do Paraná e a comunidade acadêmica. Nessa revista, transitavam informações mais aprofundadas de interesse científico e profissional. Portanto, ainda que tenha sido apontada a fragilidade da academia no campo da intervenção governamental, a preocupação com a produção científica por parte dos dirigentes do governo se manifesta pela publicação da revista, onde foram publicados inúmeros artigos¹⁶³.

O relatório de 1989¹⁶⁴ segue o mesmo escopo do relatório apresentado no ano anterior, sendo que nos chama a atenção a constatação feita sobre o programa de esporte popular, pelo aumento significativo de eventos e atividades na área, concluindo, segundo consta no relatório, “que o cidadão paranaense dos diferentes municípios tiveram muitas oportunidades de praticar as atividades esportivas e recreativas.”

Porém os responsáveis pela implantação do plano observam que

¹⁶³ Como ilustração citamos alguns artigos publicados na Revista da Fundação de Esporte e Turismo – Ano 1, nº 2-1989: Tubino, M.J., O Papel da Imprensa Esportiva; Galdi, E.H.C., Pellegrinotti, I.L., e Moreira, W.W. Análise da Influência de um Programa de Atividade Física Geral sobre a Força Muscular e Flexibilidade em Mulheres de Faixa Etária de 30 a 40 anos; Bracht, V. Educação Física: A Busca da Autonomia Pedagógica; Silva, E.C. Educação Física: Desconexão entre Teoria e Prática; Fiorese, L. Os Efeitos do Treinamento Precoce em Crianças e Adolescentes; Arantes, K.C.F. Breve Reflexão sobre a Relação Professor-Aluno do Curso de Educação Física da UEL. Os artigos publicados na Revista da Fundação de Esporte e Turismo – Ano 3, nº 1-1991 foram: Barbanti, V. Aptidão Física e Saúde; Bruhns, H.T. O Jogo e o Esporte; Oliveira, P.R., Ramos, C.G. e Gonçalves, G.S. Jogos Abertos do Paraná – Análise Quantitativa e Qualitativa; Bracht, V. A Lei de Diretrizes e Bases do Desporto Nacional em Questão; Jucosky, S.M. Os Parques e Reservas Nacionais como Áreas de Recreação e Lazer; Coelho, Y.B. Educação Física Escolar: de Fato e de Direito.

¹⁶⁴ Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1989 (Esporte Popular – Introdução).

No Paraná, embora exista uma vontade política para que o esporte se firme socialmente com credibilidade e seriedade, ainda assim, está muito longe de criar as condições ideais para que os segmentos sociais mais carentes e desprotegidos, comecem a se reunir, discutir, formar associações assumir a vida comunitária. Isto porque, mesmo nas promoções populares as “habilidades esportivas” têm um peso muito grande, o que restringe a participação.(...). Embora a Festur oportunize, discuta com a comunidade, algumas limitações existem a nível de consciência Política e Social do profissional de Educação Física, que reflete no cidadão paranaense, que desconhecendo seus direitos, não questiona o sistema esportivo.[...] Acredita-se que no ano de 1990, priorizando os programas de Esporte Popular possa haver uma evolução muito grande na área, que só será definitivamente incorporada na continuidade das ações de próximos governos. Lamentavelmente, as mudanças não ocorrem tão rapidamente como esperam alguns radicais, mas são produtos de uma seqüência de passos intimamente relacionados ao processo educacional, a consciência do movimento, que cada professor de Educação Física, também tem sua parcela de responsabilidade.¹⁶⁵

Ainda tratando do Programa de Esporte Popular, são relacionados os repasses de materiais esportivos para o atendimento às necessidades dos municípios no cumprimento do seu calendário, com destaque ao atendimento em “eventos denominados especiais: (Torneio, Campeonatos, Ruas de Lazer, Festivais, Gincanas, Jogos do Trabalhador, Provas Pedestre, etc.)” de 293 municípios do Estado.

Em novembro de 1989 foi realizado, e estabelecido na qualidade de projeto, o Seminário Anual de Planejamento, tendo em conta, segundo informações do relatório, ao considerar que, desde 1986

a comunidade esportiva tem tido a oportunidade de se reunir, discutir a Política Estadual de Esporte, fazer sugestões, elaborar o Calendário Anual de Eventos, programar os Cursos de Capacitação de Recursos Humanos nas diferentes áreas além disto são apresentadas as prioridades da Política Estadual para o ano subsequente, programas e projetos a serem oferecidos.¹⁶⁶

O Seminário Anual de Planejamento passou a se desenvolver como uma rotina estratégica da organização, envolvendo a comunidade esportiva no debate e na relativa participação no processo de tomada de decisões sobre as ações governamentais. O evento passou a integrar o calendário anual da organização.

Houve, todavia, ao longo dos anos uma mudança no nome, nos conteúdos e na metodologia de realização, com uma forte tendência à polarização das discussões em torno

¹⁶⁵ Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1989 (Esporte Popular – Introdução).

¹⁶⁶ Id.Ibid., ítem4.1. – ver quadro demonstrativo do calendário no Anexo II. Para informações mais detalhadas sobre os municípios participantes e o percentual de participação por região, recomenda-se consultar o relatório de atividades de 1988, onde aparece a relação dos municípios visitados, os responsáveis pelas visitas e o mês no qual ela foi realizada, os resultados e conclusões das visitas, apontando os problemas detectados.

do esporte de rendimento, mais especificamente dos jogos oficiais do Paraná e as alterações de regulamento¹⁶⁷.

Referindo-se no mesmo relatório ao processo de desenvolvimento do esporte paranaense e a atuação dos governos, Oliveira afirma que

Já faz alguns anos, muitas decisões do Esporte Paranaense vem sendo tomadas por um grupo restrito de representantes municipais, de acordo com os seus interesses, quase sempre atitudes corporativas, clientelistas, que com o consentimento do Estado, sempre disfarçaram as deficiências da estrutura organizacional destes municípios.[...] Nenhuma política de desenvolvimento é possível sem a adoção de processos e meios de gestão evolutiva, sem vencer as dificuldades operativas mais marcantes, descaracterizando a ação do Estado protetor, incentivando uma ampla participação e o constante e responsável envolvimento dos diferentes segmentos do Esporte.[...] Os pequenos municípios que até 1986 tiveram pouca atenção por parte do Estado, através da Regionalização foram chamados a participar efetivamente a partir de 1987 durante o Seminário Anual de Planejamento em São José dos Pinhais, quando 250 municípios estiveram presentes. A partir daquele momento começaram a sentir a importância da participação, no processo, em função dos seus próprios interesses. Em 1989, o Seminário de Planejamento foi realizado nas 13 regiões Esportivas respeitando-se as características e interesses peculiares das diferentes regiões.¹⁶⁸

Algumas ações estratégicas como o processo de estímulo ao envolvimento da comunidade esportiva, o início dado à desconcentração das ações e a discussão regionalizada, desencadeadas pelo Secretário Especial de Esportes Edson Gradia e sua equipe, segundo pudemos constatar nas palavras do Diretor de Esportes, nas considerações finais do relatório de atividades de 1989, mostrou aos dirigentes esportivos e prefeitos municipais um caminho que foi seguido no âmbito local. Segundo Oliveira, “a figura do Secretário Especial do Esporte motivou os municípios a se estruturarem de forma semelhante a do Estado, dando *status* a vários Secretários Municipais que anteriormente tinham um tratamento apenas como Chefes de Divisão, Comissão ou Departamento” Gradia confirma ao lembrar: “E eu tenho certeza que os números provam isso, que nunca se criou tanta secretaria de esporte nos municípios como foi no nosso governo. Por estímulo e até pressão da secretaria, porque quando nós íamos numa cidade, pra mim a autoridade maior era o secretário de esporte, pra depois eu falar com o prefeito”.

A manifestação do efeito mimético aparece como resultado da representação simbólica da atuação do Governo do Paraná para o campo esportivo, estimulando a

¹⁶⁷ Para maiores informações sobre o calendário do evento, recomendamos que seja observado o anexo II - Calendário dos Seminários de Planejamento – 1989.

¹⁶⁸ Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1987-1991, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1991 – p.91.

reprodução de um modelo de gestão apoiado nas iniciativas do governo na esfera estadual, transferido para realidades distintas entre a maioria dos 318 municípios do Paraná.

Ao tratar do envolvimento da iniciativa privada nas ações Paulo Roberto de Oliveira afirma que “A iniciativa privada, embora ainda demonstrando um desconhecimento da potencialidade do esporte como eficiente alternativa de Marketing, ainda assim, deu sua contribuição e possibilitou bons investimentos, especialmente na área do Esporte Competição”.

Escrevendo sobre as conquistas políticas do esporte a partir da atuação da FESTUR, o diretor assinala: “As conquistas obtidas a nível de Constituição Federal, também foram importantes, enquanto que a nível Estadual a FESTUR teve papel primordial na mobilização da Classe Política paranaense garantindo na Constituição Estadual, espaços significativos para Educação Física e suas diferentes manifestações”¹⁶⁹.

Concluindo, Oliveira assume que “um estado consciente dos seus direitos e deveres não consegue do dia para noite, como um passe de mágica, mas através da sucessão de governo comprometidos com a valorização da essência da sociedade, ou seja, o “Homem””.

No relatório de “entrega” da gestão referente ao período 1987-1991, nas suas considerações finais, o Diretor de Esportes volta a afirmar que “na visão “ingênua” de alguns “Experientes” educadores tudo deveria acontecer como um “passe de mágica”, em que, de um dia para outro, todas as pessoas acordariam conscientes do fenômeno esportivo e suas implicações”.

Com relação aos aspectos que incidem no desenvolvimento de uma política de esportes e no desenvolvimento esportivo, Paulo Roberto de Oliveira é enfático ao declarar que

implica em um esforço contínuo, capacidade diferenciada em abordar os problemas detectados, vontade política, estratégias adequadas, competência profissional, compromissos, qualificação de funções, etc.[...] Para concretização de um projeto de desenvolvimento esportivo em toda a sua plenitude, é necessária uma ação integrada de vários segmentos a começar pela organização social do Estado, a escola, os clubes, as Federações, as Secretarias de Estado, os órgãos responsáveis pelo esporte nos municípios, no Estado, o professor de Educação Física, as Instituições de Ensino Superior responsáveis pela formação dos profissionais na área da Educação Física e dos Desportos, etc.[...] Certamente, a comunidade esportiva, mais consciente de seus direitos e deveres, conhecedora da importância da Política Estadual de Esportes, com a definição clara de objetivos, programas,

¹⁶⁹ Id.ibid. – Para melhores informações sobre a relação entre a Política Estadual de Esportes e a Constituição do Estado do Paraná, consultar o Anexo III. A elaboração do texto constitucional teve participação direta da equipe de dirigentes da Paraná Esportes, naquele período.

projetos, o papel do Estado e do Município, elaborada dentro de uma macro-perspectiva, saberá exigir do poder público, uma postura comprometida com os grandes problemas.¹⁷⁰

Ao afirmar que “para concretização de um projeto de desenvolvimento esportivo em toda a sua plenitude, é necessária uma ação integrada de vários segmentos”, e ao indicar os segmentos aos quais os autores do documento estão se referindo, observamos uma clara alusão feita ao campo esportivo, talvez não intencionalmente perspectivada na teoria do campos de Bourdieu.

A esse respeito, e considerando a convocação feita à comunidade esportiva para, conscientemente “exigir do poder público, uma postura comprometida com os grandes problemas” e partindo do pressuposto da existência de direitos, deveres e papéis a serem cumpridos, identificamos, pelas palavras de Oliveira, a existência de objetos comuns nas disputas dos indivíduos ou grupos que articulam estrategicamente suas ações em torno de interesses especiais no setor esportivo, a partir de posições ocupadas no interior desse micro ambiente da sociedade global, o que representa a incursão no campo esportivo como um sub-campo de análise fazendo referência à teoria dos campos de Pierre Bourdieu, sobre o qual voltamos, necessariamente, a tecer algumas considerações.

Acessamos o campo esportivo ao nos ocuparmos de um espaço onde são travadas lutas específicas em torno do esporte, interposto por indicadores que permitem perceber a incidência das “leis gerais dos campos” da teoria dos campos de Bourdieu.

Compreender a produção esportiva e a sua prática significa percebê-la como produto do funcionamento desse campo, revestido de relações de força, monopólios, e adoção de estratégias em torno de interesses e lucros, entendidos como a conquista de uma relativa hegemonia em relação a determinado produto ou serviço.

Para tratar do campo do esporte, poderíamos nos referir exclusivamente aos atletas produzindo a sua própria história a partir de interesses específicos, que poderiam se conciliar aos interesses de técnicos esportivos, dirigentes, promotores de serviços e outros agentes do campo.

Porém, para avançarmos na discussão sobre o campo esportivo, intencionalmente levantamos algumas questões: qual é o campo do esporte e como se dá o seu funcionamento? quem são os agentes desse campo além dos atletas, técnicos e dirigentes?

¹⁷⁰ Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1987-1991,

quem são os dominantes e os dominados no campo do esporte? quais são as suas estratégias de jogo? como são estruturados os *habitus* no interior desse campo?

Pensando pelo lado da oferta dos produtos e dos serviços esportivos, entre os agentes sociais desse jogo podemos destacar os profissionais de educação física e esporte; o conselho profissional da classe; outras instituições governamentais com interface no esporte¹⁷¹; as federações, ligas e clubes esportivos; as instituições de ensino superior; as Prefeituras Municipais; a comunicação social; as entidades associativas e sindicais; as academias; as entidades, grupos e pessoas (vinculadas ou não à organização formal) que desenvolvem o esporte; as empresas de promoções esportivas; as empresas que patrocinam o esporte; os técnicos e dirigentes esportivos; o comércio, representantes e vendedores de equipamentos esportivos; e outras organizações governamentais e não governamentais envolvidas com o esporte.

Ao dirigirmos a nossa atenção para o público consumidor do esporte, nos deparamos com as equipes esportivas e os atletas individuais, amadores e profissionais, e os não atletas de ambos os sexos na “velhice, meia-idade, idade adulta, adolescência, infância, primeira infância”¹⁷², portadores de deficiência ou não, devendo, na prática, ser respeitadas as suas especificidades e individualidades.

Para Bourdieu significa analisar “que princípios os agentes escolhem entre as diferentes práticas ou consumos esportivos que lhes são oferecidos como possibilidade em

Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1991 – p.91.

¹⁷¹ Outras instituições governamentais podem desenvolver ações com interface no esporte. Como exemplo citamos, no caso do Estado do Paraná, a Secretaria da Saúde em programa de atividade física voltada à promoção da saúde e qualidade de vida; a Secretaria da Cultura, integrando atividades culturais e esportivas em campanhas institucionais em benefício do cidadão, a Secretaria da Educação com programas esportivos junto à comunidade escolar, valorização do profissional de Educação Física na escola e desenvolvimento de projetos voltados à cultura esportiva do cidadão tendo com eixo principal as escolas públicas; a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com a pesquisa e extensão universitária, incubadora tecnológica, produção e difusão do conhecimento científico, programas esportivos universitários; o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, com informações sobre a situação econômica e social do estado possibilitando que sejam estabelecidas prioridades sociais; a Secretaria da Fazenda com estudos sobre Lei de Incentivos Fiscais para projetos esportivos escolares e sociais, a Secretaria de Turismo, incentivando o fluxo turístico em diferentes circunstâncias através do esporte, a Secretaria da Criança e Assuntos da Família, em programas voltados ao seu público e objetivos institucionais, entre outras.

¹⁷² GALLAHUE, D.L. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo, SP: Porte, 2001, p.5. Adotamos a classificação proposta pelo autor com o propósito exclusivo de balizar as possibilidades da atuação governamental, e nortear uma discussão sociológica sobre o tema, o que não quer dizer que a classificação apresentada pelo autor tenha uma perspectiva sociológica, mas que se trata de um axioma sobre os padrões de desenvolvimento motor nos seres humanos.

um dado momento”, procurando “compreender o sentido que estas práticas assumem”¹⁷³ no interior de uma configuração em questão. Deparamo-nos com o comportamento daqueles que desfrutam dos serviços do esporte e lazer – os consumidores do esporte como praticantes.

Portanto, é importante, ao retomarmos as categorias de análise de Bourdieu, considerar que no campo esportivo, pela ação dos jogadores na produção e oferta dos serviços e suas lutas de interesses, o caráter mimético e da reprodução tende a perpetuar um modelo esportivo a ser consumido por determinados substratos da sociedade. É o estímulo à demanda e escolhas individuais pela opção desta ou daquela prática a partir do que se produz no ato cíclico e contínuo de incorporação do *habitus*.

A visualização do campo esportivo nos faz perceber que, muito além do “esforço contínuo, capacidade diferenciada em abordar os problemas detectados, vontade política, estratégias adequadas, competência profissional, compromissos, qualificação de funções, etc.[...]”, apresentados como pré-requisitos à realização das vontades de um governo, as exigências da sociedade se darão sempre apoiadas na própria estruturação do campo, considerados os seus agentes, as suas estruturas e instituições, as relações encobertas de poder e dominação, e todas as categorias passíveis de análise, no espaço e no tempo em questão.

Dessa maneira, entendemos que uma Política de Esportes extrapola os limites da sua formalização e da definição dos objetivos, a apresentação dos programas e projetos, e a definição de papéis. Essa talvez seja uma parcela importante do processo, mas que dissociada da clareza na compreensão do campo, sua lógica e mecanismos, não dá conta de solucionar problemas sintomáticos.

Em linhas gerais, o dirigente assume, de forma velada, e nos mostra que os formalismos documentais, a vontade política, o *quantum* de capital cultural e o poder, por si, não foram capazes de dar conta da propalada “transformação” proposta ingenuamente por “alguns experientes” educadores.

As dificuldades encontradas e relatadas são, conforme já pudemos constatar, fruto dos conflitos políticos e ideológicos próprios da relação de poder entre o Estado e setores

¹⁷³ BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo?** in: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.136.

da sociedade, ou até mesmo no ambiente interno das organizações, na busca pela legitimação de verdades e conquista de autoridade.

Concluindo nossa análise sobre o período de 1987 a 1990, governado por Alvaro Dias, e a sua intervenção no campo esportivo, identificamos, de maneira geral, um processo inicialmente marcado pela falta de planejamento, representado pela inexistência de uma Secretaria de Esportes no plano de governo do período pré-eleitoral, mas que se efetivou na prática pela forte presença do Estado no campo esportivo.

O Governador eleito manifestou o seu apoio e vontade política em relação ao esporte, indicou pessoalmente o seu Secretário, que compôs a equipe técnica que iria atuar baseado na aproximação e confiança pessoal e profissional.

A mesma equipe diretiva composta no início, prosseguiu alinhada até o final da mesma gestão (e início da próxima), sendo que para atuar diretamente com a comunidade, um quadro de profissionais técnicos foi constituído e treinado, integrando, com o quadro diretivo, um grupo de trabalho orientado pelas tarefas formalizadas na proposta política de atuação que pode ser visto como uma unidade organizacional atuando transversalmente ao tempo, durante os quatro anos de governo.

Ainda que tenha sido identificado o alinhamento nas disposições (e posições) interdependentes, as dificuldades decorrentes da dinâmica do jogo de poder imbricadas no processo de construção política do esporte foram variáveis independente em relação aos resultados alcançados.

Tendo em vista que todas as realizações se concentraram na idéia inicialmente formulada, estimulando os agentes do governo em não perder o foco das atenções, e considerando um certo monopólio de poder político, técnico e administrativo em torno do esporte paranaense, autorizado pela vontade política do governante legitimamente eleito, tendo como suporte a relação pessoal e a confiança entre o Governador e o Secretário de Estado, e entre o segundo e o Diretor Técnico, pode ter havido um relativo bloqueio a algumas possibilidades de atuação que porventura tenham surgido ao longo do processo de execução da política, ou um abafamento inconsciente à quaisquer outras possibilidades não contempladas na idéia inicialmente formalizada.

A opção por percorrer o Estado do Paraná, objetivando coletar informações sobre os interesses da comunidade resultou no desenvolvimento de um modelo próprio, que foi

caracterizado também pela ampliação, em âmbito estadual, de algumas idéias absorvidas por experiências de professores de fora do estado.

A presença da OPEP como um movimento de dirigentes esportivos representantes da comunidade, detentores de poder relativamente maior no campo do esporte em relação aos seus pares, exercendo influência nas decisões governamentais, tendo suas escolhas marcadamente pautadas no esporte competitivo, deixou transparecer, pela dominação apresentada, uma vulnerabilidade relativa dos demais agentes do campo esportivo.

Foi observada a intensa preocupação com a descentralização das decisões na multiplicidade das proposições e no envolvimento da comunidade esportiva, ação que veio na prática representada pela desconcentração administrativa com a instalação dos Centros Regionais, uma iniciativa relevante e de grande avanço gerencial, se considerada como etapa do processo de interiorização do esporte, efetivamente colocado em prática através de escritórios governamentais desconcentrados, mas com poder relativo e autonomia limitada.

A realização do Seminário Anual de Planejamento como estratégia de envolvimento da comunidade esportiva nas ações governamentais foi incorporada às rotinas técnicas e administrativas passando a fazer parte do calendário anual de execução das políticas governamentais, merecendo, ao longo dos anos, conteúdo eminentemente ligado aos jogos oficiais.

Ainda que toda a dinâmica de execução da política tenha sido concêntrica aos conteúdos da Educação Física, não foi capaz de minimizar a dificuldade encontrada na implantação de programas com conteúdos diferentes daqueles tratados como esporte, citando como exemplo a atividade física e saúde, o desenvolvimento motor e a expressão corporal, pela posição dominante das atividades esportivas em relação às demais atividades apontadas.

Observamos a prioridade e a valorização dadas à participação de professores de Educação Física à frente dos trabalhos técnicos em todos os setores ligados ao esporte paranaense e na própria organização, sendo grande parte deles recém-formados ou novos em sua profissão, como principais agentes de atuação e intervenção no campo esportivo, num período em que a profissão ainda não era reconhecida como tal. Esse fato pode ter concorrido indiretamente e inconscientemente para que iniciativas populares comandadas

por agentes comunitários ou profissionais de outras áreas, tão comuns e necessários às comunidades, talvez tivessem sofrido uma certa distinção.

O diagnóstico apresentado, tendo como linha de saída a procura pela definição do papel do Estado e dos municípios em relação ao esporte e a iniciativa de minimização e contorno ao clientelismo e paternalismo na política de atuação, marcadas no esporte pela distribuição de jogos de camisa, troféus e medalhas, com a criação do Projeto Integração, não foram capazes de superar a dificuldade de desenvolvimento de um processo de transformação cultural, que deverá ser sempre, *a priori*, relativizado no tempo e no espaço, o que nos faz pensar sobre a grande dificuldade em ter, pela via da atuação governamental, uma interferência “definitiva” na vida dos cidadãos.

A preocupação do governo com “a população em idade escolar e que não se encontra na Escola” e a “população portadora de deficiências”, como estratos excluídos da prática esportiva na configuração social em tese foi manifestada, mas na prática não foi possível identificá-la de forma distintiva.

Contraditoriamente ao insistente pronunciamento do governo, e tendo em vista a atuação intensa e próxima do Governo Estadual com as prefeituras municipais, como resultado do *habitus* esportivo pela ótica dos dirigentes esportivos municipais, identificamos uma valorização na política de eventos de competição, pontuado pelo necessário aperfeiçoamento dos regulamentos técnicos, códigos disciplinares e *softwares* específicos para gestão de eventos.

Os registro da capilarização das informações do Estado à comunidade através de professores e estudantes de Educação Física dos dez cursos superiores existentes no Paraná naquele período, mostram a fragilidade da atuação das Instituições de Ensino Superior no avanço ao desenvolvimento de pesquisas, limitando-se circunstancialmente à extensão universitária.

A percepção, por parte do Diretor de Esportes, de que a atuação governamental para o Esporte extrapola o esforço, a capacidade, a vontade política, a adoção de estratégias adequadas, a competência profissional, os compromissos, e as qualificações funcionais, possibilitou perceber que a estruturação do campo deve ser considerada como um todo, e que as intervenções governamentais podem ter um efeito mimético, como aconteceu na

formalização institucional dos órgãos gestores de esporte em diversos municípios paranaenses.

Ao executar a sua política, o governo Alvaro Dias instaurou uma prática dinâmica, fortemente atrelada ao Estado e diferente da que até então vinha sendo desenvolvida, intensamente apoiada nos conteúdos da Educação Física e extremamente concentrada na atuação dos agentes do campo esportivo e seus *habitus* de classe, num movimento voltado para dentro dos limites do Estado e das quadras esportivas, reforçando a relação de dependência da comunidade em relação ao governo estadual, pela sensação de proteção dada pelo Estado à comunidade esportiva.

CAPÍTULO 3

O PRIMEIRO GOVERNO ROBERTO REQUIÃO - 1991 a 1994

Em 1990 foram realizadas eleições majoritárias no país e a transição se deu como continuidade política no comando do Estado do Paraná, a partir de 1991. Como resultado do processo eleitoral, o governador Alvaro Dias teve o candidato do seu partido, PMDB, Roberto Requião de Mello e Silva, eleito Governador do Estado, tendo sido mantida a mesma equipe que havia dirigido a instituição entre 1987 e 1991: Edson Gradia como Secretário de Estado, Paulo Roberto de Oliveira como Diretor Técnico e Doralice Rodrigues Lopes como diretora de administração e finanças.

Considerando que inicialmente houve a manutenção da equipe e da estrutura, não foi formalizada nenhuma proposta de intenções, política ou plano de ações diferente daquela que vinha sendo promovida no governo Alvaro Dias, mantendo o mesmo *modus operandi* e o processo de desenvolvimento esportivo estadual estabelecido, razão pela qual no primeiro ano da gestão do governador Roberto Requião os projetos desenvolvidos foram basicamente os mesmos dos quatro anos anteriores.

Ainda que tenha havido uma manutenção no mando político, com mudança mais significativa somente no comando geral – Governador do Estado, o esporte perdeu a relativa força política decorrente da aproximação pessoal entre o Secretário de Estado e o ex-Governador Alvaro Dias, bem como pelo gosto pessoal do próprio governador pelo esporte, conforme afirma Gradia ao explicar o que havia motivado o ex-governador Alvaro Dias a criar a Secretaria Especial de Esportes: “Foi um ato político, que ele como gosta de esporte e conhecedor, fez”. O enfraquecimento político se revela na gestão que se iniciava pelas mudanças que ainda estavam por vir.

Com relação a transição entre os governos de Alvaro Dias e Roberto Requião e o enfraquecimento do esporte, o Secretário de Estado Edson Gradia observa:

Na época foi um parto normal. Não foi mexido em nada, nada. A proposta era a mesma. Se eu não disser *pra* você que eu não recebi uns dois ou três telefonemas eu estarei mentindo, eu recebi, mas eu disse, e expliquei e foi aceito. Foi aceito que a nossa equipe era boa e não podia mexer. Então nós tocamos, mas depois eu comecei a ter dificuldades com o governador porque a cabeça dele *pro* esporte não era a mesma do Alvaro, entendeu, então eu comecei a ter uma certa dificuldade. Aí eu

cheguei a conclusão que a dificuldade poderia ser eu, então eu vou sair *pra* ver se outro no meu lugar toca.¹⁷⁴

Nos chama a atenção, pelas palavras de Gradia, que por conta da mudança na chefia do poder executivo, houve um reordenamento configuracional da posição relativa na interdependência mútua Secretário de Estado/Governador, pontualmente exemplificado pela relação Edson Gradia/Alvaro Dias e Edson Gradia/Roberto Requião, dando, a princípio, um suposto prosseguimento ao programa de governo para o esporte, porém marcado por algumas interferências ou alterações no rumo e na direção das decisões, que tenham reordenado outras circunstâncias, incorrendo na formação de um cenário de hipotética continuidade contraditoriamente assinalado por mudanças.

Ainda sobre o andamento e a dificuldade da implementação de novos projetos e atividades e da manutenção daquelas que vinham sendo desenvolvidas, nas palavras de Gradia “logo após o governo do Alvaro, no próximo governo do Requião, boa parte dos projetos não andava como a gente queria”.

Cabe aqui retomarmos e avançarmos no debate sobre a interpretação da lógica do funcionamento e da atuação dos agentes governamentais no ambiente interno das organizações, apresentado por Mara Cristan, tendo como referência Guerreiro Ramos, isolando os seus componentes na expectativa de entender cada uma das partes e revelar o modo como essas partes e estratos se interligam, aprofundando a discussão e nos reportando aos estudos de Norbert Elias e suas categorias analíticas, que nos revelam os jogos internos de interpenetração social como pontos de partida necessários na reflexão dessa passagem de governo.

Partindo do referencial teórico e modelo de análise figuracional de Norbert Elias, considerando os indivíduos, as estruturas, as instituições, a distribuição desigual de poder e a busca pelo seu equilíbrio, percebemos as sociedades como “relações funcionais de pessoas interdependentes”.¹⁷⁵

Segundo o autor, nós estamos sujeitos a forças que nos coagem e nos compelem, e as ações resultantes de interpenetrações do conjunto dessas forças é que vão definindo o decurso das configurações. Para Elias, as forças compulsivas que agem sobre as pessoas e

¹⁷⁴ Entrevista realizada com o ex-Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia, em Curitiba, no dia 09 de março de 2004.

¹⁷⁵ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1980, p.17.

grupos como forças sociais “são forças exercidas pelas pessoas, sobre as pessoas e sobre elas próprias”¹⁷⁶ com tendência em completar um círculo vicioso. Compreender, organizar e interpretar as interdependências e as forças sociais compulsivas e orientá-las é o objetivo proposto pelo teórico.

O conjunto de relacionamentos, resultante do entrelaçamento de indivíduos traçando o seu caminho e estabelecendo interação com outros indivíduos, compõe grupos ou configurações de muitos tipos. Segundo Elias, “tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou cidades”¹⁷⁷, apresentando também a permanente mudança configuracional como resultante do dinâmico processo de entrecruzamento de relações mutáveis.

Ainda sobre as relações sociais, Elias afirma que o desenvolvimento social e da teia de relações como um todo, constituem fator crítico e essencial da sociedade, exemplificado por uma onda de novas idéias “influenciando o decurso do desenvolvimento social global, contando que as tendências de flutuação na distribuição do poder e nas conseqüentes lutas para o adquirir não levem esta reorientação a uma paralização total, destruindo o impulso que a sustenta”¹⁷⁸.

Notamos que a distribuição desigual de poder e a procura pelo seu equilíbrio desencadeiam, determinam e orientam o fluxo na movimentação da sociedade em seu desenvolvimento.

Isso nos permite uma visão mais concreta da vida em sociedade e da própria sociedade e os seus indivíduos, deixando para trás explicações fantasiosas¹⁷⁹, segundo Elias, decorrentes dos lapsos de compreensão sobre as interdependências sociais.

São os mesmos enganos ou conhecimentos rudimentares dos fatos sociais que fazem, nas palavras de Norbert Elias, com que os governos os procurem preencher com “doutrinas dogmáticas, panacéias ou considerações de interesses partidários a curto prazo.”¹⁸⁰ De acordo com o sociólogo

Como apenas por acaso tomam medidas, ficam à mercê dos acontecimentos e os governos percebem tão pouco do encadeamento destes como pouco percebem das pessoas que governam. Entretanto os

¹⁷⁶ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1980, p.17.

¹⁷⁷ Id., p.15.

¹⁷⁸ Id., p.23.

¹⁷⁹ Id., p.28.

¹⁸⁰ Id., pp.32-33.

governados submetem-se aos seus chefes, confiando a estes a tarefa de empenhar os riscos e dificuldades com que a sociedade de depara e exigindo-lhes que, pelo menos, saibam para onde caminham.¹⁸¹

No nosso entendimento, por circunstâncias decorrentes dos fatos expostos e analisados, é que após o período de 1991 e 1992 o secretário Gradia deixa a Secretaria e a estrutura sofre grande mudança em todo o quadro de diretoria. Assume a Secretaria o deputado estadual José Afonso Jr. (PMDB). É de Santo Antônio da Platina, município da região conhecida com norte velho do estado do Paraná, mesma cidade do Secretário, que vem o Diretor de Esportes, Sebastião Bianchi. Tendo assumido o seu cargo por poucas semanas, a diretoria de esportes passa a ser ocupada por Sérgio Malburg, que mantinha um bom relacionamento pessoal com o Vice-Governador do Estado, Mário Pereira.

Além da manutenção da maioria das atividades que vinham sendo executadas, técnica e relativamente aos projetos, procurando preencher uma lacuna existente entre os atletas bolsistas de destaque em competições estaduais e na categoria juvenil - Frutos da Terra – e atletas com resultados internacionais de qualquer faixa etária nas modalidades olímpicas - Paraná Olímpico, que haviam sido criados em 1988, e seguiam critérios específicos de ingresso, a nova diretoria, por pressão dos atletas não contemplados, e articulação do secretário criou o projeto Paraná Nacional, atendendo, com bolsa-auxílio patrocinada pelo BANESEADO, atletas nas diferentes faixas etárias com destaque em competições nacionais.

Entre os dias 16 e 20 de novembro de 1992 foi promovido o 1º Congresso Estadual do Esporte e Lazer, reunindo os representantes da comunidade esportiva em encontro técnico e científico, incorporando ao Seminário Estadual de Gerenciamento Esportivo a apresentação de temas científicos, cursos e palestras, numa tentativa de avanço conceitual nas decisões governamentais.

Segundo informações obtidas no *folder* de divulgação do evento, o 1º Congresso Estadual do Esporte e a 1ª Feira da Educação Física e Esporte, foram realizados com o objetivo de incentivar a promoção de estudos, pesquisas e debates que pudessem contribuir para o desenvolvimento do esporte rendimento, esporte participação e esporte educação.

O Seminário Anual de Gerenciamento do Esporte, incorporado ao Congresso como um dos atos do evento, contou com a participação exclusiva dos dirigentes esportivos dos

¹⁸¹ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999, p.33.

municípios do Paraná, e foi estruturado por meio de reuniões de comissões, tendo caráter deliberativo e decisório relativo à política de atuação do governo. Os programas, projetos e atividades propostas pelo governo foram apresentadas em forma de relatório e indicação dos caminhos e rumos que seriam tomados, com palavra final aberta à plenária para sua manifestação. Nesse sentido, um espaço especial passou a ser destinado aos Jogos Oficiais do Estado, com discussões e votações prévias em comissões divididas por Centro Regional de Esportes, e com votação final em plenária, tendo como objeto os conteúdos dos regulamentos e o reordenamento no funcionamento dos eventos.

Paralelamente, foram realizadas palestras com Manoel José Gomes Tubino (UGF-RJ - palestra magna), José Roberto Wright (CBF/COBRAJ-RJ - A arbitragem e suas implicações), Lino Castellani Filho (UNICAMP-SP - A Educação Física e a Ética Profissional), Paulo Marcos Schmitt (SETUR-Pr - O Computador a serviço da Educação Física e do Desporto), Renato Geraldo Mendes (SETUR-Pr - Aspectos e Implicações Jurídicas do Esporte Brasileiro), e Juca Kfoury (Revista Placar e Playboy/Rede Globo - O Esporte como Fator de Alienação ou de Mobilização Social ?).

Também foram desenvolvidas mesas redonda e a apresentação de temas-livres. Os cursos promovidos foram: Aptidão Física e Saúde (Prof. Valdir Barbanti, USP-SP), Recreação, Lazer e a Comunidade (Prof^ª. Maria Julia Madureira Guedes, Faculdade Anhembi-Morumbi-SP), Condicionamento Físico e Saúde – Aspectos Pedagógicos (Prof. Mauro Guisellini, Academia Companhia Atlético-SP), Educação Física Especial para Portadores de Deficiência Mental (Profs. José Irineu Gorla, APAE-PR e José Inácio Maistro, ILECE-Pr), Pedagogia do Esporte (Prof. João Batista Freire, UNICAMP-SP), Administração e Gerenciamento do Esporte (Prof. Paul Julius Stanganelli, PUC-Pr) e o III Curso de Avaliação da Performance Motora - teoria e pesquisa (Prof. Renan Maxiliano Sampedro, UFSM-RS). O curso de Avaliação da Performance Motora foi realizado como parte de um programa desenvolvido pelo laboratório de ciências do movimento da Setur, tendo, portanto, alguns pré-requisitos na aprovação da inscrição dos interessados.

Segundo pudemos observar, a intenção dos organizadores era a de promover anualmente o evento, fazendo com que passasse a ser incorporado ao calendário oficial. Porém constatamos que não foram realizadas novas edições nos anos seguintes, exceto do Seminário Anual de Planejamento.

Objetivando atender pleitos de construção de estruturas esportivas, o Secretário solicitou aos departamentos técnico, de engenharia e assessoria direta, a criação de um projeto que previsse a construção de quadras esportivas em municípios e escolas do Estado. A partir dos procedimentos administrativos que envolveram a Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, a FUNDEPAR e o DECOM é criado, em 1992, o Nossa Quadra, projeto padrão de quadras esportivas polivalentes com gestão vinculada ao gabinete do Secretário. O projeto Nossa Quadra previa obras em dois modelos: quadra externa e quadra coberta.

Os Jogos Escolares, Jogos Abertos e Jogos da Juventude do Paraná prosseguiram dentro da mesma formatação técnica, com discussões permanentes sobre o conteúdo dos seus regulamentos. Como resultado da mudança da equipe dirigente, houve também mudanças nas chefias de departamento e equipes técnicas, que transitam em outros projetos e departamentos. Essa reestruturação teve como resultado entre outras ações o projeto Cidade em Festa, criado com o propósito de otimizar os jogos realizados com atividades paralelas de lazer voltadas ao envolvimento comunitário com o evento e com a prática de atividades esportivas e recreativas.

No ano de 1992, o Paraná articulou, juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a criação dos Jogos Abertos Brasileiros, tendo sido realizada a primeira edição em Pato Branco (Paraná). O evento reafirmou a posição do Estado do Paraná no campo esportivo, externamente em relação a sua política de atuação, e internamente em relação aos jogos e competições esportivas. Em 1993, o mesmo evento aconteceu em Chapecó (SC), com o ingresso de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

No primeiro semestre do ano de 1994, terceiro ano de mandato do governador Roberto Requião a instituição passou por nova mudança em decorrência da sua candidatura ao Senado Federal, tendo que descompatibilizar-se da sua função no executivo estadual, e o governo foi assumido pelo vice-governador, Mário Pereira.

O Secretário José Afonso Jr. também se candidatou a uma vaga do legislativo estadual nas eleições majoritárias. Assumiu a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo o irmão do governador Mário Pereira, Luiz Ernesto Pereira, ex-secretário de Cultura de Cascavel, que trouxe para chefia de gabinete Roberto Canto funcionário da Secretaria de Estado da Justiça. Sérgio Malburg mantém-se, fortalecido, na diretoria de esportes.

Percebemos que, por estarmos tratando de organizações governamentais, devemos necessariamente levar em consideração que a cada quatro anos mudam os mandatos do poder executivo e legislativo Federal e nos Estados, alternando-se, a cada dois anos com as mudanças de mandato do poder executivo e legislativo municipal. Isso nos faz entender que o ano que antecede cada um destes períodos eleitorais é marcado por uma intensa movimentação política e atenção exacerbada no futuro eleitoral de cada pré-candidato. Muitas vezes esses pré-candidatos ocupam cargos de primeiro ou segundo escalões do governo em qualquer uma das suas instâncias, provocando, inevitavelmente uma mudança interna de poder, e, portanto, a entrada de novos agentes compondo uma nova configuração de atores reordenando todo o fluxo das ações anteriormente articuladas, dentro de uma mesma gestão de um determinado governo.

A movimentação política própria desses períodos pré-eleitorais concorre para que, em todos os períodos que antecedem uma eleição, seja no nível municipal, estadual ou federal, tenhamos um ano considerado “atípico” (mas que pela sua regularidade e características comuns deve ser considerado típico), inviabilizando com isso sobremaneira a implantação de programas governamentais de médio e longo prazo, considerando que as metas políticas são estabelecidas com vistas ao próximo pleito e em benefício de algum (ou mais que um) representante do governo na cena política.

Essa é, possivelmente, uma das razões pela conhecida falta de continuidade nos programas, projetos e atividades dos diferentes governos.

Progressivamente, ao longo dos últimos anos da primeira gestão do Governador Roberto Requião, alguns projetos tiveram o enfraquecimento político e institucional, ocasionando restrições orçamentárias refletidas nas prioridades definidas pelo governo através dos seus agentes.

O ciclo da gestão se encerra e Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, capital do Estado do Paraná, é eleito como sucessor Governador do Estado.

Pudemos observar portanto, sobre a primeira gestão do governador Roberto Requião e a sua atuação no campo esportivo, no período compreendido entre 1991 e 1994, que a transição política teve inicialmente o apelo da continuidade, o que implicou na manutenção da mesma proposta, equipe e estrutura do governo Alvaro Dias.

Porém o período foi marcado por uma relativa perda de força política no campo esportivo, decorrente do diferente entendimento sobre o esporte por parte do Governador em relação ao governo Alvaro Dias, e do reordenamento no equilíbrio de forças entre Edson Gradia/Roberto Requião comparativamente à situação anterior, Edson Gradia/Alvaro Dias, tendo culminado com a mudança de Secretário.

O cenário construído foi assinalado por alterações lentas e graduais no rumo e na direção das decisões, até romperem com a estabilidade característica do período que antecedeu, dando a esse intervalo de tempo um perfil de continuísmo autofágico, sem propostas formalizadas.

A diretoria técnica (de esportes) passou por duas mudanças, o que também aconteceu com outros cargos diretivos, que foram ocupados por pessoas com algum relacionamento pessoal com representantes da burocracia eleita ou política. Contudo, o que pudemos observar é que não foi possível aos dirigentes compor a sua equipe técnica e administrativa, tendo atuado com o quadro de funcionários do próprio governo.

As novidades apresentadas pela equipe de gestores, podendo citar como exemplo o projeto Nossa Quadra, trouxeram uma progressiva desconcentração do foco dirigido aos professores de Educação Física, e conseqüentemente o distanciamento dos conteúdos inerentes ao *habitus* desse campo. As decisões passaram a ter um forte ingrediente político, pautadas no *habitus* de outro campo - o político, o que parece se justificar pela saída do Secretário de Estado ao candidatar-se a uma vaga ao legislativo Estadual.

A iniciativa de realização do 1º Congresso Estadual do Esporte e Lazer, reunindo os representantes da comunidade esportiva em encontro técnico e científico, incorporando ao Seminário Estadual de Gerenciamento Esportivo a apresentação de temas científicos, cursos e palestras, como uma tentativa de progressão nas decisões governamentais, não avançou nos anos seguintes, tendo ficado na história como um evento solo e pontual, podendo ter como causa a instabilidade técnica característica da gestão.

As atividades ligadas aos Jogos Escolares, Jogos Abertos e Jogos da Juventude do Paraná, que prosseguiram normalmente, foram reforçadas pela articulação do Paraná com outros Estados na criação dos Jogos Abertos Brasileiros, reafirmando uma posição e a vocação do Paraná no campo esportivo em relação a sua política de atuação, fortemente apoiada em jogos e competições esportivas eventuais.

As unidades administrativas, desconcentradas da organização, ou os Centros Regionais de Esportes, mantiveram a sua característica de limitação na autonomia e no poder de decisão, reforçando o *status* anterior.

As universidades que apresentaram uma relação bastante dinâmica no governo anterior, mas ainda acanhada em relação ao potencial da pesquisa, teve o elo da interdependência com o governo estadual enfraquecido, afastando-se gradativamente.

O quadro de instabilidade, a falta de propostas e as mudanças experimentadas dão ao contexto o enfraquecimento político e institucional do esporte, refletindo em limitações orçamentárias.

O Estado não saiu de cena no campo esportivo em relação aos municípios e federações esportivas, mas sofreu mudança nos critérios, deixando a sensação de desamparo institucional.

A instabilidade gerada no campo concorreu para que os agentes do campo esportivo tenham sido gradativamente substituídos pelos agentes do campo político, fazendo com que a lógica adotada nas decisões passassem também por mudanças profundas que reforçaram o conteúdo e a interferência política nas decisões sobre o esporte paranaense.

CAPÍTULO 4

O PRIMEIRO GOVERNO JAIME LERNER – 1995 a 1998

Novas eleições foram realizadas em 1994, e o ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, é agora o novo Governador do Estado do Paraná. Há um reordenamento nas forças políticas, haja visto que o grupo de Jaime Lerner (PDT) é oposição ao grupo do ex-governador Roberto Requião (PMDB).

A secretaria havia sido destinada ao PPB do deputado estadual Antônio Ueno que era partido de coligação no período pré-eleitoral. Porém, pela força política e aproximação do deputado Ricardo Barros de um lado com o governador, do outro com professores de Educação Física de Maringá, além do seu irmão Silvio Magalhães Barros II que era da área do Turismo, por negociações entre os dois partidos (PPB e PDT) Jaime Lerner indicou para a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo Silvio Barros, que demorou alguns meses a assumir efetivamente, pois naquela época Barros trabalhava na Empresa Brasileira de Turismo do governo federal – EMBRATUR - com a Ministra Dorotheia Werneck.

O Secretário Silvio Barros assumiu a Secretaria de Esporte e Turismo, que ocupava um único cargo de diretoria técnica para o esporte – o Diretor de Esportes. A Secretaria do Esporte e Turismo do Paraná passou por reestruturação em seu organograma com alterações no regimento interno, determinando que as ações esportivas, até então gerenciadas pela Fundação de Esportes e Turismo do Paraná, fossem outorgadas à Paraná Esporte, constituída nos termos da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, como entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público e vinculada à SEET, e que teve o seu regulamento aprovado pelo decreto nº 697, publicado no DOE nº 4.498, de 28 de abril de 1995. Nessa mesma circunstância, as atividades do turismo foram transferidas para a Paraná Turismo, ambas como autarquias executoras da nova organização.¹⁸²

Antes mesmo de terem sido anunciados os nomes que comporiam o nível diretorial da burocracia, o secretário Silvio Magalhães preocupou-se em “reunir representantes de

¹⁸² Para melhor entendimento sobre “autarquias”, recomendamos consultar MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**, 18ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emanuel Burle Filho, Brasil, SP : Malheiros, 1990.

todos os segmentos que efetivamente levam as práticas esportivas e de lazer à comunidade paranaense”, tendo realizado entre os dias 06 e 10 de fevereiro de 1995, em Curitiba, uma “*Oficina de Planejamento* com o objetivo de elaborar as diretrizes de um plano de ação, como subsidio à formulação da Política Estadual de Esporte e Lazer”¹⁸³, e que contou com 29 participantes, “representando os diversos segmentos da comunidade esportiva, órgãos públicos estaduais e municipais diretamente envolvidos, escolas e universidades”¹⁸⁴.

A preocupação em reunir todos os segmentos é declarada no relatório da Oficina de Planejamento, onde observamos que participaram do encontro, a convite do Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Silvio Magalhães de Barros II, as seguintes pessoas: Aloízio da Rosa (Secretaria de Estado da Educação), Cláudio César Santos (Banco do Brasil), Carlos Roberto Ferreira (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa), Dilson Martins (Paraná Esporte) – que não foi indicado mas solicitou a participação, Edgar Hubner (Confederação Brasileira de Handebol), Fernando Sanches (Federação Paranaense de Basketball), Francisco Paulo Trautwein (Paraná Esporte), Getúlio Ferrari Jr. (Prefeitura Municipal de Campo Mourão), Jair Grasso (Prefeitura Municipal de Campo Mourão), Jair Henrique Alves (Universidade Estadual de Maringá), Jayme Lima (Secretaria de Estado do Planejamento), João Carlos Singer (Sec.Est. da Criança e Assuntos da Família), José Alberto de Campos (Paraná Esporte), Lair Berch (Unioeste), Lauri Ribas Teodoro (Prefeitura Municipal de Pato Branco), Maria Vitória da Cruz (Sec.Est. da Criança e Assuntos da Família), Marival Antônio Mazzio (Universidade Estadual de Londrina), Oscar Amauri Erichsen (Universidade Estadual de Londrina), Paul Julius Stanganelli (Prefeitura Municipal de Curitiba), Ricardo Coelho (Universidade Federal do Paraná), Roberto Marcher (Autônomo/SP), Roberto Rezende (Moderador), Sérgio Sambiasi (Autônomo), Silvia Carvalho (Paraná Esporte), Ubiratan Martins Jr. (Federação de Atletismo do Paraná), Vera Silvia Drechmer (Secretaria de Estado da Saúde), Vicente Piazza Filho (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu), Vivaldo Lima (Prefeitura Municipal de Maringá), Voldimir Maistrovicz (VMM Turismo e Câmbio) e Yara Maria Küster (Universidade Estadual de Maringá).

¹⁸³ Relatório da oficina de planejamento que daria origem à Política de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do primeiro governo Jaime Lerner, documento intitulado Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.

¹⁸⁴ Relatório da oficina de planejamento que daria origem à Política de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do primeiro governo Jaime Lerner, documento intitulado Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.-p.3.

Segundo consta no documento, o Secretário de Estado do Esporte e Turismo Silvio Magalhães Barros II “abordou o compromisso de uma gestão democrática e a importância de este grupo de trabalho estar reunido representando o setor, para identificar as necessidades e desejos da sociedade na definição de uma política governamental para o esporte”.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, foi contratado um consultor externo com atuação em planejamento estratégico (Roberto M. Rezende), que adotou o método conhecido por *ZOOP*¹⁸⁵, que deu origem à Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (1995-1998), que veremos adiante.

A oficina de planejamento foi realizada com a reunião de representantes dos diversos setores da comunidade com interdependências no campo esportiva paranaense, com o objetivo de diagnosticar as condições no Estado e propor alternativas para a atuação governamental. O evento foi uma idéia e iniciativa do Secretário de Estado Silvio Magalhães Barros Segundo, e não mantinha nenhuma relação direta com o Seminário Anual de Planejamento Esportivo. O Seminário Anual realizou-se independentemente da Oficina de Planejamento ter acontecido. Por sua vez, a oficina foi desenvolvida de maneira eventual e bastante pontual, durante quatro dias, no mês de fevereiro de 1995, com uma intenção: definir os rumos e os parâmetros de atuação para o governo que estava se iniciando.

As variáveis de alto valor e significado consideradas pelo moderador como ponto de partida dos trabalhos foram “conhecer exatamente qual o problema a ser resolvido e suas causas, quais as estratégias de ação, quais as informações necessárias e disponíveis (e sua efetividade em relação ao tema), quais os envolvidos e os reflexos dos diversos segmentos sociais neste processo”¹⁸⁶.

Seguindo orientação do consultor-moderador, os participantes analisaram as instituições envolvidas com o esporte e lazer no Estado do Paraná, detectaram e debateram

¹⁸⁵ Método de planejamento estratégico desenvolvido nos anos 60, sendo que nos anos 70 teve incorporadas técnicas de moderação e visualização, na Alemanha, sob o pressuposto participativo. É composto por etapas interligadas de diagnóstico, planejamento, implementação e controle de projetos.

¹⁸⁶ Informações mais detalhadas podem ser obtidas no documento oficial intitulado Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, que apresenta as intenções do governo Jaime Lerner para o esporte paranaense no período compreendido entre 1995 e 1998.

sobre os principais problemas e as suas causas, propondo objetivos a serem atingidos e as estratégias de ação.

Segundo consta no relatório, “o conhecimento e a experiência dos participantes foram de fundamental importância para um diagnóstico consistente e realista dos problemas, bem como para a identificação das soluções mais adequadas”.¹⁸⁷

Este foi o primeiro passo dado pelo Governador Jaime Lerner por meio de seu Secretário de Estado do Esporte e Turismo Silvio Magalhães Barros II, de onde foram extraídos “conhecimento, idéias, filosofia de ação e comprometimento dos participantes que representaram os grupos e instituições envolvidas com o desenvolvimento do esporte e lazer no Estado do Paraná”.¹⁸⁸

É apresentado o campo esportivo, no aludido documento, ao considerar que

é fundamental considerar que as ações voltadas ao Esporte e Lazer no Estado do Paraná são resultados da atuação de diferentes instituições, sejam elas públicas, privadas ou de pessoas físicas, que integram e interagem no chamado Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, cada um exercendo e cumprindo um papel específico em relação à Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.¹⁸⁹

Tendo como objetivo um diagnóstico sobre a situação do esporte e lazer no Paraná, o grupo de representantes dos setores que levam a prática esportiva à comunidade do estado identificou “como problema central a deficiência do sistema estadual de esporte e lazer” tendo como consequência a “inexistência de uma cultura de saúde, esporte e lazer do cidadão paranaense”¹⁹⁰, e no desenvolvimento de um estudo funcional de relação causa-efeito, o grupo relacionou como principais causas da situação as seguintes:

a má utilização de recursos financeiros, a não utilização do esporte pelo governo como instrumento de melhoria da qualidade de vida da população, profissionais descompromissados, a evasão de talentos esportivos do Paraná, o não reconhecimento do esporte como agente principal na melhoria, da saúde e da expectativa da vida com mais qualidade, desarticulação e conflito entre os segmentos envolvidos, um deficiente planejamento e execução de projetos e atividades esportivas, a falta de continuidade nas ações iniciadas, o Sistema Esportivo dependente das ações do Estado, a desmotivação de técnicos e atletas, a atenção parcial às manifestações do esporte, o pouco reconhecimento e prestígio do esporte do Paraná a nível nacional e internacional, os poucos talentos esportivos formados no Paraná, a inexistência de uma linha filosófica básica a todos os segmentos do

¹⁸⁷ Informações mais detalhadas podem ser obtidas no documento oficial intitulado Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, que apresenta as intenções do governo Jaime Lerner para o esporte paranaense no período compreendido entre 1995 e 1998.

¹⁸⁸ Id. *ibid.*

¹⁸⁹ Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995-p.11.

¹⁹⁰ Id. *ibid.*

Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, e a falta de reconhecimento social do esporte e lazer.¹⁹¹

A seguir, foram apresentados os princípios essenciais¹⁹² que passariam a ser norteadores das ações de todos os integrantes do campo esportivo no percurso da execução da política, entre os quais o princípio da democratização, da humanização, do conhecimento relativo ao Esporte e Lazer, da participação, da descentralização, da evolução, da educação, da continuidade, da ética, da interação, da diferenciação, da ecologização, da autonomia, e da liberdade.

Nos chama a atenção especialmente o princípio do conhecimento na área, apresentado no documento da seguinte forma: “do conhecimento relativo ao Esporte e Lazer traduzido em linguagem simples e objetiva de modo a ser facilmente entendido pela população e por todos os segmentos sociais”.

Alguns dos princípios relacionados, como o da democratização, da participação, da descentralização, da interação, da autonomia e da liberdade mostram a preocupação governamental em desenvolver um processo de desenvolvimento do campo pautado em relacionamento harmônico entre os integrantes do sistema esportivo, livre e autônomo, mais próximo da vida de cada cidadão, democrático e participativo, o que nos permite perceber, em tese, a visão de interdependência no processo de tomada de decisões e implantação da proposta.

Prosseguindo na análise documental, com a intenção de detalhar o processo de administração e implantação dos conteúdos referentes à Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer¹⁹³, foram debatidos e apresentados o papel e a ação do Estado, dos Municípios e de outras instituições no desenvolvimento do esporte e lazer no Estado do Paraná, levando em consideração a ação articulada e coordenada entre Estado e sociedade através de “instituições, pessoas, legislação, mecanismos de ação, papéis e responsabilidades diferenciadas e setorizadas, que ao interagirem resultam no cumprimento da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer”¹⁹⁴

¹⁹¹ Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995-pp.11-12.

¹⁹² Id., pp.12-13.

¹⁹³ Id., pp.15 a 26 – para que haja uma maior compreensão sobre o entendimento dos papéis e das ações de cada uma das instituições relacionadas, recomendamos a consulta ao documento original.

¹⁹⁴ Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995-p.18.

No documento, é apresentada, ainda, a participação direta do Estado, entendida como a atuação da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e sua autarquia filiada - Paraná Esporte, como responsável pela “proposição, planejamento e articulação com todos os segmentos afetos ao setor, e execução da Política e do Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer”¹⁹⁵, conforme podemos observar:

de um lado a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo do Paraná, através da Paraná Esporte, cumprindo o papel da Administração Pública Estadual, monitorando as ações e procurando dar todas as condições para que as demais instituições cumpram a sua missão e atinjam os seus objetivos.

O texto do documento ainda destina a implantação de ações da política e do plano desenhado no âmbito escolar à Secretaria de Estado da Educação, devendo ser valorizados “os aspectos educacionais e culturais do esporte e lazer”.¹⁹⁶

Se de um lado está o governo, de acordo com o documento, do outro está a sociedade, conforme constatamos na afirmação de que

de outro lado todas as demais organizações, pessoas e mecanismos institucionais que influenciam e afetam diretamente o desenvolvimento do Esporte e Lazer no Estado do Paraná. São as Prefeituras Municipais - através de seus Sistemas Municipais de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, as Entidades Estaduais de Administração do Desporto - as Federações Esportivas Especializadas, as Instituições de Ensino Superior - especialmente nos Cursos de Educação Física, a Secretaria de Estado da Educação - através das Escolas Públicas e da legislação específica que regulamenta a Educação Física no primeiro e segundo graus, as Entidades de Prática Desportiva - Ligas e Clubes, atendendo todas as comunidades do Estado do Paraná, a Iniciativa Privada - representada pelas empresas patrocinadoras e promotoras de atividades do Esporte e Lazer, como o SESC, o SESI e a mídia, além de Outras Instituições Públicas que interagem diretamente com a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo / Paraná Esporte - Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outras.¹⁹⁷

Analisando essa passagem, pela perspectiva de Norbert Elias, ao pressupor o decurso da interpenetração e conexão dos indivíduos na dinâmica social pelo viés dos padrões mutáveis de interdependência e pela relação e distribuição desigual de poder entre os homens, na interpretação de uma sociedade composta por “nós e pelos outros”¹⁹⁸, o sociólogo sugere o afastamento necessário “de nós mesmos”, nos considerando um entre os demais seres humanos.

¹⁹⁵ Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995-p.18.

¹⁹⁶ Id. ibid.

¹⁹⁷ Id. ibid.

¹⁹⁸ Id., p13.

Para Elias, a visão egocêntrica da sociedade reflete numa visualização distorcida de inúmeras outras pessoas, articulando ações e comportamentos voltados para seu ego, e construindo uma sociedade deslocada ou separada do próprio observador. Seria como se a sociedade e as pessoas estivessem ocupando um espaço e um tempo exteriores a eles próprios (ou a nós próprios), razão pela qual as suas ações, comportamentos e atitudes para nós pouco ou nada significam, ou ainda, segundo Elias, seria perceber “a pessoa individual, o ego particular, rodeado de estruturas sociais”¹⁹⁹.

Nas palavras de Elias, há “um encorajamento constante de que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível”²⁰⁰, assegurando às estruturas sociais um lugar no imaginário que transcende a própria realidade.

Nesse sentido, entendemos que os outros indivíduos, as instituições e as estruturas nos são tão exteriores como distantes numa visão não realista das interconexões sociais e seus resultados.

Assim, Elias sugere a interpretação dos problemas inerentes às pessoas e à vida em sociedade a partir de um reposicionamento do observador pela inserção de “nós próprios como seres humanos entre os outros seres humanos”²⁰¹, superando a visão egocêntrica da sociedade focada no eu.

Ao visualizar as pessoas alocadas em determinado espaço e na dinâmica do tempo unindo-se umas às outras por padrões de dependência mutáveis que resultam em um emaranhado de pessoas ligadas e das múltiplas valências abertas para outras ligações, Elias considera o caráter de permanente mudança sob o qual se inserem as estruturas sociais, configurando representações sociais por teias de interdependências também em constante mudança.

Voltando à Oficina de Planejamento, segundo o seu relatório ficou estabelecida como finalidade principal, a médio e longo prazo, “consolidar uma cultura de saúde, esporte e lazer do cidadão paranaense”²⁰², sujeita ao cumprimento de alguns objetivos comuns a todos os integrantes do Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.

¹⁹⁹ Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995-p.15.

²⁰⁰ Id. *ibid.*

²⁰¹ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999, p. 16.

²⁰² Id., p. 13.

Segundo consta no texto do documento, todos os integrantes do sistema deveriam cumprir os seguintes objetivos:

garantir que a Educação Física Escolar contribua como educação para a saúde, lazer e vida do cidadão, garantir o acesso ao esporte e lazer para toda a população, tornar o produto esportivo do Paraná expressivo, melhorar a qualificação dos profissionais que atuam na área, propagar a informação esportiva com qualidade, ampliar e fortalecer o marketing no esporte paranaense, adequar a infra-estrutura física e administrativa do esporte e lazer no Estado do Paraná, melhorar a atuação do órgão estadual do esporte e lazer, garantir a atuação integrada dos vários segmentos envolvidos com o esporte e lazer.²⁰³

Com a intenção de executar a política e o plano propostos, o documento traz cinco programas específicos (de desenvolvimento do esporte, de desenvolvimento do lazer, de informação do esporte e lazer, de desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e lazer, e o programa de suporte técnico), norteando a proposição, adequação e execução de projetos e atividades específicas, e os objetivos específicos²⁰⁴ de cada um dos programas apresentados.

É possível observar que, as diretorias técnicas, do esporte e do lazer, assumiriam a responsabilidade pela implantação da política e dos programas propostos. Em Curitiba, o ginásio de esportes Prof. Almir Nelson de Almeida (do Tarumã) seria o local de desenvolvimento das atividades relativas ao Centro de Excelência Esportiva, e as ações da instituição deveriam acontecer de forma desconcentrada, através de oito Centros Regionais de Esporte e Lazer, posicionados nas diversas regiões do Paraná.

Por conta do resultado dos trabalhos desenvolvidos e da intenção do Governo do Estado em intervir nos problemas detectados, internamente os dirigentes e técnicos da instituição elencaram como proposta inicial alguns projetos, atividades e ações que poderiam minimizar o impacto negativo das distorções encontradas: realização de seminários, feiras, eventos, palestras; realização de campanha institucional e captação de patrocínio como estratégias de financiamento do esporte e lazer; levantamento de dados (diagnóstico) referente à infra-estrutura esportiva no Estado; orçamento público destinando recursos para investimentos em infra-estrutura; parcerias com a iniciativa privada; adoção de tecnologias alternativas em engenharia e arquitetura aplicadas à infra-estrutura para promoção e prática esporte e lazer.

²⁰³ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999, p.16.

²⁰⁴ Id. *ibid*.

Os Centros Regionais de Esportes e Lazer seriam otimizados com vistas à descentralização das ações, cumprindo-lhes igualmente a função de criar banco de dados regionalizados, desencadeando ações voltadas à criação de Centros Regionais de Excelência.

Objetivando a integração entre as instituições, seria unificado e elaborado o calendário estadual do esporte e lazer, além de outras ações de cooperação no sistema, sendo que todas as ações de execução da política, seus planos, programas e projetos para o esporte e lazer, deveriam ser permanentemente monitorados e avaliados através de mecanismos próprios e adequados.

Para informar e comunicar as ações que viriam a ser desencadeadas por todos os agentes dos mais diversos segmentos do campo, seria editada a Revista do Esporte e Lazer e o Jornal do Esporte e Lazer, além de boletins informativos periódicos. O departamento gerenciador destas ações seria a biblioteca da instituição, responsável também pela videoteca e pela memória esportiva. Ainda no âmbito da comunicação, a TV educativa, como canal governamental de comunicação com a sociedade, desenvolveria campanhas educativas e institucionais sobre o tema.

Concentrando a atenção no rendimento esportivo, projetos e atividades como os Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná, participação nos Jogos Abertos Brasileiros e Pólos Esportivos em diversas modalidades seriam os principais eventos promovidos pelo governo do Estado.

Projetos como o Paraná Nacional e Paraná Olímpico deveriam ser retomados, destinando recursos ao investimento em talentos esportivos paranaenses com destaque nacional e internacional, buscando apoio nas ações de *marketing* esportivo e estimulando o intercâmbio, como meio de manter constantemente os atletas paranaenses de destaque em condições de treinamento e em processo permanente de aperfeiçoamento e evolução técnica.

Voltando-se ao público escolar, a realização dos Jogos Estudantis do Paraná e a participação de equipes paranaenses nos Jogos Estudantis Brasileiros seriam algumas ações de incentivo ao surgimento de talentos, que poderiam passar a receber incentivos financeiros para a sustentação da prática esportiva com a continuidade do projeto Frutos da

Terra de apoio aos jovens talentos detectados. Para jovens iniciantes na prática esportiva de competição, deveriam ser realizadas atividades nos Pólos Esportivos.

Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da cultura esportiva e de lazer, programas de aptidão física e saúde do escolar bem como a realização de festivais deveriam ser as estratégias, a partir da discussão do currículo básico em Educação Física.

Os Jogos Universitários, os Jogos para as Pessoas Portadoras de Deficiência, os Jogos Indígenas, os Jogos dos Trabalhadores, os Jogos das Escolas de Educação Física, os Jogos dos Servidores das Universidades do Paraná, os Jogos dos Servidores Públicos do Paraná e os Jogos Regionalizados deveriam compor, juntamente com os Jogos Abertos, da Juventude e Estudantis, o programa de eventos esportivos do Governo do Estado.

Dirigindo-se ao lazer comunitário, algumas atividades especiais, como o programa de municipalização do lazer através de ações como o projeto Feliz Cidade, Caminhos da Terceira Idade (como parte da política de atendimento aos idosos) e atividades de preservação e valorização da cultura integrariam as principais ações programadas como meio de atingir os objetivos estabelecidos, em uma programação que deveria ser enriquecida com Festivais de Lazer (Lazer em Ação), atividades de verão (Eco Verão) no litoral e na Costa Oeste do Estado, Férias na Cidade (destinada aos municípios do interior do Estado) e apoio aos eventos municipais.

Na área de pesquisa científica, o governo de Estado deveria integrar-se às ações das instituições de ensino superior, mantendo um rico e completo banco de dados voltado à investigação científica sobre os mais diversos temas.

O Centro de Excelência, instalado em Curitiba nas dependências do ginásio de esportes do Tarumã, abrigaria eventos comunitários, academia popular de ginástica e o laboratório de avaliação física e seriam destinados à comunidade.

Objetivando integrar todos os programas e projetos do esporte e lazer anteriormente apresentados, e portanto a ação das duas diretorias e a sua articulação com os demais agentes do campo, deveria ser criado o Manual de Integração de Programas e Projetos do Esporte e Lazer (cartilha de orientação), bem como deveriam ser realizados em caráter permanente seminários e reuniões internas.

Cursos de formação, aprimoramento e atualização para árbitros, dirigentes esportivos, técnicos esportivos, organizações esportivas, profissionais e agentes de lazer,

recreação e marketing aplicado deveriam ser as ações de capacitação de recursos humanos, tendo no II Congresso Estadual de Esporte e Lazer o evento de capacitação de maior destaque das propostas de treinamento continuado voltado aos agentes que assumiriam a responsabilidade de implementar cada uma das ações da proposta de governo apresentada.

Do detalhamento e desenvolvimento dos conteúdos do relatório documental do encontro, feito por dirigentes e técnicos do governo, resultou a Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer²⁰⁵ para o período compreendido entre 1995 e 1998 (período para o qual foi legitimamente eleito o Governador Jaime Lerner) onde o esporte é tratado “em suas manifestações de educação, lazer, rendimento ou espetáculo”.

Realizado o encontro, no qual os futuros diretores técnicos estiveram presentes ainda que não tivessem sido anunciados oficialmente, assessorado por seu Diretor Geral Valderi Mendes Vilela e pelo Chefe de Gabinete José Roberto Petraglia de Almeida, e em decorrência das negociações decorrentes da aliança estabelecida entre os partidos PPB e PFL, a secretaria foi ocupada por integrantes dos dois partidos.

Desta forma, Amilton Stival, ex-diretor de futebol do Paraná Clube (de Curitiba), que havia sido cogitado para ocupar a presidência da Paraná Esporte, assumiu o cargo de Diretor de Administração e Finanças, deixando a presidência para Voldimir Maistrovicz – o Mirão, ex-atleta arremessador de peso e ex-Prefeito do município de Apucarana, que trouxe para sua chefia de gabinete Sérgio José Maciura.

Com o novo organograma da Paraná Esporte, que estabelecia duas diretorias técnicas, os professores oriundos da Universidade Estadual de Maringá, Jair Henrique Alves e Yara Küster, assumiram os cargos de Diretor de Esportes e Diretora de Lazer, respectivamente.

A esse respeito a professora Yara Küster recorda:

Pra começar, pra fazer uma diretoria de lazer, quantas vezes a gente teve que fazer o organograma. Eu cheguei e falei assim. Eu não fico com o esporte e lazer. Eu não gosto do esporte eu não entendo do esporte. O único que entendia da necessidade era o Silvio porque ele sabia que o lazer estava vinculado ao turismo, porque ele sabia que o entretenimento, da parte do turismo, não podia ser desvinculado do lazer. Se fosse o Osvaldinho não via isso, como não viu.²⁰⁶

²⁰⁵ Informações mais detalhadas podem ser obtidas no documento oficial intitulado Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, que apresenta as intenções do governo Jaime Lerner para o esporte paranaense no período compreendido entre 1995 e 1998.

²⁰⁶ Entrevista realizada com a ex-Diretora de Lazer da Paraná Esporte, professora Yara Maria Küster, no dia 05 de março de 2004.

Ressaltamos que, ao nos referirmos às organizações públicas, seus atores e instituições, estamos nos referindo ao conceito da clássica burocracia de Max Weber, entendida por Elias como uma burocracia positiva e funcional em um modelo racional de organização, chamando a nossa atenção para o fato de que

a burocracia tende hoje a reduzir as interdependências sociais complexas a departamentos administrativos singulares; cada um deles tem a sua área de jurisdição estritamente definida, sendo equipados com uma hierarquia de especialistas e uma oligarquia de chefes administrativos, que raramente pensam para além da sua própria área de competência. Este tipo de burocracia está muito mais perto de uma organização tradicional que, na verdade, nunca foi racionalmente planeada, do que de uma organização clara e cuidadosamente pensada, cuja adequação às funções que desempenha deverá estar constantemente sujeita a revisões.²⁰⁷

Encontramos, em Elias, a intensa preocupação em analisar os fatos sociais a partir da rede de interdependências dessas relações, e o afastamento necessário à amplitude do campo de visão daquilo que se pretende contemplar, desfocando a atenção dos indivíduos na perspectiva singular, mas na sua atuação coletiva articulada relativamente aos demais indivíduos, suas “ações, objetivos e fins”²⁰⁸.

Ao tratar da hierarquia, da coordenação e da autonomia relativa dos indivíduos em organizações sociais, Elias observa que:

uma crescente difusão da compreensão de tipos específicos de organização entre os quais uma hierarquia de níveis interdependentes de funções de coordenação e integração de tal modo que as relações nos níveis mais complexos de coordenação e integração são relativamente autônomos dos níveis menos amplos. Substancialmente, os níveis mais amplos de integração não são mais do que uma combinação de figurações de níveis menos amplos, que de certo modo os primeiros regulam. Porém o modo com funcionam os níveis mais altos de integração é relativamente autônomo no que respeita aos seus componentes.²⁰⁹

Segundo o modelo analítico apresentado por Elias, não muito raro, costumamos pensar em processos sociais com uma relativa autonomia das intenções humanas, imputando ao desenvolvimento de qualquer campo, fato ou ação social o desprendimento de ações e interesses pessoais interdependentes conectados por redes de relações funcionais, o que torna a análise sem sentido pois, nas palavras do autor, “tem como consequência um sentimento de ausência de significado.”²¹⁰

²⁰⁷ Entrevista realizada com a ex-Diretora de Lazer da Paraná Esporte, professora Yara Maria Küster, no dia 05 de março de 2004.

²⁰⁸ Id., p.41.

²⁰⁹ Id., p.49.

²¹⁰ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999, p.63.

Acontecimentos históricos são, dessa forma, acontecimentos sociais marcados pelas alterações configuracionais e das interdependências que os constituíram, fundamentando mudanças estruturais na sociedade, marcadas por desconexões, re-conexões ou novas conexões humanas.

A fala da professora Yara Küster pontua na organização, ao longo de toda a sua história, o momento da divisão de uma diretoria técnica em duas diretorias distintas: a Diretoria de Esportes e a Diretoria de Lazer. Até o presente momento um único diretor vinha dando conta das duas áreas, mesmo porque o Lazer ainda passava por um período de discussão no âmbito acadêmico, com o aumento de produção científica mais ajustada ao tema. As atividades de Lazer eram vistas puramente como atividades da recreação através do esporte. A discussão do campo do Lazer como área autônoma e independente do esporte vinha ganhando espaço ao longo das décadas de 80 e 90, tendo no governo, como reflexo, a subdivisão das ações técnicas entre o esporte e o lazer.

Essa decisão teve como repercussão e consequência indireta *a posteriori*, em médio prazo, a divisão interna no poder, estimulando a concorrência por orçamentos, por projetos e por força política junto ao presidente da organização e demais centros de poder e decisão. Esse fato não foi registrado nessa gestão, já que a diretora de lazer e o diretor de esportes mantinham fortes compromissos profissionais ajustados e alinhados entre si, mas aflorou em gestões que estariam por vir, como poderemos observar adiante.

Ocorre que, no campo esportivo, um ambiente marcado pelo *ethos* e *habitus* da prática do esporte competitivo, sempre cabe ao esporte, em detrimento do lazer, um peso maior nas decisões, concorrendo para o relativo enfraquecimento de políticas específicas ou mais abrangentes para o lazer.

Nesse cenário, observamos que os agentes da burocracia da administração pública na esfera executiva da gestão, no zelo pelo exercício da sua função e busca pela conquista de espaço que lhe permita cumprir as suas tarefas, adotam determinadas estratégias visualizando a alocação da maior quantidade de recursos orçamentários para o desenvolvimento de programas e projetos específicos. Tais projetos podem representar os anseios sociais, interesses especiais e paixões profissionais, fechando o canal de comunicação e de interesses corporativos entre os políticos, a burocracia, a legislatura e os fortes grupos do segmento.

A esse respeito, podemos recordar também a atuação da OPEP no governo anterior, exercendo pressão no sentido de garantir, ao menos em parte, os seus interesses, que tinham um conteúdo eminentemente voltado aos jogos oficiais.

Para assessorar tecnicamente a presidência da organização, foi convidado o professor da Universidade Estadual de Londrina, Oscar Amauri Erichsen, que apesar de indicado não assumiu oficialmente, cargo que viria a ser ocupado pelo professor Sérgio Gregório da Silva. Para assessorar as diretorias de esporte e de lazer, foi indicado o funcionário de carreira da Paraná Esporte, professor Cícero Galeto Ramos.

Naquele momento, o quadro de técnicos da Paraná Esporte era composto por vinte e quatro profissionais de educação física remanescentes da montagem da equipe técnica e do concurso de ingresso ao serviço público realizado no governo Alvaro Dias.

Ainda que os diretores de esporte e de lazer tenham chegado ao governo por meio de diferentes canais (em relação ao Presidente e ao Diretor de Administração e Finanças) e terem tido um primeiro contato na própria instituição, o bom relacionamento, a afinidade no pensamento e nas ações na relação com as duas diretorias técnicas fica clara nas palavras da professora Yara Küster, diretora de lazer, ao falar de Amilton Stival e sua atuação como Diretor de Administração e Finanças: “Foi muito bom. Maravilhoso. Uma das pessoas mais honestas. Muito bom, muito bom, e você tinha segurança, porque ele não fazia nada sem perguntar para a gente. Nada. E isso fazia com que a gente ficasse mais seguro também.”²¹¹

Não foi, nesse caso, a aproximação pessoal entre o Governador eleito, o Secretário de Estado por ele indicado, e entre todos os futuros membros da equipe, conforme observamos ter ocorrido nos governos anteriores, que definiu o convite àqueles que viriam a integrar o grupo. Mas esse fato não impediu que, por conta de um ordenamento não planejado, viesse a ocorrer uma sintonia no relacionamento interpessoal entre os diretores, o que resultou em bons resultados à dinâmica interna no funcionamento da organização, dando segurança às decisões, conforme pudemos detectar nas palavras da professora Yara Küster.

²¹¹ Entrevista realizada com a ex-Diretora de Lazer da Paraná Esporte, professora Yara Maria Küster, no dia 05 de março de 2004.

Montada a equipe e definidas as prioridades do governo e as estratégias para colocá-las em ação, como terceira fase do processo de implantação do plano o governo, deveria comunicar e divulgar as suas intenções para a comunidade, esclarecendo o processo de formulação e implantação das idéias.

Antes de passar à comunicação e discussão com a comunidade, foi realizado, em Curitiba no Hotel Condor, em novembro de 1995 o Seminário Interno de Gerenciamento Esportivo e de Lazer, onde a Política que seria apresentada e desenvolvida foi internamente debatida, questionada e acatada entre os técnicos e dirigentes da própria Paraná Esporte.

Dando prosseguimento ao processo de implantação do plano e da política, nos dias 06 a 08 de dezembro de 1995, no Inter Palace Hotel e Centro de Eventos, em Curitiba, por ocasião do II Encontro Estadual de Gerenciamento Esportivo e de Lazer, com a presença do Secretário de Estado do Esporte e Turismo e toda a diretoria e quadro funcional da Paraná Esporte, o próprio Secretário de Estado, Silvio Magalhães Barros II anunciou e detalhou a Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer – princípios, metas e objetivos. Após a apresentação geral das intenções governamentais, a professora Yara Küster, diretora de Lazer e a sua equipe técnica apresentaram os programas, projetos e atividades previstas para o lazer, sendo que da mesma forma, o Diretor de Esportes professor Jair Henrique Alves e a equipe da diretoria apresentaram os programas, projetos e atividades previstos para o esporte.

Trataram também dos Jogos Escolares, dos Jogos da Juventude e dos Jogos Abertos do Paraná, com a apresentação de propostas da Paraná Esporte e sua discussão através de comissões de trabalho. Ocorreram apresentações, em um momento especial, de alguns programas e projetos de lazer desenvolvidos no Estado do Paraná como experiências bem sucedidas no que diz respeito à administração de políticas de lazer, por parte dos professores Carlos Roberto Ferreira da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, e Celso, da Universidade Estadual de Maringá, além da apresentação do código de organização da Justiça e Disciplina Desportiva pelo advogado Paulo Marcos Schmitt, funcionário da Paraná Esporte.

Participaram do evento pessoas dos mais diversos setores da comunidade esportiva: municípios, universidades, federações, atletas, técnicos e dirigentes esportivos.

Nesse evento, fisicamente a estrutura da Paraná Esporte e da Paraná Turismo dividiam espaço com a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo em um único prédio, que abrigava outros órgãos governamentais, ainda que cada um deles, a Secretaria, a Paraná Esporte e a Paraná Turismo tivessem uma atuação autônoma e relativamente independente.

No relatório de atividades, apresentado pelo governo, são relacionados inúmeros atendimentos realizados em 1995 em eventos do esporte e do lazer realizados com apoio financeiro da Paraná Esporte, bem como o atendimento a projetos e eventos municipais, tanto por parte da diretoria de lazer como por parte da diretoria de esportes, além de novos projetos, conforme relatamos.

O projeto Lazer em Ação – Paraná 12 Meses – consistia em mobilizar os municípios do Estado, prioritariamente aqueles considerados de pequeno e de médio porte, a desenvolver atividades de lazer envolvendo as suas comunidades. O governo do Paraná procurou sensibilizar as prefeituras municipais, assessorar tecnicamente e repassar materiais recreativos diversos (bolas, baralhos, cartazes, premiação) e, conforme pudemos observar no relatório, contou com o apoio do Banco do Estado do Paraná e da empresa multinacional Coca-Cola.

Por conta do Lazer em Ação, em 1995 foram realizados festivais de Futebol do Trabalhador (com 124 municípios participantes) e de Truco (com 85 municípios participantes), Passeios Ciclísticos (com a participação de 90 municípios) e Jogos da Criança (com a participação de 134 municípios do Estado).

Durante a temporada de verão, nos balneários do Paraná, foi retomada a realização de eventos esportivos e de lazer pelo projeto Eco-Verão na costa oeste e no litoral, enfatizando a e fortalecendo a preocupação ecológica do governo do estado, pelo apelo declarado no nome do evento e sua marca.

Ainda em 1995, foi criado no Paraná o projeto Pintando a Liberdade, destinando à comunidade carcerária a responsabilidade pela confecção de material esportivo - inicialmente bolas e redes - para o atendimento prioritário aos estabelecimentos de ensino da rede pública oficial de ensino do estado para as aulas de Educação Física e desenvolvimento de ações comunitárias.

O projeto Pintando a Liberdade foi criado na Secretaria de Estado do Esporte e Turismo por iniciativa e coordenação de Roberto Canto, funcionário efetivo da Secretaria

de Estado da Justiça. A primeira equipe que atuou no projeto foi composta por Vitor Paulo Corrêa e Juliano Borghetti²¹² (no levantamento de dados e ações operacionais), e Maria Laura Zocolotti (na editoração eletrônica).

Os benefícios gerados pelo projeto Pintando a Liberdade poderiam ser resumidamente apresentados da seguinte forma: mudança de comportamento dos internos com redução da tensão carcerária, retorno financeiro para manutenção do próprio interno e da sua família, remissão da pena a ser cumprida, haja visto que para cada três dias trabalhados a lei determina a redução em um dia da pena a ser cumprida, ressocialização do detento e otimização de recursos, por parte do governo, na compra de material, já que são produzidos os seguintes materiais esportivos: bolas (futebol, vôlei, basquetebol, futsal, handebol masculino e feminino, bolas de futsal para portadores de deficiência visual), confecções (camiseta, bermuda, agasalho, boné, viseira), redes (vôlei, basquetebol, futebol, handebol, proteção de quadra), e acessórios (bolsa e sacola), complementados pelos serviços de serigrafia.

Foi criado e editado o manual de orientação esportiva, com a intenção de aprimorar as parcerias no setor esportivo com o governo do Estado, onde eram disponibilizadas “informações sobre as parcerias em infra-estrutura para o esporte e lazer (equipamentos e instalações); apoio a equipes ou atletas; material esportivo e peças gráficas para eventos e relatórios técnicos”²¹³. Assim, ao final do documento obtêm-se informações sobre canais de contato com a Paraná Esporte, na matriz e nos Centros Regionais.

Na metade do primeiro mandato do governador Jaime Lerner, mais precisamente no primeiro semestre de 1996, o secretário Silvio Barros, que é de família tradicional da cidade de Maringá, deixou a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo para concorrer como candidato à prefeitura daquela cidade, deixando livre a vaga que viria a ser ocupada por Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, ex-diretor do Banestado *Leasing* e filho de Santos Filho, deputado Estadual pelo PFL. Com a saída do Secretário Silvio e entrada do Secretário Osvaldo Magalhães dos Santos, a Secretaria foi para PFL partido do governador, provocando mudanças também nas diretorias.

²¹² Juliano Borghetti assumiu o cargo de Secretário de Esporte e Lazer da Prefeitura de Curitiba durante parte do governo municipal de Cássio Taniguchi, tendo sido substituído, por contingências do período prévio às eleições municipais de 2004, no mês de junho, por Marcos Tocafundo, ex-presidente da Paraná Esporte.

²¹³ Governo do Estado do Paraná, Paraná Esporte-Parceria Esportiva, Manual de Orientação, 1995.

Segundo informou Yara Küster, nesse momento de transição, quem iria assumir a Secretaria era o Luiz Nishimori, da colônia japonesa, indicado por Antônio Ueno:

E vou te dizer. Quando o Luiz foi convidado ele me chamou e perguntou do organograma da secretaria e eu levei nossos relatórios aqueles da agenda e mostrei. Ele virou e disse assim pra mim: Eu não posso mudar esse organograma? Eu falei, não. – Então isso aqui não funciona. E não aceitou. [...] Não funciona porque não existe empresa que dê sucesso com aquela quantidade...ele disse que era muito cacique pra pouca coisa. E ele tava errado? A empresa está falida. [...] Ele disse que precisava mudar, tudo mais e não aceitou, tanto é que demorou para vir o Osvaldinho. Por causa do Luiz. Ele ia assumir antes do Osvaldo. Quem foi convidado foi o Luiz. Ele foi convidado através do Antônio Ueno e do partido. A Secretaria era do PPB. Tudo era do PPB. O Antônio Ueno era do PPB. Quando entrou o Osvaldo mudou, foi para PFL. Aí dividiu. O governador era PFL. A Secretaria era do PPB que era partido de coligação. Foi parar na mão do Silvio por causa do Ricardo.²¹⁴

Para melhor analisarmos esse acontecimento, levando em considerando a movimentação e os mecanismos internos adotados pelos agentes da burocracia governamental nas organizações públicas, e a importância dos estratos superiores e técnicos dessa burocracia no processo de execução das políticas de governo, trataremos dos jogos de interdependências sociais, numa visão interna das estruturas governamentais, a partir dos modelos de competições desenvolvido por Elias, aproximando-os da análise e interpretação de Mara Cristan, sobre Guerreiro Ramos, desenvolvida em oportunidades anteriores do nosso estudo.

Ao aplicarmos na atuação dos governos a perspectiva eliasiana, devemos necessariamente dirigir nossa atenção às pessoas que desempenham as ações, objetivos e fins institucionais, entendendo que o governo não pode ser imaginado como uma abstração, uma instituição ou um ente não palpável, mas como uma configuração composta por inúmeras pessoas articulando interesses próprios. Esses interesses nem sempre são comuns, convergentes ou divergentes, e estabelecem interdependências mútuas altamente instáveis e vulneráveis, quanto mais instável e vulnerável for o campo ou o espaço configuracional.

É pensando nesta imagem do governo que iremos analisar internamente a dinâmica de relações e do funcionamento da engrenagem que faz a instituição Estado funcionar. Segundo Elias, “temos que mostrar como e porquê a interpenetração de indivíduos interdependentes forma um nível de integração no qual as formas de organização, estruturas

²¹⁴ Entrevista realizada com a ex-Diretora de Lazer da Paraná Esporte, professora Yara Maria Küster, no dia 05 de março de 2004.

e processos não podem ser deduzidos das características biológicas e psicológicas que constituem os indivíduos”²¹⁵.

Se empregarmos o conceito de configuração social aos mais diferentes campos sociais, relativamente autônomos, uns em relação aos outros, estaremos superando a visão e a perspectiva reducionista do próprio campo e o seu objeto, percebendo com certa nitidez, o conjunto de interconexões dinâmicas, mutáveis e com distribuição desigual de poder como um padrão básico de funcionamento e existência do campo. Seria, segundo o pensamento de Norbert Elias visualizar a sociedade e as esferas de desenvolvimento como relações específicas de pessoas interdependentes articulando de forma dinâmica, mutável e desequilibrada a construção, não necessariamente planejada, da história.

Segundo Elias, no centro das transformações sociais “têm estado impulsos que se orientam no sentido de uma especialização crescente ou no sentido de uma diferenciação de todas as atividades sociais. Correspondentemente, tem havido impulsos orientados para uma integração de actividades especializadas, que muitas vezes têm ficado para trás”, fatos dos quais decorrem “um maior grau de dependência multipolar recíproca e de um maior controlo” e “dependência crescente de cada pessoa e cada grupo relativamente aos outros”²¹⁶, devido ao elevado grau de complexidade das novas configurações formadas.

Essa é a razão pela qual não podemos analisar a ação individual e singular de maneira estática, especialmente naquilo que diz respeito ao processo de tomada de decisões como atitude propulsora de ações, que vão delinear o decurso do envolvimento de outros indivíduos.

Esse exame tem como pressuposto a necessária clareza e transparência sobre as decisões, como resultantes de forças e lutas de poder entre indivíduos e grupos, articulando-se e movimentando-se segundo regras pré-acordadas, ou por vezes até desprendidos de regras.

É baseado nesse pensamento que Elias apresenta como metodologia interpretativa os modelos de jogo, como espécie de “experiência mental” da construção de configurações onde os homens articulam-se e tomam decisões sobre objetos, interesses e fins, bastante

²¹⁵ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999, p.50.

²¹⁶ Id.ibid., p.73.

semelhantes ao jogos reais, no sentido de verdadeiros (o autor cita o xadrez, o *bridge*, o futebol ou o tênis como exemplos)²¹⁷.

Para que possamos melhor compreendê-los, o autor sugere que todos os modelos têm como princípio duas ou mais pessoas medindo forças na conquista dos seus objetivos. Para Elias “esta é a situação básica que encontram sempre que indivíduos entram ou se encontram em relação uns com os outros” afirmando ainda que os modelos de análise propostos “mostram como a teia de relações humanas muda quando muda a distribuição de poder”.²¹⁸

Sobre os modelos de jogos de Norbert Elias, notamos tratar-se de uma concepção de que as idéias, os processos de discurso e pensamento com os quais os jogadores tentam assimilar e dominar a sua experiência do jogo vão dando forma a partir do conjunto de ações entrecortadas. Mas o sociólogo explica que “durante muito tempo é particularmente difícil que os jogadores compreendam que a sua incapacidade de controlar o jogo deriva da

²¹⁷ Como modelos de análise das interpenetrações individuais, Elias apresenta a competição primária como um modelo de competição sem regras, e os modelos de processos de interpenetração com normas, que podem desenrolar-se entre duas pessoas, muitas pessoas em um mesmo e único nível, muitas pessoas em vários níveis, jogos de dois níveis do tipo oligárquico e do tipo democrático crescentemente simplificado. Pela análise do modelo de competição primária sem regras, os jogadores fazem as suas jogadas e tomam as suas decisões com base direta no movimento do adversário. Assim, o desdobramento do jogo, a estruturação de cada grupo e do espaço de jogo submete-se ao movimento de cada jogador, que como amigos, inimigos, adversários ou concorrentes, polarizam as ações de maneira não raro antagônicas e mutuamente coercitivas, tendo potencial de poder relativamente mal distribuído. O modelo de competição primária nos coloca diante de situações de sobrevivência e do esforço individual de um, relativamente, a outro indivíduo ou grupo, em um processo não estático, marcado por tensões (que podem atingir níveis elevados de violência entre indivíduos ou grupos) delimitadas em determinado tempo e espaço. Avançando em suas considerações, Elias passa a tratar de modelos mais aperfeiçoados, e portanto mais complexos de interdependências funcionais entre as pessoas, desenvolvendo análises sobre jogos de dois indivíduos, que têm também como base o modelo de competição primária, porém com regras mais claras, mas com a distribuição desigual de poder. O modelo de muitas pessoas a um só nível, é apresentado como aquele em que um dos participantes (seguindo a proposta do autor – o jogador (A) realizará a jogada com vários outros indivíduos (B, C, D, etc) em possibilidades adversas de configuração. A análise de várias pessoas em vários níveis, com normas, pode ser observada pelo crescimento do emaranhado de pessoas articulando suas ações, tomando decisões e entrando no jogo. A seguir Elias passa para o estudo da configuração de muitos participantes em constante crescimento e processo de mutação configuracional, pressionados cada vez mais para um rearranjo interno. Neste caso um jogador individual perde sua capacidade e força relativa de atuação, bem como se posiciona no interior da nova trama do jogo com uma visão mais opaca e impeditiva da “experiência mental” proposta pelo autor na construção da jogadas dos demais jogadores, fazendo, segundo Elias, com que ele possa “sentir-se perdido” no campo de jogo. Portanto, o sociólogo apresenta variante nos modelos de jogo que se traduzem em formas cada vez mais refinadas e complexas de interpenetração social e de lutas, individuais e coletivas, por conquista de poder. Para detalhamento sobre o assunto, ver: ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999.

²¹⁸ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999, pp.87-88.

sua dependência mútua, das posições que ocupam enquanto jogadores e das tensões e conflitos inerentes a esta teia que se entrelaça”.²¹⁹

É por essa razão que as decisões tomadas por parte dos agentes governamentais se dão numa retórica “racional e realista dos problemas sociais”²²⁰, conforme citamos anteriormente ao aproximar, pelo entendimento de Elias, essa compreensão à burocracia clássica de Max Weber. Imaginando que o jogo se passa tão somente entre dois pólos, e não do encadeamento de fatos sociais e teias de interdependências com padrões mutáveis, não somente os discursos, mas também as ações se articulam sem a percepção da dimensão configuracional na qual os problemas sociais se encontram mergulhados e pela qual são perpassados.

A partir das considerações sobre os modelos de jogo apresentados por Norbert Elias, podemos perceber mudanças no estado das coisas que implica e é implicado por mudanças dos próprios jogadores, do equilíbrio de poder, da composição dos grupos e sua posição relativa na teia de configurações multifuncionais e interdependentes, dominantes e beneficiados, dominados e funcionários ou porta-vozes dos grupos das camadas inferiores. Para Elias, “dependemos dos outros, os outros dependem de nós” sendo que “o decurso do jogo não está no poder de qualquer jogador.”²²¹

Nesse sentido, todas as articulações políticas na indicação dos nomes que ocupam os cargos públicos, independente do governo, do momento e do partido, é também resultado de todo o conjunto de interdependências e das interconexões, instáveis e mutáveis, anteriormente descritas, e que, podemos supor, são trabalhadas acima e distante da sociedade, exatamente na visão de Elias como “nós” – o Estado, e os “outros” – a sociedade. Algumas decisões são inconscientemente impermeabilizadas por essa noção do “nós”, e são tomadas à revelia das reais necessidades da sociedade. Em linhas gerais, trata-se primeiramente de um processo político de conquista do poder, para se transformar, somente depois, em um processo de propostas de intervenção governamental.

As mudanças provocadas, deliberadamente ou não, em qualquer tempo da gestão, por parte do Chefe do Poder Executivo, resultam na instabilidade do processo, quebrando rotinas e procedimentos, e rompendo com a continuidade. Novamente, encontramos alguns

²¹⁹ ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, SP: Edições 70, 1999, p.99.

²²⁰ Id. *ibid.*, p.32.

²²¹ Id. *ibid.* p.101-104.

indicativos sobre a falta de continuidade nas políticas governamentais. A mudança política, ainda que se dê somente nos níveis da burocracia diretorial, é também responsável pela ruptura nos processos da gestão pública, afinal, a cada mudança no quadro diretivo são nomeadas outras pessoas, com idéias diferentes e relacionamentos pessoais e profissionais distintos dos dirigentes anteriores, dando ao contexto nova configuração interna, com reflexos diretos no reordenamento da configuração externa ao ambiente da organização, e portanto nos serviços prestados à comunidade.

Retomando o estudo empírico da nova configuração da Paraná Esporte, notamos que Voldimir Maistrovicz, o presidente da autarquia, continuou até que Osvaldinho, como era conhecido o secretário Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, indicou para ocupar a presidência da Paraná Esporte o professor Odivonsir Antônio Frega, da Universidade Federal do Paraná, ex-campeão brasileiro de futebol como preparador físico do Coritiba Futebol Clube no ano de 1985, e que havia sido preparador físico do Osvaldo Magalhães quando corredor de automobilismo.

Em agosto de 1996, algumas ações do governo paranaense no campo esportivo foram apresentadas na IV Feira Internacional de Esportes do Brasil, em São Paulo. Nessa oportunidade, com o apoio do grupo SPAIPA (Coca-Cola), o *stand* de exposição do Paraná recebeu a visita (pré-agendada) do Ministro Pelé, especialmente para tratar do projeto Pintando a Liberdade e dos I Jogos da Juventude do Brasil, que viriam a ser realizados em Curitiba. Nesse encontro foi anunciada, nacionalmente, a decisão do governo federal em assumir a gestão do projeto Pintando a Liberdade, tendo o Paraná como o modelo a ser seguido.

O Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, já havia participado da II e da III Feira Internacional de Esportes do Brasil, nos anos de 1994 e 1995, também na cidade de São Paulo, tendo sido o único expositor do setor público a participar do evento, nas duas edições.

Prossegue a política de eventos e a ampla utilização de veículos de comunicação em ações especialmente caracterizadas na realização do I Jogos da Juventude – Etapa Nacional, no período de 01 a 10 de novembro de 1996, um compromisso do governo do

Estado do Paraná com o governo federal através do INDESP²²² e com o Comitê Olímpico Brasileiro, para o qual a equipe de diretores foi mantida. Tão logo se encerra o evento, o secretário Osvaldo promove formalmente a substituição de membros da diretoria.

No período que antecede os Jogos da Juventude – Etapa Nacional em Curitiba, Odivonsir Frega já ocupava a presidência da Paraná Esporte e o professor Fernando Cruz Sanches, então presidente da Federação Paranaense de Basquetebol chegaria indicado para assumir uma cota²²³ do deputado estadual Anibal Khouri, e já dividia espaço com o diretor Jair Henrique Alves. Eram dois diretores para uma única vaga até que o professor Fernando Sanches tivesse sido definitivamente nomeado. Jair Henrique deixou a Paraná Esporte, mas a professora Yara Küster ainda não, permanecendo por alguns meses na diretoria de Lazer, quando iniciam-se as movimentações internas para sua substituição.

Nesse período, Milton Lacerda Roseira Jr., técnico e árbitro de judô e ex-Secretário de Esportes do município de Guarapuava na gestão do prefeito Cesar Franco²²⁴, politicamente próximo do governador Jaime Lerner e do deputado federal Fernando Ribas Carli (PPB), foi indicado para desenvolver atividades técnicas na sede da Paraná Esporte, em Curitiba.

Na mesma situação se encontrava Marco Aurélio Schemberger, professor (de Educação Física) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que já havia sido Diretor Técnico da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer daquele município e coordenador do Centro Regional de Esportes da Paraná Esporte em Ponta Grossa (região A), indicado pelo Deputado Estadual daquela região, Plauto Miró (PFL).

Por conta das mudanças ocorridas, e da movimentação e nova configuração interna dos agentes, Milton Lacerda Roseira Jr. assumiu a Diretoria de Lazer, cargo que havia ficado vago por um período de aproximadamente três meses, pela falta da nomeação de um ocupante.

²²² Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – órgão do governo federal vinculado ao Ministério Extraordinário dos Esportes, que tinha como Ministro Extraordinário dos Esportes Edson Arantes do Nascimento “Pelé” e Presidente Asfilófilo de Oliveira Filho.

²²³ Quantidade de indicações para ocupar cargos em comissão destinada por conta de coligações e alianças políticas e partidárias no período que antecede votações em plenária legislativa ou nas próprias eleições. Esse mecanismo de troca é conhecido por *rent seeking* e demonstra uma troca de favores entre os pares políticos.

²²⁴ Cesar Franco foi Prefeito do Município de Guarapuava e ocupou o cargo de diretor presidente do DETRAN-PR durante o governo Jaime Lerner.

Neste mesmo tempo, a Diretoria de Administração e Finanças sofreu mudanças, com a entrada de Carlos Furtado. Estava composta a nova equipe diretiva do esporte paranaense no âmbito do governo estadual: Secretário Osvaldo Magalhães dos Santos, Presidente da Paraná Esporte Odivonsir Frega, diretor de Esportes professor Fernando Cruz Sanches, Diretor de Lazer Milton Lacerda Roseira Jr. e Diretor de Administração e Finanças Carlos Furtado.

Em 1996, foi impressa e distribuída a Agenda do Esporte e Lazer da Paraná Esporte que foi criada ao longo do ano de 1995, ainda sob coordenação da professora Yara Küster, com o propósito de “incrementar a capacidade de comunicação e informação”. O documento amplamente distribuído aos diversos setores do esporte paranaense continha informações importantes:

Política Estadual de Desenvolvimento do esporte e Lazer – Fundamentação, Diretrizes e Ações
Paraná Esporte – Apresentação e Relatório das atividades de 1995
Calendário de Atividades para 1996
Parceria Esportiva – Manual de Orientação
Calendário das Atividades Esportivas e de Lazer dos Municípios para 1996
Segmentos que Integram o Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
Prefeituras Municipais do Estado do Paraná
Regionalização Administrativa de Atuação dos Centros Regionais de Esportes e Lazer
Regionalização Administrativa de Participação nos Jogos Oficiais do Paraná
Mapa do Estado do Paraná²²⁵

Foi lançado, entre 1995 e 1996 o projeto Paraná Vila Olímpica com o propósito de:

(...) formação de estudantes e atletas para um maior desenvolvimento dentro do esporte, formando a futura geração olímpica paranaense e brasileira;
criar condições para o desenvolvimento do esporte e atividade física;
tornar-se um pólo da prática esportiva, do desenvolvimento do esporte e da pesquisa;
desenvolver uma infra-estrutura de excelência, para a realização de eventos esportivos de grande porte, e assegurar condições de treinamento, hospedagem e alimentação para equipes e seleções;
incentivar e promover a prática de atividades físicas com bases na saúde e lazer;
promover a capacitação de recursos humanos através de cursos, encontros, seminários, palestras e estágios;
auxiliar e amparar eventos de órgãos afins;
projetar o Estado do Paraná, seus valores esportivos, profissionais (científicos), como pólo de desenvolvimento esportivo, gerando divisas e promovendo seu nome. Estimular projetos de âmbito estadual que possibilitem a descoberta de talentos esportivos, oferecendo condições técnicas e científicas indispensáveis para a sua evolução.²²⁶

A Vila Olímpica do Paraná foi pensada pelo governo do Paraná através de uma comissão especial – CEIVO – Comissão de Estudos e Implantação da Vila Olímpica do

²²⁵ Governo do Estado do Paraná, Paraná Esporte – agenda oficial 1996 – p.5.

Paraná, composta por nove membros, nomeados por decreto governamental, e que previa a “construção de um complexo esportivo de projeção nacional e internacional de proporções jamais imaginadas”, chegando a ser cogitada a possibilidade de vir a ser sede de uma Olimpíada.

Segundo consta em material de divulgação da implantação da Vila Olímpica do Paraná a exclusividade, o arrojo e a viabilidade de mais esta ação do Governo do Paraná, em parceria com a iniciativa privada e a comunidade organizada, pode ser demonstrada com três pontos que, desde já analisamos para melhor compreensão do Projeto.

1. A Vila Olímpica do Paraná, numa extensão de 15 quilômetros, será instalada num único espaço, com vocação para eventos esportivos. Será a única do mundo, em caráter permanente, a reunir num só local todos os equipamentos para a prática de esportes olímpicos, ente outros.
2. No coração da Vila Olímpica do Paraná, estará situada a Universidade do Esporte – verdadeiro centro de excelência para a formação e aperfeiçoamento de atletas e professores
3. A Vila Olímpica do Paraná compõe, com diversas Secretarias de Governo, um vigoroso e efetivo instrumento de ação social contínua do Governo do Paraná.²²⁷

No documento o governo do Estado faz um convite para que a comunidade empresarial do estado participe das obras do projeto, oferecendo vantagens ao investimento e garantindo o retorno conforme podemos observar no texto abaixo:

A sua marca, seu produto, os serviços que você oferece estarão associados a um Projeto que privilegia a educação (esporte formando atletas da escola à universidade), a preservação do meio ambiente (ordenação físico ecológica da área considerada) e a qualidade de vida (lazer em ambiente compatível), projetando o Paraná mundialmente.²²⁸

Cumprindo o papel de sensibilizadores, da opinião pública em geral e dos investidores em particular, em torno da idéia que estava sendo lançada, para os responsáveis da CEIVO, conforme é apresentado no documento publicitário, o marketing esportivo é retorno certo aos investidores, ao considerar que

Estados Unidos e Europa têm demonstrado, na prática, o enorme potencial do esporte para a promoção de marcas, produtos e serviços. O esporte como negócio tem dado excelentes resultados, com vitórias indiscutíveis no campo do marketing promocional de empresas. As Olimpíadas de 1992 e agora a de 1996, a última Copa do Mundo, os mundiais de Atletismo, Natação, Vôlei, Vôlei de Praia e Basquete, só para citar alguns exemplo, comprovam a tendência e a eficácia do esporte para vender produtos, fixar conceitos, expandir serviços e consolidar marcas. Praticamente, não há nada

²²⁶ Governo do Estado do Paraná, Paraná Esporte – agenda oficial 1996 – pp.22-23.

²²⁷ Material gráfico publicitário de divulgação da Vila Olímpica do Paraná – 1995 –Governo do Estado do Paraná, Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Fundepar, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

²²⁸ Id.ibid.

que o esporte não possa vender a novos e vários segmentos de público que estão sempre em expansão.²²⁹

A Vila Olímpica, a partir dos membros da CEIVO seria a controladora dos recursos através de uma administração única, a sua superintendência, com os conveniados.

Porém, do conjunto de ações previstas duas foram efetivadas. Uma delas foi a criação e implantação da Universidade do Esporte com os seguintes propósitos institucionais:

entidade privada de caráter educacional, desportivo e social, com autonomia jurídica, administrativa e financeira e com plena gestão de seus bens, voltada para a formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de estudantes, atletas, professores, técnicos e público em geral e para oferta de cursos de educação continuada para todos aqueles envolvidos com o desporto em todas as suas formas de manifestação²³⁰

A Ata da Assembléia Geral de Constituição da Universidade Livre do Esporte do Paraná, registrada no cartório de títulos e documentos, 4º ofício – pessoas jurídicas, em Curitiba no ano de 1997, ratifica o seguinte:

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e sete, na sala Pé de Cachimbo do Palácio Iguazu, Curitiba, reuniram-se em Assembléia os representantes das entidades convidadas, a seguir nominadas [...] Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Fundepar, autarquia estadual [...] representado por seu Presidente Segismundo Morgenstern; Secretaria de Estado da Educação [...], representada pelo Secretário Estadual de Educação Ramiro Wahrhaftig; Secretaria Estadual de Esporte e Turismo [...] representada pelo Secretário Estadual de Esportes e Turismo Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos; Paraná Esporte, autarquia estadual [...] representada por seu Presidente Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos; Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CIC, sociedade de economia mista [...] representada por André Zacarow; Banco Real S.A, instituição financeira [...] representada por seu Diretor Geral Ricardo Gribel; Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, pessoa jurídica de direito privado [...] representada por seu Presidente Ingo Hubert; Sistema FIEP/SESI/SENAI, entidade sindical de grau superior, representada por seu Presidente José Carlos Gomes de Carvalho; Associação Paranaense das Instituições do Ensino Superior – APIESP, sociedade civil, sem fins lucrativos [...] representada por seu Presidente Roberto Frederico Mehry; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR, instituição de ensino [...] representada pelo reitor Euro Brandão; Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., pessoa jurídica de direito privado [...] representada por Oriovisto Guimarães; Universidade Tuiuti do Paraná, instituição de ensino [...] representada por seu Diretor Sidney Lima Santos, na presença do Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, com a finalidade de constituir a entidade civil “Universidade Livre do Esporte do Paraná”, como sócios fundadores, aprovar o respectivo Estatuto Social e deliberar sobre os assuntos decorrentes.

²²⁹ Material gráfico publicitário de divulgação da Vila Olímpica do Paraná - 1995 - Governo do Estado do Paraná, Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Fundepar, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

²³⁰ Ata da Assembléia Geral de Constituição – “Universidade Livre do Esporte do Paraná”, registro de títulos e documentos, - 4º ofício – pessoas jurídicas, Curitiba-Pr, 1997.

No ato da criação, ficou designado, em caráter provisório, que Segismundo Morgenstern e Marcos Guelmann, respectivamente assumiriam como Diretor Superintendente e Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro da Universidade do Esporte, até a escolha definitiva da Diretoria Executiva. Em 09 de novembro de 1998, os membros do Conselho de Administração se reuniram referendando o nome de Segismundo Morgenstern e Armando Antônio Marcolla, para assumirem respectivamente como Diretor Superintendente e Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro da organização, com mandado de quatro anos, sendo permitida a sua recondução ao cargo.

Como parte resultante de um processo evolutivo das negociações para implantação do projeto Paraná Vila Olímpica, instalada no bairro do Tarumã em Curitiba, nas dependências do que era anteriormente conhecido como Universidade Popular do Trabalho (UPT), a Universidade do Esporte (UE), inicialmente concebida como parte estratégica da Vila Olímpica estimava o apoio de especialistas do mundo inteiro naquela que seria “uma verdadeira USINA de aprimoramento da atividade desportiva”²³¹ e que se engajaria no desenvolvimento de pesquisas em atividades correlatas ao esporte de alto nível e na reciclagem e aperfeiçoamento pessoal dos profissionais ligados à área.

Acontece que a Universidade do Esporte iniciou suas ações de preparação, capacitação e desenvolvimento de talentos na construção de um suporte institucional e pedagógico de referência de forma mais modesta do que aquela anunciada, e desvinculada do projeto original da Vila Olímpica, mas seguiu um rumo, inicialmente não planejado, que a levaria ao reconhecimento nacional como sede da CBG, e local de treinamento de atletas da ginástica brasileira, abrigando ginastas internacionalmente conhecidos, conforme veremos adiante.

Outra ação efetivada, no ano de 1998, foi a conclusão das obras e a inauguração da pista de atletismo, seguindo padrões internacionais com material importado da Itália, no interior do Estádio do Pinheirão, sede da entidade privada Federação Paranaense de Futebol, e que tinha na época, como seu presidente, Onaireves Rolim de Moura, deputado federal paranaense.

²³¹ Material gráfico publicitário de divulgação da Vila Olímpica do Paraná - 1995 - Governo do Estado do Paraná, Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Relativamente a instalação dessa pista no estádio do Pinheirão, a professora Yara Küster, Diretora de Lazer naquele período, observa que

Fomos voto vencido de fazer a pista de atletismo no Pinheirão[...]. Mas eles não aceitaram e fomos voto vencido.[...] Deu o que deu. Então, isso é falta de vontade. Não adianta você querer fazer alguma coisa em Tomazina, no vale das orquídeas. Vontade política do “chefe mor”, porque quando você trabalha em governo, é o governo. Não adianta você querer fazer canoagem em Tomazina no vale das orquídeas. Lá não tinha televisão e nem rádio. Então isso que eu acho que deixa você muito ansioso quando você trabalha no governo.²³²

Ao referir-se à televisão e ao rádio, Küster deixa clara a preocupação dos governos com relação à necessidade de visibilidade das suas ações. Do ponto de vista político, não basta portanto somente realizar. É necessário fazer e aparecer. Se no campo dos espaços urbanos o “fazer” público e aparecer estão relacionado com obras de grande vulto, no campo esportivo a visibilidade se encontra no evento, no espetáculo esportivo e no maior número de melhores posições, representadas por medalhas de primeiro lugar. É esse o *habitus* que normalmente norteia as vontades do “chefe-mor” do executivo, segundo podemos concluir.

No ano de 1997, seguindo o mesmo formato e padrão de conteúdos do material publicado e distribuído em 1996, com informações atualizadas, é pela segunda e última vez, produzida a Agenda do Esporte e Lazer da Paraná, intitulada pelos dirigentes Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos e Odivonsir Antônio Frega como “Agenda 1997 – Ano dos Jogos Mundiais da Natureza”²³³.

A composição das diretorias foi mantida até o ano de 1997, quando ocorreram mudanças na presidência da Paraná Esporte, com o remanejamento de Odivonsir Frega para chefia de gabinete do Presidente Albino Tramuja, vindo de Paranaguá. Porém, ainda sob a administração do professor Frega, são realizados os Jogos Mundiais da Natureza, no período de 27 de setembro a 05 de outubro de 1997, também gerenciado por um comitê especial – Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza.

Segundo pudemos constatar nos documentos oficiais,

Os Jogos Mundiais da Natureza são uma competição que celebra esportes da água, da terra e do ar. A proposta é promover a harmonia do homem com o meio ambiente. O evento inédito no mundo [...]

²³² Entrevista realizada com a ex-Diretora de Lazer da Paraná Esporte, professora Yara Maria Küster, no dia 05 de março de 2004.

²³³ Governo do Estado do Paraná, Paraná Esporte - agenda oficial 1997 - Apresentação, p.5.

vai reunir atletas dos cinco continentes. Os Jogos Mundiais vão servir também de vitrine ao projeto Costa Oeste. [...].

Nas palavras do governador Jaime Lerner, “a grande competição será entre os limites do corpo e os desafios da natureza”. A previsão inicial era a de que o evento ocorresse a cada quatro anos. As treze modalidades disputadas durante os nove dias de competição foram nos Esportes da Água: canoagem de travessia, vela, canoagem de slalom, rafting e pesca, Esportes da Terra: escalada, golf, orientação com arco e flecha, ciclismo, hipismo e triathlon; Esportes do Ar: balonismo e pára-quedismo.

Dos relatos nos documentos oficiais extraímos a seguinte informação

[...] O comitê organizador conta com a consultoria do Consórcio *GFE Associats Consultors, Millet, Biosca e Associats e Marketing Systems*, responsáveis pela organização das Olimpíadas de Barcelona e da BCA Engenharia e Consultoria do Brasil. Os jogos serão totalmente viabilizados pela iniciativa privada. Serão necessários investimentos da iniciativa privada que incluem a reforma do campo de golf de Foz do Iguaçu e a construção de quatro bases com 300 leitos cada para abrigar os atletas. Os recursos vão ser investidos também no Parque da Barragem, onde será construído um canal ligando o Lago de Itaipu ao Rio Paraná. Este será o primeiro canal artificial da América Latina para a prática de canoagem e possibilitará a migração dos peixes, transpondo a barragem durante o período de reprodução. Esta infra-estrutura terá utilização permanente dentro do projeto Costa Oeste, que prevê transformar a região num grande centro de turismo mundial focalizando principalmente o turismo ecológico e de esportes. Os primeiros Jogos Mundiais da Natureza são uma parceria do Governo do Estado do Paraná, da Itaipu Binacional, da iniciativa privada e dos 15 municípios da Costa Oeste.²³⁴

O *marketing* de eventos se fortalece na realização dos Jogos Mundiais da Natureza²³⁵, que reúne atletas do mundo em espetacular evento de competição em esportes da natureza, na região que passou a ser chamada “Costa Oeste” e é composta pelos municípios lindeiros ao Lago Itaipu. Segundo o governador Jaime Lerner, “o local, com a Cataratas, a Hidrelétrica, o Lago de Itaipu, o Parque Nacional do Iguaçu, é o cenário ideal para se constituir num dos maiores pólos turísticos do mundo”.

É por essa ótica que o Governo do Paraná apresenta um grande plano de desenvolvimento econômico e social para os 15 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu – o “Projeto Costa Oeste”. Segundo informações oficiais, o planejamento para a Costa Oeste previa o seguinte:

²³⁴ Governo do Estado do Paraná, Paraná Esporte - agenda oficial 1997, pp.21-23.

²³⁵ Para uma análise mais detalhada e minuciosa sobre os Jogos Mundiais da Natureza consultar: Schemberger, M.A. **Jogos Mundiais da Natureza: o Atleta, o Aluno e Moradores na Costa Oeste do Paraná**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba-SP:2003. O autor relaciona as características de desenvolvimento do esporte moderno com a interdisciplinaridade escolar na região que compreende a Costa Oeste do Estado, como resultado dos Jogos Mundiais da Natureza.

O projeto vai transformar os 1.400 km de orla do Lago de Itaipu, que ligam Foz do Iguaçu à Guaíra, na Costa Oeste do Paraná. A proposta é dispor a região com resorts, parques temáticos, complexos de hotelaria, praias, marinas, portos, chácaras, condomínios além de atividades de apoio ao desenvolvimento turístico e econômico de toda região.[...] A região tem os requisitos necessários para alavancar o crescimento de todo o Oeste do Paraná. [...] A viabilização da Costa Oeste se dará com recursos e investimentos da iniciativa privada que já estão sendo capitalizados por intermédio do Instituto Paraná Desenvolvimento – IPD. O IPD é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se propõe a discutir e elaborar projetos de desenvolvimento que envolvam o Governo do Estado e a iniciativa privada.[...] A estimativa de investimentos públicos para região é de cerca de US\$ 75 milhões. A transformação da costa em região de turismo vai proporcionar, durante o ano todo, uma maior oferta de emprego para os seus 440 mil habitantes.²³⁶

No mesmo período, se instala no Paraná a empresa com razão social Paraná Vôlei Clube, que tem como presidente Marcos Tocafundo, sob coordenação do professor Bernardo da Rocha Rezende (Bernardinho), compondo, em parceria com o governo do Estado, o Centro Rexona de Excelência do Voleibol, nome fantasia da empresa, passando a ter como sede o ginásio de esportes do Tarumã, em Curitiba, adquirindo aos poucos uma certa hegemonia e polarização no desenvolvimento esportivo do governo Estadual. Desta forma, alavancou posteriormente outros centros de excelência e conquistou, por força da imposição da empresa Paraná Vôlei Clube e a patrocinadora Unilever, exclusividade no uso do espaço governamental.

O projeto Centro Rexona de Excelência do Voleibol consolidou-se a partir de uma parceria entre a Gessy Lever, Governo do Paraná e municípios, que escolheram as escolas onde o projeto será implantado. O Centro atende crianças na faixa de idade entre dez a quatorze anos, que estudam em uma determinada escola. A orientação do trabalho, que viria a ser desenvolvido em cada um dos núcleos, se deu por meio da equipe de profissionais que coordenam o Centro Rexona, com sede no Ginásio de Esportes Prof. Almir Nelson de Almeida (Tarumã), em Curitiba. Além do desenvolvimento do trabalho de base e formação com a juventude, o projeto contou com a equipe feminino adulta, que participou das temporadas da Liga Nacional e Superliga de Vôlei da CBV.

Apesar de termos identificado a mesma nomenclatura – Centro de Excelência – nas políticas do governador Alvaro Dias e Jaime Lerner, não encontramos identidade na intenção. Num estudo comparado, talvez pudéssemos relacionar o Centro Rexona de Excelência do Voleibol do Governo Jaime Lerner, aos Centros Regionais pensados pela equipe do governador Alvaro Dias, como núcleos de desenvolvimento de determinada

²³⁶ Governo do Estado do Paraná, Paraná Esporte - agenda oficial 1997, pp.21-23.

modalidade esportiva nas diversas regiões do Estado. O Centro de Excelência no modelo apresentado pelo governador Alvaro Dias tinha a característica da multidisciplinariedade e múltipla utilização do Ginásio do Tarumã, com padrões de excelência em atendimento à comunidade esportiva, essencialmente em áreas afins com ao desenvolvimento do talento e seleções esportivas. Nessa ótica, cabe lembrar que a proposição do Governador Alvaro Dias não foi efetivada a termo, conforme pudemos analisar anteriormente.

Se a força interna da proposta do Centro Rexona de Excelência do Voleibol junto ao governador Jaime Lerner, teve como uma das conseqüências o monopólio das instalações e de todas as dependências do Ginásio do Tarumã, para as atividades do projeto, por outro lado trouxe resultados significativos para o desenvolvimento da modalidade no Estado, especialmente se vista sob o panorama do espetáculo esportivo e projeção nacional do Paraná, como a sede da equipe Rexona/Paraná Vôlei. É importante ressaltar o tratamento dado ao Centro Rexona de Excelência do Voleibol, por parte do governo, sem qualquer participação da Federação Paranaense de Voleibol no processo, o que nos mostra uma preocupação focada no projeto do governo, mas não necessariamente na modalidade voleibol.

Voltado ao atendimento da comunidade da terceira idade e em cumprimento à lei 11863 de 23 de outubro de 1997, que trata da Política Nacional do Idoso, foi criado o projeto Paraná Melhor Idade, com o objetivo de desenvolver “intervenções e estratégias que promovam a melhoria dos indicadores sociais prioritários mediante ações com interfaces com as Políticas Públicas, envolvendo assim as três esferas do governo (municipal, estadual e federal).²³⁷

Em 1997, o governador Jaime Lerner deixou o PDT e ingressou no PFL, dando novo reordenamento político partidário, estimulando novas coligações e negociações partidárias no período que antecedeu a eleição, tendo provocado mudanças e reforma no seu secretariado.

Nesse mesmo período, novas mudanças aconteceram na Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e na Paraná Esporte, quando em uma rápida permanência no cargo, o presidente Albino Tramujas foi substituído por Marcos Aurélio Schemberger, que já

²³⁷ Informações obtidas no relatório anual 2002 do projeto Paraná Melhor Idade.

integrava a equipe técnica da Paraná Esporte, e teve participação nos Jogos Mundiais da Natureza realizados no ano anterior.

No ano de 1998, precisamente no dia sete de setembro, chamando atenção de todos os meios de comunicação e da comunidade paranaense, em função de um acidente de veículo na estrada que liga a cidade paranaense de Palmeira a Curitiba, o então secretário Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos é dado como falecido²³⁸, razão pela qual assumiu interinamente como Secretário o diretor geral Alberto Soethe Lepaski da Silva, e que ficou no cargo por aproximadamente cinco meses, já que novas eleições majoritárias iriam se realizar no período entre os meses de outubro/novembro daquele mesmo ano.

Ainda em 1998 foi realizado os Primeiros Jogos da Região Sul do Idoso, que tem no Paraná uma célula matriz da idéia. Para o basquetebol, dedica-se o projeto Basquetebol 2004 coordenado pelo ex-jogador da seleção olímpica Ubiratan Maciel, que implantou núcleos e sementes de basquetebol em cidades pólo da modalidade. A previsão era a motivação de jovens talentos para o surgimento de uma nova geração olímpica na modalidade que estaria representando o Brasil nas olimpíadas de 2004, na modalidade de basquetebol.

Naquele mesmo ano, em todas as áreas de atuação, o governador Jaime Lerner imprimiu o princípio da descentralização das ações, pela transferência, para a iniciativa privada, da exploração de alguns serviços públicos não essenciais, como por exemplo a concessão de rodovias estaduais, oferecendo benefícios (exploração comercial com a instalação de praças de pedágio) em troca da recuperação e manutenção de trechos de rodovia que comporiam o chamado Anel de Integração – um conjunto de rodovias estaduais e federais, que passaria a compor a nova malha rodoviária do Estado.

Motivado em sensibilizar a comunidade e divulgar o ato de inauguração do anel de integração, criado e implantado pelo governador Jaime Lerner, foi realizada a 1ª Volta Ciclistica do Anel de Integração, um evento que reuniu ciclistas do mundo todo circulando o Estado em etapas que mostrariam, como ação promocional governamental desenvolvida

²³⁸ Com o passar dos anos comentários sobre a possibilidade não ter sido o secretário vítima do acidente, mas de ter havido conspiração que desse conta do seu desaparecimento, adquirem volume e intensidade a ponto de gerar na Assembleia Legislativa do Paraná, no ano de 2003, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que averiguasse a veracidade ou não de tais acusações. No mesmo ano de 2003 seria aberta também uma CPI para verificar as condições de realização dos Jogos Mundiais da Natureza, haja visto algumas denúncias sobre ilicitude na gestão das contas do evento.

através do esporte, os trechos pedagógicos das rodovias paranaenses, dando visibilidade ao feito do governador.

Em resumo, no primeiro governo de Jaime Lerner, período compreendido entre 1995 e 1998, pudemos notar que houve um novo ordenamento nas forças políticas do Estado do Paraná pela oposição declarada ao grupo do ex-governador Roberto Requião, e que essa nova direção foi responsável por profundas mudanças na gestão do esporte. Outros atores entram em cena, propondo imprimir um ritmo diferente ao desenvolvimento esportivo do Estado.

Mas as mudanças declaradas nas propostas não significaram necessariamente mudança no *modus operandi* sobre algumas características, já que novamente a aproximação e a confiança pessoal foram os critérios adotados nas escolhas dos agentes públicos da burocracia política e diretorial, que tiveram como resultado a indicação de professores de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, experientes na gestão de políticas municipais de esportes, e que retomaram a estruturação das decisões governamentais concentradas nas características do campo esportivo e dos professores de Educação Física, valorizando os próprios agentes do governo como responsáveis pela execução do plano.

Um novo modelo de diagnóstico, apoiado em metodologias e técnicas de administração e planejamento estratégico foi desenvolvido. O próprio Secretário de Estado Silvio Magalhães de Barros II, originário do campo do turismo, procurando entender as necessidades do esporte, os rumos e os caminhos que deveriam ser seguidos na sua gestão, propôs a realização e organizou pessoalmente a Oficina de Planejamento, evento para o qual foram convidados representantes da comunidade esportiva previamente escolhidos, que compuseram um grupo eclético de discussão. Porém, a realização de uma única etapa da Oficina de Planejamento *a priori*, que não passou por ampla divulgação e não teve avaliação *a posteriori*, deixou em aberto o seu acompanhamento e concretização.

A noção de campo esportivo, representado pelo Sistema Estadual de Desenvolvimento Esportivo, como um dos resultados das discussões, dá entender a articulação entre os segmentos como condições essenciais para que pudessem ser concretizados os objetivos e as metas estabelecidas na forma de programas, projetos e atividades.

O Seminário Anual de Planejamento Esportivo, realizado independentemente da Oficina, prosseguiu como rotina na gestão do esporte paranaense, juntamente aos jogos oficiais, acentuando, como *habitus* dos agentes do campo, a discussão e as realizações em torno das competições esportivas oficiais.

A criação de uma autarquia governamental e a divisão de uma diretoria técnica em Diretoria de Esportes e Diretoria de Lazer marcaram um período que se iniciou como nova possibilidade e modelo de gestão esportiva. Como reflexo em médio prazo, pudemos observar que houve uma divisão de poder, de orçamento e de recursos públicos entre as duas áreas, que no contexto geral da Educação Física começaram a caminhar no sentido de legitimar campos distintos: o campo do esporte e o campo do lazer – cada um com a sua lógica, mecanismos e agentes.

O bom relacionamento interpessoal, a afinidade e o alinhamento técnico, administrativo e político nos procedimentos e nas decisões foram os responsáveis pela adoção de procedimentos e rotinas harmonizadas na dinâmica interna de funcionamento da organização.

Apesar de toda a mudança desenhada, não foram constatadas grandes e significativas alterações nos serviços prestados pelo Estado para a sociedade, excetuando-se projetos como o Pintando a Liberdade, o Maior Idade em Ação, o Lazer em Ação, a publicação da agenda e o manual de apoio como instrumentos de comunicação com a comunidade esportiva, bem como a realização dos I Jogos da Juventude do Brasil. A equipe de dirigentes procurou dar conta de cumprir com o planejamento feito, mas talvez tenha encontrado dificuldades na sua concretização pelo pouco período de tempo tido, já que a saída do secretário Silvio Barros, na metade desse primeiro mandato significou novas mudanças internas, deixando todo o sistema em desequilíbrio.

Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, o novo Secretário, foi também indicado pela aproximação pessoal e política com integrantes do governo, e pelos mesmos critérios compôs a sua equipe de diretores.

Tendo em vista a vulnerabilidade constatada no campo esportivo, e pelo elevado potencial de poder da nova equipe diretiva em relação aos agentes desse campo, esse período foi marcado por uma forte instabilidade na rede de interdependências, reconfigurando e reordenando múltiplas valências, resultando no desequilíbrio ainda maior

das forças e na instabilidade do processo, características que afloraram novamente como indicativos responsáveis pela falta de continuidade nas políticas governamentais.

Nessa período, teve início no Paraná o desenvolvimento de políticas setoriais, por parte do Governo do Estado, marcadas pelo lançamento de grandes obras e feitos de igual proporção, com representação também no esporte: Vila Olímpica, Universidade Livre do Esporte do Paraná, pistas de atletismo nos padrões internacionais, Jogos Mundiais da Natureza e Centro Rexona de Excelência do Voleibol. Cabe lembrar que em momento algum essas ações foram formalizadas na *Oficina de Planejamento* como projetos do governador Jaime Lerner, e resultaram das articulações e decisões personalizadas entre os agentes que as conduziram.

Constatamos que as decisões sobre o esporte paranaense extrapolaram o campo esportivo e foram tomadas muito além dos limites de atuação da Paraná Esporte. Mais precisamente, as decisões dessa etapa foram tomadas entre o Secretário de Estado e os membros da burocracia diretiva de autarquias, empresas públicas, comitês e projetos especiais como a Eco-Paraná, o Comitê Organizador dos Jogos Mundiais da Natureza, a Comissão de Estudos e Implantação da Vila Olímpica do Paraná, e o técnico Bernardo da Rocha Rezende (no caso do Centro de Excelência do Voleibol). Os membros da burocracia política e diretorial foram buscar fora da Paraná Esporte, agentes que pudessem executar as suas intenções, tendo ficado para os agentes públicos a tradicional tarefa de realização dos Jogos Oficiais.

A articulação política do governador Jaime Lerner, que desembocou na sua mudança político-partidária e o falecimento do Secretário Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, provocaram reforma no secretariado e deram novo arranjo à administração esportiva no do governo do Estado.

Os projetos desenvolvidos chamaram a atenção de grandes estrelas do esporte nacional, concentrando em um mesmo período de tempo, no Estado do Paraná, a presença de ex-atletas, técnicos e dirigentes esportivos como Ubiratan Maciel e Hortência do basquetebol, Bernardinho do Voleibol, entre outros.

O Governador Jaime Lerner imprimiu um ritmo acelerado de transferência das ações governamentais para a iniciativa privada na exploração de alguns serviços, até então de responsabilidade governo, diminuindo o peso das “mãos” do Estado, gradativamente, em

todos os setores do Estado, inclusive no esporte. O próprio esporte passou a ser utilizado como ferramenta promocional dessas ações de terceirização e privatização, como por exemplo pela realização da 1ª (e única) Volta Ciclistica do Anel de Integração na inauguração dos trechos pedagiados das rodovias paranaenses, e outros projetos para outras intervenções no âmbito da política de urbanismo.

Esses foram os indicativos de um novo modelo de gestão apoiado nas iniciativas de privatização e desestatização de serviços públicos considerados não essenciais e da adoção de estratégias de visibilidade que pudessem transferir à população representação simbólica da intervenção governamental, atreladas ao perfil do dirigente político.

Os tradicionais agentes do campo esportivo, contemplados nos governos anteriores, como profissionais, estudantes e professores de Educação Física e secretários municipais de esporte, tiveram a sua participação significativamente reduzida e até desconsiderada no novo modelo desenvolvido.

A essa altura, o projeto inicialmente desenhado pela equipe do ex-Secretário Silvio Barros e pelos agentes do campo esportivo do Paraná, oficialmente deliberado na *Oficina de Planejamento* anteriormente realizada, já havia sido abandonado.

CAPÍTULO 5

O SEGUNDO GOVERNO JAIME LERNER – 1999 a 2002

Novas eleições foram realizadas em 1998, e o governador Jaime Lerner tem, pela vontade do povo manifestada através do voto, o seu mandato renovado por mais quatro anos.²³⁹

Apesar da continuidade do governante, em função das coligações partidárias pré-eleitorais, o governador Jaime Lerner promoveu uma reforma do secretariado que atingiu também o setor esportivo.

Alberto Lepaski, secretário interino, deixou o cargo para o vereador Ney Leprevost Neto, que foi indicado pelo governador para assumir a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

Marcos Tocafundo²⁴⁰, assumiu a presidência da Paraná Esporte. Foram mantidos os diretores de Lazer Milton Lacerda Roseira Jr., de Guarapuava, e de esportes Fernando Cruz Sanches, porém houve mudança na diretoria de administração e finanças, quando Carlos Furtado deixou o cargo para Álvaro de Sá Corrêa Filho, indicado por Heinz Herwig, que ocupava o cargo de Secretário de Estado dos Transportes. As mudanças impulsionam a entrada de novos funcionários nas áreas técnicas, oriundos de outros órgãos ou indicados para assumir cargos em comissão. Na nova composição, Ney Daros, ex-professor de um colégio particular em Curitiba, assumiu a Chefia de Gabinete da instituição, assessorando o presidente Marcos Tocafundo.

O novo Secretário de Estado do Esporte e Turismo Ney Leprevost Neto desenvolveu, com o apoio de dirigentes da própria burocracia diretorial a ele vinculados, o plano de ações da sua gestão. Foram os seus assessores de planejamento Tadeu Átila Mendes e José Vicente Teixeira Monteiro que coordenaram os estudos e estabeleceram as

²³⁹ A reeleição foi assegurada por mudanças na legislação eleitoral, através da Lei complementar 64/90.

²⁴⁰ Engenheiro civil, funcionário de carreira do DER, ex-atleta de voleibol e da seleção brasileira de vôlei e Presidente do Paraná Vôlei.

linhas gerais das estratégias e os projetos previstos para a sua administração à frente do órgão, apresentando formalmente o documento intitulado Plano de Gestão 1999 a 2002²⁴¹.

Segundo o texto do documento, o secretário manifestou a sua preocupação com “a geração de empregos, o resgate da cidadania e a educação de nossas crianças” como “marcas da administração do governador Jaime Lerner que levaram o Paraná a ser um dos estados brasileiros de melhor qualidade de vida”²⁴², referindo-se aos quatro anos da gestão anterior do mesmo governador. Todos os temas abordados no referido Plano de Gestão são tratados de forma objetiva, sintética e absolutamente resumida, sem qualquer detalhamento ou explanação mais apropriada, fazendo-nos perceber que, se de um lado constituem-se em linhas gerais, de outro não mereceram estudo e maior aprofundamento.

A estratégia política, para apresentação das propostas, foi a realização de um encontro em Curitiba, no Hotel Bourbon, quando estiveram presentes membros representantes da comunidade esportiva paranaense, e particularmente aquelas que residiam em Curitiba, sendo uma reunião de aproximadamente uma hora, sem debate ou discussão, somente com o apresentação do novo secretário e a sua linha de atuação.

No documento, são descritos cinco eixos constitutivos das principais linhas de atuação da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, e que são apresentados como “preliminares para o plano de gestão” e de “forma sucinta”. São: Gestão da Informação, Descentralização / Desconcentração, Reestruturação Organizacional, Parcerias e Educação e Desenvolvimento.

Conforme é descrito no documento, a descentralização e a desconcentração devem ser adotadas como estratégias na realização dos eventos esportivos, dos eventos turísticos, dos produtos turísticos, dos projetos, da educação e desenvolvimento, e da informação. A estruturação organizacional, os eixos regionais (estes distintos para o esporte e para o turismo) e a reestruturação física também merecem, conforme observamos na proposta, atenção sob a perspectiva da atuação descentralizada e desconcentrada, bem como as parcerias necessárias ao cumprimento do plano.

²⁴¹ O Plano de Gestão para o quadriênio 1999-2002 refere-se ao segundo mandato do governador Jaime Lerner no Estado do Paraná e retrata de maneira sucinta as propostas preliminares da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo que, segundo a apresentação do referido documento, seriam implantadas “de forma gradual e contínua, devidamente detalhadas e implementadas, com vistas à efetividade, melhoria da qualidade e conquista de resultados relevantes do ponto de vista econômico e social”. O documento não tem índice ou páginas numeradas, impossibilitando indicação que facilite a busca mais precisa por parte do leitor.

Tratando da reestruturação organizacional, destinando atenção ao ambiente interno, alguns aspectos foram relatados como preocupação da equipe diretiva: visão sistêmica e holística, gestão compartilhada, sinergia e espírito de corpo, desenvolvimento de recursos humanos, espírito empreendedor, planejamento e controle e integração de informações.

No eixo da educação e desenvolvimento são propostas ações como a criação e implantação de centros de desenvolvimento profissional, desenvolvimento de políticas educativas, criação do hotel escola / escola de hotelaria, e o desenvolvimento institucional.

Para as parcerias, são elencadas como prioridades a criação de um conselho consultivo, a participação das ONGs (organizações não governamentais), das entidades representativas, dos conselhos, das universidades, a atuação integrada do governo federal, estadual e municipais e a contribuição dos empresários empreendedores.

Com relação à gestão da informação, é proposto o desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais, informações para empreendedores, sistema de informações turísticas, sistema de informações esportivas, tratamento e manutenção de informações, desenvolvimento e aplicação de indicadores, e o programa de gestão documental.

Em seguida, ainda sem um tratamento mais detalhado foram relacionados alguns projetos para o Turismo e alguns para o Esporte. Considerando o tema do estudo que estamos desenvolvendo, relacionamos somente aqueles previstos para o setor esportivo: Centros de Esporte da Natureza, Piá Bom de Bola, Paraná Campeão, Campo Limpo, Pintando a Liberdade, Paraná Melhor Idade, Adote o Esporte, Ruas do Esporte e Lazer, Caminha Paraná, Ginásio 24 horas, Jogos da Natureza do Mercosul 2000, Jogos Mundiais da Natureza 2001, Paraolimpíadas do Paraná, Camisa 10, Esporte em Quatro Estações e Centros de Excelência.

Além dos projetos previstos para o esporte, foi descrito um calendário das ações da organização para o ano de 1999, constando que para o mês fevereiro deveria ser realizado o seminário interno de gerenciamento esportivo, como prévia ao Seminário Estadual de Gerenciamento do Esporte e Lazer, que viria a acontecer no mês de março.

Seria realizado no período de março a dezembro, com vistas ao desenvolvimento da capacitação de recursos humanos, um treinamento de pessoal multiplicador nos municípios.

²⁴² Governo do Estado do Paraná, Plano de Gestão para o quadriênio 1999-2002 do governador Jaime Lerner.

As seis fases regionais dos Jogos da Juventude do Paraná e as seis fases regionais dos Jogos Abertos do Paraná, como atividades rotineiras da Paraná Esporte, seriam realizadas no mês de julho e estariam diretamente vinculadas às fases finais dos mesmos jogos oficiais, que estavam programadas para acontecer respectivamente nos meses de setembro e outubro do corrente exercício.

Para o segundo semestre de 1999, seriam realizadas as competições inter-núcleos Rexona de voleibol e, em parceria com o PROVOPAR deveriam ser desenvolvidos os festivais de integração do idoso.

No mês de novembro a Paraná Esporte organizaria o Seminário de Gerenciamento e Administração Desportiva, onde seriam discutidos e planejados os projetos e a programação para o ano de 2000.

Durante o período das férias de verão (dezembro e janeiro), seria executada a atividade Eco-Verão no litoral do Estado e na costa oeste, atendendo com atividades esportivas a população que se desloca para os balneários neste período.

As ações descritas no plano de gestão da Secretaria de Esporte e Turismo do Paraná tem o seu detalhamento em *press-kit*²⁴³ produzido pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, distribuído internamente aos mais diversos órgãos que integram o governo, e externamente aos principais meios de comunicação e aos agentes multiplicadores de informação.

Neste documento, encontramos informações diversas e um resumo mais detalhado sobre a intenção com o desenvolvimento de cada um dos projetos. Um dos textos trata da parceria do governo do Estado com a iniciativa privada, citando o caso do centro de vôlei como indicador de um caminho que deverá ser seguido. Segundo o documento:

O Paraná dá um exemplo ao país de como aliar o esporte à educação. O Centro de Excelência de Vôlei tem dezenas de núcleos espalhados pelo Estado formando novos atletas ao mesmo tempo que ajuda também na formação educacional e pessoal dos alunos. O Centro de Vôlei é uma parceria entre o Governo do Paraná e a iniciativa privada, uma solução que mostra o caminho para os projetos de esporte da segunda gestão do Governo Jaime Lerner.²⁴⁴

²⁴³ Trata-se de um *kit* de imprensa, ou uma coletânea de informações e materiais produzido pela assessoria de comunicação da instituição com o objetivo de distribuir informações padronizadas aos agentes multiplicadores que possam atingir os formadores de opinião através de sugestões de pauta, redação de notas e editoriais jornalísticos, agendamento de entrevistas e outras ações de comunicação e imprensa.

²⁴⁴ Governo do Estado do Paraná, Plano de Gestão para o quadriênio 1999-2002 do governador Jaime Lerner.

Além do Centro de Excelência de Vôlei, no mesmo documento são apresentados outros projetos, descritos da seguinte forma:

Centros de Esporte da Natureza: centros esportivos em todas as regiões do Estado voltados para a prática de esportes ligados à natureza; Piá Bom de Bola: escolinhas de futebol nas escolas públicas estaduais, que vão atender os alunos que demonstrem interesse pelo esporte; Paraná Campeão: cada um dos municípios do Paraná deverá ter, nos próximos quatro anos, pelo menos uma quadra de esportes coberta; Campo Limpo: em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, vai trocar embalagens de agrotóxicos por material esportivo; Pintando a Liberdade: os presos do sistema penitenciário do Estado confeccionam material esportivo (bolas, redes) que depois são utilizados nas escolas públicas. Em troca, têm redução de pena; Paraná Melhor Idade: criação de centros esportivos onde serão desenvolvidos esportes adequados à terceira idade; Adote o Esporte: em troca de publicidade em placas e uniformes, iniciativa privada assume manutenção de centros esportivos nas escolas; Caminha Paraná: ônibus com equipamentos médicos e professores de educação física vai percorrer o Estado para orientar a população sobre a necessidade e os cuidados com a prática esportiva; Ginásio 24 horas: criação de ginásios esportivos que permaneçam abertos 24 horas, em princípio apenas nos finais de semana, para a realização de campeonatos dos mais variados esportes, incentivando o jovem à prática esportiva.; Jogos da Natureza 2001: segunda edição dos jogos que reúnem atletas do mundo inteiro para a prática de esportes ligados à natureza. A primeira edição aconteceu em 1997; Jogos da Natureza do Mercosul (ano 2000); semelhante aos Jogos da Natureza, mas reunindo atletas apenas dos países do Mercosul; Paraolimpíadas do Paraná: realização de olimpíadas para pessoas portadoras de necessidades especiais; Camisa 10: Em parceria com as Secretarias da Criança e da Educação, vai distribuir material esportivo a alunos que tenham o maior número de notas 10 durante o ano letivo, nas escolas públicas estaduais; Esporte em Quatro Estações: vai incentivar o esporte em todos os municípios do Estado. Em cada região será desenvolvido o esporte que melhor se adequar aos aspectos climáticos e geográficos do lugar; Centros de Excelência: a exemplo do Centro de Excelência do Vôlei, que já está em andamento, governo vai criar outros centros onde os alunos das escolas estaduais terão a oportunidade de aprender, com atletas profissionais de todo o país, várias modalidades esportivas. Esse projeto auxilia na descoberta de novos talentos esportivos.

Naquele momento, como resultado da realização dos Jogos Mundiais da Natureza na região da Costa Oeste, quando foram feitos investimentos em infra-estrutura com a construção de bases náuticas nos municípios de Guaíra, Santa Helena, Itaipulândia, Santa Terezinha do Itaipu, e Entre Rio do Oeste e Foz do Iguaçu, o grupo político de oposição no legislativo dá início a especulações sobre o futuro das estruturas e a sua otimização.

As bases náuticas são equipamentos turísticos e instalações náuticas dotadas de *decks* e garagem para guarda de barcos, salas de apoio, cozinhas e refeitórios, espaço cívico para solenidades oficiais, além de todo o espaço de lazer no entorno, e integram a proposta inicial do projeto Costa Oeste. São operadas pela Ecoparaná²⁴⁵, serviço social autônomo, instituído em 1998, sob a forma de entidade civil sem fins lucrativos, pelo governo do Estado.

²⁴⁵ As informações sobre a Ecoparaná e as bases náuticas foram obtidas no *site* <http://www.pr.gov.br/ecoparana>, acessado em 20 de abril de 2004.

Procurando amenizar as manifestações, em janeiro de 1999 foi realizado o projeto Verão na Costa Oeste, com atividades esportivas e recreativas de lazer para a comunidade e foram lançados os Centros de Esportes da Natureza²⁴⁶, com a utilização de materiais e equipamentos utilizados nos Jogos Mundiais da Natureza, como caiaques para a canoagem e bicicletas para a prática do *mountain bike*.

O projeto Centros de Esportes da Natureza ficou somente no seu lançamento, não tendo cumprido, portanto, o propósito inicial da efetiva otimização das bases náuticas. Posteriormente, as bases náuticas seriam parte de um impasse entre Governo do Estado e Prefeituras Municipais, já que as obras eram do Governo do Estado, sob a responsabilidade da Eco-Paraná, empresa pública vinculada ao governo estadual, enquanto as Prefeituras dos municípios lindeiros reclamavam o direito de assumir as bases náuticas instaladas em sua jurisdição, propondo projetos, atividades e a manutenção permanente.

No mesmo ano, a empresa Parati - massas e biscoitos, sediada no município de São Lourenço d'Oeste, no Estado de Santa Catarina, procurou o governo do Paraná para a realização do projeto Piá Bom de Bola, uma série de competições regionais de futebol voltadas às crianças das escolas, público consumidor dos produtos Parati, com a realização de uma fase final e a indicação de um campeão geral. Essa ação já vinha sendo desenvolvida pela empresa Parati nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com a regionalização do nome, Moleque Bom de Bola e Guri Bom de Bola, respectivamente.

Configuram-se claramente, nesse caso, as ações de *marketing* esportivo representadas por estratégias mercadológicas do patrocinador, atividades de comunicação e mídia, e participação do governo, no papel de promotor do evento. Os eventos esportivos representam prioridades como ações promocionais das instituições envolvidas.

Programas e projetos de abrangência nacional, desenvolvidos em parceria direta com o Ministério do Esporte e Turismo, através da Secretaria Nacional do Esporte têm a Paraná Esporte como instituição de suporte operacional e, em algumas situações, como a responsável pelo apoio técnico na implantação de ações em outras unidades da federação.

²⁴⁶ Algumas informações sobre os Centros de Esportes da Natureza podem ser observadas em: Schemberger, M.A. **Jogos Mundiais da Natureza: o Atleta, o Aluno e Moradores na Costa Oeste do Paraná**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba-SP:2003.

Nesse sentido, prosseguiu a parceria com o governo federal na execução do projeto Pintando a Liberdade e iniciaram-se as negociações para implantação do projeto Navegar, idealizado pelo velejador Lars Grael.

Em visita ao Paraná, Lars Grael percorreu, com o presidente Marcos Tocaundo, algumas cidades do Estado que teriam potencial para o desenvolvimento do projeto Navegar, tendo visitado também o local de armazenagem dos equipamentos utilizados nos Jogos Mundiais da Natureza, entre os quais eram mantidos alguns barcos, bóias, poitas, cordas, remos, capacetes, *gps*²⁴⁷, binóculos, bússolas e inúmeros outros acessórios náuticos, nas modalidades de vela e canoagem. Nessa viagem, foram definidas as bases de instalação do projeto no Paraná e a contrapartida do Governo do Estado, que seria colocar em uso, através das Federações Esportivas de Vela, de Remo e de Canoagem, os equipamentos armazenados.

O projeto Navegar foi criado com o propósito de “desenvolver, incentivar e oportunizar a prática dos esportes náuticos no Estado do Paraná, destacando o caráter formativo-educacional do esporte, com vistas à construção da cidadania e despertando valores de preservação ambiental”, atendendo a cada seis meses, e com renovação sistemática da clientela, 640 crianças de ambos os sexos com idade entre 08 e 15 anos oriundos de estabelecimentos da rede pública de ensino.²⁴⁸

As ações eram partilhadas entre o governo federal, o governo estadual e as prefeituras municipais, e o projeto foi implantado nas bases náuticas dos municípios de Foz do Iguaçu e Santa Helena na costa oeste do estado, em Paranaguá, tendo como sede as instalações do Clube de Natação e Regatas comandante Santa Rita e na prainha da cachoeira, no município de Ribeirão Claro (localizado na divisa com o Estado de São Paulo, no nordeste do Paraná).

Os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena e Paranaguá foram escolhidos pelos governos Federal e Estadual. Ribeirão Claro, através do seu prefeito, alguns funcionários da prefeitura e munícipes, pleiteou o acesso ao projeto, tendo conquistado a vaga que havia sido destinada ao município de Curitiba, no Parque Iguaçu, e que rejeitou a indicação.

²⁴⁷ *Global Positioning System* – sistema de posicionamento global, que permite uma imediata localização e posicionamento em terra, na água ou no ar, via satélite.

²⁴⁸ Governo do Estado do Paraná, Paraná Esporte - Projeto Navegar, 1999.

A esse respeito observamos que cada uma das unidades apresentou resultados práticos diferentes entre si, apesar de terem recebido condições, rotinas de implantação, materiais, equipamentos e recursos semelhantes para o desenvolvimento de atividades.

Relativamente às outras modalidades esportivas, merecem destaque as ações de visibilidade do Centro Rexona de Excelência do Voleibol, que em 2001 contava com dezenove núcleos instalados em escolas públicas, dois em escolas particulares e um núcleo misto localizado no Ginásio Tarumã, atendendo 900 crianças de rede pública e particular de Curitiba, desencadeando, ainda que em formatos diversos e distintos, uma onda de interesse na implantação de outros Centros de Excelência: handebol, basquetebol, ginástica olímpica e xadrez. Foram anunciados, mas não implantados os seguintes: atletismo, boxe, canoagem, esportes de areia, judô, *surf* e tênis.

Os Centros de Excelência são entendidos pelo governo do Estado como:

um conjunto de projetos de ação integrada entre estado, comunidade e iniciativa Privada, dotados de equipamentos, instalações, recursos materiais e pessoal técnico multidisciplinar, adequado ao desenvolvimento teórico-prático de uma determinada modalidade esportiva, com o objetivo de alcançar a excelência, contribuindo também para a formação da cidadania, através da prática continuada da atividade física.²⁴⁹

Surge a excelência como qualidade seletiva. A parceria entre governo e iniciativa privada possibilitou a utilização de espaços públicos no desenvolvimento de ações promocionais privadas.

No basquetebol foram instalados núcleos de iniciação em basquetebol nos municípios de Castro, Jacarezinho, Astorga, Curitiba, Toledo, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Pato Branco, Palmas, Cambé, Chopinzinho, Maringá, ASUFEPAR, Rio Negro.

Além do trabalho de base desenvolvido com crianças nos núcleos da modalidade, o Centro de Excelência do Basquetebol, sediado no município de São José dos Pinhais, manteve a equipe feminina do Paraná Basquete Clube e foi supervisionado pela proponente do projeto. Em formato completamente diferente do vôlei, para o basquetebol era feita a transferência mensal de recursos para manutenção da equipe. A suspensão da transferência de recursos públicos necessários à equipe acarretou a saída da supervisora Hortência²⁵⁰.

²⁴⁹ Seminário Estadual de Gerenciamento Esportivo - Curitiba, Pr - 2001

²⁵⁰ Hortência de Fátima Marcari Oliva, conhecida como a rainha do basquete brasileiro. Foi campeã sul-americana em 86 e 89, 3ª colocada no Pan Americano de Caracas, em 1983, e medalha de prata no Pan Americano de Indianápolis, tendo abandonado o basquetebol em 1995. Voltou às quadras nos Jogos

O Centro de Excelência de *Surf* resumiu-se no apoio da Paraná Esporte à instalação da sede da Federação Paranaense de *Surf* na pedra de Matinhos²⁵¹.

O interesse para a implantação de Centros de Excelência em outras modalidades prosseguiu, com conseqüências que poderão ser vistas a partir do ano seguinte.

Segundo informações, não havia orçamento específico para obras, razão pela qual os pedidos de construção de instalações esportivas nos municípios eram requeridos por deputados estaduais das diversas regiões, e processados através de emendas parlamentares. Os recursos liberados eram alocados, após aprovação da Secretaria de Estado da Fazenda, no orçamento da Paraná Esporte, em rubrica orçamentária do projeto Paraná Campeão, que previa a construção de um padrão de quadra poliesportiva.

O programa de avaliação física da população paranaense era atendido pelo projeto Caminha Paraná através de uma unidade móvel e equipe de professores especialistas, objetivando um atendimento eventual sem conotação científica.

Algumas atividades foram desenvolvidas pelo secretário Ney Leprevost Neto exclusivamente na capital, através de ações eventuais pontuais, como Troque Armas por Bolas, e Ruas de Lazer, em alguns bairros da cidade.

Motivado pela necessária descompatibilização do governo em ano eleitoral no período que antecede o pleito conforme as leis eleitorais, o Secretário Ney Leprevost Neto deixou a Secretaria no primeiro semestre de 2000 para concorrer a uma vaga na Câmara dos Vereadores de Curitiba (tendo sido reeleito). Somente a Secretaria e os cargos diretamente ligados ao Secretário é que sofreram mudança na sua composição. A Paraná Esporte não passou por qualquer mudança. Para ocupar o lugar deixado por Leprevost foi indicado o superintendente da Universidade do Esporte Segismundo Morgenstern (Zig), que passou a ser o novo Secretário de Estado do Esporte e Turismo.

Ainda no ano de 2000, por conta da pista de atletismo que havia sido instalada, no ano de 1998, no Estádio do Pinheirão, em Curitiba, e da articulação de técnicos e dirigentes de atletismo do interior do estado junto ao governo, outras três pistas, nos mesmos padrões

Olímpicos de Atlanta, em 1996, quando conquistou a prata olímpica. Informações sobre a ex-jogadora obtidas em consulta feita ao *site* <http://www.gazetaesportiva.net/idosol/basquete/hortencia/rainha.htm>, no dia 20 de abril de 2004.

²⁵¹ Matinhos é um município do litoral do estado do Paraná, conhecido junto aos surfistas pelas ótimas ondas, especialmente no local conhecido como *atoleiro*, ao lado da pedra, uma espécie de costão. Este foi o principal

olímpicos, foram construídas em Londrina (UEL), em Maringá (UEM), e em Pato Branco (CEFET).

O processo de instalação dos Centros de Excelência prosseguiu com o Centro de Excelência de Xadrez, estruturado sobre as novas tecnologias de educação interativa à distância, que tinha como coordenador o enxadrista campeão Jaime Sunye Neto, funcionário da FUNDEPAR, e que passou a ocupar uma das salas da Universidade do Esporte, com funcionamento em formato virtual, conectado pela *internet* aos Centros Regionais de Xadrez, inicialmente vinculados aos Núcleos Regionais de Educação da Secretária de Estado da Educação, em razão do apoio recebido da Secretária da pasta, Alcione Saliba.

Segundo informações obtidas junto à coordenação, apesar do servidor permanecer aberto 24 horas por dia, para qualquer interessado em jogar e dos serviços prestados através de aulas virtuais, exibições sistemáticas e pontuais e assessoria pedagógica *on-line*, são os eventos que atraem e motivam os enxadristas virtuais, tendo sido realizados o I Campeonato Paranaense *Blitz* Virtual, o Campeonato Escolar Virtual de Curitiba além de Torneios regulares quatro dias por semana.

A ginástica também ocupou o seu espaço na Universidade do Esporte, que passou a ter um dos seus três ginásios destinados com exclusividade para a modalidade. O Centro de Excelência da Ginástica foi articulado pela professora Vicélia Florenzano, ex-presidente da Federação Paranaense de Ginástica e presidente da Confederação Brasileira de Ginástica, instalada em Curitiba.

Antes de ocupar as dependências da Universidade do Esporte, a Confederação Brasileira de Ginástica utilizava um galpão alugado no bairro Água Verde, em Curitiba, tendo que, por motivos de despesas com manutenção, deixar o local. O apoio do governo do Estado, através do Secretário Segismundo Morgenstern e do Presidente da Paraná Esporte, Marcos Tocafundo, com a subsequente transferência de recursos financeiros, no ano de 2000, possibilitou a continuidade das atividades da CBG, dando prosseguimento ao que viria a ser o atual Centro de Excelência de Ginástica, que atende meninos e meninas, a partir de quatro anos de idade, oriundos da rede pública e rede particular de ensino, no nível

local de treinamento e surgimento de surfistas locais que posteriormente conquistariam posição de destaque no surfe internacional, como é o caso de Peterson Rosa e Jihad.

de iniciação e na formação de talentos e treinamento de alto nível de ginastas campeãs brasileiras nas categorias pré-infantil, infantil, juvenil e adulto, e que teve como uma das técnicas principais a professora ucraniana Iryna Ilyashenko quando Camila Comin, atleta preparada exclusivamente no Paraná, representou o Brasil nas olimpíadas de Sidney em 2000.

No dia 2 de março de 2001 o Jornal Gazeta do Povo, no seu Caderno de Esportes apresentou a seguinte chamada: “Centros de Excelência. Na Ginástica, recursos do Governo do Estado garantem pagamento do salário de professores e viagens das atletas”. A chamada vem acompanhada da manchete “Programa não sofre com falta de verbas - Enquanto o basquete atravessa crise, outras modalidades continuam executando as tarefas normalmente”.

A jornalista Lilian Santos, que assina a matéria relata

Enquanto o Paraná Basquete está ameaçado pela falta de verba, os outros Centros de Excelência trabalham normalmente. As atividades da ginástica artística, handebol, vôlei e xadrez iniciaram 2001 com as contas em dia e já estão desenvolvendo novos projetos para as crianças do Paraná. Com exceção do vôlei, que conta com o apoio da Gessy Lever, todos os outros esportes dependem exclusivamente da verba do governo estadual.

Na ginástica, o dinheiro repassado pelo governo cobre as despesas com o pagamento do salário de professores e viagens com as atletas. “Pela primeira vez em muito tempo, nós conseguimos terminar o ano pagando em dia com o 13º salário e as férias dos nossos professores” disse Eliane Martins, coordenadora do Centro de Excelência, lembrando que só com o apoio do governo estadual foi possível contratar os técnicos Ronaldo Ferreira e Irina Ilyaschenko, da seleção brasileira. [...] ²⁵²

Ainda com relação à ginástica, a jornalista aponta que os planos para o futuro já haviam sido estabelecidos, conforme podemos verificar:

Para 2001, os coordenadores do Centro de Excelência de Ginástica Artística já tem novo projeto para revelar novos talentos no esporte. Segundo a coordenadora Eliane Martins, na próxima semana alunos de 1ª a 4ª série de escolas públicas de Curitiba vão participar de uma aula de ginástica. As crianças serão observadas por três professores do Centro de Excelência e aquelas que demonstrarem mais talento receberão uma bolsa para ter aulas de ginástica na Universidade do Esporte. “As outras crianças que quiserem treinar conosco terão que pagar uma mensalidade de R\$ 17”, contou Eliane.

Segundo a autora da matéria, “no Centro Rexona de Excelência do Voleibol, a situação é um pouco diferente”, e prossegue:

O governo estadual cobre as despesas com salário de professores, enquanto a Gessy Lever entra com o dinheiro do material esportivo e do uniforme usado pelos alunos dos 22 núcleos, espalhados por 16

²⁵² Jornal Gazeta do Povo, sexta-feira, 2 de março de 2001. Caderno de Esportes, p.5.

idades do Paraná. “Nossa meta original era atingir 30 núcleos no estado. Mas para garantir a mesma qualidade que temos no Tarumã, tivemos que parar”, contou Luiz Fernando Nascimento, supervisor do programa. Nas escolinhas do Rexona, os alunos de escolas públicas pagam uma matrícula de R\$ 15, referente ao kit com o material esportivo. Já alunos de escolas particulares, além da matrícula, pagam também uma mensalidade de R\$ 15.

O jornal veicula também que “o governador Jaime Lerner disse ontem que pretende repetir com o Paraná Basquete o mesmo tipo de parceria que fez com a Gessy Lever, no Centro Rexona de Excelência de Voleibol”. Na mesma matéria encontramos a seguinte informação:

Segundo Lerner, nesses programas, o governo inicia o processo, que deve ser concluído com o apoio da iniciativa privada. “O setor empresarial tem que dar cada vez mais suporte. Às vezes o governo começa dando o incentivo inicial, como neste caso. Esperamos que o setor privado também participe e aproveite essa excelente campanha que nossa equipe faz”. Disse Lerner.

Sobre o atraso no repasse da verba ao time adulto e aos núcleos do Centro de Excelência do Basquete, Lerner afirmou ter tomado conhecimento do assunto apenas agora. “Vamos continuar dando apoio ao time neste momento e, temos certeza de que, depois ocorrerá o apoio privado”, disse o governador. A Secretaria Estadual da Fazenda, através da Paraná Esporte, deve repassar a verba de R\$ 300 mil até terça-feira. Apesar da promessa de liberação do dinheiro, a equipe principal do Paraná Basquete corre o risco de não disputar os próximos jogos do Campeonato Nacional Feminino, já que não tem dinheiro em caixa para cobrir despesas de viagem e hospedagem.

A esse respeito chama a nossa atenção a preocupação manifestada pelo governador em transferir certas responsabilidades do esporte, especialmente na manutenção de equipes de alto rendimento, para a iniciativa privada.

Outro ponto fundamental é o desconhecimento do governador em relação à suposta falta de pagamento de R\$ 300 mil para o Centro de Excelência do Basquete, para o que nos reportamos novamente a Mara Cristan²⁵³ ao lembrar das características peculiares a cada um dos estratos da burocracia, onde o representante da burocracia eleita, o Governador do Estado, nomeia para as funções do primeiro escalão, pessoas com conhecimento da máquina administrativa, que passam a falar em nome do chefe do executivo. Assim, muitas decisões sobre rotinas administrativas não são informadas ao representante eleito, e são tomadas nos estratos político e diretorial da burocracia. Dessa forma, podemos entender que nem todas as decisões do governo são necessariamente do Governador, e tampouco chegam ao seu conhecimento.

²⁵³CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**, in: Esporte: história e sociedade / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas, SP: autores associados, 2002. A respeito da citação no corpo do texto, recomendamos ao leitor retomar a discussão apresentada na pág. ...do presente estudo.

No ano de 2001, já instalada na Universidade do Esporte, a CBG teve um decréscimo no valor dos recursos repassados pela Paraná Esporte, sendo que em 2002, esse repasse deixa de acontecer, concorrendo, entre outras situações, para que a CBG, como tantas outras federações e confederações esportivas²⁵⁴ continuasse a sua trajetória na conquista de recursos necessários à sua manutenção, quando passou a receber incentivos pela Lei Agnelo-Piva²⁵⁵.

No handebol, o Centro de Excelência da modalidade teve à frente o professor Ney Daros, Chefe de Gabinete do presidente da Paraná Esporte e foi coordenado tecnicamente pelo professor Luiz Renato Ludwig (Ludo) da Universidade Federal do Paraná, tendo inicialmente como sede o departamento de Educação Física da UFPR e a FUNPAR. Na sequência, foram instalados os núcleos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no *campus* de Curitiba e de São José dos Pinhais, de Pato Branco e de Campo Mourão tendo atingido o atendimento em dezenove núcleos em todo o estado.

O convênio que manteve o funcionamento do Centro de Excelência do Handebol e os seus núcleos foi firmado pela parceria com a FUNPAR, que exercia o mesmo papel do Paraná Basquete Clube e do Paraná Vôlei Clube (nos respectivos Centros de Excelência) na transferência, gestão e prestação de contas dos recursos públicos.

No mesmo ano, o governo do Estado voltou a realizar atividades de verão no litoral do Estado, exclusivamente com as atividades do Caminha Paraná – unidade móvel de avaliação física, e algumas aulas de ginástica. E também prosseguiu com a realização da competição de futebol Piá Bom de Bola.

Destaca-se, neste período, o documento interno produzido pelos funcionários da instituição e que passou a ser conhecido como “Carta de Antonina”, referindo-se ao encontro interno de técnicos da Paraná Esporte com o quadro diretivo e alguns representantes da comunidade, onde são tratados alguns aspectos do funcionamento organizacional interno.

²⁵⁴ Os termos “federações e confederações esportivas” são utilizados ao nos referirmos às “entidades estaduais e entidades federais de administração do desporto”, respectivamente, conforme prevê a Lei 8672/92 – Lei Zico, e que são, segundo os ensinamentos de Silva e Schmitt (1997, p.66) “pessoas jurídicas de direito privado, com organização, funcionamento autônomos e competências definidas em seus estatutos”.

²⁵⁵ Consulta feita ao *site* http://www.cob.org.br/site/sobre_cob/lei_piva.asp, no dia 20 de abril de 2004. A lei Agnelo/Piva foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 16 de julho de 2000.

A Carta de Antonina foi formulada pelos técnicos da Paraná Esporte, por ocasião da realização do Seminário Anual de Planejamento Esportivo, realizado em Antonina, no final do ano de 1999. Participaram do evento os técnicos desportivos e dirigentes da instituição, e três representantes esportivos municipais indicados por cada uma das regiões do Estado. Em algumas regiões os Centros Regionais da Paraná Esporte realizaram, informalmente, reuniões prévias com os três representantes indicados e demais municípios da região, sistematizando previamente as propostas que seriam apresentadas e discutidas no encontro. A carta foi encaminhada posteriormente, em Curitiba, aos diretores como um documento interno, formalizando o descontentamento dos funcionários e a garantia de alguns interesses.

Observamos que o motivo do referido documento foi a solicitação feita por parte do Diretor Geral da Secretaria, Adair Cabral ao ter encaminhado pesquisa e questionário, onde propôs a colaboração dos servidores no preenchimento de questionário e apresentação de críticas e sugestões, procurando obter informações internas sobre o funcionamento da Paraná Esporte.

É importante ressaltar, neste caso, que fisicamente a Paraná Esporte, *locus* de atuação dos funcionários responsáveis pela execução administração e gerenciamento das idéias, programas, projetos e atividades esportivas e de lazer e a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, *locus* das decisões políticas e de supervisão da implantação do plano de gestão, encontravam-se em prédios distintos e distantes entre si, em Curitiba. O que nos permite perceber o questionário e a pesquisa como um mecanismo de obtenção de informações e mecanismo de controle sobre as ações emanadas pela presidência, diretorias técnicas de esporte e de lazer e os seus subordinados.

Na introdução da Carta de Antonina, os funcionários, que na quase totalidade assinam o documento ao final da sua redação, observamos alguns argumentos que procuram justificar a decisão sobre a elaboração do documento e o seu encaminhamento, manifestados através das seguintes considerações:

A Paraná Esporte vem ao longo de suas administrações, caminhando sempre no sentido de encontrar soluções aso problemas que se apresentam.

Sabedores de que qualquer mudança de rumo pode afetar a vida das pessoas envolvidas, e que em se tratando de instituição pública, pode afetar a vida de uma comunidade ainda maior, aproveitamos a oportunidade para dirigirmo-nos a Vossas Senhorias, considerando:

- que a diretoria geral da SEET encaminhou pesquisa e questionário, onde propõe a colaboração dos servidores no preenchimento de questionário e apresentação de críticas e sugestões;

- que a pesquisa supra citada foi encaminhada a todos os funcionários da Paraná Esporte, indistintamente, sem diferenciação das diversas categorias funcionais, tempo de serviço grau de informação e instrução, o que pode ocasionar distorções nos resultados da amostragem;
- que somos servidores públicos e, ao longo das administrações da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e Paraná Esporte, bem como dos outros órgãos dos quais alguns de nós integramos, temos sempre procurado prestar nossa colaboração.
- o histórico e o nosso entendimento acerca do esporte, lazer e administração pública.
- que estamos imbuídos das melhores intenções no sentido de colaborar e construir uma instituição cada vez mais sólida, o que motiva nossa identificação e comprometimento com o que abaixo descrevemos.²⁵⁶

A carta é redigida com subdivisão nos seguintes tópicos: “1) como entendemos o esporte e o lazer no enfoque da administração pública; 2) histórico do esporte no governo do Paraná; 3) situação em que se encontra hoje a Paraná Esporte - a) aspectos técnicos, b) aspectos administrativos e c) aspectos funcionais”²⁵⁷.

Com relação aos aspectos técnicos, são evidenciadas algumas questões fundamentais ao processo de tomadas de decisões, conforme identificamos:

- não há uma política de atuação, amparada em aspectos políticos, científicos e filosóficos;
- a falta de uma política de atuação impede o planejamento e ordenação das idéias em um contexto maior, levando-se em consideração o esporte, o lazer e as instituições que atuam no setor;
- a Paraná Esporte tem poucos projetos desenvolvidos por sua equipe. A maior parte deles surge por parte de outros interessados, cumprindo à equipe técnica somente a missão de implantar;
- não há estímulo ao envolvimento da equipe de técnicos da Paraná Esporte na busca de soluções e discussão sobre os projetos a serem implantados;
- os projetos do esporte e lazer não são adequadamente distribuídos nos departamentos competentes. A distribuição é feita conforme a oportunidade e o momento;
- a terminologia e implantação de Centros de Excelência no Paraná é hoje “lugar comum”, ou seja, cada grande idéia acaba virando Centro de Excelência. Hoje temos os seguintes: vôlei, basquete, ginástica olímpica, tênis, esportes de areia, xadrez, surf, boxe, canoagem, atletismo.
- alguns projetos inerentes ao esporte são administrados a parte da Paraná Esporte, sendo de total desconhecimento dos técnicos da instituição: ex.: todos os “Centros de Excelência, programa de descentralização, etc...
- há sobreposição de ações entre instituições governamentais no desenvolvimento de projetos do esporte e lazer, especialmente entre Paraná Esporte, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, Universidade do Esporte, Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza, etc..., sendo que de todas as instituições a Paraná Esporte é a que possui menor força e expressão;
- não há confiança na equipe na busca de propostas técnicas, ou seja, os técnicos não são consultados sobre a viabilidade de projetos, mas são cobrados pela comunidade para responder sobre projetos sem metodologia e plano de ação. Acabando assim, os técnicos sendo requisitados em situações específicas e somente para o cumprimento de tarefas pré-determinadas, sem objetivos e sem metas.
- o fluxo de informações é desordenado e confuso;
- não há planejamento das ações, o que provoca o surgimento de novos projetos e atividades a cada dia;
- não há continuidade, acompanhamento e envolvimento nos projetos e atividades implantadas.²⁵⁸

²⁵⁶ Carta de Antonina.

²⁵⁷ Id.ibid.

²⁵⁸ Id.ibid.

O conjunto das informações que constam no documento dos funcionários da Paraná Esporte nos permite identificar que, a política formalizada na gestão anterior, pelo Secretário Silvio Barros não foi levada em consideração na segunda gestão do governador Jaime Lerner, e que as mudanças em qualquer tempo de qualquer gestão, provocam a instabilidade no processo e rompem com a continuidade das idéias ao construir um cenário de nova configuração na movimentação dos agentes, provocando o reordenamento nos serviços colocados à disposição dos cidadãos e eleitores e na mecânica interna das organizações.

A perda dos pontos de referência por parte dos agentes do governo, como resultado da instabilidade provocada, intencionalmente ou não, desarticula qualquer amarra anteriormente feita. Quando provocada intencionalmente, possibilita entender essa quebra no *modus operandi* como um mecanismo de defesa da burocracia diretorial em relações aos demais agentes do campo, impondo pela legitimidade do cargo ocupado, a sua autoridade no campo. Mas quando provocada de forma não intencional, podemos imaginá-la como despreparo para o exercício do cargo, especialmente vista sob o ângulo da falta de nitidez e transparência nas interconexões no interior do campo, ou ainda, pela posição relativa de monopólio do poder decorrente do capital social que o colocou como autoridade no campo, permitindo definir a lógica do seu funcionamento, mas que, em decorrência da sua origem, não seja necessariamente detentor de outro tipo de capital: o capital cultural, entendido nesse caso como o conjunto dos conhecimentos técnicos do campo esportivo e do campo da administração pública para levar a efeito as suas realizações e por essa razão. Talvez os responsáveis procurem converter ou suprir qualquer deficiência ou dificuldade por uma atuação forçosamente política.

Considerando que estamos tratando de um documento que relata a opinião dos funcionários da organização em determinado momento da sua trajetória, cabe considerar o pensamento do agente profissional José Alberto de Campos, ao ser entrevistado²⁵⁹, sobre a gestão das políticas governamentais de modo geral. Perguntado sobre a forma como são tomadas as decisões políticas sobre o esporte no Governo do Estado, a resposta foi a seguinte:

²⁵⁹ A entrevista foi realizada em Curitiba, no dia 12 de março de 2004, com o agente profissional do Governo do Estado do Paraná/Paraná Esporte, José Alberto de Campos.

Na grande maioria, na grande maioria das vezes eu posso dizer que elas são tomadas por uma, ou duas ou três cabeças. Elas não são discutidas, elas não são amadurecidas junto à comunidade, junto à clientela. Então muitas vezes você acha que a medida é eficaz e na verdade ela não é. Não surte o efeito que poderia ter se fosse mais aprofundada essa discussão.

Ao analisarmos o depoimento de Campos e ligá-lo os fatos empíricos até aqui levantados, podemos entender que muitas das grandes decisões estratégicas tomadas podem ser fruto de uma consulta à comunidade, mas as decisões de rotina, do cotidiano, são tomadas “por uma, ou duas ou três cabeças”. Ao constatarmos a incompatibilidade entre a prática e as políticas formalizadas, podemos concluir que, na maioria das vezes, o processo de escolhas é também um processo de minorias.

Porém, ainda que as decisões partam de um pequeno grupo, o funcionário reconhece que as idéias desgarradas de uma política maior também podem, circunstancialmente, favorecer o desenvolvimento do esporte, ao afirmar que:

Eu acho que existe desenvolvimento. Em alguns setores mais, em alguns setores menos, mas eu acho que poderia ser muito melhor esse aproveitamento, se houvesse realmente uma política pública que fosse entendida e recebida por todos os segmentos.

Ao ser interrogado sobre os estratos da burocracias governamental e o relacionamento interno, o funcionário discorre:

É uma dificuldade muito grande. Não existe continuidade das ações. Existe continuísmo, e alguma coisa que está se fazendo, muda-se uma cabeça, tudo muda.[...] A cada 4 anos muda, muda governo, muda o pensamento, inicia tudo novamente, outro foco, e as coisas não tem, no meu modo de pensar continuidade. As coisas param, ou são esquecidas, é, as pessoas não se atém a simplesmente mudar o nome do projeto, porque quando muda o governo eles querem mudar tudo do projeto. O projeto tá sendo bom, não adianta eles, só, ah, vamos mudar o nome e falar que é do nosso governo. Eles querem mudar tudo e aí começa tudo do zero, e sempre estão iniciando as coisas. Não tem continuidade, não tem como fazer pesquisa em determinados projetos, você não tem como fazer pesquisas porque quebrou, porque mudou rotina, porque mudou isso, e não teve continuidade.

Tratando de maneira mais específica sobre a relação entre os estratos da burocracia política e diretorial, o agente profissional analisa:

Isso é a pior coisa que tem. Isso é a pior coisa que tem. Porque quem chega e nós já passamos por vários governos e nunca mudou. Quem entra acha que o grupo que estava trabalhando, funcionário público, já vem daí, funcionário público, não servem, não entendem, não sabem nada, e depois de um determinado tempo as pessoas vão conhecendo os técnicos, vão conhecendo os seus *curriculums*, coisa que eu nunca vi em governo, estudar o *curriculum* das pessoas que estão ali, o que ele já fez, o que já deixou de fazer, qual o grau de estudo, de especialização, nunca ninguém me pediu *curriculum* nenhum pra saber o que o [...] já fez. Então é tudo de ouvir falar, de ah, e, .. as coisas são assim.

E sobre o relacionamento com funcionários do mesmo nível o entrevistado observa:

Ah, com relação ao ambiente de trabalho, isso eu acho que não é só do ambiente do esporte ou da instituição em que se trabalha, eu acho que é em tudo né. Você tem uma, um pensamento político ou lutou por algo político e o seu amigo companheiro, seu colega de trabalho tem outro pensamento, as pessoas se tornam inimigas né, é politicamente ganhou quem o outro colega estava apoiando e você tem outro pensamento diferente daquele, acaba se tornando inimigo, não é? É, tem um pensamento diferente, no campo das idéias, passa a ser uma pessoa que não serve, que não tem competência, que não vale nada, então, as coisas se complicam mais ainda.

Prosseguindo no levantamento das sugestões apresentadas na Carta de Antonina, são abordados alguns aspectos administrativos e funcionais que retratam, segundo o entendimento dos funcionários da organização naquele tempo e espaço, a situação interna, e que podem ser resumidos nos seguintes itens: condições de trabalho precárias, falta de planejamento; desconhecimento sobre procedimentos e rotinas administrativas, falta de prioridade de alocação de recursos, falta do estabelecimento de fluxos, rotinas e procedimentos, total desmotivação e envolvimento dos funcionários, distorções nas distribuições de chefias e cargos comissionados, falta de união e integração entre as pessoas, falta de preparo dos novos integrantes para o exercício das suas funções, desconhecimento sobre o que é a Paraná Esporte, para que existe, o que faz, o que já fez, para que faz, etc.

E como sugestão final os funcionários solicitam uma reunião coletiva interna para detalhar e tratar dos assuntos levantados. A reunião solicitada não aconteceu.

No início do ano de 2001, foi extinta a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, e foi criada a Coordenação Estadual para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer, vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Governo, cargo de primeiro escalão e de confiança do governador Jaime Lerner ocupado pelo Secretário José Cid Campêlo Filho. A Paraná Turismo, autarquia que desde a sua criação como entidade autárquica vinculada politicamente ao mesmo comandante, traçou caminhos que a vincularam à Secretaria e Estado da Indústria e do Comércio, dada a relativa autonomia sempre existente entre o esporte e o turismo no governo do Paraná, que em raras oportunidades tiveram ações operacionais alinhadas.

Nesta oportunidade, a Coordenação Estadual para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer foi assumida por Segismundo Morgenstern, que até então acumulava o cargo de Secretário de Estado e de dirigente da UE, entidade cuja criação tem vínculos diretos a sua

atuação pessoal e aos seus atos e que implicou em que ele passasse a despachar da própria Universidade do Esporte. A Paraná Esporte se manteve no mesmo endereço, e distante das decisões políticas num período que foi caracterizado pela manutenção da política de realização dos eventos já programados: Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná, Piá Bom de Bola e Verão Paranaense 2001, agora em parceria com a RPC e a participação de empresas promotoras de eventos esportivos.

Os Centros Regionais de Esportes, instalados em governos anteriores, prosseguem com a mesma configuração, porém cada vez mais afastados dos processos decisórios. São eles: Curitiba, coordenado pelo professor José Carlos Benvenuti (sendo o único instalado na própria sede da Paraná Esporte em Curitiba), Pato Branco por José Francisco Grezzana, Ponta Grossa por Luciano Marçal, Guarapuava por Nivaldo de Souza Barreto, Londrina por Silvia Júlia Motta Carvalho, Campo Mourão por Richarde Cesar Salvador, Cascavel por Vítor Domingos Martinez, Paranavaí por Jorge Adalberto Casa Grande, Cianorte por Newton Trindade Júnior, e Maringá por Agnaldo Luiz Baldo.

No decorrer do ano de 2002, a configuração interna permaneceu a mesma, bem como a estrutura organizacional e os projetos programados (Centros de Excelência, Jogos da Juventude e Abertos do Paraná, Piá Bom de Bola e Verão Paranaense 2002), com exceção do evento Maratona Porto a Porto, numa ação promocional de inauguração do complexo de cinco pontes que ligam o Estado do Paraná ao Mato Grosso do Sul possibilitando o trânsito da soja daquele estado ao Porto de Paranaguá. O evento, uma prova de atletismo realizada em sete etapas, teve início em Paranaguá e chegada em Porto Camargo, com a presença do governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, do presidente Fernando Henrique Cardoso, e outras autoridades políticas.

Por conta das realizações do governo Jaime Lerner, ao longo das suas duas gestões, referindo-se em particular aos projetos Eco-Verão (como reedição de um projeto já existente – Viva Mais o Verão, agora com nova roupagem), Vila Olímpica do Paraná, Jogos Mundiais da Natureza, Centros de Excelência Esportiva (no modelo executado), Volta Ciclistica do Anel de Integração, Centros de Esportes da Natureza (lançado mas não executado) e Maratona Porto a Porto. Ainda que já tenham sido tecidas algumas considerações sobre o fenômeno da espetacularização do esporte e sua valorização como

negócio, julgamos necessário um maior aprofundamento no tema, visualizando o fenômeno como a incorporação de novo *habitus* pelos agentes do campo esportivo, razão pela qual nos apoiamos, em parte, na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, concentrando nossa atenção no campo esportivo, e em especial no manifesto de Debord sobre a sociedade do espetáculo, ajustando os seus conceitos também ao campo esportivo.

Como parte do conjunto das mudanças sofridas pela sociedade, em todos os campos de atuação humana, principalmente ao longo dos últimos cem anos da história, são incontestáveis as transformações vivenciadas no campo esportivo.

Da evolução do conceito de jogo ao esporte e da ampliação do conceito de exercício e atividade física para cultura corporal e esportiva como componente da saúde das populações, “uma mudança de significado e de função” da prática imposta pela sociedade burguesa, conforme afirma Bourdieu, um novo contexto vai sendo construído no esporte, desencadeando o processo até então irreversível de segmentação das atividades do campo²⁶⁰.

Segundo Bourdieu, “o princípio das transformações das práticas e dos consumos esportivos deve ser buscado na relação entre as transformações da oferta e as transformações da demanda” que são “dimensões da transformação de estilo”²⁶¹.

Uma maneira de visualizar, interpretar, intervir e atuar na relação entre a oferta e a demanda esportiva vem categorizada por práticas esportivas e recreativas incorporadas como atividades de lazer, apresentando-se sob inúmeras formas, seja na terra, na água e no ar. É nesse contexto que os esportes do campo, esportes da praia, esportes urbanos, esportes de verão e esportes de inverno, pela distribuição geográfica, ambiental e sazonal são praticados em determinadas regiões, estações do ano e condições climáticas.

Observa-se o deslocamento dos tradicionais espaços, equipamentos e infra-estrutura de prática das atividades físicas e esportivas, como quadras e ginásios de esportes para novos espaços. Praças, parques, areia das praias ou dunas, rios, lagos, matas, cachoeiras, montanhas, cavernas, baías, canais, represas e mar aberto, este calmo ou revoltado, escadas, corrimões, ladeiras e ruas passam a ser palco da nova modelagem do esporte. Por

²⁶⁰ BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo?** in: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.139.

²⁶¹ Id.ibid., p.152.

contradição, esportes tradicionalmente realizados em ambientes abertos são adaptados para locais fechados.

A explosão da vertente dos jogos radicais e de aventura e a perda de força de alguns esportes tradicionais pela derivação e surgimento de novas formas de praticá-los, somada ao aumento da prática dos esportes de luta incorporam-se à valorização da performance e rendimento em nome do espetáculo esportivo.

Na esteira destas transformações, surgem os novos consumidores da prática esportiva. O perfil dos praticantes altera-se e somente a classificação dos praticantes por sexo, faixa etária, grau de instrução e classe social não satisfazem a necessidade de estabelecer uma relação entre o hábito de consumo e a intenção do consumidor. Na prática dos esportes são colocados em jogo aspectos ocultos da relação entre aquilo que se oferece e o que é consumido: os valores, atributos e percepções entram em cena.

Ao apresentar um programa para a sociologia do esporte no estudo intitulado Programa para uma Sociologia do Esporte²⁶², Bourdieu aborda profunda e enfaticamente o processo da produção e oferta de produtos e serviços esportivos e a sua relação com o consumo e a demanda.

Para o autor, a distribuição diferencial das práticas esportivas resulta do estabelecimento de uma relação polarizada entre dois espaços homólogos: um espaço das práticas possíveis - o da oferta, e um espaço das disposições a serem praticadas - o da procura.

Do lado da oferta, temos um espaço dos esportes entendidos como programas de práticas esportivas, caracterizadas em primeiro lugar pelas suas propriedades intrínsecas, técnicas (isto é, em particular, as possibilidades e sobretudo as impossibilidades que eles oferecem à expressão das diferentes disposições corporais). Temos também os esportes percebidos nas suas propriedades relacionais, estruturais, tal como definem-se relativamente ao conjunto dos outros programas de práticas esportivas simultaneamente oferecidas. Mas que só realizam-se plenamente num dado momento, recebendo as propriedades de apropriação que sua associação dominante lhes confere, tanto na realidade

²⁶² BOURDIEU, P. **Programa para uma sociologia do esporte**, in : Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.214.

como na representação, através dos participantes modais, em relação a uma determinada posição ocupada no espaço social.

No outro pólo – o da procura, temos o espaço das disposições esportivas que, enquanto dimensão do sistema de disposições (do *habitus*), estão relacional e estruturalmente caracterizadas, como as posições às quais elas correspondem, e que num dado momento são definidas na particularidade de sua especificação pelo estado atual da oferta (que contribui para produzir a necessidade, apresentando-lhe a possibilidade efetiva de sua realização) e também pela realização da oferta no estado anterior.

Dessa relação, interessada entre a demanda e a oferta esportiva, emerge a necessária preocupação em procurar desvendar os mecanismos de poder, de dominação pela legitimação, imposição e reprodução deste ou daquele produto ou serviço esportivo. E todos os fundamentos inerentes que possam auxiliar na conquista e manutenção de um *status* no interior do campo segundo os quais são orientadas todas as práticas dos demais agentes.

Supostamente o jogo apresentado neste sistema de regras e interação social afiança a vitória de uns (os vencedores) sobre outros (os perdedores). Vencem aqueles que, necessariamente, conhecem melhor as regras do jogo e os mecanismos institucionais inerentes ao campo, e que justamente por conhecê-las executam determinados movimentos que asseguram-lhes o domínio e a ocupação de posições relativas na conquista de objetivos específicos.

Para Bourdieu “o esporte, como toda prática, é um objeto de lutas entre frações da classe dominante e também entre as classes sociais”²⁶³. São os produtores dos serviços esportivos que estabelecem mecanismos e estratégias próprias de atuação na busca da sobrevivência e supremacia pela conquista de uma porção maior de recursos e consumidores em comum. Esses produtores promovem e usufruem da flutuação e convergência da “definição do corpo legítimo e dos usos legítimos do corpo”²⁶⁴ entre a saúde, o lazer e a profissionalização.

Dessa forma, percebemos que no esporte os interesses pela prática ou procura das mais diversas atividades - *fitness* e saúde, esportes individuais (natação, tênis, golfe,

²⁶³ BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo?** in: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.142.

²⁶⁴ Id.ibid., p.142.

atletismo, e outros), esportes coletivos (futebol, basquetebol, voleibol, e outros), sejam eles praticados no estilo convencional-tradicional ou reconstruídos pelas inovações de qualquer ordem (tecnológica, conceitual, cultural ou midiática, por exemplo), são antes de mais nada a manifestação do *habitus* subjetivado e adequadamente ajustado à oferta e aos interesses individuais, legitimando o consumo relativo ao *habitus* de classe.

O que cada um destes novos esportes tem como características gerais? qual é a sensação provocada por cada um deles? quais os atributos e lucros físicos (coordenação, destreza, força, resistência, flexibilidade, agilidade, velocidade), psíquicos (coragem, calma, equilíbrio, descontração, ousadia, concentração, decisão, determinação, segurança, precisão, atenção), sociais (distinção, promoção social, destaque, conquista, integração, identidade), funções e benefícios (diversão, entretenimento, boa forma, emagrecimento, profissão, conhecimento, saúde) estão atrelados às diferentes práticas esportivas? qual é o perfil dos praticantes dos diferentes esportes?

Entram em jogo símbolos e significados que se estabelecem, no plano da percepção de valores, tão disponíveis no esporte e intensamente requisitados como valores para a vida social, como aspectos intrínsecos à prática esportiva e que vão além do ato do consumo esportivo representado pela prática propriamente dita. Será que nesse plano o que se procura tem realmente a ver com aquilo que se escuta sobre o esporte?

Nesse sentido Sauerbronn & Ayrosa²⁶⁵ citam Wagner, fazendo-nos notar que “o valor é uma experiência interativa e, portanto, requer um objeto e um sujeito que o perceba”, considerando que o sujeito percebe o objeto requerido como uma experiência única e intransferível no tempo e no espaço. Os autores prosseguem afirmando que “a construção do valor de um produto perpassa a experiência inteira de processar informação sobre um objeto, incluindo percepção, avaliação e formação de preferências”. Demonstram que a união entre sujeito e objeto, demanda e oferta e, portanto, esporte praticado e o seu praticante se efetiva na forma pela qual são processadas as experiências e lhes é conferido o valor percebido, dando, segundo Baudrillard, significado ao consumo.

²⁶⁵ Para maiores informações sobre o assunto, consultar: SAUERBRONN, J.F. & AYROSA, E.A.T. **Sonhos olímpicos de uma noite de verão: uma investigação sobre valores de consumo no esporte**, in: XXVI Encontro da ANPAD - ENANPAD, Salvador–Brasil, 2002.

Concentrando-nos, por exemplo, nos aspectos e lucros sociais decorrentes do consumo do esporte, Bourdieu²⁶⁶ destaca “as variações de significado e da função sociais que as diferentes classes sociais dão aos diferentes esportes” e afirma que “diferentes classes se preocupam de maneira muito desigual com os lucros sociais que a prática de certos esportes proporciona”. O acúmulo de capital social como uma “técnica de sociabilidade”²⁶⁷ e prazer material transparece mais no esporte quanto mais elevado o *status* social do consumidor.

Segundo Marchi Jr., Jean Baudrillard descreve a sociedade como uma estrutura de aprendizagem e estruturação do próprio consumo, segundo a observação de que “a sociedade respeita uma ordem de produção estrategicamente pautada em aspectos políticos e econômicos, e também manifesta uma ordem de manipulação de signos, e ordem do consumo”²⁶⁸.

São considerações que nos permitem perceber que as escolhas e as demandas individuais para a prática de determinado esporte se dão por fatores como o entrelaçamento e ajustamento das tensões entre a oferta e a demanda, pela disposição do praticante no campo esportivo, pelos valores intrínsecos à prática de determinado esporte, pelas expectativas pelo uso do serviço e o processo de aprendizagem nele imbricado, e ainda pela estruturação do consumo na sociedade.

Dessa forma, compreender o campo esportivo requer o necessário afastamento e a imediata vinculação dos consumos esportivos como representação social e poder simbólico relativos. Deve-se, ainda, submeter-se às condições de estrutura e funcionamento próprios do campo, considerando que no mundo esportivo os atributos intrínsecos e extrínsecos dos agentes do campo, como em outros campos, não podem ser separados.

Procurando entender as características no uso do esporte pelos novos praticantes, Sauerbronn & Ayrosa²⁶⁹ estabelecem relações com a tipologia de classificação do valor de consumo proposta por Holbrook (1999) e os consumidores do esporte, através de três

²⁶⁶ BOURDIEU, P. *Como é possível ser esportivo?* in : Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp.148-149.

²⁶⁷ Id., p.183.

²⁶⁸ MARCHI JÚNIOR, W. “*Sacando*” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2001, p. 212.

²⁶⁹ SAUERBRONN, J.F. & AYROSA, E.A.T. *Sonhos olímpicos de uma noite de verão: uma investigação sobre valores de consumo no esporte*, in: XXVI Encontro da ANPAD - ENANPAD, Salvador-Brasil, 2002.

dimensões: *valor extrínseco x intrínseco, valor auto-orientado x alter-orientado, valor ativo x reativo*. Pelo cruzamento destes conceitos é proposta a qualificação de oito tipos de valores dentro da experiência de consumo: eficiência (entradas/saídas; conveniência), excelência (qualidade), status (sucesso), estima (reputação, materialismo, posses), jogo (*play*), estética (beleza), ética (virtude, justiça, moralidade) e espiritualidade (fé, êxtase, sacralidade, mágica). E destacam, especialmente, a importância do valor experiencial do esporte, afirmando que “é preciso vivenciá-lo para compreendê-lo”.

A procura por pontos relevantes que permitam estabelecer a correta relação entre a oferta e a demanda esportiva e identifiquem os elementos referenciais na formulação e implantação das políticas públicas governamentais para o setor requer maior precisão no levantamento, coleta e interpretação das informações.

Na investigação sobre o comportamento do consumidor no campo esportivo, a percepção dos símbolos, signos, significados e valor são imprescindíveis, segundo Sauerbronn & Ayrosa, como ferramentas de compreensão e discernimento sobre o que se tem oferecido e o que se tem consumido no mundo esportivo.

Nortear e balizar o debate sobre os produtos e serviços colocados à disposição pelo governo para as sociedades, apoiando-se nos estudos de Sauerbronn & Ayrosa e a sua contribuição ao apontar tendências, requer maior aprofundamento em estudos pormenorizados destinados a este fim, não se constituindo, nessa perspectiva, em objeto específico e foco da nossa análise no presente estudo, razão pela qual optamos nesse ponto por deixar aberta essa discussão, e retomá-la oportunamente, conduzindo nossa discussão para o espetáculo esportivo na modernidade, como fruto das contradições decorrentes da ansiedade pelo consumo de uma mercadoria qualquer e como instrumento de assimilação e interiorização de novos *habitus* esportivos.

Surge o espetáculo como uma ideologia que endossa e transfere seus atributos para onde quer que se estabeleça algum tipo de relação social – também pelo caminho do esporte. Perceber o fato esportivo dissociado das demais práticas sociais é isolar aquilo que não pode ser isolado, já que o conjunto de práticas esportivas surge como ambientação do esporte ao contexto social vivido.

É na trajetória desta análise que nos deparamos com a teoria crítica do espetáculo desenvolvida por Debord²⁷⁰ como uma áspera crítica à sociedade organizada em torno de uma “falsa vida comum” – a sociedade do espetáculo.

Em decorrência das inquietações teóricas na interpretação da dialética social, propomos inicialmente uma breve incursão na sociedade discutida por Debord, prosseguindo na direção da compreensão dos fenômenos de fragmentação e espetacularização do esporte decorrentes das práticas sociais reordenadas (ou desordenadas) pelos efeitos corrosivos da modernidade especulativa.

Apoiamo-nos então na teoria crítica do espetáculo proposta por Debord²⁷¹, para quem a sociedade moderna fundamentada em uma “imensa acumulação de espetáculos” tem nas coisas vividas um caráter meramente representativo e simbólico, especialmente mediado por imagens transportadas por meios que o autor chama de “formas particulares do espetáculo” como a “informação, ou a propaganda, publicidade ou o consumo direto de divertimentos”²⁷².

Assim inadvertidamente “ondas de entusiasmo por determinado produto, apoiado e lançado por todos os meios de comunicação, propagam-se com grande rapidez”²⁷³. Debord declara, ainda, que a moderna sociedade do espetáculo distingue-se pela combinação dos seguintes aspectos essenciais: “a incessante renovação tecnológica, a fusão econômica estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo”²⁷⁴.

Constatamos uma ruptura no equilíbrio de valores a propagar-se em todos os campos do conhecimento, ramificando e fincando raízes também no esporte, afluindo em transformar seus contornos.

A sociedade industrial que tem, segundo Debord²⁷⁵, a mercadoria como parte da representação simbólica mantenedora da sociedade do espetáculo e promotora da sensação da felicidade sustentada pelo consumo, se depara com a voracidade da conquista ao consumidor.

²⁷⁰ DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

²⁷¹ Id., p.13.

²⁷² Id., p.14.

²⁷³ Id., pp.40-45.

²⁷⁴ Id., p.175.

²⁷⁵ Id., p.41.

A convergência e entrelaçamento não aleatório dos movimentos decorrentes da sociedade do espetáculo alinham-se com o processo de democratização do esporte enquanto produto desta mesma sociedade, e um instrumento particularmente adequado ao precioso contato com quem consome, que agora reina.

Embalado pela prosperidade tecnológica representada pela televisão e demais recursos midiáticos, entra em cena o *show business* esportivo. A ideologia do espetáculo emoldura e propaga uma nova modelagem no desenvolvimento do esporte, entendido como um grande negócio e marcado por sinais decorrentes desse novo formato.

A crise de valores esportivos estabelecidos passa a ser objeto de análise a partir de abordagens diversas, entre as quais o modelo sociológico proposto por Brohm e discutido por Proni²⁷⁶. Os estudiosos retratam algumas características do modelo estrutural do esporte como aparato ideológico do Estado, estabelecendo relação entre a sociedade e o papel das instituições na reprodução das contradições da lógica do esporte.

Portanto, Brohm (apud Proni,2002) apresenta o esporte associado a uma “série de desvios ideológicos: a escravidão do atleta, a obsessão pela vitória a qualquer preço, a utilização política de eventos, a prioridade para a formação de campeões, a comercialização predatória, a influência crescente da publicidade”²⁷⁷. Segundo Proni, a produção esportiva e suas particularidades têm como especificidade o fim a que se destinam as entidades esportivas: “produzir campeões, em quantidade e qualidade, para o mercado ou para olimpismo”²⁷⁸. Significa, portanto, perceber que o sistema esportivo e sua estrutura, amparada em mecanismos próprios de reprodução do modelo espetacular do esporte, coloca-se à disposição como meio e como fim ao próprio mercado.

Brohm (apud Proni,2002), entende a essência do esporte moderno como “a ideologia democrática típica de uma sociedade que precisa cultivar um ideal humanitário”, e interpreta a importância do sistema, instituições e estruturas deste modelo pela totalidade articulada com os seguintes elementos estruturantes: “a) princípio do rendimento, b)

²⁷⁶ PRONI, M.W. **Brohm e a organização capitalista do esporte**, in: Proni, M. & Lucena, R. Esporte história e sociedade. Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p.32.

²⁷⁷ Id.ibid , p.31.

²⁷⁸ Id.ibid , p.35.

sistema de hierarquização, c) princípio de organização burocrática e, d) princípio de publicidade e transparência”.²⁷⁹

Uma nova roupagem do esporte aponta para a valorização da performance e rendimento em nome do espetáculo esportivo, pautada pela modernização na gestão dos negócios do esporte a partir de ações específicas: adoção de estratégias de marketing, lançamento de novos empreendimentos representados por novos produtos e novos negócios, a busca crescente de apoio dos mais variados meios de comunicação como geradores de notícias e a preparação profissional especializada para o atendimento a essa nova demanda.

Como subproduto da espetacularização do esporte e da face especulativa da sociedade do espetáculo ressaltada por Debord, o esporte vive sob a égide do marketing esportivo ou práticas da sua mercantilização. Essas práticas são apoiadas em pequenos fragmentos que dão forma à sustentação e reprodução do atual sistema esportivo: exposição, fixação e posicionamento de marcas, fortalecidos pelos planos de comunicação e identidade visual; ampla utilização dos meios de comunicação e o desenvolvimento de novas mídias amparadas na tecnologia das multidões; especialização e segmentação esportiva; contratos, ações estratégicas e cenários espetaculares; ações promocionais de incremento de vendas; tratamento das pessoas como público e alvo; construção e polimento da imagem de atletas como atores; profissionalização do esporte; construção dos mitos e todo o aparato necessário à administração do sistema. Esta é, segundo Betti, a lógica da espetacularização aplicada à “cultura corporal de movimento”, que faz do esporte um grande e lucrativo negócio.²⁸⁰

O esporte se ampara no mercado, absorvendo os mesmos conceitos aplicados aos mais diversos produtos: velocidade na informação, desenvolvimento de planos integrados de comunicação pela utilização dos mais variados meios de comunicação (rádio, televisão, revista, jornal, *internet*, *outdoor*), cenografia, ações de reforço de vendas, comercialização de cadastro pessoal de consumidores, propaganda, publicidade reforçada por assessorias de

²⁷⁹ PRONI, M.W. **Brohm e a organização capitalista do esporte**, in : Proni, M. & Lucena, R. Esporte história e sociedade. Campinas-SP: Autores Associados, 2002, pp.39-40-41.

²⁸⁰ BETTI, M. **Educação física, esporte e cidadania**: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Florianópolis: UFSC, v.20, nº 2 e 3, 1999, p.90.

imprensa, consumo de divertimentos, ações promocionais e eventos, relações públicas e *lobby*.

Todos os canais de comunicação, altamente segmentados e dirigidos para um público igualmente delimitado, estimulam no esporte sua subdivisão em pequenas porções. Simultaneamente as empresas dos diferentes segmentos utilizam as atividades esportivas como ferramenta promocional, voltadas à conquista de fatias de mercado e aos lucros. As instituições esportivas passam a desenvolver parcerias e buscar patrocínios voltados ao incremento do seu negócio.

É a totalidade do marketing aplicado ao esporte alavancando um modelo de desenvolvimento simbolizado, prioritariamente, pela política crescente dos eventos esportivos como fatos marcantes na vida das pessoas, provocadores de sensações agradáveis de consumo pelo bem-estar sustentado por promotores, patrocinadores e meios de comunicação, na acirrada luta pela conquista dos consumidores.

Nesse cenário, os interesses dos promotores ou produtores estão em jogo. Procurando nos eventos uma possibilidade de desenvolvimento esportivo através do jogo e da competição esportiva, da formação e manutenção de equipes a partir da preparação de atletas e descoberta de talentos; da manutenção de infra-estrutura; e desenvolvimento de ações promocionais em benefício do próprio esporte ou modalidade esportiva em questão. São interesses pautados prioritariamente pelo *ethos* esportivo com uma leve inclinação para o mercado de consumo.

Do lado do patrocinador o evento entendido meramente como atividade econômica, disfarçado como ação social e solidária, objetiva o aumento de participação no mercado e a oportunidade para o aumento de vendas, pela penetração, posicionamento, conquista e manutenção de novos mercados.

Os interesses da mídia sobre os eventos como atividades de marketing promocional, têm finalidade econômica. Constituindo espaços comerciais altamente valorizados e valiosos na conceituação de imagens das marcas dos patrocinadores, público-alvo dos meios de comunicação. Lançando novos espaços comerciais noticiosos e publicitários, tendo no esporte, ou em determinada modalidade esportiva, um meio de comunicação alternativo e complementar às ações de comunicação.

Nesse contexto de análise, cabe também procurar entender os lucros políticos em torno do esporte por parte dos governantes. Para isso trazemos a análise do professor Ubiratan Martins Junior:

Olha eu acho que o esporte pra político é só na hora da campanha. Porque na campanha é fácil você dizer aquela velha história, “vamos tirar criancinha da rua, o esporte vai melhorar e nós vamos fomentar o esporte na escola, que da escola nós vamos fomentar pra ajudar o clube, e o clube vai entrar na federação e isso vai sucessivamente”. A gente sabe que o esporte na escola não funciona, os clubes estão quebrados, e consequentemente as federações estão quebradas.²⁸¹

Outra opinião que retrata os interesses dos políticos e os lucros relativos ao esporte na perspectiva do marketing, nesse caso eminentemente político, é dada pela professora Silvia Julia Motta Carvalho:

Eu acho que os políticos pensam em votos. E eu acho que alguns que você até, que são envolvidos com o esporte antes serem políticos e você pensa que quando eles assumirem eles vão ter todo um trabalho envolvido pra aquela área, na hora que eles entram na política que eles tem um cargo, isso é muito diferente. Isso desde que eu estou trabalhando no governo, e mesmo antes de trabalhar no governo, trabalhava na iniciativa privada já envolvida com o esporte, já sentia isso. Quantas vezes a nossa classe elegia um político que era da Educação Física justamente pra ver o trabalho que ele iria fazer, e quando ele entrava lá ele só tava preocupado onde é que iria dar mais votos pra ele.²⁸²

Podemos entender que no campo esportivo entendido como um espaço concorrencial onde são travadas lutas orientadas pela conquista de lucros específicos - traduzidos no caso dos agentes políticos em votos e melhor posicionamento - o dirigente político tem no esporte um canal de comunicação aberto com a comunidade, que lhe dá a tão necessária visibilidade e auxilia na sua aproximação ao cidadão-eleitor, por meio de estratégias adequadamente representadas no esporte pela política de eventos esportivos marcantes e pontuais, como escolhas mais apropriadas para maximizar os resultados nas urnas, em benefício próprio ou de seus pares.

E o consumidor, que participa desse jogo buscando nos eventos e no esporte ocupar um espaço de entretenimento mediado pela emoção, acessibilidade, descontração e diversão, o que segundo Eugênio Bucci, “é o consumo de uma mercadoria, que como signo

²⁸¹ Entrevista realizada em 09 de março de 2004, com o professor de Educação Física Ubiratan Martins Junior, Presidente da Federação de Atletismo do Paraná e funcionário da Prefeitura Municipal de Pinhais.

²⁸² Entrevista realizada em Curitiba, no dia 17 de maio de 2004, com a agente profissional do Governo do Estado do Paraná/Paraná Esporte, Silvia Julia Motta Carvalho.

fala, sobretudo, ao desejo do consumidor a não à sua necessidade, e o desejo é a necessidade da fantasia”.²⁸³

Não se trata tão somente de uma necessidade funcional e utilitária, mas mágica e fantasiosa. O que se compra não é o vôlei, o *skate*, o futebol, mas sub-produtos dessas mercadorias fabricadas numa outra dimensão ou instância superior de consumo, onde o uso de determinado produto ou serviço está relacionado com a sua fantasia e com os significados intrínsecos.

A preocupação recai na redução do esporte aos eventos esportivos e sua transformação em espetáculo ao apelar para recursos que limitam a afronta à ética e que concorrem para a sobreposição do espetáculo aos valores morais.

Para Eugênio Bucci, ao nos referirmos à sociedade do espetáculo, não estamos tratando da sociedade pós-industrial conforme afirma Debord, mas de uma sociedade super-industrial, altamente especializada, refinada e requintada em um negócio conduzido pela lógica da conversão midiática da representação em lucros, e na qual “todas as revoluções passam a ser mais velozes, mais intensas, mais tudo...”.²⁸⁴

Prosseguindo em sua análise, Bucci ressalta que na sociedade super-industrial, que tem como produto os signos fabricados sob as mesmas condições e contradições sociais (por seguirem a mesma lógica do mercado tradicional e da relação de produção como condicionante de todo o processo produtivo), passa a existir uma relação de produção do imaginário mediando e engolindo a relação entre as pessoas. Segundo o estudioso, o que temos é um mercado segmentado e altamente especializado que requer uma nova fábrica que o sustente.

É nesse universo que a indústria do esporte é apenas mais uma entre outras indústrias, caracterizada por não ser mais o atleta quem produz o espetáculo, mas que é produzido por ele. Para Bucci, “o esporte é uma vertente do espetáculo” [...] “fabricam-se

²⁸³ Eugênio Bucci, jornalista, crítico de televisão e atual presidente da Radiobras, debateu a sociedade do espetáculo apresentada no ensaio-manifesto “A sociedade do Espetáculo” de Guy Debord (1997), em palestra proferida no ciclo de conferências “**Muito Além do Espetáculo**”, no dia 28 de agosto de 2003, em Curitiba-PR, no Teatro do Sesc da Esquina, onde foi abordado o fenômeno da espetacularização do mundo e as suas consequências.

²⁸⁴ Id. *ibid.*

atletas, eventos, espetáculos esportivos em uma ordem de mundo onde toda produção converge para o espetáculo” que é, nas suas palavras “o dinheiro que se olha”.²⁸⁵

Nos encontramos mergulhados num espaço social onde a “notoriedade midiática se sobrepõe”, seja por meio de guerras entre os diversos povos do mundo com direito a cobertura ao vivo, vinhetas, *jingles* e câmaras estrategicamente posicionadas, ou, por exemplo, pela transmissão ao vivo em rede mundial no ataque de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* em Nova Iorque – o símbolo e a imagem de uma nação, ou ainda pelo conjunto das espetaculares estratégias publicitárias dos processos eleitorais que legitimam o poder daqueles que irão comandar cidades, estados e nações. É nessa óptica que, para Bucci há mais semelhanças entre uma copa do mundo e uma seita religiosa do que com um jogo de futebol.

Ainda segundo Bucci, “não se trata de um projeto político e manipulação de uma única pessoa com a intenção de nos colocar numa arapuca, mas é um projeto no qual estamos inseridos e precisamos entendê-lo”²⁸⁶, ou, nas palavras de Bourdieu, “coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro”²⁸⁷.

Retomando o estudo das realizações do governo Jaime Lerner que desencadearam a discussão anterior, ao nos referirmos a alguns projetos colocados em ação na sua gestão, não podemos desconsiderar e desconhecer o seu feito e a intenção ao pensar em um Paraná melhor posicionado em relação às demais unidades federativas, tendo no esporte uma ferramenta poderosa e oportuna ao projetar uma imagem igualmente poderosa e realizadora.

A vinculação dos esportes da “Natureza”, a utilização de marcas de fantasia com a utilização do prefixo “Eco” e da palavra “Excelência” podem ser entendidos como resultado do contexto maior no qual se insere todo o governo Jaime Lerner, não somente no campo esportivo, objetivando contribuir para o fortalecimento institucional da sua atuação sem descolar-se do perfil e imagens projetadas pelo governador ao longo da sua trajetória

²⁸⁵ Eugênio Bucci, jornalista, crítico de televisão e atual presidente da Radiobras, debateu a sociedade do espetáculo apresentada no ensaio-manifesto “A sociedade do Espetáculo” de Guy Debord (1997), em palestra proferida no ciclo de conferências “**Muito Além do Espetáculo**”, no dia 28 de agosto de 2003, em Curitiba-PR, no Teatro do Sesc da Esquina, onde foi abordado o fenômeno da espetacularização do mundo e as suas consequências.

²⁸⁶ Id. *ibid.*

²⁸⁷ Ver a citação nº56, na pág.28 desse trabalho.

pública, como um urbanista inovador, conhecido pelo respeito e valorização à natureza nas suas intervenções, com padrões de excelência na gestão.

Poderíamos concluir desse ponto de análise, que na gestão Jaime Lerner o esporte foi pensado diferente. Mas, ao voltarmos nosso foco para o campo esportivo no Paraná, numa perspectiva interna, percebemos que os agentes, as estruturas e as instituições locais talvez não tenham sido merecedoras da mesma atenção dada às iniciativas projetadas além dos limites das fronteiras do Estado ou das fronteiras do campo esportivo. Dito de outra forma, poderíamos afirmar que nem todas as realizações boas para o governo em seu vão além das fronteiras do campo esportivo foram percebidas pelos próprios agentes do campo.

É como se pudéssemos afirmar que a sociedade em geral percebe as realizações do governador Jaime Lerner para o esporte e lazer de forma extraordinariamente diferente dos agentes do próprio campo esportivo, pelo fato de que os seus integrantes, por não fazerem parte do jogo do esporte, ignoram a lógica do seu funcionamento e desconhecem as regras do jogo no interior do campo.

Observamos, nesse entendimento, que as grandes realizações do Governador Jaime Lerner, ao que indicam os fatos, não estavam no esporte e tampouco foram os Jogos Mundiais da Natureza, a inauguração da Pista de Atletismo no Estádio do Pinheirão, a Volta Ciclistica do Anel de Integração ou a Maratona Porto a Porto, mas a criação e a consolidação de propostas que iam além do próprio esporte, do campo esportivo e dos seus agentes. Foi a consolidação do projeto Costa Oeste do Paraná, fortalecido pela realização dos Jogos Mundiais da Natureza. Ou a proposta de criação da Vila Olímpica do Paraná, traduzida pela construção da Universidade do Esporte e instalação da pista de atletismo no estádio do Pinheirão. Da mesma forma, vemos a concretização do Anel de Integração, renovando e pedagiando toda a malha rodoviária que corta o Paraná e une pontos entre si estratégicos do Estado, como o Porto de Paranaguá com o Paraguai e com as principais cooperativas agrícolas do Estado, passando pelo aeroporto internacional de São José dos Pinhais, apoiada promocionalmente pela Volta Ciclistica do Anel de Integração, iniciativa de igual teor à observada na Maratona Porto a Porto, por conta da inauguração das pontes.

Visto dessa forma, podemos dizer que as principais decisões tomadas em relação ao esporte no segundo governo Jaime Lerner foram estratégicas do ponto de vista econômico,

tendo o esporte, e em especial a política de grandes eventos – maratonas, jogos, instalações esportivas, eventos ciclisticos, etc - como ferramentas promocionais e institucionais.

Notamos estar mergulhados no interior do campo esportivo, porém perpassado por decisões inerentes a outro campo: da arquitetura e urbanismo - no qual o governador Jaime Lerner é detentor de potencial de poder capaz de gerar *habitus* a partir dos hábitos e rotinas estratégicas quando em posição de uma relativa autonomia decisória sobre os rumos da sociedade. É importante notar o fato de que, como urbanista, Jaime Lerner enxergou no esporte um campo fértil para apropriação do próprio esporte como ferramenta de valorização de espaços e equipamentos urbanos. Ocorre porém que, se o *habitus* gerado pelo domínio no campo da arquitetura e urbanismo é legitimamente reconhecido pelos demais agentes do campo da arquitetura e urbanismo e pela própria sociedade, não significa que sejam necessariamente assimilados, ou sequer percebidos, pelos agentes do campo esportivo como intervenção ajustada aos objetos de seu interesse, e portanto não gozam do mesmo valor.

Dos projetos apresentados no início da segunda gestão do governador Jaime Lerner pelo secretário Ney Leprevost Neto, constatamos que somente foram realizados o Piá Bom de Bola, o Paraná Campeão, o Paraná Melhor Idade, o Caminha Paraná, alguns Centros de Excelência, as atividades de verão no litoral e na Costa Oeste, os jogos oficiais do Paraná – Abertos e Juventude, e os projetos do governo federal, Pintando a Liberdade e Navegar.

Um fato importante, ocorrido durante esse período, foi a criação do Conselho Regional de Educação Física (CREF), em 02 de fevereiro de 2002, que participou, pela primeira vez no mesmo ano da sua criação, de um processo eleitoral majoritário, e que viria a escolher o futuro governador do Paraná. O Conselho solicitou que os candidatos ao governo do Estado respondessem, por escrito, três perguntas. As respostas dos candidatos foram divulgadas na revista do Conselho²⁸⁸, distribuída aos profissionais credenciados.

Outro número da mesma revista traz matéria com a seguinte manchete: “Confirmado, Roberto Requião Governador do Estado do Paraná”, e publica novamente a

²⁸⁸ As propostas dos candidatos ao Governo do Estado na área de Educação Física – Eleições - Revista do CREF9/Pr, Curitiba, Pr - ano 1, nº 9 – setembro/outubro, 2002. Ver anexo.

entrevista da edição anterior, porém exclusivamente com as respostas apresentadas pela assessoria do governador eleito.²⁸⁹

Também por conta do processo eleitoral, os municípios se organizaram com a criação da Associação dos Dirigentes Esportivos dos Municípios do Paraná²⁹⁰, fazendo, através de carta dirigida aos candidatos, algumas reivindicações.

A ADEMP surgiu baseada praticamente com os mesmos propósitos da extinta OPEP dos governos anteriores. Nas palavras do professor Vicente Piazza Filho

[...] agora, a dois anos atrás, três anos, antes dessa nova eleição foi criada a ADEMP, que ela surgiu primeiramente da reunião de gerenciamento realizada em Guaratuba, aonde os municípios escolheram 12 representantes que formaram a primeira Associação dos Dirigentes Esportivos do Paraná, todavia depois, na primeira reunião dela em Campo Mourão, foi eleita a primeira diretoria, o Getulinho Ferrari, que era de Campo Mourão foi eleito o presidente, eu tive a honra de ser escolhido como vice-presidente, e participando Maringá, participando também, é se você pegar ali por regiões, nós pegamos, região de Curitiba, era região de ... foi Campo Largo, não Campo Largo não foi São José dos Pinhais, e Ponta Grossa. Na região sudoeste foi Clevelândia e Pato Branco. Na região oeste foi Medianeira e Foz do Iguaçu. Na região central foi Pitanga e Campo Mourão. Na região do norte foi Umuarama e Maringá. E na região de Londrina foi Londrina e Arapongas. Foi o que formou a primeira OPEP, na, aliás a primeira ADEMP. Mas a ADEMP, o objetivo principal dela era pra ser um órgão de apoio às ações e às políticas que a própria Paraná Esporte deveria criar, só que, com a vinda de políticas e eleições, houve um desvio nas ações e por falta até de alguns dirigentes não serem da própria área, desviando das funções e dos objetivos para os quais ela foi criada, então, ela também acabou.

Tendo como referência alguns dados empíricos levantados, como esse caso do surgimento da ADEMP, numa reedição da extinta OPEP²⁹¹, reorganizada pela comunidade esportiva e criada na forma de associação de dirigentes esportivos, bem como nas diversas passagens e circunstâncias apresentadas anteriormente, dando conta das mudanças e transições observadas na ocupação dos cargos públicos destinados aos agentes escolhidos como representantes do poder legitimado para as atividades do campo esportivo no Paraná, identificamos na gestão pública do esporte um terceiro campo regido pelas leis gerais do campo, igualmente marcado pelo jogo de interesses e capitais, funcionando por meio de uma lógica própria e autônoma, relativamente desconhecida por aqueles que nele não estão inseridos.

²⁸⁹ Confirmado – Roberto Requião Governador do Estado do Paraná - Eleições - Revista do CREF9/Pr, Curitiba, Pr - ano 1, nº 10 – novembro/dezembro, 2002. Traz a mesma entrevista da revista nº9, porém somente com as respostas do governador eleito Roberto Requião.

²⁹⁰ Informações obtidas em entrevista realizada no dia 07 de abril de 2004, com o professor Vicente Piazza Filho, Secretário de Esporte e Lazer do município de Foz do Iguaçu-Pr.

²⁹¹ Para maiores informações, sugerimos retomar a leitura do Capítulo II do presente estudo, ao tratarmos do governo Alvaro Dias, pp.56-58.

Trata-se do campo da administração pública, ao qual destinamos nossa atenção para retomarmos, posteriormente a análise empírica da transição política decorrente das eleições de 2002.

Constatamos na observação de Cunha que “um dos aspectos mais importantes que se tem refletido na literatura sobre o futuro é indubitavelmente o papel atribuído à administração pública com relação à obtenção de uma sociedade viável”²⁹².

Porém, o que se percebe é um crescente descompasso entre os interesses e necessidades da sociedade e os serviços colocados à disposição pelos governos, representados por seus agentes, ou seja, não tem sido possível aos governos reduzir incertezas e acompanhar as transformações que dão ao contexto a complexidade característica. Nas palavras de Castor,

[...] Esse descompasso entre a prática político-partidária e a capacidade para resolver problemas sociais faz com que, à falta de avanços substanciais naquilo que realmente importa que é a qualidade de sua vida e da vida de sua família, o eleitor vá se convencendo de que é pouco mais do que um coadjuvante em um grande encenação, em que os principais protagonistas declamam um discurso exaltado de transformação, mudança e progresso social apenas (ou quase que apenas) para se apoderar de posições de mando ou ampliar sua influência na vida política e administrativa do país.²⁹³

Em virtude do processo de convencimento que vem tomando conta do eleitor sobre a insignificância do seu papel nesse jogo, Castor recorda:

[...] Há pouco tempo, uma pesquisa patrocinada por um organismo internacional revelou que uma porcentagem importante da população estaria disposta a aceitar governos autoritários e abrir mão de suas franquias democráticas se os governantes resolvesse os problemas sociais. Um atestado de legitimidade às ditaduras? Não, mas um alerta aos que se dizem democratas e, no entanto, se mostram incapazes de provar na prática a capacidade dos regimes democráticos para melhorar a existência sofrida da maioria da população.²⁹⁴

Com base na teoria dos campos de Bourdieu, pudemos entender que os conteúdos das políticas esportivas governamentais submetem-se à ação direta de cada jogador e dependem direta e proporcionalmente da forma como se dá a relação entre os diversos agentes, desencadeando um conjunto de diferentes possibilidades em relação aos resultados e reflexos sociais do presente e do futuro.

As relações de poder estabelecidas entre os agentes do campo se dão, em parte, por haver uma contradição relativa ao conceito de qualidade dos serviços prestados pelos

²⁹² CUNHA, A.S.M. **As transformações na sociedade contemporânea e os desafios da administração pública**: notas para reflexão. Brasília, DF: EBAP/FGV, 1985, p.89.

²⁹³ Jornal Gazeta do Povo, domingo, 20 de junho de 2004. Opinião, p.14.

governos, exemplificada pela seguinte afirmação e comparação: se os políticos procuram uma maior quantidade de votos do cidadão-eleitor que legitimem sua ação *a posteriori*, a partir de uma associação que visa “assegurar o poder a um grupo de dirigentes, a fim de obter vantagens materiais para seus membros”²⁹⁵, em um jogo que se polariza entre submeter-se e promover a constante mudança deste poder nas organizações públicas. Vejamos o que dizer Castor a esse respeito.

[...] Nada há de novo no que estou dizendo. Há quase um século atrás, o sociólogo Robert Michels, escrevendo sobre os partidos políticos a partir da experiência do socialismo alemão, demonstrou que existe uma enorme distância entre o ideário grandiloquente dos programas partidários e a *praxis* política e a explicou de duas maneiras: em primeiro lugar, os partidos estão nas mãos de profissionais especializados em “fazer política”, em conhecer as minúcias da legislação e dos estatutos para satisfazer os objetivos e avançar os interesses de seus grupelhos e não para promover a transformação que seu partido prometeu à massa votante; segundo porque a história política não é marcada pela substituição de uma elite por outra e sim “uma mistura incessante, com os antigos elemento atraindo, absorvendo e assimilando continuamente os novos”. Uma sucessão de oligarquias, em que os novos oligarcas tomam o lugar dos antigos com o inestimável e prestimoso auxílio de alguns desses últimos. (Qualquer semelhança com os senadores José Sarney e Antônio Carlos Magalhães não é pura coincidência).[...]²⁹⁶

Ao procurarmos tratar do conhecimento que os políticos que assumem cargos na burocracia governamental têm sobre a prática de governo no poder executivo, trazemos a opinião de um dos funcionários do Governo do Estado²⁹⁷ ao ser entrevistado sobre as políticas para o esporte,

Não, na grande maioria não, eles não têm conhecimento, é, os primeiros dias e as primeiras semanas é prometendo mundos e fundos e com o passar do primeiro mês já começam a perceber as dificuldades, como se processa toda essa máquina administrativa, orçamentária e financeira, e aí começam a aparecer os problemas de contratação, de recursos humanos, que o estado não é como a iniciativa privada, e aí eles começam a entender, ou começam a saber das dificuldades que é, estar na máquina pública.

Porém, ao dirigirmos a nossa atenção no público ao qual se destinam as ações do Estado, nos deparamos com o desafio ao atendimento a toda a população através de programas, projetos e atividades específicas, o que nos deixa uma grande dúvida: como seria possível ao governo do Estado do Paraná dar conta de atender, pelos projetos e

²⁹⁴ Jornal Gazeta do Povo, domingo, 20 de junho de 2004. Opinião, p.14.

²⁹⁵ MENDRAS, H. **Princípios de Sociologia** – Rio de Janeiro, RJ : Zahar Editores, 1978, p.209 (citando Max Weber).

²⁹⁶ Id. *ibid*.

²⁹⁷ A entrevista foi realizada em Curitiba, no dia 12 de março de 2004, com o agente profissional do Governo do Estado do Paraná/Paraná Esporte, José Alberto de Campos.

atividades do esporte e lazer, uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas, vivendo a sua rotina em 399 diferentes cidades?

É por essa razão que, nesse ponto, novas perguntas orientam a interpretação sobre outros elementos importantes ao nosso estudo: qual é o campo da administração pública? quem são os agentes desse campo? quais são as práticas dos agentes dominantes e dominados? quais são as estratégias adotadas pelos diversos agentes do campo?

Como pudemos perceber anteriormente, se os esportistas e os demais atores e instituições do campo em torno dos esportes agem e atuam perpassados pelas “leis gerais dos campos” e pelos mecanismos particulares daquele campo, os políticos e os burocratas conhecem a lógica do campo político e da administração pública, e atuam a partir das regras e estratégias próprias da luta pela conquista de poder nesse campo.

Ao estudarmos a atuação governamental, devemos perceber que há no interior dessa análise, aspectos objetivos do Estado representados por agentes, estruturas e mecanismos específicos e aspectos subjetivos do Estado, representados por estruturas mentais, esquemas de percepção e pensamento, levando em consideração que, segundo Bourdieu “o Estado, através das suas estruturas é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico”²⁹⁸ cuja compreensão exige a necessária percepção da história do pensamento político e conhecimento da prática do governo, pela história da instituição, e dos personagens do governo que construíram a história social em questão²⁹⁹.

O esclarecimento do processo de legitimação e legitimidade das práticas governamentais, entendido no âmbito das interdependências mútuas, surge como imperativo, especialmente superando o reducionismo da simbologia e o *status* inerente aos governos, conforme recomenda Bourdieu.

Mas o que quer dizer *legítimo*? Para Bourdieu é uma palavra técnica representada por “uma instituição, ou uma ação, ou o uso que é dominante mas desconhecido como tal, o que quer dizer que é tacitamente reconhecido”³⁰⁰, desta forma é afetado por todas as dimensões que legitimaram tal fato, colocando-se portanto a serviço da transmissão daquilo que foi legitimado. Bourdieu, explica as relações de mercado desses agentes:

²⁹⁸ BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996, pp. 107-108.

²⁹⁹ Id., p.98.

³⁰⁰ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.87.

Um dos alvos das lutas que opõem o conjunto dos agentes ou das instituições que têm em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural, especialmente), suficiente para ocupar posições dominantes no interior de seus campos respectivos, é a conservação ou a transformação da “taxa de câmbio” entre os diferentes tipos de capital e, do mesmo modo, o poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas.³⁰¹

Percebemos a idéia de poder e a sua legitimação nas palavras de Benson, ao afirmar que:

O poder na organização provem, numa certa medida, da estrutura oficial de autoridade. Aqueles que ocupam as posições de autoridade têm o poder de estabelecer e impor um modelo. Eles podem conceber a organização como um instrumento a serviço de objetivos particulares. Eles podem articular as partes, ajustar a tecnologia e motivar os participantes em função dos objetivos a atingir. Uma vez que a organização está numa posição estável, eles podem utilizar seu poder para mantê-la enquanto estrutura racionalmente articulada capaz de resistir à interferência exterior e ao mesmo tempo às fontes internas de influência.³⁰²

Essa rápida incursão nas ciências políticas revela ações das sociedades democráticas contemporâneas desencadeadas a partir de três âmbitos ou setores³⁰³. O primeiro setor, corresponde ao poder e autoridade do governo decorrente da emanção da vontade popular, legitimada pelo voto, e que desenvolve suas ações a partir de dinheiro público para fins públicos. O segundo é representado pela livre iniciativa nas relações do mercado, que utiliza dinheiro privado para fins privados e que tem o lucro como instrumento. E o terceiro setor, como fruto da sociedade civil organizada que gera bens e serviços de caráter público, representado pelas ONGs, clubes de serviços, instituições religiosas, entidades beneficentes e de voluntariado, entre outras, e que lançam mão de dinheiro privado para fins públicos, podendo ainda trabalhar com verbas oriundas do poder público. Há quem afirme que o fortalecimento das ações do terceiro setor tem ocorrido pela omissão do poder público no cumprimento dos seus deveres sociais.

A articulação dos três setores, segundo Castor, tem como finalidade “multiplicar a prestação de serviços a comunidades específicas ou proteger valores socialmente importantes”³⁰⁴, e no campo esportivo inclusive aqueles focados no desenvolvimento do esporte.

³⁰¹ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.87.

³⁰² Tradução livre por Carolina Andion e Maurício Serva de: BENSON, J.K. “**Les organisations: un point de vue dialectique**”, in SÉGUIN, F. et CHANLAT, J.F. **L’analyse des organisations une anthologie sociologique**. Tome I : Les théories des organisations. Montréal: Gaëtan Morin, 1983, p.5.

³⁰³ Consulta feita ao *site* <http://www.terceirosetor.org.br>, em setembro de 2003.

³⁰⁴ Castor, B.V. **O Brasil não é para amadores: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho**. Curitiba, Pr:EBEL:IBQP-PR,2000, pág.8.

Fica evidente, portanto uma necessária relação (aleatória ou provocada) dos pensamentos, interesses e poderes internos e externos a cada um deles, provocando ações que se movimentem em torno de um mesmo eixo, para indicar os rumos ou o reordenamento das práticas organizacionais governamentais, através dos seus atores, no desempenho das suas funções, construindo o futuro das sociedades.

Como exemplo da convergência e do alinhamento dos três setores, com reflexos no esporte, mais precisamente no voleibol, uma modalidade que ocupa posição dominante sobre outras no Brasil, e que diz respeito ao Estado do Paraná, identificamos alguns resultados obtidos por essa movimentação articulada, na constatação de Marchi Jr.³⁰⁵ ao relatar:

no final da década de 90 ocorreu uma composição de forças em torno da modalidade, que permitiu, logo no seu primeiro ano de existência obter o recorde de público nos jogos da equipe do Rexona, durante a Super Liga Feminina de Voleibol 97/98 – da ordem de 3.285 torcedores por jogo, em média. A esse dado somou-se a conquista do primeiro título brasileiro na história do Voleibol paranaense.

Portanto, a fim de compreender a produção e a prestação dos serviços esportivos pelos governos, além de concentrarmos nosso estudo no campo esportivo necessariamente devemos voltar a nossa atenção para o esporte como produto do funcionamento e articulação de outros campos específicos: o campo da administração pública e o campo político, não podendo deixar de considerar a rede de interdependências externas às estruturas e instituições governamentais, estendendo portanto a análise aos demais setores e agentes sociais que jogam o mesmo jogo.

Dessa forma, entre 1999 e 2002, período referente ao segundo governo Jaime Lerner, resumidamente podemos dizer que foi um período marcado novamente por mudanças nos estratos superiores da burocracia, ainda que tenha sido eleito o mesmo governador.

Com a entrada do Secretário de Estado do Esporte e Turismo, o vereador curitibano Ney Leprevost Neto, do mesmo partido do governador, outros agentes assinam as propostas que são apresentadas à comunidade como plano de ações da sua gestão, sem qualquer

³⁰⁵ MARCHI JÚNIOR, W. “**Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2001, p.14.

participação de funcionários do governo ou representantes da comunidade na sua elaboração, e sem muito aprofundamento na proposições.

De maneira geral identificamos a inexistência de compatibilidade entre as idéias anunciadas e a sua efetiva ação, tendo como referência os seguintes projetos: Centros de Esporte da Natureza, Campo Limpo, Adote o Esporte, Ginásio 24 horas, Jogos da Natureza 2001, Jogos da Natureza do Mercosul, Camisa 10, e Esporte em Quatro Estações, que, apesar de terem sido formalmente anunciados, não foram executados.

As ações partilhadas entre o governo federal e o governo estadual mostram a afinidade e aproximação entre os dirigentes da Paraná Esporte e o Secretário Nacional de Esportes. Vale lembrar que essa aproximação, foi uma conquista de longo prazo, iniciada primeiramente quando o Estado do Paraná criou o projeto Pintando a Liberdade, e num segundo momento quando o Ministério Extraordinário do Esportes, através do Ministro Pelé, absorveu o projeto como iniciativa do Governo Federal, tendo o Paraná como pólo da produção nacional. A aproximação sofreu reforço pelo relacionamento que se estabeleceu entre o Presidente da Paraná Esporte, Marcos Tocafundo, e o Secretário Nacional de Esportes, Lars Graef, dois ex-atletas que tinham em comum a aproximação com Carlos Arthur Nuzmann, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

A excelência como qualidade seletiva e o novo modelo de atuação do governo entrou na pauta nas discussões da comunidade esportiva, desde o final do primeiro período do governo Jaime Lerner. Os agentes do campo esportivo entenderam que a mensagem do governo, ao implantar o Centro de Excelência do Voleibol queria dizer que novas modalidades também teriam os seus Centros de Excelência. A movimentação dos agentes e o efeito de reprodução do modelo implicou em iniciativas parecidas no basquetebol, *surf*, atletismo, xadrez, ginástica, e a manifestação de intenção em inúmeras outras modalidades.

Mais uma vez um Secretário de Estado saiu do comando para concorrer às eleições. Dessa vez a Paraná Esporte não sofreu mudança no seu quadro diretivo, mas sofreu com a habitual falta de estabilidade da estrutura e perda de pontos norteadores, deixando os agentes governamentais e do campo esportivo sem referência.

Novamente, os profissionais, estudantes e professores de Educação Física e secretários municipais de esporte não tiveram maior envolvimento com a macro-política esportiva do Estado, exceto em projetos como o Piá Bom de Bola, núcleos dos Centros de

Excelência (handebol, voleibol, basquetebol), e eventos tradicionalmente programados: Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná e Verão Paranaense.

Concluindo a sua intervenção no esporte, Jaime Lerner realizou a Maratona Porto a Porto, outra iniciativa simbólica e representativa do governador e sua equipe, tendo o esporte como instrumento promocional na inauguração de grandes obras e lançamento de idéias personalizadas.

Por conta das eleições que viriam a acontecer, a comunidade esportiva voltou a se pronunciar de maneira formal através das instituições recém-criadas: a ADEMP, representada pelos secretários municipais de esporte, manifestando os interesses da comunidade esportiva e o CREF, apresentando as propostas dos candidatos à comunidade de professores de Educação Física do Paraná.

Retomando a caminhada pelo tempo cronológico no desenvolvimento do esporte paranaense, vimos que por conta dos resultados da eleição realizada em outubro e novembro de 2002, novas mudanças aconteceram a partir de janeiro de 2003, tendo em vista a eleição do governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Antes, porém, de avançarmos na análise das ações desenvolvidas no período 2003-2004, cumpre-nos lembrar que todo o estudo empírico até aqui desenvolvido completou quatro quadriênios de gestão administrativa (1987 a 2002), totalizando 16 anos. Os dois primeiros anos do governo Roberto Requião, que apresentaremos a seguir, fazem parte do último quadriênio de uma gestão ainda incompleta, razão pela qual fazemos a descrição mas consideramos que a análise sobre esse período e a sua discussão teriam um caráter provisório e relativamente inconsistente, já que os projetos e as atividades desse governo ainda se encontram em plena execução.

Por termos esse mandato ainda incompleto, e entendendo que quaisquer conclusões podem nos levar ao equívoco, pelo seu caráter precipitado, alertamos que deliberadamente não faremos a aproximação teórica-empírica, como fizemos nos capítulos anteriores, mas salientamos que os conceitos, ferramentas e fundamentos teóricos de análise que utilizaríamos para esse governo, por razões metodológicas, são os mesmos dos períodos anteriores, deixando o espaço aberto para futuras reflexões, análises e conclusões.

CAPÍTULO 6

O SEGUNDO GOVERNO ROBERTO REQUIÃO – 2003 e 2004

Eleito em 2002, em sua segunda gestão, não sucessiva, assumiu o governo do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB). Maurício Requião de Mello e Silva foi o indicado para a Secretaria de Estado da Educação.

O esporte, que se encontrava vinculado diretamente ao Secretário de Estado de Governo, e portanto direto ao Palácio Iguaçu e ao governador Jaime Lerner, passou para a Secretaria de Estado da Educação, tendo como unidade de execução a autarquia Paraná Esporte.

Como resultado da coligação partidária do período pré-eleitoral e do alinhamento entre o governo eleito do Paraná (PMDB) e do governo federal (PT), que tem como Ministro do Esporte Agnelo Queiróz (PC do B), oposições que assumem os respectivos poderes, a Paraná Esporte foi destinada ao PC do B, ficando sob responsabilidade do ex-deputado federal e ex-vereador de Curitiba, Ricardo Gomyde.

As demais diretorias técnicas, a do esporte e a do lazer, foram integradas por membros filiados ao PMDB. Para a diretoria de esportes foi indicado o professor Lester Pinheiro, técnico desportivo da Paraná Esporte e partidário do PMDB. O Lazer ficou com João José de Arruda Jr. e a Captação de Recursos com Clóvis Augusto Veiga da Costa. A Administração e Finanças passou a ser dirigida por Joaquim Portes.

Cabe ressaltar que a Diretoria de Captação de Recursos, inexistente no organograma da Paraná Esporte, observada pelos preceitos administrativos governamentais, foi informalmente constituída, já que, conforme pudemos ter a oportunidade de observar em uma das gestões do governador Jaime Lerner, a mudança do organograma em organizações do governo é objeto de detalhado processo administrativo sujeito à análise, deferimentos e encaminhamentos diversos, sob os cuidados de legislação específica, devendo tramitar inevitavelmente no plano dos poderes executivo e legislativo estadual.

Como uma das ações prioritárias, a UE, que até então se encontrava sob o comando de Segismundo Morgenstern, o Secretário de Estado da Educação (Maurício Requião) e o Presidente da Paraná Esporte (Ricardo Gomyde) mais as suas diretorias (em especial o Diretor de Lazer, João José de Arruda Jr.) intercederam junto ao governador do Estado para

transformar a UE em Centro de Capacitação Esportiva (CCE). É importante ressaltar que a UE continua existindo como personalidade jurídica, passando a ocupar, porém, outro endereço, haja visto que apenas as instalações ocupadas pela empresa eram do Estado. O Centro de Capacitação Esportiva, no *status* de um Departamento da Paraná Esporte, passa a ser dirigido por João José de Arruda Jr., que acumula funções como diretor do CCE e da diretoria de Lazer e Qualidade de Vida da PRES.

Internamente o presidente Ricardo Gomyde desenvolveu, em três fases, o planejamento estratégico da Paraná Esporte, por meio de consultoria feita junto a técnicos da COPEL. A implantação do planejamento estratégico é justificada pelo presidente Ricardo Gomyde como “um processo de mobilização e desenvolvimento organizacional proativo”. Segundo o presidente, a decisão pela realização dos encontros e implantação do planejamento estratégico se deu porque:

A nova direção da Paraná Esporte definiu por bem realizar o seminário “Construindo o Futuro da Paraná Esporte” e elaborar este plano intitulado de Carta de Paranaguá com o objetivo de apontar novos rumos e assumir controle sobre o destino da autarquia, além de enxergar oportunidades, transformar ameaças em oportunidades, promover a mudança necessária ao cumprimento das diretrizes e vender idéias ao público interno e externo para o melhor cumprimento de seu propósito³⁰⁶.

Na primeira fase, que aconteceu nas dependências do hotel Camboa em Paranaguá, em meados do mês de fevereiro de 2003, participaram alguns funcionários efetivos e os novos integrantes da equipe, das áreas técnica e administrativa, inclusive no âmbito diretorial.

Foi o primeiro encontro entre os membros da nova equipe e os funcionários efetivos, liderado pelo Presidente da Paraná Esporte, Ricardo Gomyde, que participou de todas as atividades do planejamento estratégico.

Na oportunidade, utilizando técnicas de planejamento orientadas por um moderador especialista, que objetivaram a identificação de problemas, levantamento de pontos fortes e pontos fracos, e as estratégias de ação, os participantes foram estimulados a pensar nos serviços que a organização presta aos seus clientes, no “esforço necessário para satisfazê-lo”³⁰⁷.

³⁰⁶ Relatório do encontro – Construindo o Futuro da Paraná Esporte – documento interno – ano 2003.

³⁰⁷ Planejamento Estratégico, Construindo o Futuro da Paraná Esporte, Paranaguá-Pr, 2003. O documento, de trâmite interno, não tem numeração de páginas, razão pela qual ficamos impossibilitados de citá-las.

Reunidos em grupos distintos, que se revezavam pela dinâmica das atividades, durante dois dias de evento os participantes tiveram como meta concluir sobre a missão institucional da Paraná Esporte, destacando o que é, e qual é o propósito da sua existência. Outro desafio foi o estudo da visão organizacional, explicitada como aquilo que se idealiza e se “sonha” para a instituição, levantando as competências essenciais para o cumprimento da missão e a construção desse sonho, considerando a análise ambiental e o levantamento de fatores externos e internos que possam ameaçar ou oportunizar que a organização cumpra a sua missão.

Do encontro, a partir de reuniões sistemáticas coordenadas pelos especialistas da COPEL em planejamento estratégico, o grupo definiu que a Paraná Esporte existe para “fomentar a prática e a cultura do esporte, lazer e atividade física no Paraná, promovendo a cidadania, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida”³⁰⁸, e que esse propósito deveria ser perseguido no comportamento e atuação diária de cada integrante da equipe dentro da organização.

Voltando a atenção para o futuro, os participantes entenderam que a Paraná Esporte deveria caminhar no sentido de “ser a melhor referência no Brasil em políticas públicas de fomento no esporte, lazer e atividade física até 2006”³⁰⁹.

Essas definições – a missão e a visão – passariam a servir como referências e ponto de convergência da Paraná Esporte em todas as suas ações. Todos os objetivos e as ações para conquista dos objetivos passariam a se orientar pelo que se convencionou ser a razão da existência da Paraná Esporte e o que se sonha para o futuro da organização.

Prosseguindo no trabalho de construção do planejamento estratégico da Paraná Esporte, foi dada a tarefa de levantamento das competências essenciais da organização no cumprimento dos seus propósitos, considerando especialmente aquilo que o grupo considera que os seus funcionários saibam realmente fazer e fazem bem feito. Os participantes definiram que a Paraná Esportes é boa na “organização de eventos de esporte, lazer e atividades físicas” e que essa competência seria essencial ao cumprimento da missão.

³⁰⁸ Planejamento Estratégico, Construindo o Futuro da Paraná Esporte, Paranaguá-Pr, 2003. O documento, de trâmite interno, não tem numeração de páginas, razão pela qual ficamos impossibilitados de citá-las.

³⁰⁹ Id.

Em seguida, o trabalho da equipe foi analisar o ambiente onde a instituição se insere, considerando a interveniência de fatores externos e internos de natureza legal, econômica, social e política, que possibilitasse a identificação das ameaças e das oportunidades para a organização. Foram agrupadas, a partir do texto original, como ameaças ao desempenho da Paraná Esporte, a situação jurídica da Universidade do Esporte; o orçamento reduzido dos governos em geral e da Paraná Esporte em particular; a pouca qualificação dos efetivos que atuam no esporte; o fato da organização ter deixado de ser uma secretaria; a falta recursos financeiros; a variação cambial decorrente da instabilidade da moeda nacional; o excesso de burocracia na liberação de recursos; a instalação da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza; a declaração de moratória pelo governador eleito; o fim dos bingos e a guerra do Iraque.

As oportunidades encontradas foram o vínculo com a Secretaria de Estado da Educação; a possibilidade de efetivação do Conselho Estadual do Esporte; a transformação de recursos da loteria esportiva pela lei Agnelo/Queiróz de incentivo ao esporte; a criação pelo governo federal de um ministério exclusivo para tratar dos assuntos referentes aos esportes; a criação do Conselho Regional de Educação Física; a possibilidade de parcerias no esporte; a geração de emprego e renda através do esporte; a valorização do profissional e da atividade física; a consciência e o respeito ao meio ambiente por parte da população; a melhoria na qualidade da educação; o combate à fome, ao analfabetismo, e a qualidade de vida; a promoção da inclusão social e a possibilidade do exercício da cidadania plena pelo esporte; o relacionamento político dos dirigentes da Paraná Esporte com o secretário da educação; a afinidade política e pessoal do presidente Ricardo Gomyde com o ministro dos esportes Agnelo Queiróz; a retomada dos jogos colegiais; a elaboração plano estratégico; a afinidade entre o governador Requião e o presidente Lula; a política social do governo; a oportunidade de abertura escolas com eventos do esporte e lazer.

Alguns aspectos apareceram ao mesmo tempo, de forma ambígua, como ameaças e oportunidades: as drogas em geral, o *dopping* de atletas, a violência e insegurança, e a exclusão social.

Considerando a definição da missão, da visão, do levantamento das competências essenciais e do mapeamento ambiental, identificando ameaças e oportunidades, foram

estabelecidos os objetivos gerais relativos às diversas unidades organizacionais, os serviços de esporte e lazer prestados, a estrutura de pessoal e os clientes.

Na relação com os clientes e com a mídia, foram identificadas como aspecto positivo a instalação da assessoria de comunicação e imprensa, a realização de encontros dos dirigentes com a comunidade esportiva, e a instalação de novos centros regionais³¹⁰. Nesse tópico, o grupo entendeu como ponto negativo o fato do governo financiar e não aparecer, bem como a falta de comunicação dos centros regionais de esporte e lazer com municípios da região específica, a falta de conhecimento dos clientes e a falta de comunicação interna na Paraná Esporte.³¹¹

Concentrando a atenção nos produtos e projetos, como positivo foram mencionados o retorno dos jogos colegiais, o projeto pintando a liberdade, os jogos da juventude, os jogos abertos, o projeto “emprego e renda no esporte”, e a criação dos centros de excelência e inclusão social. Negativamente, foram apontados a falta de acompanhamento dos resultados dos projetos, a falta de identificação da clientela alvo, e o desgaste da terminologia centros de excelência.

O projeto “emprego e renda no esporte” surgiu como idéia derivada do projeto Pintando a Liberdade, e que não se efetivou como projeto, mas que pode ser pensado como consequência e reflexo natural das atividades do projeto original. Da mesma forma, a criação dos centros de excelência e inclusão social, foi proposta como estratégia de fixação do propósito institucional da inclusão social como uma marca da nova gestão, a ser garantida por meio de ações específicas que deveriam ser incorporadas aos Centros de Excelência, mas que ainda não foram efetivadas.

No âmbito do planejamento, definiu-se como aspecto positivo a elaboração do planejamento financeiro e administrativo e a compatibilidade entre as áreas administrativa, financeira e técnica. Mas o desconhecimento, por parte dos técnicos, sobre os mecanismos e ciclos orçamentários, assim como a realização de planejamento fictício e a incompatibilidade entre projetos existentes e a capacidade financeira da Paraná Esporte foram os aspectos negativos indicados.

³¹⁰ Cabe ressaltar que essas, como as demais propostas do planejamento estratégico, são intenções manifestadas pela Paraná Esporte, e que estariam por se realizar.

³¹¹ Planejamento Estratégico, Construindo o Futuro da Paraná Esporte, Paranaguá-Pr, 2003.

Com relação aos processos, métodos e tecnologia, foram mencionados como positivos, a justiça esportiva, o *software* de organização esportiva utilizado pelos técnicos³¹², a confecção de material esportivo pelo projeto pintando a liberdade e a metodologia de capacitação de recursos humanos para desenvolvimento de projetos. Como pontos negativos foram relacionados a falta de rede de informática de computadores, a falta de atualização do *site*, e a inexistência de fluxograma das rotinas administrativas.

Os aspectos positivos citados relativamente ao quadro de pessoal foram: a equipe da nova direção, o comprometimento com o trabalho por parte dos funcionários, e a existência de pessoal qualificado. Por outro lado, negativamente foi apontado um número reduzido de funcionários, desmotivados e “viciados” em certas rotinas administrativas. Também, a falta de concurso público para ingresso de novos funcionários, foi apontada como aspecto negativo.

Tratando da capacidade financeira da instituição, como ponto positivo foi indicado a proposta de criação de uma Diretoria de Captação de Recursos a partir da revisão do organograma da Paraná Esporte. E mais a possibilidade de arrecadação e gestão de recursos próprios, o aumento da capacidade financeira com a vinculação à Secretaria de Estado da Educação, e o livre acesso ao governo federal³¹³. A limitação dos recursos orçamentários, a falta de estrutura financeira para os centros regionais de esporte e lazer e o excesso de investimento nos jogos, comprometendo outras áreas de atuação da instituição foram os pontos negativos identificados.

Perguntados sobre os resultados que a organização pretende alcançar, metodologicamente os participantes descreveram os objetivos distribuídos entre seis diferentes itens: a) áreas do esporte, lazer e atividade física; b) relação com clientes e com a mídia; c) processos, métodos, tecnologia e planejamento; d) sistema de informação e tecnologia, e) investimentos, captação e fontes de recursos; f) treinamento, perspectivas e motivação/compromisso dos funcionários.

³¹² O *software* utilizado pela Paraná Esporte na organização de competições esportivas foi desenvolvido por Paulo Marcos Schimitt ao longo de sua trajetória profissional na organização, com a participação direta e efetiva de Germano de Souza Gonçalves. As necessidades indicadas pelos técnicos da organização na utilização do sistema, foram sendo sucessivamente incorporadas às novas versões do programa. Da mesma forma foi criado o programa de Avaliação Física utilizado pela organização.

³¹³ Ao referir-se ao “livre acesso ao governo federal”, em razão da não declaração sobre “que livre acesso é esse”, podemos imaginar que se trata da aproximação política do presidente Ricardo Gomyde ao Ministro

Agrupando o resultado de todas as áreas em uma única relação, temos a indicação de que a Paraná Esporte pretende alcançar os seguintes objetivos³¹⁴: ampliar o número de pessoas atendidas; procurar a satisfação da clientela; melhorar a performance das equipes paranaenses em competições nacionais e internacionais, buscando estar no *podium* em todas as modalidades esportivas, até o ano de 2006; melhorar a capacidade física do cidadão paranaense; conscientizar a população para melhor utilização do seu tempo livre; conhecer e identificar as necessidades do público alvo; desenvolver pesquisas e parcerias com as universidades, federações e municípios; criar campanha de marketing institucional; estreitar a relação a mídia do Paraná; avaliar e discutir os projetos já existentes; estudar novas propostas; estabelecer metas anuais e plurianuais; melhorar a posição da população paranaense no IDH; desenvolver e viabilizar os meios de informação com parceiros; rever e melhorar as funções administrativas da organização, a qualidade e a padronização dos processos; captar mais recursos para compor o orçamento; dobrar o quadro de pessoal; capacitar todos os empregados; propiciar a participação diversos cursos de atualização e treinamento com base em vinte horas/homem, e aumentar a motivação e o clima organizacional.

Para alcançar os objetivos levantados, os participantes do encontro concluíram que alguns caminhos devem ser percorridos. Os objetivos elencados foram transformados em projetos e atividades específicas, tendo se transformado nos projetos Jap's, Jojup's, Jocop's, Caminha Paraná, Karatê piá no esporte, litoral o ano inteiro, centros de excelência, centros regionais, ativação do CCE, piá bom de bola³¹⁵, terceira idade e projeto verão.

Além da ampliação no atendimento dos projetos já existentes, foi constatada a preocupação na implantação de novos projetos, oferecendo outros produtos e serviços à comunidade e aumentando a rede de parceiros com a organização.

O desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas e o desenvolvimento de um diagnóstico que indique as demandas da clientela; um inventário sobre as instalações e equipamentos esportivos (a ser desenvolvido com as IES); o levantamento dos praticantes de atividades físicas; a realização de seminários a cada dois anos com os municípios, com

Agnélio Queiroz, bem como da integração entre o Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e o Presidente da República Luiz Inácio da Silva, eleitos por coligação partidária em 2002.

³¹⁴ Planejamento Estratégico, Construindo o Futuro da Paraná Esporte, Paranaguá-Pr, 2003.

as entidades da prática e de administração do desporto; a criação de banco de dados com informações sobre atletas paranaenses de rendimento e a instalação do conselho estadual de esportes aparecem alguns dos projetos que devem ser colocados em ação.

Para o desenvolvimento do marketing institucional, é indicado o uso mais apropriado da página *internet/site*, do correio eletrônico e da mídia (eletrônica, escrita e falada); o estabelecimento de parceria com secretaria de planejamento, objetivando a alavancagem de recursos governamentais; o desenvolvimento de consultoria especializada; a criação de um grupo de trabalho para apresentar e estudar a viabilidade das propostas; o desenvolvimento de campanha de *marketing* institucional com a criação de um plano de identidade visual. Também foram relacionados a formatação do *mix de marketing* dos diferentes produtos; a produção e distribuição de peças de comunicação visual e a criação de um calendário esportivo.

Com o propósito de estreitar o relacionamento com a mídia, definiu-se a necessidade de criar boletins informativos, a revista científica, o informativo eletrônico interno diário, o manual de relacionamento com a imprensa e o jornal da Paraná Esporte, projetos que somente seriam otimizados a partir da necessária instalação de uma rede interna de computadores.

Com vistas aos processos, métodos, tecnologia e planejamento, especificamente para rever e melhorar as funções administrativas internas, propôs-se a alteração da estrutura através de revisão de legislação vigente.

A melhoria da qualidade e a padronização dos processos administrativos somente poderia ser conquistada com a normatização do trâmite de documentos, a ser implantada por uma resolução administrativa interna. Nesse caso, a informatização dos processos também apareceu como um caminho a ser seguido.

A melhoria da telefonia, juntamente com a criação do centro de processamento de dados e a aquisição de uma frota própria de veículos para os Centros Regionais e para a Paraná Esporte, em Curitiba, também foram indicados como conquistas que deveriam ser objetivadas.

³¹⁵ O projeto Piá Bom de Bola foi incorporado oficialmente com a disputa da modalidade de futebol nos Jogos Colegiais do Paraná.

Para captar o dobro de recursos, foi levantada a necessidade do desenvolvimento de projetos em parceria com a iniciativa pública e privada, e o desencadeamento de ações políticas para aumentar o orçamento pelo tesouro estadual.

Prevendo dobrar o quadro de pessoal, foi indicada a necessidade da abertura de concurso público e o remanejamento funcional, a partir de outros órgãos governamentais, sendo que esses empregados deveriam ser treinados e capacitados participando de cursos de atualização profissional.

A ginástica *laboral* e o jornal interno aparecem com a intenção de aumentar a motivação e o clima organizacional interno, tornando-o favorável ao desenvolvimento das ações apresentadas.

O primeiro contato da nova equipe do governo do Paraná com a comunidade se deu pela realização do Encontro Estadual de Gerenciamento.

Concluída a primeira fase do planejamento estratégico, o presidente da Paraná Esporte, assessorado pelos consultores da Copel e por seu chefe de gabinete, o jornalista Esmael Alves de Moraes, definiu a realização de uma segunda fase, em um encontro interno que aconteceu em meados de 2003, em Faxinal do Céu³¹⁶, sendo convidados os mesmos participantes da primeira fase, além dos novos integrantes da equipe, entre os quais alguns novos chefes dos Centros Regionais de Esportes e Lazer. O encontro foi coordenado pelo chefe de gabinete que, partindo do relatório do encontro anterior, estimulou que grupos de trabalho apresentassem propostas operacionais, desdobrando as estratégias e as metas para cada unidade funcional da organização, como programas, projetos, atividades e ações específicas que dessem conta de cumprir os objetivos gerais e as sugestões estratégicas anteriormente estabelecidas.

Após essa segunda fase, no auditório do Centro de Capacitação Esportiva, no segundo semestre do mesmo ano, durante um dia inteiro aconteceu a terceira fase, da qual participaram todos os funcionários da Paraná Esporte, da matriz em Curitiba³¹⁷. Nesta etapa, foram detalhados o plano de implantação e os mecanismos de controle das duas

³¹⁶ Consulta feita ao site <http://www.pr.gov.br/seed/univesi.html>, no dia 20 de abril de 2004 - Faxinal do Céu é distrito do município de Pinhão-Pr, onde se situa o complexo educacional Universidade do Professor, e se localiza aproximadamente 400 Km ao sudoeste de Curitiba. Dotada de completa infra-estrutura (auditórios, salas de apoio, refeitório, alojamentos), a Universidade do Professor organiza as propostas de capacitação da Secretaria de Estado da Educação.

³¹⁷ Os representantes dos Centros Regionais de Esporte e Lazer não participaram do evento.

fases anteriores, identificando prioridades e caracterizando qualidade, quantidade e prazos a serem cumpridos.

Sob o ponto de vista da realização prática, com relação aos projetos e atividades desenvolvidas, observamos que, por conta do processo de transição, ainda que tivesse havido interesse da diretoria de lazer e da presidência da Paraná Esporte, as atividades de verão 2002/2003 no litoral e no interior do estado, não foram realizadas, haja visto a indisponibilidade orçamentária e a falta de tempo para otimização de recursos e adoção de procedimentos operacionais para a primeira intervenção da equipe no comando do esporte. Ainda assim, o diretor João Arruda reuniu a equipe e fez algumas visitas ao litoral do Estado procurando entrar em acordo com as Prefeituras Municipais, com a intenção de realizar algum evento durante a temporada de verão.

No ano de 2003, foram retomadas, com grande destaque, as competições entre estudantes do Estado através do projeto rebatizado como Jogos Colegiais do Paraná, tendo as suas fases regionais realizadas em cidades no interior do Estado e a fase final em Curitiba.

A Diretoria de Lazer e Qualidade de Vida apresentou a Caravana do Lazer, um conjunto de ações articuladas junto aos municípios e universidades, na realização de eventos de lazer pré-formatados. Ao longo de 2003 foram desenvolvidas 07 ações (nos municípios de Rio Branco do Sul, Paranaguá, Curitiba, Faxinal do Céu, Pinhão, Pontal do Paraná e Doutor Ulisses), merecendo destaque a desenvolvida paralelamente à realização da fase final dos Jogos Abertos do Paraná, em Pato Branco.

No período de 10 a 20 de julho de 2003, a Federação Paranaense de Desportos Universitários trouxe para Curitiba os 51º Jogos Universitários Brasileiros, iniciativa que recebeu o apoio da Paraná Esporte em um evento nacional coordenado pela própria FPDU e CBDU, marcado por inúmeros desacertos e contra-tempos organizacionais.

Em Paranaguá foi realizada a 1ª Corrida da Safra, ação promocional governamental à safra da soja relativamente ao canal de escoamento no porto de Paranaguá, dirigido por Eduardo Requião.

O Piá Bom de Bola das massas Parati, que até então vinha sendo realizado como competição isolada na modalidade de futebol, foi incorporado como integrante dos Jogos Colegiais do Paraná na modalidade de futebol.

Entre os dias 04 e 06 de dezembro de 2003, em Curitiba, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Justiça e Direito Desportivo, um evento organizado pelo IBDD e pela empresa Práxis – consultoria e informação desportiva, que trouxe ao Paraná o debate em torno da justiça e direito desportivo³¹⁸.

Até dezembro de 2003 a Paraná Esporte manteve a mesma estrutura funcional e quadro de dirigentes, quando em janeiro de 2004, o Diretor de Captação de Recursos, Clóvis Augusto Veiga da Costa deixou a Paraná Esporte, “extinguindo” a diretoria. Em maio do mesmo ano, quem deixa a organização é João José de Arruda Jr., Diretor de Lazer e Qualidade de Vida e Diretor do Centro de Capacitação Esportiva (CCE).

Os Centros Regionais de Esportes, passaram por reordenamento nas chefias, tendo, alguns deles novos chefes, que assumiram as funções como comissionados, ou que foram simplesmente transferidos de outros órgãos governamentais para ocupar a função nas unidades desconcentradas da Paraná Esporte.

Em 2004, temos os seguintes Centros Regionais e as respectivas chefias: Campo Mourão (Jahir Fábio Lençone), Cascavel (Aldino Jorge Bueno), Cianorte (Newton Trindade Jr.), Guarapuava (Vitor Hugo Ossoski), Ibaiti (Simone Cristina Rodrigues), Londrina (Nilton Rodrigues Santana), Maringá (Marco Aurélio da Rocha), Paranavaí (Jorge Adalberto Casagrande), Pato Branco (Marcelo Flessak), Ponta Grossa (Luciano Marçal) e Umuarama (Gilmara). Os novos centros em relação aos governos anteriores são Ibaiti e Umuarama. Os Centros Regionais de Ponta Grossa e Pato Branco passaram por mudança de chefia nos dois anos do governo, já que, em 2003 eram chefes Marcos Aurélio Schemberger e Edegar Pedro Winckler respectivamente. Os municípios de Pitanga e Foz do Iguaçu foram anunciados como novas sedes de unidades regionais em 2003, mas não foram efetivados.

O ano de 2004, começou com a realização das atividades de verão no período de férias da população paranaense através do projeto intitulado Viva o Verão 2004, atendendo treze municípios do Estado, sendo sete no litoral, cinco na costa oeste e um no norte velho.

³¹⁸ Informações obtidas em *folder* de divulgação do evento. Foram realizadas as seguintes mesas temáticas: Financeiro Desportivo – Investimento no Esporte, Prática Desportiva Profissional – Características e Requisitos, Estatuto do Torcedor, Arbitragem x Justiça Desportiva, Dopping e a Defesa da Ética Desportiva, Transferência de Atletas Profissionais – Conflito Normativo, Estatuto do Desporto.

Mais uma vez o governo do Estado, através da Paraná Esporte, apoiou a realização da 2ª Corrida da Safra, contribuindo para o fortalecimento local da administração do Porto de Paranaguá, num evento que aconteceu nos mesmos moldes da edição anterior.

Esse foi o ritmo e o caminho do desenvolvimento esportivo no Estado do Paraná, com participação efetiva do governo estadual nas várias gestões dos últimos dezoito anos. É bom lembrar que o governo atual terá seu mandato até o ano de 2006, quando se completará o ciclo de quatro anos da gestão do governador Roberto Requião.

Para concluir nossa análise sobre os anos de 2003 e 2004, observamos que a mudança entre o governo Jaime Lerner e Roberto Requião representou em linhas gerais uma profunda mudança de poder, conforme já havia sido anunciada no período pré-eleitoral, e conseqüentemente dos grupos dirigentes. Como conseqüência do jogo político e da formatação nacional das alianças realizadas no período eleitoral, e a sua reprodução no Estado, a presidência da Paraná Esporte ficou nas mãos do PC do B, ainda que todas as demais diretorias – esporte, lazer, e administração e finanças, tenham ficado com o PMDB, o que deu ao quatro diretivo uma composição mista pela origem dos agentes.

A transição não se deu somente com ruptura, mas com oposição aberta e declarada, desequilibrando toda estrutura e instituições inerentes ao campo esportivo, e nos demais setores governamentais, no Estado do Paraná.

O contexto é de outra configuração numa diferente e complexa rede de interdependências pessoais. Pelo desenvolvimento de mais um diagnóstico, o Presidente da Paraná Esporte, o ex-deputado federal e vereador Ricardo Gomyde apresentou novas propostas, incluindo parte das promessas feitas em campanha para o campo esportivo, como a retomada dos Jogos Escolares do Paraná, rebatizado como Jogos Colegiais do Paraná. Também foram realizados os 51º Jogos Universitários Brasileiros e os Jogos Universitários Paranaenses, a 1ª e a 2ª Corrida da Soja (como ação promocional à safra da soja) e a instalação de novos Centros Regionais de Esportes e Lazer.

As ações se concentram fortemente na realização de Jogos Oficiais, com inúmeras fases regionais, discussão sobre regulamentos de competições. O número de pessoas envolvidas na coordenação do trabalho é multiplicada pelo número de Núcleos Regionais de Educação (trinta e dois) envolvidos no processo e pela composição do quadro de funcionários com professores de escolas à disposição da Paraná Esporte.

O Estado se faz bastante presente nas competições esportivas oficiais, ou seja, aquelas promovidas por sua iniciativa, e pela participação de representações esportivas estaduais em competições nacionais, como célula principal, fortalecendo e sendo fortalecido pela diretoria de Esportes como fruto da divisão de poder, de orçamento e de recursos entre as duas diretorias.

A primeira mudança ocorre com a saída de Clóvis Augusto Veiga da Costa, Diretor de Captação de Recursos, que culminou com a extinção da diretoria. No início do mês de maio de 2004, o Diretor de Lazer e Qualidade de Vida, João José de Arruda Jr. também saiu da organização, deixando como resultado a falta temporária de comando na própria diretoria de lazer e no Centro de Capacitação Esportiva, funções acumuladas pelo mesmo dirigente, desestabilizando novamente o sistema interno e a rede de relações com a comunidade. A Diretoria de Lazer e Qualidade de Vida passou, a partir de julho do mesmo ano, a ser dirigida por Edgar Hubner, professor de Educação Física com atuação na iniciativa privada, indicado pelo presidente da Paraná Esporte, Ricardo Gomyde.

Mas essa é uma história, que na realidade ainda está sendo escrita, razão pela qual não temos condição de estudá-la de forma adequada, podendo afirmar apenas que muitas das propostas apresentadas pela Carta de Paranaguá, resultado do Planejamento Estratégico da Paraná Esporte, ainda não foram contempladas nas rotinas diagnosticadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual tem sido o papel do Estado em relação ao esporte no Paraná ? Tendo adotado esse questionamento como a problematização do nosso estudo, adentramos no interior do campo esportivo, nos encontrando posicionados entre uma constelação de organizações, atores, interesses e mecanismos institucionais, desenhando em sua própria órbita a história, o presente e o futuro, individual e coletivo, das organizações e da sociedade a partir de interesses, desejos e necessidades específicas em relação ao esporte.

Tendo levantado a hipótese de que o esporte nacional tem evoluído cristalizando e institucionalizando contradições e ambigüidades, com repercussão imediata, midiática e de longo prazo em todos os níveis e esferas da atuação governamental, inclusive no Estado do Paraná, nos dedicamos profundamente em procurar compreender as escolhas governamentais para o campo do esporte paranaense, tendo concluído pela afirmação da hipótese.

Constatamos que várias e diferentes políticas para o campo esportivo, no Estado do Paraná, foram formuladas e implementadas. Algumas delas contaram com a participação de segmentos da sociedade na sua estruturação, outras não. Também observamos que algumas políticas formalizadas foram utilizadas como referencial de intervenção, de forma quase integral. Outras serviram parcialmente, como ponto de partida em ações iniciais, mas que foram sendo gradativamente abandonadas. Chegamos a perceber, em alguns momentos, a inexistência de qualquer política para o esporte paranaense.

Compreendemos que, muito além da formalização de propostas e normatização de rotinas, as políticas governamentais se constróem com base na atitude da burocracia política ou eleita e sua articulação com o estrato da burocracia diretorial, e dessa com as burocracias técnica e proletária. Também constatamos o necessário desprendimento da visão egocêntrica que coloca barreiras entre o “eu” e o “nós”, e em nosso estudo, entre “o estado” e a “sociedade”.

Como resultado de todos os possíveis ajustamentos, nos deparamos com um conjunto das contradições detectadas em diferentes circunstâncias ao longo do período estudado, podendo relacionar as seguintes: a existência de modelos copiados ou a inexistência de qualquer modelo; o clientelismo e o assistencialismo; a execução de política

marcada pela sucessão de eventos; a proposta elitista do esporte voltado exclusivamente aos atletas; a existência muito pontual de uma política regida pelo princípio das oportunidades diversas para públicos diversos; a repetição de um calendário de eventos sem muitas mudanças e perspectivas de futuro; a inexistência de programas com base na cultura, nas tendências e nas características vocacionais regionais; a falta de sistematização dos governos acerca dos conhecimentos relativos ao esporte; a inexistência de uma Política que garanta mudanças e transformações sociais efetivas; e a falta do estímulo e valorização da participação consciente dos segmentos do Estado.

Se por parte dos consumidores, cidadãos-usuários dos serviços esportivos, as escolhas e as demandas individuais para a prática de determinado esporte se dão pelo ajustamento das tensões entre aquilo que tem sido oferecido e o que tem sido demandado; pela disposição do praticante no interior do campo esportivo; pelos valores intrínsecos à prática dos diferentes esportes; pelas expectativas relativas ao uso de determinado serviço e o processo de aprendizagem nele imbricado; e pela estruturação do consumo na sociedade, entendemos que por parte dos governos as escolhas e a oferta dos serviços públicos se dá pelo resultado do entrelaçamento e interseção de campos distintos, funcionando em sobreposição, e a partir de lógica e mecanismos próprios: o campo do esporte, o campo político e o campo da administração pública.

Com o objetivo de ilustrar a sobreposição dos campos no ambiente das organizações governamentais que administram o esporte, apresentamos a Figura 1, complementada pela Figura 2, que ilustra o conteúdo e a lógica das decisões em cada um dos campos.

Partindo dessa consideração, notamos que a direção e o sentido das decisões públicas se dão, invariavelmente, no mesmo sentido e na mesma direção das decisões tomadas pelos agentes detentores de um potencial de poder relativamente maior em relação aos demais agentes que compõem os estratos decisórios, dando ao contexto inúmeras possibilidades, conforme ilustramos na Figura 3.

Por exemplo, se tivermos uma estrutura marcada pela força das decisões políticas (Figura 3a), ela tenderá cada vez mais para o impacto meramente político das escolhas, podendo chegar inclusive a confundir-se com a própria política partidária e os mecanismos de conquista de votos.

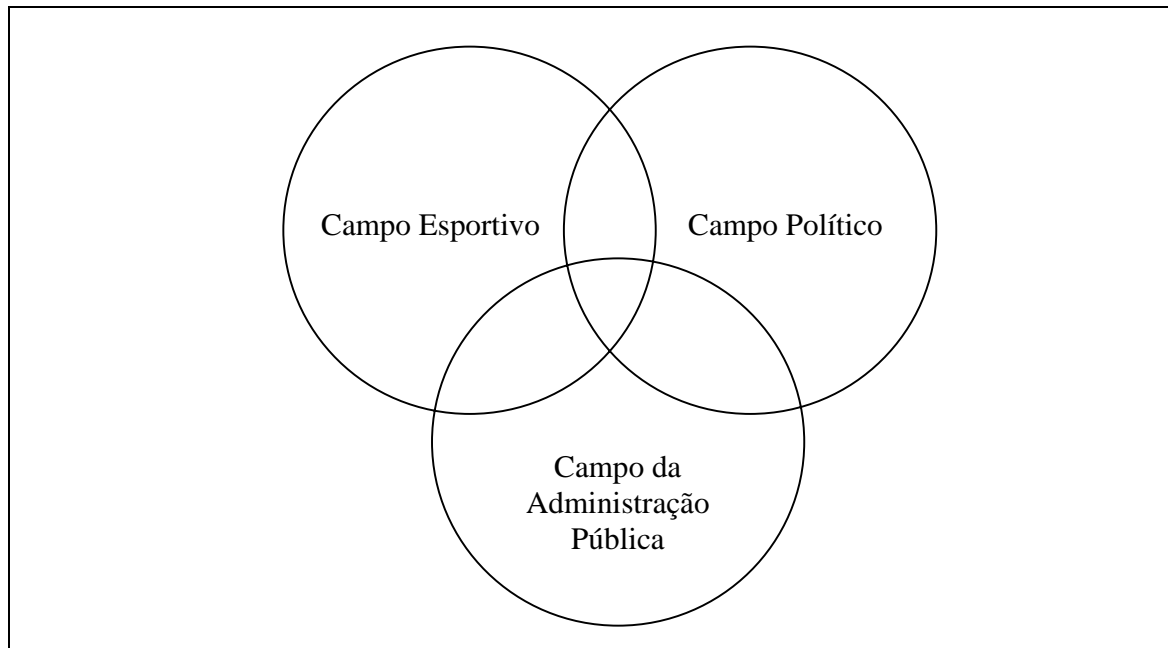


FIGURA 1 – Sobreposição dos campos no ambiente das organizações governamentais que administram o esporte.

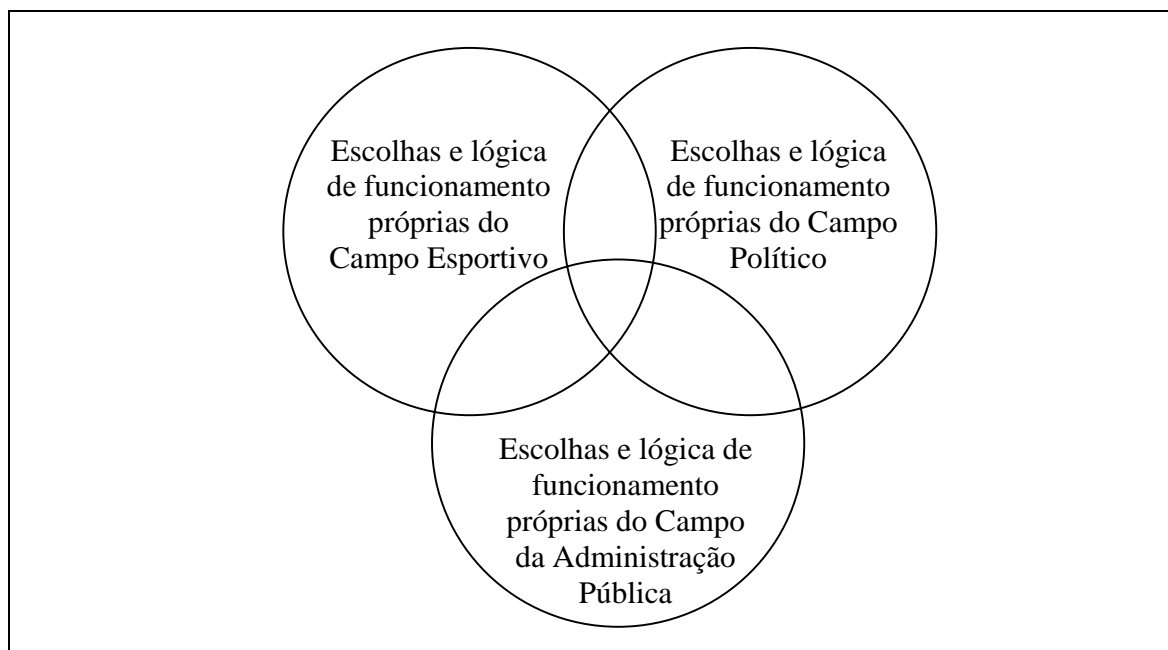


FIGURA 2 – Conteúdo e lógica de funcionamento e das decisões em cada um dos campos.

Por outro lado, uma estrutura caracterizada pela forte presença de decisões apoiadas no campo esportivo e suas características intrínsecas (Figura 3b), tenderá para realizações fortemente sustentadas pelo *habitus* de classe, inerente aos profissionais da Educação Física, do esporte, e o seus sub-campos.

Por sua vez, um Estado ancorado nos preceitos legais e administrativos (Figura 3c) terá como resultado uma organização norteada pelo esmero e dedicação nos instrumentos jurídicos, administrativos, orçamentários e financeiros, e que por esse motivo, não dê conta de justificar a sua existência e finalidade, que é, *a priori*, o esporte e a sociedade.

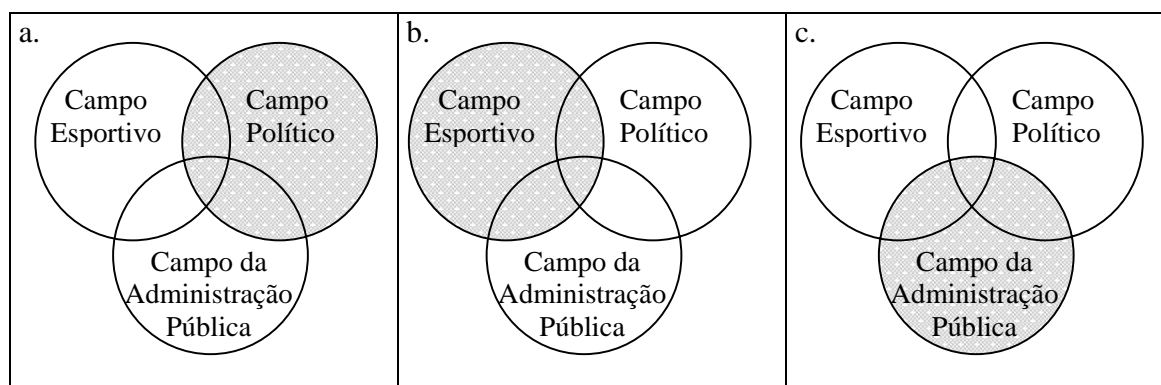


FIGURA 3 – Concentração de potencial de poder relativo, dando sentido e direção às escolhas públicas.

Outra possibilidade que temos, em relação ao entrelaçamento dos campos articulando decisões, é a combinação de decisões como resultantes da força da soma vetorial dois campos unidos, travando lutas decisórias em torno de interesses próprios igualmente resultantes desse alinhamento. Assim, poderíamos ter escolhas tomadas a partir da união do campo esportivo com o campo político, do campo esportivo com o campo da administração pública, ou do campo político com o campo da administração pública, que trariam consigo características próprias desses campos, compondo novas características na execução das ações dos governos.

Nesse aspecto, notamos ainda a possibilidade de atuação de forças externas inerentes a articulação com outros campos, além dos três que estamos tratando. Para melhor

exemplificar essa possibilidade, recordamos o impacto das decisões intrínsecas ao campo da arquitetura e urbanismo observado na gestão do Governador Jaime Lerner.

Além dos entrelaçamentos possíveis, devemos considerar que as escolhas feitas por parte dos agentes públicos dos estratos decisórios nas estruturas governamentais podem se dar tendo como referência dois tipos de propósitos: notadamente públicos e focados na sociedade, ou próprios, centrados em interesses ou entendimento particulares acerca do esporte e lazer.

Ao mencionarmos os interesses particulares como motivadores das escolhas governamentais, nos referimos à falta de subsídios científicos que fundamentem as decisões, constatados por exemplo, pelo fato de que não obstante as mudanças resultantes dos processos eleitorais próprios do regime democrático, observamos que permaneceu relativamente inalterado o comportamento dos governos na busca pela compreensão sobre o valor atribuído ao esporte pelos usuários dos serviços esportivos. Essa nos parece ser uma informação fundamental ao processo de tomada de decisões na formulação e implantação das políticas públicas para o esporte. E nesse aspecto podemos concluir também que tão somente a mudança dos agentes nem sempre é capaz de mudar as estruturas e a lógica própria do funcionamento das organizações governamentais.

Outra possibilidade é a opção pela omissão, que não deixa de ser um tipo de escolha que possa ser tomada por parte dos agentes governamentais.

Seguindo essa linha de raciocínio, nos parece que a sintonia e o alinhamento entre os agentes dos três campos: político, esportivo e da administração pública, é o modelo que pode apresentar, como resultante, os maiores benefícios para os agentes e estruturas de cada um dos campos, para a sociedade e consequentemente para os cidadãos.

Portanto, com base na análise da história recente da intervenção governamental no esporte paranaense, reafirmamos que o Estado do Paraná vem construindo um modelo de desenvolvimento esportivo que sustenta a nossa hipótese, não como culpa exclusiva de alguém ou de algum grupo em particular, mas como resultado do entrelaçamento dos campos na sucessão dos anos, que vem contribuindo no sentido de dificultar a existência de um modelo próprio do Estado, como referência transversal ao longo do tempo.

A falta dessa referência tem contribuído para o fortalecimento de características como o formalismo, o personalismo, o oportunismo político, o tradicionalismo, o clientelismo, e o simbolismo, conforme podemos verificar:

- o excesso de formalismo, identificado pelos diversos diagnósticos, planos, programas, projetos, cartas e tudo mais que possa ter sido formalizado, onde a formalização vem antes da coesão e articulação consistente dos diversos agentes do campo;
- o personalismo nos diagnósticos, nos planos construídos e nos projetos propostos, não raras vezes capazes de descredenciar qualquer sinal de um passado próximo;
- o oportunismo político marcado por conquistas de poder objetivadas pela conquista de mais poder;
- o império do tradicionalismo, num campo marcado por mudanças de prática, de consumo, de comportamento e de estilo. Não obstante tantas novidades, os tradicionais Jogos Abertos, Jogos Escolares do Paraná, e os não tão tradicionais assim, Jogos da Juventude e projetos de Verão, representam investimentos transversais do Estado com o passar das gestões. É a política do continuísmo em detrimento à continuidade das ações;
- o clientelismo, assegurado pela forte presença do Estado como tutor e mantenedor do sistema, mas não como parte desse mesmo sistema. Um Estado protetor que pouco protege;
- o simbolismo próprio do esporte, seja garantindo interesses corporativos, seja projetando-se na sociedade, construindo grandes estruturas, realizando eventos ou utilizando os atletas-destaque como verdadeiras âncoras na institucionalização de marcas ou serviços prestados pelo governo, simbolizando a importância política do esporte;

A impressão que fica, é a de que o Estado tem atuado no interior de um labirinto, onde as saídas precisam ainda ser descobertas, e que invariavelmente os governos têm percorrido diferentes trajetos, mas que têm levado a um mesmo lugar ou muito próximo dele, ainda que circunstancialmente tenham sido indicadas algumas possibilidades de saída.

São todas essas considerações que nos permitem perceber e interpretar, ao dirigir nosso olhar às organizações governamentais, que o processo de escolhas na formulação e execução das políticas públicas é também resultado do entrelaçamento e ajustamento dos seguintes aspectos:

- da configuração temporária e interdependência dos agentes pela movimentação e articulação individual e dos grupos que compõem os estratos das burocracias estudadas;
- do bom senso e do respeito à sociedade por parte dos governantes eleitos, como chefes do executivo ou daqueles que gozam de privilégios decorrentes da sua aproximação com o próprio governante, e que tem o poder de indicar quem serão os beneficiários em dividir o poder e o mandato temporário, legitimado pelo voto dos cidadãos, ao compor o quadro da burocracia política ou diretiva;
- da prevalência do *ethos* do serviço público pelos agentes que compõem o grupo da burocracia técnica ou profissional sobre quaisquer outros interesses, pautados igualmente no bom senso e respeito à sociedade e seus cidadãos;
- pela constante busca do conhecimento, por parte dos agentes que atuam nos governos ou daqueles que mantém alguma interface com as estruturas e agentes governamentais, sobre a mecânica de funcionamento da máquina administrativa, seja nos aspectos visíveis ou nos mecanismos ocultos do poder;
- da composição político-partidária decorrente do período que antecede as eleições, por conta das campanhas eleitorais, que pode privilegiar, no momento do loteamento de cargos, determinados grupos ou pessoas aos pontos de decisão e de ordenamento das despesas;
- da relação entre os membros dos estratos decisórios do poder executivo e do poder legislativo, especialmente influentes nas decisões orçamentárias e outras deliberações legislativas;
- da participação (e pressão) ou omissão dos grupos representativos da sociedade no campo esportivo, definindo os destinos institucionais do próprio campo;
- do *habitus* dos estratos sociais internos, e dos grupos externos com interface nos governos, representados pelas pessoas que os comandam e os compõem;
- do *modus operandi* das organizações governamentais, entendido em relação aos fluxos, procedimentos, processos e organização interna das estruturas e suas instituições;

- da compatibilidade entre o que se executa e as promessas anteriores, feitas nas campanhas eleitorais, o que representaria neste caso uma política de atuação pautada no compromisso público entre governo e aqueles que legitimaram e delegaram poderes em seu nome, ou seja, a maior parcela dos cidadãos-eleitores;

O pacto em torno de uma articulação integrada, de forma consciente, nos níveis e esferas decisórias das estruturas governamentais, com a função de nortear procedimentos e estratégias que assegurem o desenvolvimento que se deseja, ainda que com base na divergência ou conflito de idéias, mas sempre garantido pela convergência de esforços, é condição primária e fundamental para que as intervenções governamentais tenham com clareza os seus princípios de atuação, o ponto de partida, o sentido, a direção, o caminho e o ponto de chegada, para cada uma das escolhas feitas.

Nos parece que o grande desafio dos governos em relação ao esporte se dá no enfrentamento aos reais problemas que afligem a sociedade em geral, e o campo esportivo em particular, através de escolhas objetivadas nos fatos geradores desses problemas, traduzidas em decisões coerentes e dirigidas à superação dos obstáculos criados pelas teias que paralisam as estruturas governamentais.

As utopias do futuro somente deixarão de ser utopias se o futuro se realizar no presente. É agora que as decisões sobre o que está por vir precisam ser tomadas. As gerações atuais não podem ter obstruída a caminhada na busca pela concretização dos seus sonhos de felicidade, por conta de ter que esperar o Estado tomar as suas decisões.

Ao procurarmos compreender todo o entrelaçamento, a lógica de funcionamento e o ajustamento das tensões, das forças e da sua ordem, chegamos até aqui por meio daquilo que deveria ser, no nosso entendimento, a principal motivação dos governos: as paixões individuais como projetos singulares de felicidade e como condições únicas da vida de cada pessoa, mas numa vida em coletividade.

Concluimos afirmando que, muito além de termos nos aventurado em dar conta de responder perguntas, levantar dúvidas, analisar teorias e com base nelas, interpretar fatos, procuramos prestar uma contribuição para que as futuras políticas públicas para o esporte, lazer, atividade física e saúde no estado do Paraná possam, com base nos conhecimentos das ciências sociais aplicadas, de maneira sistematizada, colocar o esporte e a sociedade paranaense em merecido lugar de qualquer pódio esportivo e social, entendendo que reduzir

Ms. Dilson José de Quadros Martins

dúvidas e incertezas pela procura do equilíbrio das tensões entre as intenções do agente político e as demandas sociais, requer atenção às minúcias, razão pela qual reconhecemos que esse trabalho não se encerra, e deixa ainda em aberto um vasto e rico campo de investigação.

REFERÊNCIAS

BENSON, J.K. **Les organisations: un point de vue dialectique**, in SÉGUIN, F. et CHANLAT, J.F. *L'analyse des organisations une anthologie sociologique*. Tome I : Les théories des organisations. Montréal: Gaëtan Morin, 1983 - Tradução livre por Carolina Andion e Maurício Serva.

BETTI, M. **Educação física, esporte e cidadania: Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis : UFSC, v.20, nº 2 e 3, 1999.

BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo?** in : *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O que falar quer dizer**. in : *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Programa para uma sociologia do esporte**. in : *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas-SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas-SP: Papirus, 1996.

BRASIL. **Lei 8.672/1993**.

BRASIL. **Lei 9.615/1998**.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.193-06/2001**.

BUCCI, E. **Ciclo de conferências “Muito Além do Espetáculo”**, Curitiba-Pr, Teatro do Sesc da Esquina - palestra proferida em 28 de agosto de 2003.

CASTOR, B.V. **A metalinguagem de Cafu**, Jornal Gazeta do Povo, p.12 – Opinião.

CASTOR, B.V. **O Brasil não é para amadores: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho**. Curitiba, Pr:EBEL:IBQP-PR,2000.

CRISTAN, M. **Políticas de esporte: uma metodologia de estudo**. in : *Esporte: história e sociedade* / Marcelo Weishaupt Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs.). – Campinas,SP:autores associados, 2002.

CUNHA, A.S.M. **As transformações na sociedade contemporânea e os desafios da administração pública: notas para reflexão**. Brasília,DF: EBAP/FGV,1985.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999.

ESTADO DO PARANÁ, Assembléia Constituinte Estadual : Constituição do Estado do Paraná, 1989.

GALLAHUE, D.L. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo, SP: Porte, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Ata da Assembléia Geral de Constituição** – “Universidade Livre do Esporte do Paraná”, registro de títulos e documentos, - 4º ofício – pessoas jurídicas, Curitiba-Pr, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Planejamento Estratégico**, Construindo o Futuro da Paraná Esporte, governo Roberto Requião, Paranaguá-Pr, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, Plano de Gestão, **Secretaria de Estado do Esporte e Turismo**, editado no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, **Secretaria de Estado do Esporte e Turismo**, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, Política Estadual de Esportes, **Secretaria Especial do Esporte e Fundação de Esportes do Paraná**, editada no governo Álvaro Dias, Curitiba-Pr, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Fundação de Esportes do Paraná** - Relatório de Atividades - 1988, Diretoria Técnica, Curitiba-Pr, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Fundação de Esportes e Turismo do Paraná** - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria Técnica, Curitiba-Pr, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Secretaria Especial do Esporte e Turismo, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná** - Do projeto ao Patrocínio.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Secretaria Especial do Esporte e Turismo, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná** - Esporte: estratégia e alternativa para o Marketing das Empresas.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Fundação de Esportes e Turismo do Paraná** - Relatório de Atividades – 1987-1991, Diretoria Técnica, Curitiba-Pr, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, Relatório da oficina de planejamento, **Secretaria de Estado do Esporte e Turismo**, editada no governo Jaime Lerner, Curitiba-Pr, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Paraná Esporte** - Parceria Esportiva, Manual de Orientação, Curitiba-Pr, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Fundepar, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo e Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família** - Material gráfico publicitário de divulgação da Vila Olímpica do Paraná, Curitiba-Pr, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Paraná Esporte** - agenda oficial 1996, Curitiba-Pr, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Paraná Esporte** - agenda oficial 1997, Curitiba-Pr, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Paraná Esporte** – Projeto Navegar, 1999.

http://www.cob.org.br/site/sobre_cob/lei_piva.asp, consulta feita em 20 de abril de 2004.

<http://www.gazetaesportiva.net/idolos/basquete/hortência/rainha.htm>, consulta feita em 20 de abril de 2004.

<http://www.pr.gov.br/ecoparana>, consulta feita em 20 de abril de 2004.

<http://www.pr.gov.br/seed/universi.html>, consulta feita em 20 de abril de 2004.

<http://www.terceirosetor.org.br>, consulta feita em setembro de 2003.

JORNAL GAZETA DO POVO, **Caderno de Esportes**, Curitiba-PR, quinta-feira, dia 5 de junho de 2003.

JORNAL GAZETA DO POVO, **Caderno de Esportes**, Curitiba-PR, sexta-feira, 2 de março de 2001, p.5.

JORNAL GAZETA DO POVO, **Opinião**, Curitiba-Pr, domingo, 20 de junho de 2004, p.14.

LOURENÇO, G.M. **A economia Paranaense nos anos 90 : um modelo de interpretação** - Curitiba, Pr : Ed. do Autor, 2000.

MACEDO M.M., VIEIRA, V.F. e MEINERS, W.E.M.A. **Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994.

MANHÃES, E. D. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP : [s.n.], 2001.

MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. São Paulo : Atlas, 1986.

MEDINA, J.P.S. **A Educação Física cuida do corpo e ... “mente”** - Campinas:Papirus, 1993.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**, 18ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emanuel Burle Filho,Brasil,SP : Malheiros, 1990.

MENDRAS, H. **Princípios de Sociologia** – Rio de Janeiro, RJ : Zahar Editores,1978.

MEZZADRI, F.M.. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP : [s.n.], 2000.

MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS (EPT), **campanha TRIMM e campanha Mexa-se**. Rede Nacional de Esporte para Todos, Centro de Difusão, Brasília,DF:MEC, 1983.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, 2ª ed.

PRONI, M.W. **Brohm e a organização capitalista do esporte**. In Proni, M. & Lucena, R. Esporte história e sociedade. Campinas-SP : Autores Associados, 2002.

PRONI, M.W. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: 1998.

RAWS, J. **Uma Teoria da Justiça** : tradução Almiro Pisetta e Lenita M.R.Esteves – São Paulo:Martins Fontes, 1997.

REVISTA DO CREF9/Pr, **Eleições**. Curitiba,Pr - ano 1, nº 9 – setembro/outubro, 2002.

REVISTA DO CREF9/Pr, **Eleições**. Curitiba,Pr - ano 1, nº 10 – novembro/dezembro, 2002.

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.82 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1994.

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.84 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1995.

SAUERBRONN, J.F. & AYROSA, E.A.T. **Sonhos olímpicos de uma noite de verão: uma investigação sobre valores de consumo no esporte.** in : XXVI Encontro da ANPAD - ENANPAD, Salvador-Brasil, 2002.

SCHEMBERGER, M.A. **Jogos Mundiais da Natureza: o Atleta, o Aluno e Moradores na Costa Oeste do Paraná**, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba-SP:2003.

SILVA, J.B. **Entenda o Projeto Pelé**/João Bosco da Silva, Paulo Marcos Schmitt - Londrina-Pr : Lido, 1997.

URBAN, M.L.P. **Dilemas da Economia Paranaense**, in : Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – n.84 - Curitiba, Pr : IPARDES, 1995.

ANEXOS

- ANEXO I - GRUPOS DE CIDADES E RESPECTIVOS TÉCNICOS QUE PRESTARAM ASSESSORIA TÉCNICA E POLÍTICA**
- ANEXO II - CALENDÁRIO DOS SEMINÁRIOS ANUAL DE PLANEJAMENTO**
- ANEXO III - A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E O ESPORTE**
- ANEXO IV - CENTRO REGIONAL DE ESPORTES – AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO ANO DE FUNCIONAMENTO**
- ANEXO V - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS**
- ANEXO VI - INFORMAÇÃO AOS ENTREVISTADOS SOBRE OS PASSOS DA ENTREVISTA**
- ANEXO VII - PERGUNTAS PRINCIPAIS NAS ENTREVISTAS**
- ANEXO VIII - ENTREVISTA COM OS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – ELEIÇÕES 2002**
- ANEXO IX - TEXTO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS QUE FAZEM PARTE DO NÚCLEO CENTRAL DA PESQUISA**

Ms. Dilson José de Quadros Martins

**ANEXO I - GRUPOS DE CIDADES E RESPECTIVOS TÉCNICOS QUE
PRESTARAM ASSESSORIA TÉCNICA E POLÍTICA**

Municípios com mais de 50.000 habitantes

Luiz Fernando Cordeiro (oito municípios)

- Paranaguá, Piraquara, São José dos Pinhás, Curitiba, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo e Araucária.

Nelson Rodrigues (oito municípios)

- Ponta Grossa, Castro, Telêmaco Borba, Ortigueira, Ivaiporã, Pitanga, Guarapuava e Pinhão.

Paulo Gomes (nove municípios)

- Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Foz do Iguaçu.

Claus Fuchs (nove municípios)

- Goio-erê, Campo Mourão, Umuarama, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Arapongas, Cambé e Londrina.

Municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes

Eduardo Galeb Junior (15 municípios)

- Rio Negro, Mandirituba, Rio Branco do Sul, Lapa, Palmeira, São Mateus do Sul, União da Vitória, Irati, Imbituva, Prudentópolis, Reserva, Tibagi, Piraí do Sul, Ibaiti e Wenceslau Brás.

Lydia Scheremetta (15 municípios)

- Palmas, Clevelândia, Manguaçu, Coronel Vivida, Chopinzinho, Matelândia, Santo Antônio do Sudoeste, Realeza, Planalto, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Medianeira e São Miguel do Iguaçu.

Ms. Dilson José de Quadros Martins

José Alberto de Campos (14 municípios)

- Santa Helena, Corbélia, Campina da Lagoa, Ubatã, Nova Aurora, Formosa do Oeste, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Altônia, Iporã, Alto Piquiri, Pérola e Moreira Sales.

Cícero Galeto Ramos (14 municípios)

- Cruzeiro do Oeste, Cianorte, Barbosa Ferraz, São João do Ivaí, Jardim Alegre, Grandes Rios, Iretama, Faxinal, Palmital, Cantagalo, Guaraniasçu, Sarandi, Marialva e Mandaguari.

Romana A de Alexandre (14 municípios)

- Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, Santo Antônio da Platina, Cornélio Procópio, Assaí, Ibiporã, Rolândia, Porecatu, Astorga, Colorado, Nova Esperança, Loanda e Santa Isabel do Ivaí.

Municípios com até 20.000 habitantes

Cristiano Barros Homem d'El Rei (14 municípios)

- Guaratuba, Matinhos, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Tijucas do Sul, Agudos do Sul, Piên, Quatro Barras, Quitandinha, Contenda, Balsa Nova, Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul.

Francisco Paulo Trautwein (14 municípios)

- Adrianópolis, Cerro Azul, Jaguariaíva, Sengés, Arapoti, São José da Boa Vista, Santana do Itararé, Salto do Itararé, Carlópolis, Tomazina, Pinhalão, Japira, Jaboti e Siqueira Campos.

Silvia Julia Motta Carvalho Lamastra (14 municípios)

- Quatiguá, Joaquim Távora, Guapirama, Conselheiro Mairinck, Jundiá do Sul, Ribeirão do Pinhal, Abatiá, Santa Amélia, Ribeirão Claro, Santa Mariana, Barra do Jacaré, Andirá, Itambaracá e Nova Fátima.

Ms. Dilson José de Quadros Martins

Maria Teresa Nóbrega Pereira (14 municípios)

- Curiúva, Sapopema, Figueira, São Jerônimo da Serra, Congonhinhas, Santo Antônio do Paraíso, Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira, Nova América da Colina, Uraí, Sertaneja, Leopólis, Jataizinho e Rancho Alegre.

Dilson José de Quadros Martins (14 municípios)

- Sertanópolis, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Sabáudia, Jaguapitã, Guaraci, Mirassol, Florestópolis, Centenário do Sul, Lupionópolis, Iguaçu, Munhoz de Mello e Santa Fé.

Áurea Ramos (14 municípios)

- Flórida, Lobato, Nossa Senhora das Graças, Cafeira, Santo Inácio, Santa Inês, Itaguajé, Jardim Olinda, Paranapoema, Inajá, Santo Antônio do Caiuá, Paranaíba, São João do Caiuá e Cruzeiro do Sul.

Jacqueline Albergue Ribas (14 municípios)

- Califórnia, Cambira, Marilândia do Sul, Rio Bom, Morumbi, Kaloré, Jandaia do Sul, Borrazópolis, Rosário do Ivaí, Manoel Ribas, Lunardelli, Cândido de Abreu, São Pedro do Ivaí e Bom Sucesso.

Julio Cesar Bassan (14 municípios)

- Campo do Tenente, Porto Amazonas, Antônio Olinto, São João do Triunfo, Teixeira Soares, Ipiranga, Ivaí, Rebouças, Inácio Martins, Turvo, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin e Paula Freitas.

Francisco Paulo Trautwein (14 municípios)

- Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro, Mariópolis, Vitorino, Renascença, Marmeleiro, Salgado Filho, Verê, Itapejara D'Oeste, São João, Sede Sulina e São Jorge do Oeste.

Ms. Dilson José de Quadros Martins

Júlio Cesar Bassan (14 municípios)

- Barracão, Pranchita, Ampére, Enéas Marques, Pérola d'Oeste, Santa Isabel d'Oeste, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Catanduvas, Santa Terezinha do Itaipu, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste e Missal.

Silvia Julia Motta Carvalho Lamastra (14 municípios)

- Campo Bonito, São José das Palmeiras, Braganey, Nova Santa Rosa, Tupãssi, Cafelândia, Altamira do Paraná, Nova Cantu, Roncador, Mamborê, Juranda, Boas Esperança, Jesuítas e Janiópolis.

Dilson José de Quadros Martins (14 municípios)

- Doutor Camargo, Paçandu, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Mandaguaçu, Floraí, São Carlos do Ivaí, Paraíso do Norte, Nova Aliança do Ivaí, Tamboara, Alto Paraná, Uniflor, Atalaia e Presidente Castelo Branco.

Áurea Ramos (14 municípios)

- Francisco Alves, São Jorge do Patrocínio, Xambrê, Mariluz, Tuneiras do Oeste, Tapejara, Maria Helena, Nova Olímpia, Indianópolis, Cidade Gaúcha, Rondon, Tapira, Guaporema, Mirador.

Jacqueline Alberge Ribas (14 municípios)

- Icaraíma, Douradina, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Planaltina do Paraná, Amaporã, Guairacá, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Marilena, Nova Londrina, Itaúna do Sul, Terra Rica e Diamante do Norte.

Ms. Dilson José de Quadros Martins

ANEXO II - CALENDÁRIO DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO - 1989

Nº	Cidade	Data	Período	Coordenadores	Nº Municípios Presentes
01	Jacarezinho	20.11.89	Manhã	Thyrso/Paulo Gomes	11
02	Cornélio Procópio	20.11.89	Tarde	Julio/Paulo Gomes	09
03	Londrina	21.11.89	Manhã	Silvia/Paulo Gomes	15
04	Arapongas	21.11.89	Tarde	Richarde/Paulo Gomes	15
05	Paranavaí	22.11.89	Tarde	Manoel/Cícero	08
06	Umuarama	23.11.89	Manhã	Agnaldo/Lydia	12
07	Campo Mourão	23.11.89	Tarde	Cícero	19
08	Cascavel	24.11.89	Manhã	Lydia	18
09	Ponta Grossa	28.11.89	Manhã	Lester/Cordeiro	16
10	Cândido Rondon	24.11.89	Tarde	Vitor/Lydia	15
11	Paranaguá	29.11.89	Manhã	Luiz/Cordeiro	15
12	Guarapuava	27.11.89	Tarde	Dilson/Cordeiro	16
13	Maringá	22.11.89	Manhã	Cristiano/Cícero	16
Total de Municípios Presentes = 185					

ANEXO III - A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E O ESPORTE

Título VI

DA ORDEM SOCIAL

Capítulo I

DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar de proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Capítulo II

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção III

Do Desporto

Art. 197 – É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:

I – autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;

II – destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III – o incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

IV – criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

Ms. Dilson José de Quadros Martins

V – estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;

VI – tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

VII – equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Art. 198 – Caberá ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

Art. 199. O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

ANEXO IV - CENTRO REGIONAL DE ESPORTES – AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO ANO DE FUNCIONAMENTO

Conclusões levantadas a partir da análise de questionário distribuído pela Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, em 1989, objetivando avaliar o primeiro ano de funcionamento dos Centros Regionais.

“4.13.1. - Baseados nos dados estatísticos levantados, concluímos que a ação do Centro Regional de Esporte em sido satisfatória no que se refere ao fornecimento de informações aos municípios.

4.13.2. - A criação do Centro Regional de Esporte, de acordo com o levantamento estatístico, interferiu positivamente na organização da Educação Física e do Esporte dos municípios entrevistados.

4.13.3. – Foram heterogêneas as opiniões referentes a ação Centro Regional de Esporte quanto à unidade da comunidade esportiva diante de um mesmo ideal. Destacando-se desse modo, a análise de cada Centro Regional de Esporte individualmente.

4.13.4. – Quanto à reciclagem dos profissionais de Educação Física, notou-se uma preocupação bastante acentuada, pois, segundo os dados estatísticos, os Centros Regionais de esportes não tem dado muita atenção a esse item.

4.13.5. – De acordo com a maioria dos municípios entrevistados, a existência dos Centros Regionais de Esportes pouco tem sido notada pela população em geral não ligada ao Esporte.

4.13.6. – Mesmo considerando que os Centros Regionais de Esportes são coordenados por profissionais distintos, pode-se traçar uma análise geral de seus desempenhos. Em sua maioria foram considerados profissionais muito competentes, assíduos, responsáveis de bom relacionamento com os professores de Educação Física e dedicados a causas do Esporte Paranaense. (idem 2.2, 2.3, 2.4).

4.13.7. – Tendo em consideração a heterogeneidade nas respostas no que se refere à relação CRE/Meios de Comunicação e outros órgãos, concluímos que isso se deve a atuação individual de cada Coordenador junto a essas instituições; ficando, desse modo, uns com melhor desempenho que os outros.

4.13.8. – Segundo os Gráficos, a exceção dos municípios pertencentes a região de Arapongas, todos se consideram profissionais participantes.

4.13.9. – Ficou claro que, segundo a Pesquisa, a grande maioria dos municípios é consciente dos objetivos dos Centros Regionais de Esportes, ficando em dúvida os municípios pertencentes as regiões d Arapongas e Marechal Cândido Rondon.

4.13.10. – Com exceção dos municípios pertencentes as regiões de Arapongas e Marechal Cândido Rondon, todos os demais municípios consideram-se estimulados com a criação dos Centros Regionais.

4.13.11. – De acordo com o Levantamento Estatístico, a permanência dos Centros Regionais de Esportes e consequentemente dos profissionais responsáveis por suas coordenações é de considerável importância para o interior do Estado (idem 4.2)

4.13.12. – A relação dos Centros Regionais de Esportes e os municípios pertencentes a cada região é tida como boa, segundo as estatísticas.

4.13.13. – A maioria dos municípios pertencentes a cada região avaliada considerou desnecessária a substituição dos Coordenadores dos Centros Regionais de Esportes, com exceção das regiões de Arapongas e Marechal Cândido Rondon.

ANEXO V - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS

Como estudante de mestrado em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade Federal do Paraná, com ênfase na linha de pesquisa de História e Sociologia do Esporte (orientando do Professor Doutor Wanderley Marchi Jr.) estou conduzindo o estudo intitulado

O PROCESSO DECISÓRIO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DO ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ.

A problemática central desta investigação é compreender como tem se dado o processo de tomada de decisões na formulação e implantação das políticas públicas para o esporte e lazer no Estado do Paraná, procurando estabelecer uma relação mais próxima com o papel desempenhado pelo governo estadual em relação ao tema.

Estão sendo inventariadas as propostas governamentais e os seus conteúdos, entre os anos de 1987 e 2004, objetivando a construção de uma espécie de “mapa” que possibilite a visualização do fluxo e do desdobramento de determinados fatos sociais relativos ao tema no tempo e no espaço delimitados, sempre concentrando a atenção no papel do Estado.

A opção por entrevistá-lo(a) partiu do levantamento que fiz em relação às pessoas que já prestaram significativas contribuições ao desenvolvimento esportivo do Paraná e que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado.

Ms. Dilson José de Quadros Martins

ANEXO VI – INFORMAÇÃO AOS ENTREVISTADOS SOBRE OS PASSOS DA ENTREVISTA

Algumas questões foram formuladas com o propósito de dar início à conversa, ficando aberta a possibilidade de alguma complementação que seja necessária.

Objetivando facilitar a coleta de informações e otimizar o tempo disponibilizado tenho a intenção de GRAVAR a entrevista para posteriormente digitar o conteúdo e utilizá-lo na medida do necessário, para o que solicito a sua AUTORIZAÇÃO.

Havendo interesse pessoal os dados poderão ser transcritos e relatados confidencialmente (sem citar e identificar a fonte da informação). Da mesma forma, caso você não se sinta a vontade para responder qualquer pergunta, seu desejo será respeitado.

Lembrando que a finalidade da entrevista é única e exclusivamente acadêmica, antecipadamente agradeço a dedicação do seu tempo e a disposição em colaborar.

Sinceramente,

Dilson Martins

Mestrando UFPr

(0xx41) 222-3916 / 9977-3510

dilsonmartins@pres.pr.gov.br

ANEXO VII -PERGUNTAS PRINCIPAIS NAS ENTREVISTAS

1. Quando se fala em política pública para o esporte e lazer, o que vem à sua cabeça ?
2. Qual é na sua opinião o papel de um governo estadual em relação ao esporte e lazer ?
3. Qual tem sido a participação governamental no desenvolvimento esportivo estadual ?
4. Você tem algum conhecimento sobre “de que maneira” são formuladas as políticas de governo ?
5. Há, na sua opinião a relação entre esporte e política ? Qual ?
6. Qual é na sua opinião o pensamento dos políticos em relação ao esporte e lazer ?
7. Na sua opinião com base em que são tomadas as decisões políticas para o esporte e lazer ?
8. Com relação a oportunidades o que poderíamos dizer sobre as diversas modalidades esportivas, as diferenças entre os mais diversos municípios e os interesses dos cidadãos em relação ao esporte e lazer?
9. Com relação à burocracia governamental e a gestão de políticas de governo para o esporte e lazer, alguma consideração ?
10. Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ?
11. E com relação à prática de governo propriamente dito, na sua opinião, de maneira geral os dirigentes políticos tem conhecimento da “prática do governo” ?
12. Uma breve incursão nas ciências políticas das sociedades democráticas contemporâneas nos revela ações desencadeadas a partir de três: o primeiro setor, que corresponde ao poder do governo; o segundo, representado pela livre iniciativa nas relações do mercado; e o terceiro setor, como fruto da sociedade civil organizada que gera bens e serviços de caráter público. Na sua opinião, o que isso teria a ver com uma política de governo para o esporte e lazer ?
13. Das políticas de governo de estado que tem sido escritas, formuladas, implantadas e executadas, teria alguma consideração a fazer ?

ANEXO VIII – ENTREVISTA COM OS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – ELEIÇÕES 2002
(Revista do Cref9/Pr, Setembro/Outubro 2002 – pp.10 e 11.)

Eleições

As propostas dos candidatos ao Governo do Estado na área de Educação Física

A direção do CREF9/PR enviou aos principais candidatos ao Palácio Iguaçu um questionário com três perguntas sobre temas de interesse dos profissionais de Educação Física. Os candidatos Alvaro Dias, Beto Richa, Roberto Requião e Rubens Bueno apresentaram suas respostas. Padre Roque Zimmerman não respondeu. Conheça o pensamento dos candidatos.

A Profissão de Educação Física foi regulamentada pela Lei Federal nº 9696 de 1º de setembro de 1998, que criou o Conselho Federal de Educação Física – CONFEF e os Conselhos Regionais de Educação Física – CREFs, que exercem a função de conselhos de Fiscalização Profissional. Como candidato ao Governo do Estado do Paraná, como Vossa Senhoria julga a importância dessa regulamentação para o nosso Estado ?

Alvaro Dias: Sempre demonstrei preocupação com a importância do profissional de Educação Física nas questões relacionadas ao esporte, atividade física, exercício e saúde, quando, no período de 1987 a 1990, recomendamos a criação de órgãos esportivos municipais sob a gestão e/ou supervisão de professores de Educação Física. Outro aspecto a considerar foi a criação da Secretaria Especial de Esportes do Paraná, tendo à frente das ações técnicas profissional com formação na área de reconhecido saber, coordenando equipe de técnicos desportivos (professores) composta em nossa gestão. A própria política de esportes, inédita naquele momento já valorizava o dirigente, o especialista e o conhecimento científico, filosófico e político. Assim, considero que a criação do Conselho dá sustentação às propostas que tenho como intenção implantar durante a gestão. A capacitação dos profissionais, a responsabilidade e a integração favorecem e contribuem de forma significativa à prestação dos serviços no setor de esportes, lazer, atividade física e saúde condicionados à qualidade e produtividade. A valorização da atuação dos

Ms. Dilson José de Quadros Martins

profissionais que trabalham com o esporte, nos diferentes níveis, da escola à terceira (melhor) idade, das quadras esportivas aos parques e praças públicas, é condição essencial à conquista dos bons resultados que pretendo alcançar no setor. Outrossim, relevante é considerar que todas as ações para o setor terão critérios claramente definidos, com a efetiva participação da comunidade na discussão das propostas, entre as quais antecipamos que a indicação de profissional habilitado respondendo tecnicamente respondendo pela ação é condição prioritária.

Beto Richa: É de direito de todos e de fato por isso propomos a Secretaria de Esporte, Lazer e Atividade Física, para cada vez mais valorizar o profissional da área. Na nossa gestão queremos contemplar a proposta feita pelo Conselho.

Roberto Requião: O Conselho Federal de Educação Física é uma entidade de classe importante para regularizar, orientar e fiscalizar as ações dos profissionais de Educação Física, nas academias, clubes esportivos e demais espaços nos quais os profissionais da área estão inseridos.

Rubens Bueno: Essa regulamentação da profissão de professor de Educação Física é o reconhecimento institucional do trabalhador em Educação Física. Como muitas das profissões, é necessário que as entidades representativas da classe exerçam permanentemente pressões para que a regulamentação se adapte às mudanças e evoluções que as atividades profissionais exigem, e assim o arcabouço legal acompanhe essa evolução. Nosso Estado, através de seu sistema estadual de Educação, não dá a devida importância à Educação Física como mecanismo de desenvolvimento pessoal e como instrumento pedagógico importante para a formação do ser integral, com cérebro, mente e corpo ativos e componentes desse ser.

A Lei Federal nº 10328, de 12 de dezembro de 2001, estabelece que: “A Educação Física, integrada a proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e as condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.” No programa de governo de Vossa Senhoria nas áreas da

Ms. Dilson José de Quadros Martins

educação, da saúde e da formação da cidadania, como a Educação Física será desenvolvida em sua prática ?

Alvaro Dias: Temos como prioridade em nosso programa de governo as áreas indicadas, e consideramos que a Educação Física, o esporte e o lazer têm grandes contribuições para o alcance dos objetivos propostos para estas áreas: formação integral do cidadão paranaense tendo seu início na escola, a melhoria da qualidade de vida, a assimilação dos conceitos da educação, entre outros, com responsabilidade, e tendo sempre o cuidado de ter à frente dos trabalhos diferenciados, específicos a cada clientela, profissionais devidamente capacitados no desenvolvimento de cada uma das atividades a serem desenvolvidas. Aos escolares, ainda, garantir a prática da educação física como currículo básico e obrigatório, reforçando, pela capacitação dos professores de educação física, o desenvolvimento de atividades que contemplem os alunos-atletas e os alunos não-atletas, priorizando pelos conteúdos propostos o desenvolvimento de uma cultura esportiva.

Beto Richa: Com o retorno dos Jogos Escolares e o estreitamento das parcerias com as Universidades. Iremos fomentar as práticas esportivas de lazer e atividade física para a promoção de saúde e melhoria da qualidade de vida dos paranaenses.

Roberto Requião: A Educação Física, como prática da cultura corporal, deve ser inserida com qualidade no ensino fundamental e médio, tanto no diurno quanto no noturno. A Educação Física deve ser compreendida, também como instrumento de educação integral das crianças, dos adolescentes e das pessoas portadoras de necessidades especiais. Para tanto, as ações desta área de conhecimento devem focalizar os aspectos sociais, culturais e noções de saúde e da cidadania. Construirei, através do esporte e em conjunto com as demais áreas do conhecimento, ações pedagógicas na escola que possam minimizar atos de violência em nossa sociedade e auxiliar na prevenção das drogas. Portanto, darei destaque à Educação Física no ensino formal e resgatarei a sua importância dentro do sistema escolar. Mais especificamente no ensino noturno, criando dentro das condições dos estabelecimentos, ofertarei aos estudantes a prática da Educação Física, como um dos elementos fundamentais do ensino

Rubens Bueno: Em nosso programa de Educação consideramos a inserção da Educação Física como importante componente pedagógico na formação do aluno do ensino fundamental. Nossa proposta prevê a equipagem das escolas, principalmente do ensino médio em diante, com infra-estrutura física e com recursos humanos capaz de cumprir integralmente a determinação legal.

A Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 27, item IV, diz que “Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda as seguintes diretrizes: (...) Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.” Como Vossa Senhoria em seu programa de governo estabelece as alternativas para o desenvolvimento da prática destas atividades voltadas ao atendimento da criança e do adolescente, dentro dos objetivos gerais e específicos do ensino fundamental e do ensino médio?

Alvaro Dias: A valorização da Educação Física e do Esporte na Escola, para o aluno-atleta e o aluno não-atleta, compreendendo a escola como o início e o núcleo principal do processo de alfabetização esportiva, através de projetos específicos voltados ao talento esportivo escolar (aulas especiais, Jogos Escolares do Paraná), propiciar ações comunitárias voltadas à otimização das áreas esportivas das escolas públicas do Estado como o centro da comunidade nos períodos ociosos, através de eventos esportivos comunitários, com o envolvimento daquele que consideramos o tripé de sustentação da comunidade escolar: APMs, alunos e funcionários, oportunizando o desenvolvimento de uma cultura esportiva, onde todos os cidadãos paranaenses tenham como necessário para toda vida a importância da prática de uma atividade física orientada. Objetivando uma melhoria na sua qualidade de vida,. E estimulando aqueles alunos-atletas que um dia estarão nas universidades, a continuidade de sua vida esportiva competitiva, a participar dos Jogos Universitários do Paraná, evento que significará o marco de uma nova geração de talentos esportivos.

Ms. Dilson José de Quadros Martins

Beto Richa: É através da Escola que crianças e adolescentes desenvolvem todas as suas potencialidades. Vamos incentivar o aprimoramento da sua motricidade através do esporte e atividades lúdicas.

Roberto Requião: Embora tradicionalmente o esporte tenha uma aproximação com o rendimento, com a performance física, com o desenvolvimento técnico e tático, devemos romper com esse conceito, e inserir a prática esportiva como um meio educacional do ensino fundamental e médio. Podendo assim auxiliar na formação do cidadão, na melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, bem como ajudar a coibir a violência urbana e distanciar as crianças e os adolescentes das drogas. Antes de enxergarmos um atleta, devemos compreendê-los como um aluno em formação. Devemos, então, ter como objetivo central a criação de uma cultura esportiva em nossa sociedade. Isso só será possível se propiciarmos um aumento significativo das atividades esportivas no interior das escolas, incluindo o maior número de crianças possível nas práticas esportivas e não apenas selecionando os melhores. Por fim, falarmos de esporte social atualmente e de inclusão social é falarmos de Educação. Entendemos que a prática esportiva para crianças e adolescentes deve ser realizada nas escolas.

Rubens Bueno: No capítulo referente às Ações Sociais, prevemos a construção de uma rede proteção e assistência mínima aos cidadãos paranaenses que carecem do amparo do Estado. Uma das causas da violência urbana está determinada na ausência do Estado em atividades formais de caráter social, deixando uma lacuna que, em muitos casos, é preenchida pelas organizações criminosas, que assim se entranham na tecitura social da comunidade. Deve-se levar em conta que a atividade da Educação Física precede a formação de atletas amadores e profissionais, sendo uma importante atividade econômica e que deverá ser estimulada como geradora de emprego e renda.

ANEXO IX – TEXTO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS QUE FAZEM PARTE DO NÚCLEO CENTRAL DA PESQUISA

Entrevista com a ex-Diretora de Lazer da Paraná Esporte, professora Yara Maria Küster, em Curitiba, no dia 05 de março de 2004.

Entrevistador pergunta - Há, na sua opinião a relação entre esporte e política ? Qual ?

Yara Küster responde - ... (parte perdida da entrevista) ... Tinha 110 associações do Paraná Esportiva. Do norte velho, norte novo, noroeste, sul, centro-oeste, tinha representante. No jantar aqui de lançamento o Stival foi e contou, e a japonesada vai de terno, e o compromisso é com o esporte e com a agricultura.

O Luiz Nishimori é apadrinhado do Antônio Ueno. E como antes eles tinham o Antônio Ueno, e agora eles não tem mais. Um deputado Federal que é evangélico que é aqui da capital e o Luiz no Estado, porque, por que eles sabem que sem a política eles não conseguem nada. Na parte da agricultura e do esporte, que é onde que eles são fortes. Nesse jantar tinha mais de 110. E vou te dizer. Quando o Luiz foi convidado ele me chamou e perguntou do organograma da secretaria e eu levei nossos relatórios aqueles da agenda e mostrei. Ele virou e disse assim pra mim: Eu não posso mudar esse organograma ? Eu falei, não. – Então isso aqui não funciona. E não aceitou. Não funciona porque não existe empresa que dê sucesso com aquela quantidade.. ele disse que era muito cacique pra pouca coisa. E ele tava errado? A empresa está falida. Tanto é que ninguém é dono de ninguém. Ele disse que precisava mudar, tudo mais e não aceitou, tanto é que demorou para vir o Osvaldinho. Por causa do Luiz. Ele ia assumir antes do Osvaldo. Quem foi convidado foi o Luiz. Ele foi convidado através do Antônio Ueno e do partido. A Secretaria era do PPB. Tudo era do PPB. O Antônio Ueno era do PPB. Quando entrou o Osvaldo mudou, foi para PFL. Aí dividiu. O governador era PFL. A Secretaria era do PPB que era partido de coligação. Foi parar na mão do Silvio por causa do Ricardo. Por causa da diretiva do diretório. O pleito foi político. Nós entramos, o Ricardo convidou a gente para participar de uma reunião com o Silvio. Ele já havia sido convidado por conta do Turismo, porque ele era da EMBRATUR, tanto é que ele demorou muito tempo para se desligar da EMBRATUR. A Dorothéia não queria que ele viesse para cá, e ele veio por causa do Ricardo e do Turismo, e nós viemos porque o Ricardo nos apresentou.. Nós conhecíamos o Silvío assim, de jantar, de campanha. Ele não morava em Maringá. Morava em Manaus e hoje ele mora em Maringá.

Entrevistador pergunta - Como foi composta a Secretaria ?

Yara Küster responde - ... Veja bem, ela (Secretaria) foi formada não só com gente do mesmo partido dela. O Stival era PFL (Antônio Ueno). O Mirão veio indicado pelo PFL. O Ricardo deu 03 nomes e o Mirão deu 03 nomes, tanto é que o Stival estava sendo indicado para ocupar o cargo do Mirão. Aí nós não conhecíamos o Stival e aí indicamos o Mirão porque nós já conhecíamos, por que era atleta. Tinha sido indicado 01 de Cascavel, 01 de Foz e o Mirão. Aí tinha a indicação do Edgar Hubner. Daí o partido de consenso com o Antonio Ueno e daí o Stival foi convidado para ir para o financeiro.

Entrevistador pergunta - E isso ajudou ?

Yara Küster responde - Foi muito bom. Maravilhoso. Uma das pessoas mais honestas. Muito Bom, muito bom, e você tinha segurança, porque ele não fazia nada sem perguntar para a gente. Nada. E isso fazia com que a gente ficasse mais seguro também. Se você está descontente com as ações da política você passa por muita ansiedade. Vocês tem uma ansiedade, e a proposta que a gente ia nos deixou mais ansiosos. Além de tudo ganhei 15 kg. De ansiedade. Começou a desencadear umas coisas, porque você vem de um sonho, você vem de uma universidade, você vem de um trabalho de escola pública, tanto de primeiro e segundo grau como de terceiro, você vem de uma prefeitura de município com uma experiência boa a nível de ação, então você sabe o que os municípios querem. E a gente tinha interesse, e tinha vontade, e não tivemos empecilho nenhum, de fazer uma ação a nível de municípios, não a nível de capital. A capital não precisava ser governada. Tanto é que nós conseguimos só fazer uma primeira fase daqueles momentos. Acharmos que o caminho era aquele porque nós éramos município então quando eu falo - vocês falam ah, ação na escola, vocês tomem cuidado, porque não existe coisa pior pra melindrar um prefeito do que uma ação vindo na barriga dos outros e não na deles. Porque a Prefeitura pensa e tem certeza que o estado tem que ajudar. Ou de um jeito ou de outro. Então quando eu falo é porque a gente sente na carne. A ação não pode vir de goela a baixo no município. A intervenção tem que ser no município e não na escola. É o município que deve buscar parceria no núcleo. Eu sei o que é ser município. Você pode ter aspiração naquela cor branca. O outro vem e te taca uma vermelha. Não então vamos fazer rosa. Ué. Coisa normal. Se você trabalha em parceria, então é mais fácil você trabalhar em parceria do que goela abaixo.

Entrevistador pergunta - Quando se fala em política pública para o esporte e lazer, o que vem à sua cabeça ?

Yara Küster responde - Olha pode até ser um caminho, uma linha para você chegar realizar algumas coisas em benefício do esporte e do lazer. Esta linha. Essa maneira de você ter um caminho para você conseguir isso é uma política. Você sabe que hoje eu tava lendo o negócio de ONG, a formalização, que as vezes ela atrapalha na tua ida. Sistematizar, organizar, estabelecer normas. A partir de que você pode estabelecer uma política. Uma política guarda-chuva, porque nem sempre o que você traça é da cultura da minha cidade. O Padre chegou para mim e falou assim: Nossa Yara você prestigia a cultura. Eu disse assim: Claro, acabaram com o esporte e lazer. Lá em Apucarana hoje o lazer tá mais vinculado à cultura. O esporte não proporciona o lazer. Não é mais um rendimento de espetáculo. De entretenimento para a comunidade.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o papel de um governo estadual em relação ao esporte e lazer ?

Yara Küster responde - Ele é importante, porque a parte formal da participação de eventos, todas elas dentro do esporte está vinculada ao estado, ao governo . É o estado que vai representar. Afunila-se mas no final o Estado ...Quem é que leva para o escolar? É o estado. Quem é que leva para o brasileiro? É o estado. Quem é que leva para a medalha Olímpica? É o governo através do estado.

Entrevistador pergunta - E isso é bom ?

Yara Küster responde - É um meio, é um meio. É um recurso, uma ferramenta. A comunidade não conhece outro meio porque o sistema funciona assim. Ninguém tentou e se tentaram mudar não conseguiram mudar o sistema. Não fizeram um conselho (Brasília) com 22 atletas com experiências e chegaram lá não tinham o que fazer. Até o hoje o povo não sabe por que que ela pediu demissão. Mas você sabe por que que ela pediu. Eu sei por que ela pediu, porque a gente sabe como é que funciona a máquina administrativa. O Bramante é a pessoa mais capacitada a nível de organização, de administração, da parte do lazer do país é a pessoa mais bem informada dentro da política, de realização e de ação. Foi o melhor secretário de Esporte, de Lazer e de Turismo que eu conheci até hoje em Sorocaba, na época do Esporte para Todos. Ele não conseguiu fazer nada, no governo, no sistema.

Entrevistador pergunta - Há, na sua opinião a relação entre esporte e política ? Qual ?

Yara Küster responde - Eu acho que as pessoas que tem o poder sem o conhecimento e até sem autonomia. Ele sabe que você é bom ele te leva mas você não consegue avançar. Porque falta a vontade política tua, e o que é vontade política. Ela tá envolvida de você atender a parte política e você não se galga de técnicos bons, e sim do compadre, do deputado, do compadre do ministro e forma esse elenco que é decisório e que não vai para frente.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o pensamento dos políticos em relação ao esporte e lazer ?

Yara Küster responde - Teve uma bailarina no morro de Santa Tereza em São Paulo e um dia uma menina da vila chegou assim e perguntou: Quando é que você vai nos ensinar a dançar aí ela começou a ensinar na casa dela. Hoje ela já tem um local. Mas ela não é nada. Ela não pode receber recursos porque ela não tem a parte formal do trabalho que ela é . Ela não é uma ONG ela não é nada. E Hoje ela tem 100 crianças que ela tirou da favela. De repente, se o governo entrar nisso daqui o governo estraga. Ele estraga. Estraga, porque ele vai pedir tanta coisa burocrática. Que vai sufocar porque em vez dela atender as alunas dela ela vai ter que responder questionário, pra mandar papel, pra receber 100 reais. Eu acho que tinha que ser mais ágil. As coisas deveriam acontecer com mais agilidade.

Entrevistador pergunta - Você falou da Bailarina, ONG, INICIATIVA PRIVADA, GOVERNO. Uma breve incursão nas ciências políticas das sociedades democráticas contemporâneas nos revela ações desencadeadas a partir de três: o primeiro setor, que corresponde ao poder do governo; o segundo, representado pela livre iniciativa nas relações do mercado; e o terceiro setor, como fruto da sociedade civil organizada que gera bens e serviços de caráter público. Na sua opinião, o que isso teria a ver com uma política de governo para o esporte e lazer ? Eles podem se articular ?

Yara Küster responde - Eu acho que o interesse político é outro. Nem sempre é fácil você encontrar pessoas que pensam na parte política vinculado a tudo isso. A política, ao esporte, o lazer, a comunidade, aos profissionais que podem atender isso. O pensamento é fragmentado. O político pensa em retorno. O retorno que ele teria é em votos, em atender. E nós pensamos em estímulo. Estimular a comunidade. A participar, a entender, a mostrar a importância, a conscientização. No orçamento a primeira coisa que corta, a nível nacional, estadual e municipal é o esporte, o lazer e a cultura. Então você fica, de repente você tem

um projeto, se você não fizer uma parceria com uma iniciativa privada. Se você realmente quer tocar, e que mude o governo e que ela pleiteie como é a Fundação Airton Senna, você tá roubado , Você tá roubado.

Entrevistador pergunta - Tem algum bom exemplo no Paraná ?

Yara Küster responde - Não. Tem o Piá bom de bola, dos biscoitos Parati, não sei como funciona. Mas vou te dizer bem a verdade. Eu acho que tem propostas que não viram o interesse da comunidade. É interesse de mídia. No caso do Rexona, por exemplo, o custo é muito grande pra você manter um time desse que você não fez a base dele. E que eu acho que tinha que ter feito a base dele. Eu acho que foi implantado de goela abaixo, por mídia, pra querer aparecer, por parte política. Não para política do esporte e do lazer, porque não vi cheio nenhuma vez. Aliás tinha gato pingado, porque. Porque não é o teu filho que tá lá jogando, não tem envolvimento nem do atleta do técnico. Então às vezes a mídia atrapalha a política do esporte e do lazer de base, que os municípios estão fazendo. Faltou estímulo, faltou propostas do governo que estimulasse isso. Tá. o moleque faz o projeto bom de bola, chega lá ele é campeão, ele vai para algum time ? Ele é encaminhado para alguma coisa ? Por que ? Porque acender vela. Então eu acho que só tem um começo e não tem um fim. Porque o fim não pode ser aquele campeonato, que não leva a nada. Não tem um fim que ajude na educação. O que falta para o Paraná são espelhos. Pro esporte. E pro Lazer falta umas linhas que os municípios tenham conhecimento que exista isso. Porque é fácil ter o lazer numa cidade que tem o curso de educação física, porque o curso sempre está fazendo alguma ação, principalmente estas cidades como Maringá, Londrina, Campo Mourão, Marechal, Cascavel é fácil, por que a faculdade e as prefeituras fazem parcerias. Não tem um caminho, não tem estrutura, o sistema não tá bem fortalecido, não tá bem discutido. Pra começar, pra fazer uma diretoria de lazer, quantas vezes a gente teve que fazer o organograma. Eu cheguei e falei assim. Eu não fico com o esporte e lazer. Eu não gosto do esporte eu não entendo do esporte. O único que entendia da necessidade era o Sílvia porque ele sabia que o lazer estava vinculado ao turismo, porque ele sabia que o entretenimento da parte do turismo não podia ser desvinculado do lazer. Se fosse o Osvaldinho não via isso, como não viu.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o pensamento dos políticos em relação ao esporte e lazer ?

Yara Küster responde - Eu acho que falta esclarecimento dos políticos em relação ao esporte. Eu acho que falta conhecimento da assembléia em relação ao lazer. A assembléia aprova orçamento, ela aprova tudo no estado. Organograma, estrutura. Hoje eu acho que a Paraná Esporte é capenga. Ela não pertence a ninguém. O que que é estar vinculado ao governo. É um absurdo. Onde que ela faz parte de cultura, de educação, de saúde, de não sei o que lá. Tem horas que você não sabem por exemplo, quem manda nos jogos e etc. Se você ver os Seminários da Paraná Esporte, foi duro ter um espaço para o lazer. Pra gente conseguir um espaço foi muito difícil, trazer os municípios com as experiências deles. As pessoas estavam discutindo o esporte, porque eles ficaram a vida inteira discutindo o esporte e nem os municípios estavam preparados. Agora, quem é que estava mais preocupado com a questão do lazer ? Eram os pequenos municípios que não tinham esporte de rendimento.

Entrevistador pergunta - Na sua opinião com base em que são tomadas as decisões políticas para o esporte e lazer ?

Yara Küster responde - Projetos de Esporte no governo do estado eu sempre enxerguei como jogos. Só jogos, jogos, jogos, jogos, jogos, jogos, jogos, jogos, é regional de jogos, final de jogos é, funciona assim, tudo jogos, e não mudou.... mudou ? Eu acho que faltou estímulos, incentivo aos atletas que surgiram. Na época do Alvaro não se discutia tanto o lazer ainda nessa década porque o lazer estava surgindo, mas tinha evento muito na área da recreação, porque o lazer estava sendo discutido. Era uma década de 80/90, inclusive com a mudança dos currículos da escola de educação física. A mudança do currículo que em vez de recreação os cursos passaram a ter cursos de lazer, de recreação e lazer.

... (parte perdida da entrevista/fim de fita) ...

Yara Küster responde - Ele ganhava um par de tênis, um dinheiro para comprar um tênis, mas ele ganhava, ele era incentivado a continuar. Então você tinha, o atleta tinha um estímulo, o município também. O município tinha interesse em participar. O atleta ia para Olimpíada, ele tinha uma bolsa que ele ganhava, então eu acho que esse estímulo, você precisa continuar. Isso morreu porque faltou uma estrutura de acompanhamento disso. Por que muda governo, tem que mudar as coisas. Tem que mudar os nomes. A mudança do governo faz isso. Muda não só porque mudam as pessoas. Eu acho o seguinte. Você é técnico da secretaria. Eu chego de fora. Eu sou temporária e você diz assim: professora isso daqui é bom, por causa disso, disso, disso, disso, ... é certeza que eu vou continuar. Eu jamais vou mudar. Eu acho que falta vontade política, porque você veja bem. Nós pegamos uma mudança de governo (eu vou falar no nosso caso aqui) nós pegamos uma mudança de governo, Jaime Lerner, pra começar nós viemos pra valsa ele tava pra bolero. Nós queríamos coisas para o interior, ele queria para a capital, continuar governando Curitiba. Tanto é que você veja bem, o que foi investido na Vila Olímpica. Sendo que numa abertura de jogos nós tivemos que trazer o Skank porque não existia uma cultura esportiva na cidade, e onde ele queria fazer Vila Olímpica. Fomos voto vencido de fazer a pista de atletismo no Pinheirão, porque o Jair muito curto e grosso disse que nós íamos fazer filho na barriga dos outros. Mas eles não aceitaram e fomos voto vencido. Saiu um pega lá com o Zig e com tudo porque nós falamos que ia fazer filho na barriga dos outros. Deu o que deu. Então, isso é falta de vontade. Não adiantada você querer fazer alguma coisa em Tomazina, no vale das orquídeas. Vontade política do “chefe mor”, porque quando você trabalha em governo, é o governo. Não adiantada você querer fazer canoagem em Tomazina no vale das orquídeas. Lá não tinha televisão e nem rádio. Então isso que eu acho que deixa você muito ansioso quando você trabalha no governo.

Entrevistador pergunta - Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ?

Yara Küster responde - Completamente diferentes. Porque você veja bem. Antes eu questionaria um funcionário do governo: Mas fulano como é que acabou, como é que você pode deixar acabar ? Hoje eu falo, mas é uma m... mesmo, é tudo igual mesmo. Antes eu falaria. Hoje eu não falo mais. Pô fulano, como é que você me sai da área do lazer. Você foi fazer um curso pra atender isso. Porque a área dentro da Paraná esporte estava fraca. E é fraca. Como é que você foi me fazer isso. Eu não me conformo. Mas fugiu da alçada dele? Fugiu porque. Porque esquema, situação, sistema, a tua função lá dentro, falta de interesse, de vontade. O que que é o sistema. O sistema é tudo isso, é o mando do jogo, é o teu elenco, é o teu chefe, é o teu político. Mas eu acho que o transitório sofre mais, porque se

ele vem porque ele é compadre é uma coisa, mas se ele vem porque ele tem uma formação técnica. Existem várias situações. Ele vem por políticos, ou ele vem por competência.

Entrevistador pergunta - E com relação à prática de governo propriamente dito, na sua opinião, de maneira geral os dirigentes políticos tem conhecimento da “prática do governo” ?

Yara Küster responde - Eu não sei se todos tem. O que que eu espero de um político que não conhece a área. Mas o fulano de tal, que vem da do brejo, do raio que os parta, se eu ligo para ele e ele não entende ele vai ligar para o fulano de tal que entende e vai se assessorar. Isso é a vontade política. E falta. Eu acho que as pessoas precisam ser mais humildes. Não é a minha praia mas eu te informo. Fulano, como é que isso, beltrano, como é que é isso. Você veja bem, você acha que o Alvaro Dias podia fazer tudo aquilo se ele não tivesse uma assessoria boa que ele pudesse se informar. Aquela secretaria era dele. Tudo era dele. Isso é uma coisa boa. E outra coisa você continuar um trabalho. Agora um trabalho, você continuar – ele foi cortado, no espaço de 4 anos você voltar a resgatar ele é muito difícil. Muito difícil. Você constrói mais do que você remenda. Sabe. E é uma colcha de retalhos muito grande e não pode ser. Não pode tentar consertar. Nós tivemos uma falha, nós quisemos que voltassem algumas coisas, mas, ... bom também não deu tempo. Mas eu acho que as coisas, as linhas traçadas da política que vem do estado para o município. A maneira de se comunicar tem que ser mais simples. É divulgar, estimular, é fazer com que os 399 municípios entendam o que você está dizendo. Os que mais precisam.

Entrevistador pergunta - Com relação a oportunidades o que poderíamos dizer sobre as diversas modalidades esportivas, as diferenças entre os mais diversos municípios e os interesses dos cidadãos em relação ao esporte e lazer ?

Yara Küster responde - O governo não faz distinção. O que o governo faz é de goela a baixo. Não existe um trabalho mais de ouvido. Uma trabalho mais teti a teti. E eu tenho certeza. Falta conversar, explicar para ele. Ele vai deixar de convidar o compadre dele para a Secretaria de Esportes, ele vai por um técnico dele. Então estimular para que ele tenha profissionais, eu acho que falta esse trabalho. O governo é distante do município, da sociedade. .. Eu acho assim, ser mais humilde, eu acho o governo muito petulante e pretencioso, e não faz nada. É. Eu acho. E não adianta. Nem o PT viu.

Entrevista com o ex-Secretário Especial de Esporte e Turismo do Paraná, Edson Gradia, em Curitiba, no dia 09 de março de 2004.

Entrevistador pergunta - Como tudo começou para o esporte no governo Alvaro Dias ?

Edson Gradia responde - A origem mesmo foi idéia do governador Alvaro Dias. Eu participei ativamente da campanha. Eu tenho uma ligação forte com o esporte a vida inteira. Na época da Paranatur e o interessante que na época o Plano de Governo elaborado pela Fundação Pedroso Horta que é o órgão de estudo do PMDB, em nenhum momento no programa inteiro do governo não tinha a palavra esporte. E depois da eleição, o Alvaro Dias me chamou e me disse que eu ia ser o secretário de esportes, que no governo dele ia ter uma Fundação de Esporte. Me pediu então que eu preparasse essa secretaria. Primeiro que houve vontade política dele que isso acontecesse. Interessante que não foi uma reivindicação da comunidade. Foi um ato político que ele como gosta de esporte e conhecedor fez. Então, eu fui atrás de pessoas que poderiam me ajudar a fazer um trabalho

grande e importante, e foi aí que eu conversei com o professor Paulo Roberto de Oliveira que eu já conhecia de Londrina do tempo que eu fui da AMETUR de Londrina, ele trouxe junto com ele o professor Bosco. No começo o Lélcio Cesar participou ativamente mas ficou mais ou menos um mês e pouco que por problemas particulares ou porque não ficou contente com alguma solução que aconteceu se afastou. E como a gente não tinha pro governo um projeto de esporte, nós resolvemos percorrer o Paraná, ouvir a comunidade o que que ela esperava de um projeto de esporte. Então, com essa equipe e mais na época 02 representantes do departamento de esporte da Secretaria de Cultura, que era o Martinho Nobre um e o outro o prof. Nelsinho, nós percorremos o Paraná inteiro, eles fazendo um relatório para a secretaria e nós o nosso. Então nós devemos ter visitado umas dez cidades, depois da eleição, não foi compromisso de campanha fazer a Secretaria, foi uma vontade política do Alvaro que isso acontecesse.

Então percorremos o interior inteiro, ouvimos as pretensões, as reclamações, o que as pessoas queriam, e encima disso nós também trouxemos alguns professores de fora do Paraná com grande conhecimento. Um nome que eu me lembro é o professor Barreto de Itapira, e outros de São Paulo, da Unicamp da USP que eu não me lembro o nome. Também fizemos uns 03 ou 04 dias de reunião. Depois a famosa OPEP quis fazer uma reunião com a gente. Fizemos uma reunião, mas eles foram mais pra contestar porque eles se achavam na época os donos do esporte do Paraná, que era um grupo de professores de Educação Física no Paraná. E eles se achavam que eram os donos, e de fato mandavam no departamento de esportes da cultura. Até tem um amigo nosso que fazia parte, que é o Claus. Mas só que na hora que nós sentamos na mesa os nossos argumentos prevaleceram sobre o deles assim, de uma maneira muito flagrante e a partir desse momento também tivemos uma convivência boa com eles. Eram um pouco contestadores, mas boa. Ela se dissolveu porque nós começamos fazer um processo de decisão de maioria. Não eram 10 que votavam e diziam o que iam fazer. Nós fazíamos aquelas reuniões de início do ano, onde tudo era programado, discutido, tudo quanto é norma era discutida., inclusive as polêmicas, discussão de jogos abertos, federado, não federado, decisões difíceis como tirar federado de escolar, isso foi tudo discutido com a comunidade. Então, com o decorrer do tempo, e também eu acho que. Eu acho não, eu tenho certeza, que o grande mérito que teve a secretaria na época foi, primeiro, que o diretor, que nós só trabalhamos com professor de Educação Física formado, pra ser justo nós só tínhamos o Claus que não era formado. O diretor técnico era professor de Educação Física, e tudo que foi feito havia um pré-estudo, depois era feito o estudo e depois era feita a avaliação daquilo que foi feito. Eu acho que outro o mérito que teve também de pessoal, o pessoal do departamento técnico nosso, os nossos professores, que tudo tinha um embasamento científico, eu me lembro até que nós chegamos a ter uma revista científica que na época ela tinha correspondência científica que na época já tinha correspondência com pelo menos, permuta com umas 30 estrangeiras, incentivando que as pessoas também produzissem na parte científica, e a gente conseguiu um bom resultado não por trabalho meu, mas por trabalho de toda a equipe, por 02 anos nos fomos eleitos o secretário do ano, quer dizer concorrendo com a cultura com a fazenda pelo trabalho e pelo respeito que nós consignamos e principalmente eu acho que com o fortalecimento do professor de educação física. E eu tenho certeza que os números provam isso, que nunca se criou tanta secretaria de esporte nos municípios como foi no nosso governo. Por estímulo e até pressão da secretaria, porque quando nós íamos numa cidade, pra mim a autoridade maior era o secretário de esporte, pra depois eu falar com o prefeito.

Entrevistador pergunta - O senhor acha que o papel dos funcionários... operação município, centros regionais, a conversa com o prefeito , etc....., ajudou ?

Edson Gradia responde - Ajudou e foi fundamental, por que nós conseguimos mostrar pro prefeito que ele não precisava ter na prefeitura uma pessoa pra organizar campeonato de futebol, ou de basquete ou de futebol de salão, porque isso qualquer pessoa pode fazer uma tabela. Que nós tínhamos que fazer trabalhos permanentes, educativos e que o esporte era uma consequência disso tudo, da parte motora, que era um movimento, não era um pra distribuir jogo de camisa e medalha. Isso é uma das coisas que quando eu comento, principalmente de fora pouca gente acredita que nós não distribuíamos camisa nem jogo de camisa. Nunca distribuimos nenhum jogo de camisa, entendeu, era só através de projetos, e através de um projeto o prefeito recebia um projeto sem pedir, na medida em que os professores analisavam os projetos e viam o que estava faltando. Então não havia um envolvimento partidário no projeto. Era uma questão que as pessoas da comunidade, e a secretaria foi crescendo, foi adquirindo respeito. Quer ver um dos fatos que fortalecia muito a secretaria foi a operação praia, porque a operação praia primeiro, teve uma função de divertir a população, mas principalmente despertou o paranaense para o nosso litoral. Se você reparar o número de construções civis (prédio, edifício, em Matinhos, Guaratuba e Caiobá) no nosso governo é impressionante. Foi quando o paranaense descobriu o nosso litoral, e aí o trabalho da operação praia, tanto é que é uma das coisas que eu sou mais cobrado. Eu ando na praia e todo mundo, ou na cidade, lembram daquilo. Então tudo o que nós fizemos foi assim. Tudo com planejamento, com execução e depois uma avaliação do que foi feito (foi assim Jogos Abertos, Jogos da Juventude, Jogos Escolares) é ..., com muito respeito, com tudo certinho, sem nenhuma hesitação, com respeito aos tribunais, eu me lembro no primeiro Jogos Abertos que nós participamos em Campo Mourão, nós tivemos até funcionários agredidos nos julgamentos. Tivemos 70 casos de tribunal. Depois com a política implantada pelo Dr. Renato, fizemos um código novo, treinamos professor de educação física e estudante de direito pra ser do tribunal, criamos a defensoria, que houve uma época que teve até uma resistência à defensoria na própria secretaria, muitos funcionários nossos tinham reclamação da defensoria, porque a defensoria muitas vezes foi em cima de atos nossos. Eu E aonde teve um caso grave que quase explodiu foi em Pato Branco. O nosso pessoal não aceitava que a defensoria defendesse alguém de uma punição que a organização deu. Eu lembro que foi, foi duro, mas com o tempo as pessoas começaram a entender, e também sumiu o problema disciplinar, porque todo mundo sabia que tinha um tribunal sério e quem não andasse na linha haveria pena, como também não existia a palavra anistia. Nunca foi dada anistia. Quem cometeu um erro, pagava pelo erro. Então isso fortaleceu muito. O grande mérito que nós tivemos na secretaria foi o peso político que o governador na época deu pra gente, o Alvaro. Nós saímos do quintal e fomos pra sala de visita. Era uma Secretaria que tinha acesso ao governador, então houve um peso político, uma vontade política pra que aquilo acontecesse. Mas sem isso não tem condição. Sem força política você não faz nada. Se você não tiver uma vontade política pra que isso aconteça, não faz. A vontade política é fundamental pra que tudo isso aconteça, como também foi muito importante a escolha dos profissionais que trabalharam com a gente. Da avaliação que o Nelsinho fez junto com o Martinho eles trouxeram a relação do interior de quem que eles queriam que trabalhasse e que eles não queriam, inclusive os dois arrumaram problema pra cabeça deles pro resto da vida. Mas foram muito, eles tiveram um papel importante nisso. Isso foi um ato de coragem deles e também não serviu pra demitir ninguém, aqueles que nós, que a comunidade não quis, continuaram trabalhando na cultura.

Então nós passamos a ser respeitados. Os prefeitos respeitavam os nossos funcionários, os fornecedores respeitavam nós, porque a gente sempre cumpriu integralmente aquilo que tinha que ser feito. Não se fazia uma despesa sem ter dinheiro para pagar. Ninguém viajava, do governo, por conta de uma Prefeitura.

Entrevistador pergunta - A Diretoria de Administração e Finanças foi importante ?

Edson Gradia responde - Eu sou muito grato à Dora. Era ela e o Nelson. Olha, nós causávamos inveja nas outras secretarias, porque nós sempre tínhamos dinheiro em caixa. Nunca faltou 1 real pra nós fazermos nenhum tipo de atividade, como também foi muito importante pra secretaria e continua sendo pra qualquer atividade o departamento de marketing, que nós tínhamos o Borel e por peso político da gente junto ao governador, o Banco do Estado junto. A vontade política de que as coisas fossem atendidas. E outra coisa, e o Banco começou a gostar da idéia, porque o retorno que a gente dava ... se um banco quisesse fazer um evento daqueles que nós fazíamos pro banco, por um preço irrisório, ele teria que gastar milhões pra fazer aquilo que nós fazíamos com 30 ou 40 mil. Eu me lembro que a operação praia nossa custava 80 mil, e fazia uma imagem pra o banco fantástica, então como veículo de propaganda aquilo foi fantástico. Como pro banco, e pro governo do Paraná foi fantástico o Paraná Olímpico, e outros projetos que o banco bancou, tanto é que no programa nosso nós íamos ter de novo o Paraná Olímpico. Não ia ter o banco mas tinha uma Copel pra bancar. Então isso faz, foi fundamental a escolha dos componentes da secretaria. Todos profissionais de alto nível e compromissados com aquilo que está fazendo. Não adianta só o cara Ter talento e não ter compromisso com aquilo que está fazendo. Existia um compromisso com aquilo.

Entrevistador pergunta - O que o senhor acha de uma política pública..... ela tem que ser formalizada ?

Edson Gradia responde - Não, não lógico. Eu aprendi com vocês que tudo tem que ter um projeto, tudo tem que ter um estudo. É lógico. Tem muita coisa que você faz no decorrer do trabalho que tá no teu projeto, mas tem que ter linhas. Tem que ter definição. Isso eu aprendi muito.. eu aprendi com vocês. Isso que fazer uma coisa por fazer só, numa vontade, porque eu quero que seja feita, pode funcionar uma vez, mas não sedimenta, não fica uma coisa permanente. Então, as coisas funcionam quando elas tem um início, um meio e um fim. Não tem lugar mais pra improviso. O improviso não cabe mais.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o papel de um governo estadual em relação ao esporte e lazer ?

Edson Gradia responde - Eu acredito que o esporte é um direito do cidadão. E quando eu falo do esporte, não é o esporte de rendimento, é a atividade física, é a atividade motora, é, inclusive o esporte de rendimento. Tudo. Isso é um direito do cidadão e o esporte tem obrigação, isso é tanto nos países capitalistas quanto nos países socialistas. O esporte é fundamental pro país. E hoje o esporte é bandeira de países. Tanto de Cuba quanto dos Estados Unidos. E eu acho que o cara que mais prejudicou o esporte no Brasil foi o cara que inventou a frase que política e esporte não combinam, porque ao dizer isso o esporte não participa politicamente. Então o que acontece. Não participa das decisões, então não participando da decisão, ele fica a margem do processo. Eu quando visitava a faculdade de educação física, uma das coisas que eu falava que muita gente ouvia, gostava, outros não, mas a maioria entendia, que eu dizia o seguinte: o secretário da saúde é médico, o secretário

dos transportes é engenheiro, o secretário da justiça é advogado, e o secretário do esporte é dentista. Mas porque que acontece isso. Porque vocês da educação física, vocês não se organizam politicamente, e hoje também é assim, porque eu vou dar um exemplo: destruíram 90% dos projetos do nosso tempo, em vários governos. Nunca houve uma reclamação. A comunidade nunca reclamou nem do Paraná Olímpico, de nada. Omissão total. Então eles tem essa responsabilidade. A responsabilidade é da comunidade, que não bateu o pé, que não só exigiu, não só da gente como candidato, como dos outros também que é pra assumir compromisso. Então nós já tivemos, logo após o governo do Alvaro, no próximo governo do Requião, boa parte dos projetos não andavam como a gente queria. No governo Lerner foi ruim, e agora atualmente tô acompanhando uma luta que vocês estão tendo de reestruturar, não sei se estão conseguindo ou não. Até agora ainda não vi, a não ser alguns efeitos do menino Gomyde, que é um bom menino.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o pensamento dos políticos em relação ao esporte e lazer ?

Edson Gradia responde - A maioria, eles acham que a função da gente que mexe com o esporte é distribuir troféu e jogo de camisa. A maioria acha. Mas só que, quando nós começamos a trabalhar nós tivemos uma assembléia na época que entendeu o nosso trabalho, e nos apoiou. Quando eles perceberam que a coisa tinha uma finalidade. Vou dar um exemplo. Quantas vezes, e me doía o coração, uma delegação chegava, jogos escolares principalmente e perdia um prazo e não podiam participar. Eu nunca recebi um telefonema de um prefeito para eu relaxar uma ordem. Me doía isso. E nunca nós recebemos uma ordem do palácio, façam isso ou façam aquilo. Então isso mostra o que, que tinha uma ordem e principalmente uma força política, então isso o que acontecia, valorizava o nosso profissional que não ficava desvalorizado. Imaginou, um profissional nosso dava uma ordem e de repente aquilo era relaxado. Isso valorizou muito o nosso corpo funcional, tanto é que na época nós fomos visitados por vários estados e vários municípios querendo saber o que estava acontecendo. Que uma equipe de não sei... eu acho que o total da secretaria, nós não devíamos ter, na época do esporte, com esporte e parte administrativa não tínhamos 50 pessoas. E fizemos um barulho que resultou até em defesa de tese na universidade de Santa Maria.

Entrevistador pergunta - Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ? Isso Influencia ?

Edson Gradia responde - Se o dirigente, a parte política participou da formulação do projeto, não tem problema nenhum. Agora, tem problema se você pegar, buscar um cara não sei aonde e colocar lá porque a cidade tal ficou sem ninguém no governo. Então traz uma pessoa totalmente despreparada. Outra coisa, o fato de ser político é bom, não é ruim. É bom. Porque os políticos sabem mexer, sabem fazer política, sabem como lidar com a assembléia, eles sabem como lidar com o prefeito. O cara que, a pessoa que só é técnico, ele não consegue. Eu acho que o cargo de secretário deve ser político, esse tem que ser político, e os cargos de diretorias tem que ser cargos técnicos, em sintonia, escolhidos por ele, pelo que for o secretário. Nenhum membro que trabalhou pra gente foi escolhido por ninguém. Todos foram escolhidos por nós, agora, se você assume uma secretaria e te indicam o diretor de marketing que veio de lá, porque é indicação do deputado, o outro porque é indicação do vereador tal, isso, não vai dar certo. Não vai dar certo porque você não consegue dar unidade. Agora se a pessoa participou de uma campanha, durante,

elaborou o projeto, participou de tudo, e tem o domínio daquilo, ótimo, inclusive não precisa nem ser do estado. De repente você pode achar um bom técnico em outro lugar. Eu acho que também não é pra ter cadeira cativa pra ninguém, como também não é o caso que só porque é funcionário tem que ser. Ele tem que estar preparado pra exercer aquela função. A secretaria era uma coisa só.

Entrevistador pergunta - Eram todos do mesmo partido ?

Edson Gradia responde - Não. Vou ser sincero pra você. O Paulinho não votou na gente, o Bosco era contestador não votou na gente, entendeu, eu tenho certeza. Eu fui lá em Londrina e procurei porque eu sabia e conhecia também o meu trabalho que eu sabia que, não é tê-los sob controle, e não tivemos nem uma, nem duas, nem três, tivemos vários problemas que a gente contornava na minha sala. E problemas sérios. Então o fundamental que isso aconteça, eu esperava que isso virasse uma bola de neve, que as pessoas comessem a agir politicamente, que mais professores de educação física se candidatassem a vereadores na sua cidade, que mais professores de educação física fossem diretor das suas escolas, entendeu, na época eu briguei muito por isso. Por que às vezes uma professora queria, por medida de economia fazer economia então o que que ela fazia, cortava educação física, e o professor de educação física aceitava. O sujeito não fazia educação física com atestado médico, que a gente sabe que é fajuto. E o professor de educação física aceitava, quer dizer, isso é ruim pra ele, até eu lembro de uma cidade o cara chegou pra mim e falou olha aqui ó, o cara me trouxe 10 atestados, e eu falei do que, e ele me disse a doença, então você tem a obrigação de ir lá no posto de saúde e alertar porque tá virando uma epidemia na tua escola. Então você tem que denunciar isso. Então, eu queria ver o dia que alguém reprovasse alguém por educação física, pra poder fortalecer, porque olha, sem o professor de educação física não se faz esporte, não se faz, principalmente na escola, porque na escola é muito mais atividade, recreação, lazer e motora. O talento surge, você tá lá, um bom professor percebe, esse menino tem jeito pra coisa, então, vai...

Entrevistador pergunta - O estado é burocrático, tem procedimentos..... dá pra tocar ?

Edson Gradia responde - Tem, mas o grande erro foi quando transformaram a fundação em autarquia, quando era fundação, todos nós éramos CLT, era muito mais ágil, nós tínhamos, a nossa contabilidade, nós tínhamos duas contabilidades, a pública e a particular. Nós estávamos sujeitos a muitas leis, mas nós tínhamos muito mais agilidade. Tanto é que nós não deixamos de fazer nada por falta de recursos. Agora também tem uma coisa, nós sabíamos que os jogos, uma atividade, a operação praías, ia ser feito em tal mês, a gente com 02, 03 meses antes já tava com tudo preparado, inclusive com o dinheiro. De recurso orçamentário. Recebemos muita ajuda, ajudamos muitos a conseguir patrocínio, e com isso diminuía a nossa despesa. Nós demos muito socorro, na época do Banestado com a nossa atividade, então nós incentivamos através de vários projetos de marketing para que as pessoas também fossem atrás de recursos.

Entrevistador pergunta - Uma política de governo não é só do estado ?

Edson Gradia responde - Não, até porque, pra não dizer, aquele é meu projeto, é projeto do Gradia, é projeto não sei de quem. Aquilo é projeto de governo que saindo esse e entrando aquele deveria continuar.

Entrevistador pergunta - E a transição do governo Alvaro Dias para o governo Roberto Requião ? Como foi ?

Edson Gradia responde - Na época foi um parto normal. Não foi mexido em nada, nada. A proposta era a mesma. Se eu não disser pra você que eu não recebi uns dois ou três telefonemas eu estarei mentindo, eu recebi, mas eu disse e explique e foi aceito, foi aceito que a nossa equipe era boa e não podia mexer. Então nós tocamos, mas depois eu comecei a ter dificuldades com o governador porque a cabeça dele pro esporte não era a mesma do Alvaro, entendeu, então eu comecei a ter uma certa dificuldade, aí eu cheguei a conclusão que a dificuldade poderia ser eu, então eu vou sair pra ver se outro no meu lugar toca. Talvez, porque, ... olha o cara que nunca vestiu um calção, e eu não tô dizendo o Requião não, eu tô dizendo qualquer pessoa, que nunca vestiu um calção, que nunca foi assistir um treino, não tem idéia do que é esporte, não pode imaginar. Eles só pensam esporte como despesa, não como investimento.

Tem que conhecer, saber, quanto custa, o que é importante. Eu me lembro até hoje uma coisa que me emociona, aquelas crianças que eram Frutos da Terra .. (*lágrimas*)... eles eram uma referência na cidade. Todas as crianças queriam ser Frutos da Terra, e o que que precisava para ser Frutos da Terra. Além de ser bom aluno, ser um bom atleta, então, o orgulho que ele tinha de ser um Frutos da Terra, então esse é um investimento que não tem preço, e tanto é que através do trabalho que a secretaria fez, viu o que aconteceu com o Frutos da Terra e com o Paraná Olímpico, num prazo que não acredito., eu não acreditava nesse prazo, eu achava que ia explodir X anos pra frente mas cada dia que eu vejo 1 eu penso “olha aí, esse foi atleta nosso”, então, se não tivesse parado com esses projetos, Frutos da Terra, Pólos, Paraná Olímpico, hoje o Paraná era potência internacional no esporte. Eu me lembro que acabava uma olimpíada, acabava um jogos pan americanos, nós levávamos pelo menos uns 20 no palácio do Paraná, que tinham participado. E outra coisa, a pessoa tinha que corresponder àquilo que estava recebendo, afinal de contas v. recebe dinheiro do povo. Aquilo não era pra passear, não ganhava uma passagem alguém pra ver uma Copa do Mundo por conta do governo. Não, não, tudo era controlado e bem acompanhado.

Entrevistador pergunta - Das políticas de governo de estado que tem sido escritas, formuladas, implantadas e executadas, teria alguma consideração a fazer ?

Edson Gradia responde - Nós não inventamos nada, o grande mérito do nosso pessoal foi pegar aquilo que existia tanto na comunidade e no governo e transformar em alguma coisa séria, organizada, planejada e estudada cientificamente também. Bom, tem mais uma coisa que eu aprendi também na secretaria: o homem tem medo de duas coisas, do novo e do fácil. Se você propõe uma solução nova fica com medo, porque só tem a antiga. E se você propõe uma solução fácil, por que todo mundo acha e espera que pra resolver um problema precisa reunir 500 cientistas, e de repente vem um cabra e diz não, se você virar isso aqui pra cá também já resolve. Então isso foi uma coisa que eu aprendi também lidando com a população. Mas isso é importante, não tem nada de novo. Tudo é trabalho. É lógico que você pegando uma idéia boa, se você trabalhar em cima ela fica ótima. Então foi isso. Nós fomos no fundo porta vozes e executores de uma vontade popular. Você nunca pode fazer nada que as pessoas não queira. O que é bom pra Curitiba não é bom pra Palotina, o que é bom pra Palotina não é bom pra São João do Caiuá. Quantas vezes eu não fui tentado a pensar. Pô, tem bocha nos jogos abertos, tem bolão, e depois eu pensava meu Deus, poxa, mas com que alegria que eles ficam participando daquilo, nós não temos o direito de dizer

daqui de Curitiba faça isso, faça aquilo, é eles que tem que dizer o que que é pra fazer. Ninguém tem esse direito. Eu vou dizer: vocês não vão mais jogar bolão aqui, vocês vão jogar fazer arco e flecha ... entendeu, porque é olímpico e isso aqui não é olímpico, entendeu, então muitas vezes, por exemplo, xadrez ... xadrez não tinha nada a ver com jogos abertos, mas você via a disposição e a alegria com que eles participavam.

Entrevistador pergunta - As perguntas são essas. Que caminho tomar ?

Edson Gradia responde - Eu acho que o caminho. Volto a insistir. Nós temos que organizar politicamente o esporte. Quando eu falo politicamente não é partidariamente. Politicamente pode ter gente de tudo quanto é partido mesmo. E as pessoas entenderem que o esporte é um direito do cidadão, que esporte é investimento, e que esporte é uma das coisas, e na parte do rendimento é uma das coisas que mais liberta o pobre no Brasil. É o esporte. Você deixa de ser bóia fria, como tivemos casos no Paraná, pra ser um atleta de ponta, e sem contar com a saúde da pessoa, você contar com projetos, como aquela avaliação que foi feita do povo do Paraná. Projeto que nós estávamos armando no Moringão na época, com o prof. Danton, de cardiologia, pra recuperação de gente que fez operação do coração, e com idosos, e com crianças deficientes, então isso tudo é o esporte, e não passar para a população que o esporte é a competição. O esporte também é a competição. Nós ficamos famosos, a secretaria, pelo esporte competição, mas quem trabalhou sabe que 80% do nosso trabalho não era isso. Todo mundo tinha espaço. Tinha espaço. Pra todo mundo, pra todo mundo.

Entrevista com o professor de Educação Física Ubiratan Martins Junior, Presidente da Federação de Atletismo do Paraná e funcionário da Prefeitura Municipal de Pinhais, em Pinhais, no dia 09 de março de 2004.

Entrevistador pergunta - Quando se fala em política pública para o esporte e lazer, o que vem à sua cabeça ?

Ubiratan Martins responde - Eu posso dizer que eu estou a 18 anos dentro da Federação de Atletismo né e a gente passou por vários governos durante esse período todo. É quando a gente fala em política pública para o esporte e lazer, a gente vê algumas coisas relacionadas com a Federação, e posso dizer também, porque trabalho no município, eu acho que, eu penso que essa palavra política pública, não existe, eu acho que é uma coisa ... aleatória, tá, eu acho que não existe uma definição de política esportiva, tanto pro estado quanto pro município, tá.

Entrevistador pergunta - O que você pode nos falar sobre o história da relação entre Federação e Governo nas políticas esportivas ?

Ubiratan Martins responde - Com relação a Federação, a gente passou por vários governos e sempre existiu, entre aspas, um problema político. Vou dizer o que seja um problema político, às vezes as pessoas que assumiram lá, só porque não gostavam de fulano ou beltrano, isso arrumava uma certa indisposição referente às federações e ao governo. Posso citar a Federação de basquete, houve uma época que brigou com a própria Secretaria de Estado na época. Não era nem Paraná Esporte, era Secretaria, houve brigas, Federação de Handebol, e outras Federações que tiveram algum probl., .. é tênis de mesa, enfim, alguns problemas.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o papel de um governo estadual em relação ao esporte e lazer ?

Ubiratan Martins responde - O que a gente nota é que infelizmente ainda os esportes que, por mais que ninguém diga que o esporte é amador, que não é mais amador, pra todo mundo ainda é amador, infelizmente ainda é amador, o que a gente sente às vezes essa indisposição perante, não sei se os dirigentes esportivos ou não, é que as Federações hoje, o próprio estatuto das federações dizem que as federações são órgãos que cuidam do esporte no estado, né. E essa autonomia às vezes ela fica meio difícil de se compreender até que ponto elas tem essa autonomia ou não, e se elas cuidam realmente do esporte ou não. Eu vejo que o estado é um grande é, como vou dizer assim, ele faz as suas competições e eu concordo plenamente nas competições que eles fazem, eu acho que o estado não tem que ajudar as federações, eu acho que não é o papel do estado ajudar as federações, e sim essa questão de parceria. Essa parceria nesses 18 anos ela funciona, mal e porcamente, às vezes fica brigado ou não fica, mas funciona, nós temos um relacionamento muito bom com o governo do estado, em todas as gestões que passaram, eu não vejo reclamação nenhuma nisso, só que às vezes o que a gente gostaria que o estado fosse mais ágil com a gente é assim, um exemplo básico disso, é a minha assinatura não é nada, se eu mandar um projeto para uma empresa ou seja lá quem for, mas se a assinatura desse projeto tiver com o governador ou com o secretário que esteja comandando ou não, acho que isso pras federações podia ajudar bastante. E talvez isso seja uma coisa simples de acontecer e nunca acontece. Outra coisa que poderia nos ajudar muito, hoje nós não temos funcionários fixos nas federações, e tem muitos professores do estado que são ociosos, não querem trabalhar, ou que tem problema político e os caras encostam não sei aonde, esses professores de Educação Física, né, vamos por o professor de Educação Física, eles podiam colaborar também com as questões das federações. Eu acho que, são coisas simples que talvez nunca ninguém sentou pra conversar né.... Bira, ó tô a disposição posso mandar um projeto pra te ajudar lá. Né, são essas coisinhas simples que parece que não é nada, mas que de repente poderiam ajudar as federações, né. Aí é que eu volto a falar lá naquela questão política de dizer que tem a política estadual, municipal, então a gente peca por pouca coisa. As federações sobrevivem mal e porcamente dos seus clubes, umas tem boa outras não tem, e isso faz tempo, e dizer que o Paraná não é um celeiro em todas as modalidades eu ia tá aqui arrumando uma encrenca total. Hoje o Paraná é o melhor estado e isso comprovado disparadamente em qualquer modalidade. Realmente eu acho que, o que falta pros dirigentes, e aí eu vejo uma questão, eu até posso me encaixar nisso, a qualificação dos próprios dirigentes das federações, que de repente ele é professor de Educação Física, ou não seja, mas ele não tem a capacidade pra tá dirigindo a federação, e eu digo capacidade administrativa, técnica. E de repente o estado poderia dar uma mão nisso aí. Por que ó, eu sou formado em Educação Física, tenho pós-graduação em Administração e Marketing, que a gente tá fazendo agora com o, mas a maioria ninguém, não faz nada. O professor de Educação Física é às vezes é meio largado né, é professor de quadra, então isso, você assumir uma federação e todo mundo diz, moleza, é não é moleza, como também assumir um cargo dentro do estado que a gente sabe também, não é moleza né. Infelizmente daí tem aquela questão política, que muda governo, muda administração, muda aquela idéia boa, que acha-se que é boa, o cara não dá continuidade daquela idéia, e as mesmas coisas com as federações né, quando há uma mudança muito grande, há uma mudança de filosofia, isso acaba em vez de melhorar o esporte isso acaba prejudicando o esporte.

Entrevistador pergunta - E você acha que o estado aí é importante ?

Ubiratan Martins responde - Eu acredito que o estado é muito importante, como eu falei. Veja só um exemplo. A volta dos jogos colegiais. Eu não sou professor da rede do estado, mas o que os professores reclamam aqui é o seguinte “vai voltar a hora de treinamento no estado ?” né, que eu acho que é uma coisa primordial porque, se não voltar a hora de treinamento pros jogos colegiais, então pra que fazer jogos colegiais ? pra dizer que fez, que tinha lá 10.000 pessoas ? isso não resolve, né. Não vai resolver nada pro esporte em si das modalidades. ... Outra gestão, e se o cara não quiser fazer não faz, né. Então de repente se fizesse um mecanismo que se desse continuidade em tudo no esporte. Eu acho que a coisa é assim no esporte nosso as próprias federações estão em pé de .. Então a gente sabe, que tem federação aí que não funciona.

Entrevistador pergunta - Há, na sua opinião a relação entre esporte e política ? Qual ?

Ubiratan Martins responde - Eu acredito que sim. Por vários fatores, primeiro, geralmente quem assume o esporte é da área. Pode ser. O secretário é político, ele não é da área. Vamos colocar em nível de prefeitura. O Secretário municipal nunca é da área. Segundo, se ele colocar um diretor que for da área talvez a coisa funcione, como a gente sabe que 50% dos diretores não são da área, a coisa complica. No estado a mesma coisa, a gente vê pessoas assumirem Secretarias de Estado do esporte que nunca foram professores de Educação Física, e o pior ainda, a equipe técnica dessas pessoas, metade não entende nada daquilo que está fazendo. Então realmente é complicado. Por isso que eu digo que não existe política de esporte.. naquela no papel, bonitinho que dizia que fulano faz isso, o papel do estado vai ser esse, nós vamos ajudar isso, isso e isso. Isso existe no papel que é lindo e maravilhoso, mas lá na prática isso não funciona.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o pensamento dos políticos em relação ao esporte e lazer ?

Ubiratan Martins responde - Olha eu acho que o esporte pra político é só na hora da campanha. Porque na campanha é fácil você dizer aquela velha história, “vamos tirar criancinha da rua, o esporte vai melhorar e nós vamos fomentar o esporte na escola, que da escola nós vamos fomentar pra ajudar o clube, e o clube vai entrar na federação e isso vai sucessivamente”. A gente sabe que o esporte na escola não funciona, os clubes estão quebrados, e conseqüentemente as federações estão quebradas.

Entrevistador pergunta - Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ?

Ubiratan Martins responde - Se você tem uma pessoa que entenda do negócio e queira que aconteça funcione flui direitinho, agora infelizmente nunca é assim né, sempre tem uma (pessoa) no meio que quebra essa seqüência e isso acaba prejudicando. O município de Pinhais hoje, um município novo, com 11 anos de vida, nós aqui sofremos é nes... nós estamos na terceira gestão, na primeira gestão era uma secretaria, a segunda era uma secretaria e a terceira, já é um departamento da educação. Nós éramos secretaria de esporte no primeiro mandato e no segundo e agora na terceira nós somos um departamento da educação. Então, em vez de melhorar a coisa complica. Então é aquilo que eu falei, de repente as pessoas que assumem certa posição, elas esquecem que se funcionou mal, quer funcionar melhor, você tem que dar campo pra funcionar, não diminuir o campo. O município de Pinhais é considerado o oitavo em arrecadação no estado, então é um

município que tem dinheiro né, não pode dizer que não tem dinheiro, então é complicado. 120 mil habitantes eu teria que estar atendendo hoje, na minha filosofia, que eu acho que pra tocar o esporte, eu teria que estar atendendo pelo menos 10% da população, no esporte, e eu não consigo atender isso aqui.

Entrevistador pergunta - Uma breve incursão nas ciências políticas das sociedades democráticas contemporâneas nos revela ações desencadeadas a partir de três: o primeiro setor, que corresponde ao poder do governo; o segundo, representado pela livre iniciativa nas relações do mercado; e o terceiro setor, como fruto da sociedade civil organizada que gera bens e serviços de caráter público. Na sua opinião, o que isso teria a ver com uma política de governo para o esporte e lazer ?

Ubiratan Martins responde - Acontece isso, eu acho que tudo depende de interesse. Eu acho que o estado não tem que ajudar as federações, é ... com dinheiro esse negócio de falar “é o Estado é obrigado a ajudar” é, .. isso acho que não . De repente se o estado tivesse uma iniciativa privada assim, X empresas, vamos lá, vamos por exemplo 5 empresas, ó Bira, hoje no estado, o estado poderia fazer uma pesquisa, que eu acho que pro estado hoje é fácil de se fazer, hoje 5 modalidades são, basquete, volei, atletismo, natação e rugby. Se essas 5 empresas pudessem ajudar as federações, eu tenho certeza absoluta que isso poderia melhorar mais ainda, né. O estado poderia fazer esse papel, porque o estado tem esses acessos, tem as pessoas qualificadas, ele conhece né... então isso nos ajudaria, as federações e muito, né. E isso .. agora pra que as outras federações também pudessem trabalhar direitinho, pra que o estado pudesse ajudar nessa questão, porque é aquilo que eu te falei, Ubiratã Martins Jr. Presidente da Federação de Atletismo não é nada, agora tendo uma assinatura do, ou do atual governo, vamos dar um exemplo “Roberto Requião” do meu lado eu acho que talvez a pessoa poderia até me atender lá e olhar com outros olhos.

Entrevistador pergunta - Das políticas de governo de estado que tem sido escritas, formuladas, implantadas e executadas, teria alguma consideração a fazer ?

Ubiratan Martins responde - É que eu não sei né, talvez, a gente fala tanto em política, política, essa palavra é realmente ela é muito complicada né. Nós tivemos essa transição agora desse governo, de repente voltou várias coisas, como varias coisas que podiam estar não estão né e a própria federação a gente cada ano muda, e a gente sabe que isso é complicado, porque a gente lida com pessoas, e lidar com pessoas não é fácil, cada uma tem uma cabeça e uma sentença, cada um tem uma filosofia, e agora o grande problema é que a gente não tem né, aonde seguir, até o próprio material didático né, o que que é o esporte, o esporte é isso, isso, isso, tá o que que você tem que fazer pra melhorar o esporte, a nós temos que fazer,... vamos ajudar as federações, vamos ajudar os clubes, vamos ajudar as escolas, eu acho que realmente o nosso país é um país que tem muita estrutura, nós temos material humano, mas nós nunca tivemos realmente uma política definida, eu acho que já é um problema lá longe, que se tivesse no começo uma política definida do esporte, eu acho que o estado, principalmente o nosso estado que é um celeiro pra todos os outros, acho que a coisa poderia estar bem melhor né. Então de repente a única reclamação, entre aspas, que eu faço, não é nenhuma reclamação, talvez uma crítica construtiva, realmente eu acho que o estado do Paraná hoje, ele tem uma estrutura fantástica, o estado faz os jogos, os nossos jogos, as demonstrações que tem aí, uma hora, um ano tá bom no outro ano tá ruim, mas enfim, envolve todos os municípios, nós fazemos as fases regionais, que a gente sabe que não é fácil, a gente sabe que depende de dinheiro e uma série de coisas, mas continua

se fazendo, e eu não sei se, se não fizesse seria pior né, então de repente a gente critica, critica, faz um monte de coisa, mas, de repente eu não sei se isso tá bom, porque nós somos do lado de cá né e o problema é que sempre tem os dois lados da moeda, pra nós talvez isso seja bom né, mas pro outro lado não tá né, e vice-versa. É duro você falar né o que que tá bom, se o governo tá realmente fazendo o seu papel, ou se a federação realmente tá fazendo o seu papel, e se as prefeituras também estão fazendo o seu papel. Eu acho que falta bastante conversa, de repente, o duro é que ... aquilo que eu falei, o problema político, existe o problema político, infelizmente o nosso país é assim existe aquele “ah, eu sou do partido, eu não sou, eu gosto do Bira, eu não gosto do fulano, eu gosto do ciclano”, infelizmente funciona isso. Eu acho que isso um dia teria que acabar né, e talvez, se acabasse isso, talvez o esporte tivesse melhor. Tem aquela outra história a gente brinca, tendo dinheiro é fácil de você fazer. Não tendo dinheiro não é fácil, mas você faz. As federações tão sempre sem dinheiro. Aquilo que eu falei pra você, se ta bom ou não, isso quem tem que dizer é a comunidade. De repente pro estado fazer uma pesquisa. Vamos lá, o atletismo, tá bom o atletismo ? Não, ah, não tá bom, porque agora teria que ser uma pesquisa realmente completa pra não dizer que ... ah, o fulano não tá fazendo, ah não tá feito isso. Não uma pesquisa realmente complexa e você realmente dizer o atletismo tá funcionando não tá, tá andando não tá, tem competição, porque que faz isso, porque que não faz aquilo... então de repente o estado poderia nos ajudar nisso né.

Entrevistador pergunta - E sobre a casa das federações, que foi criada para sediar as diversas Federações Esportivas do Paraná ?

Ubiratan Martins responde - Eu não acompanhei porque quem criou foi o Martinho, que era o Presidente da Federação na época, de atletismo, e a gente trabalhava junto tal, a Casa das Federações foi criada com uma filosofia, hoje ela já tem outra filosofia né, É eu acho que foi extremamente importante, porque as federações, aquilo que eu falei pra você é não tem recursos próprios, ela depende disso, depende daquilo, quando se criou foi um grupo que tinha uma mentalidade, de repente aquilo passou e passou-se um ano e quem doou a casa foi Bayard Osman em conjunto com o governo e tal, e eu sei que tem uma briga muito grande pela questão do IPTU que não foi pago, é um rolo lá que, jurídico lá que, um monte de encrenca. Hoje eu tenho certeza que a, hoje é a AFEDAP, eu acho que ela tá largada porque, quando nós tínhamos lá, nós tínhamos três salas lá, um bom período nós ficamos juntos com eles lá, só que, eu não sei, é, que não foi pra frente, eu acho que realmente era uma coisa interessantíssima, mas realmente não foi pra frente por N motivos, primeiro porque as próprias modalidades hoje dentro do estado, elas não são unidas né, então o grande problema foi esse. O segundo problema é que se criou num governo e no outro, se tinha o apoio deixou de ter o apoio, e isso começou a complicar, porque daí um queria aparecer mais que o outro, uma série de coisas, e isso. Hoje realmente eu não posso te dizer porque eu estou fora da AFEDAP, lá da casa, eu tô fora. Eu saí porque eu tinha uma estrutura um pouco melhor do que alguns e o convívio entre eles não tava legal, então daí eu, tive uma oportunidade e hoje eu estou num lugar onde eu estou sozinho graças a Deus, e eu tô bem sozinho agora.

Entrevista com o agente profissional do Governo do Estado do Paraná/Paraná Esporte, José Alberto de Campos, em Curitiba, no dia 12 de março de 2004.

Entrevistador pergunta - Quando se fala em política pública para o esporte e lazer, o que vem à sua cabeça ?

José Alberto responde - Eu vejo como política pública um conjunto de medidas que são projetadas para que contemplem uma determinada clientela com as suas diferentes faixas etárias. Isso no campo do esporte e lazer. Acho que política pública, ela vem ou deveria vir da reunião de pensamentos dos vários segmentos que de alguma maneira interagem no esporte e lazer do estado. Então política pública eu vejo que é isso, é o conjunto de decisões, informações de todos os atores que participam do esporte e lazer.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o papel de um governo estadual em relação ao esporte e lazer ?

José Alberto responde - O papel do governo é normativo e realmente o de tentar fazer com que os diferentes agentes dos segmentos do sistema esportivo interajam de alguma forma e dar um direcionamento para que não haja um paralelismo de ações, de normatizar, de criar diretrizes e evidentemente apoiar os segmentos de alguma forma na condução dos trabalhos de cada setor.

Entrevistador pergunta - Qual tem sido a participação governamental no desenvolvimento esportivo estadual ?

José Alberto responde - Eu acho que o governo até tenta fazer isso, mas não consegue. Não consegue reunir, não consegue definir uma política. O que vem acontecendo desde 1987 é uma continuação de projetos que já tem 47 anos, 50 anos de projeto, que não consegue mudar, e que não consegue implantar de fato uma política verdadeira, sólida. Existem projetos estanques existem projetos que não tem uma solidez, que não tem alicerce, então ao longo do tempo eles vão se perdendo, agora, alguns projetos continuam e não são mudados a 40 e poucos anos.

Entrevistador pergunta - Você tem algum conhecimento sobre “de que maneira” são formuladas as políticas de governo ?

José Alberto responde - Eu acho que na cabeça das pessoas existem essas políticas, mas de fato como um instrumento que tenha sido pensado pela comunidade, tenha sido divulgado, implementado, as pessoas conhecendo quais os caminhos dessa política, isso não existe. Há um bom tempo isso não existe.

Entrevistador pergunta - Há, na sua opinião a relação entre esporte e política ? Qual ?

José Alberto responde - Existe, existe. Eu acho que a política ela tá intimamente ligada a tudo, e o esporte não é diferente. Se você não tem uma política determinada, e esse esporte não está inserido nessa política as coisas não vão acontecer.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o pensamento dos políticos em relação ao esporte e lazer ?

José Alberto responde - O esporte na cabeça do político é pra tirar menino da rua, é livrar garoto de droga, não é pensado no esporte como uma questão social, uma questão mais profunda, que vem da comunidade, que vem das pessoas. Eles não entendem dessa forma.

São coisas, é, é um instrumento imediatista de um determinado problema, não como uma, uma, um,...algo que faz parte da vida do cidadão. Eles não entendem o esporte e o lazer como direito do cidadão. Pelo menos eu vejo dessa forma.

Entrevistador pergunta - Na sua opinião com base em que são tomadas as decisões políticas para o esporte e lazer ?

José Alberto responde - Na grande maioria, na grande maioria das vezes eu posso dizer que elas são tomadas por uma, ou duas ou três cabeças. Elas não são discutidas, elas não são amadurecidas junto à comunidade, junto à clientela. Então muitas vezes você acha que a medida é eficaz e na verdade ela não é. Não surte o efeito que poderia ter se fosse mais aprofundada essa discussão.

Entrevistador pergunta - Com relação a oportunidades o que poderíamos dizer sobre as diversas modalidades esportivas, as diferenças entre os mais diversos municípios e os interesses dos cidadãos em relação ao esporte e lazer?

José Alberto responde - Eu acho que o grande instrumento do governo, uma política pública bem implantada, eu acho que ela deveria ser tomada como base para que os governos municipais, onde as coisas acontecem, nas cidades, tomassem como base essa política e a partir dela implementassem as suas políticas municipais, onde realmente vai atingir o cidadão, coisa que nem o governo federal consegue com os estados, e nem os estados com os municípios. Falta isso existe uma lacuna muito grande. A gente percebe que os municípios, tem municípios que estão desenvolvendo o seu esporte, o seu lazer, sem um norte, sem uma política, eles não sabem pra onde eles estão indo. Eles estão simplesmente atendendo o dia-a-dia. Ah, estamos como vontade de desenvolver um a rua de lazer, mas por quê a rua de lazer, ou por quê o esporte futebol de salão na cidade. Não existe uma consciência do que realmente está acontecendo no município, que é onde as coisas acontecem para o cidadão.

Entrevistador pergunta - Será que esse conjunto de várias ações desgarradas de uma idéia, de uma política não favorecem também o desenvolvimento do esporte ?

José Alberto responde - Não, eu acho que não se pode dizer que não exista desenvolvimento. Eu acho que existe desenvolvimento. Em alguns setores mais, em alguns setores menos, mas eu acho que poderia ser muito melhor esse aproveitamento, se houvesse realmente uma política pública que fosse entendida e recebida por todos os segmentos.

Entrevistador pergunta - Com relação à burocracia governamental e a gestão de políticas de governo para o esporte e lazer, alguma consideração ?

José Alberto responde - É uma dificuldade muito grande. Não existe continuidade das ações. Existe continuísmo, e alguma coisa que está se fazendo, muda-se uma cabeça, tudo muda, eu não vejo hoje, pelo menos da maneira que está, uma perspectiva boa de continuidade de projetos. A cada 4 anos muda, muda governo, muda o pensamento, inicia tudo novamente, outro foco, e as coisas não tem, no meu modo de pensar continuidade. As coisas param, ou são esquecidas, é, as pessoas não se atém a simplesmente mudar o nome do projeto, porque quando muda o governo eles querem mudar tudo do projeto. O projeto tá sendo bom, não adianta eles, só, ah, vamos mudar o nome e falar que é do nosso governo. Eles querem mudar tudo e aí começa tudo do zero, e sempre estão iniciando as coisas. Não tem continuidade, não tem como fazer pesquisa em determinados projetos, você não tem

como fazer pesquisas porque quebrou, porque mudou rotina, porque mudou isso, e não teve continuidade.

Entrevistador pergunta - Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ?

José Alberto responde - Isso é a pior coisa que tem. Isso é a pior coisa que tem. Porque quem chega e nós já estamos dentro dessa estrutura a 22 anos, já passamos por vários governos e nunca mudou. Quem entra acha que o grupo que estava trabalhando, funcionário público, já vem daí, funcionário público, não servem, não entendem, não sabem nada, e depois de um determinado tempo as pessoas vão conhecendo os técnicos, vão conhecendo os seus currículos, coisa que eu nunca vi em governo, estudar o currículo das pessoas que estão ali, o que ele já fez, o que já deixou de fazer, qual o grau de estudo, de especialização, nunca ninguém me pediu currículo nenhum pra saber o que o José Alberto já fez em 22 anos. Então é tudo de ouvir falar, de ah, e, .. as coisas são assim.

Entrevistador pergunta - E somente entre os funcionários, como se dá a relação ?

José Alberto responde - Ah, com relação ao ambiente de trabalho, isso eu acho que não é só do ambiente do esporte ou da instituição em que se trabalha, eu acho que é em tudo né. Você tem uma, um pensamento político ou lutou por algo político e o seu amigo companheiro, seu colega de trabalho tem outro pensamento, as pessoas se tornam inimigas né, é politicamente ganhou quem o outro colega estava apoiando e você tem outro pensamento diferente daquele, acaba se tornando inimigo, não é, é, tem um pensamento diferente, no campo das idéias, passa a ser uma pessoa que não serve, que não tem competência, que não vale nada, então, as coisas se complicam mais ainda.

Entrevistador pergunta - E com relação à prática de governo propriamente dito, na sua opinião, de maneira geral os dirigentes políticos tem conhecimento da “prática do governo” ?

José Alberto responde - Não, na grande maioria não, eles não têm conhecimento, é, os primeiros dias e as primeiras semanas é prometendo mundos e fundos e com o passar do primeiro mês já começam a perceber as dificuldades, como se processa toda essa máquina administrativa, orçamentária e financeira, e aí começam a aparecer os problemas de contratação, de recursos humanos, que o estado não é como a iniciativa privada, e aí eles começam a entender, ou começam a saber das dificuldades que é, estar na máquina pública.

Entrevistador pergunta - Das políticas de governo de estado que tem sido escritas, formuladas, implantadas e executadas, teria alguma consideração a fazer ?

José Alberto responde - A consideração que eu quero dizer que esse é um trabalho magnífico que você tá fazendo Dilson, que eu acho que é um ponto de partida, que esse trabalho que você está fazendo realmente seja lido por muitas pessoas, e que os dirigentes esportivos e que os supostamente dirigentes esportivos tenham como base, porque pelo que a gente percebe do teu trabalho, você vai deixar um instrumento muito rico em informações para que se possa se delinear política pública no estado do Paraná.

Entrevista com o professor Vicente Piazza Filho, Secretário de Esporte e Lazer do município de Foz do Iguaçu, em Curitiba, no dia 07 de abril de 2004.

Entrevistador pergunta - Quando se fala em política pública o que vêm a sua cabeça ?

Vicente Piazza responde - Ou você pode ter através de clubes, ou na própria tua vida particular, aonde você pode gerar suas políticas de vida, e desenvolvê-las conforme você planejou.

Entrevistador pergunta - Qual é a sua opinião em relação ao papel do governo estadual ?

Vicente Piazza responde - Eu dizia hoje, Dilson, até num encontro de dirigentes esportivos que existem as políticas públicas do governo estadual quanto ao desenvolvimento do esporte. Todavia o governo não tem o desenvolvimento total se ele não trabalhar com a comunidade, e a comunidade são os municípios. Nos municípios estão as escolas, e você começa, principalmente o papel do governo é no apoio, seja ele material, seja ele financeiro, seja ele humano, né, de recursos humanos, para que aquelas metas traçadas, aquela política organizada possa ter o seu desenvolvimento. Hoje a política de governo no estado, ela existe, mas ainda está um pouco acanhada no seu desenvolvimento global.

Entrevistador pergunta - Você tem algum conhecimento sobre como são formuladas as políticas de governo ?

Vicente Piazza responde - É o conhecimento que nós temos, inclusive já tivemos a oportunidade de participar em governos na formulação de políticas, principalmente em nível de governo municipal onde a gente hoje tem o papel de Secretário Municipal de Esportes e Lazer de Foz do Iguaçu, e onde você e um grupo de pessoas ligado àquela área se reúnem para que dentre as opiniões diversas formadas ou colhidas da comunidade, planejar e estabelecer uma política que vai ser seguida e vai ser procurada desenvolver a nível do global após o início do governo ou durante o governo.

Entrevistador pergunta - Há na sua opinião alguma relação entre esporte e política ?

Vicente Piazza responde - Toda política existe em toda área. Então toda área tem a sua política. Eu não quero dizer política partidária. E existe a política partidária e existe a política. A política é uma coisa sadia, a política é uma coisa aonde você, você planeja e desenvolve. A política partidária ela pode ter uma linha de ação diferente da outra linha política. Então o esporte tem sim a sua linha política. Então você tem, você leva o esporte como desenvolvimento de atitudes, você leva o esporte como integração social, você leva o esporte como saúde, o esporte como lazer, você leva o esporte como qualidade de vida, são políticas que você estabelece dentro de um governo, para desenvolvimento dela, agora, a política partidária é necessária dentro do esporte ? É, como é necessária em todas as linhas que você trabalha, porque através da política você consegue o desenvolvimento, ou você tem aquele representante político que está mais junto com as cabeças que estão desenvolvendo e através da política você consegue alcançar aqueles objetivos as vezes que você tem intenção de desenvolver.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o entendimento ou o pensamento dos políticos em relação ao esporte ?

Vicente Piazza responde - Tudo depende da formação do político. Se o político tem uma formação voltada ao esporte ele entende o que é o esporte. Se o político tem uma formação

voltada à área da saúde, ele também entende o que é o esporte. O político as vezes ele que não tem uma formação voltada nessa área ele não reconhece o esporte como desenvolvimento, ele observa o esporte como política, como voto. Então, a partir do momento que o governante ou o político reconhece a importância do esporte como integração social, como saúde, como lazer, como qualidade de vida, ele passa a apoiar mais e dirigir mais recursos financeiros para o desenvolvimento do esporte.

Entrevistador pergunta - Com relação a oportunidades. O que poderíamos dizer sobre as diversas modalidades esportivas, as diferenças entre os mais diversos municípios e os interesses dos cidadãos em relação ao esporte e lazer?

Vicente Piazza responde - É, você primeiro Dilson, nós olharíamos o que é que o estado vem oferecendo. O estado vem oferecendo através de eventos os Jogos Abertos do Paraná, os Jogos da Juventude do Paraná, os Jogos Escolares do Paraná, que seriam os colegiais do Paraná, então, vem oferecendo capacitação, vem oferecendo o lazer nos projetos que são desenvolvidos, como Viva o Verão que é o projeto de Lazer e dentro desta linha que o estado vem desenvolvendo, o estado se engajam, como: o município se prepara para participar dos Jogos Abertos do Paraná, ou os Jogos da Juventude, ele vai formar suas equipes nas preferências da comunidade nas modalidades que são desenvolvidas. Você hoje você sabe muito bem que nós olhamos muito o desenvolvimento através do objetivo e do incentivo que as federações dão, e a partir daí nós temos um pecado muito grande a nível de organização esportiva brasileira, que as federações não estão preparadas para desenvolver o papel que elas vem desenvolvendo. A nível de estado do Paraná você tem uma ou outra federação organizada, o resto não está organizado, e isso complica muito o desporto federativo e as modalidades a serem desenvolvidas a nível de município. O município em si ele procura desenvolver aquilo que a comunidade gosta. Hoje você tem uma preferência que é o futebol, você tem uma segunda preferência que é o futebol de salão, e aí as demais modalidades, como o basquete, o vôlei, e outras que fazem parte das oficiais, são desenvolvidas no município, conforme a preferência da comunidade que lá existe. Você pode ter esportes radicais num ponto, você pode ter esportes náuticos dependendo do que a comunidade ou as situação ofereça, e dependendo da infra-estrutura que tem. Hoje o grande desenvolvimento esportivo a nível de municípios é dentro das preferências colhidas naquelas comunidades. Se houvesse uma participação das federações, ou uma melhor organização, nós teríamos um desenvolvimento muito melhor a nível de Paraná, falando, e isso aí eu posso estender até a nível de Brasil, nessa organização desportiva.

Entrevistador pergunta - As decisões municipais estão muito ligadas às decisões estaduais ?

Vicente Piazza responde - Primeiro você espera vir as políticas do estado pra você se adaptar, porque você não pode de maneira nenhuma, você trabalhar em sentido contrário. Se você trabalha em sentido contrário você vai acabar anulando. Então você espera as vezes as políticas do estado serem definidas, do governo que está, pra que você também a nível de secretaria, ou a nível de município, você desenvolva, e é o que acontece com a comunidade, na ponta, onde ela também se desenvolve, através do que é programado pelo próprio município, pra ela fazer, que senão vai acontecer que ela não tem continuidade nas ações.

Entrevistador pergunta - Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ?

Vicente Piazza responde - Olha Dilson, eu, olha, atualmente eu não tenho o que te dizer por que eu não estou participando do contexto é governamental. Eu não estou aqui, porque a nível de política de, de esporte, ela é definida através da Paraná Esporte e eu não sei hoje se foram reunidos os diversos setores, tal pra que se determinasse essas políticas. Eu vou te responder a nível da minha secretaria que é a Secretaria de Esportes de Foz do Iguaçu, aonde eu me reúno com os meus diretores e com os técnicos pra poder definir uma política, e essa política a partir do momento que for definida e você tiver a opinião de todos, ela é muito mais fácil desenvolvida porque há a compreensão e o entendimento de todos naquelas ações que as políticas determinaram a serem desenvolvidas.

Entrevistador pergunta - E com relação à prática de governo propriamente dito, na sua opinião, de maneira geral os dirigentes políticos tem conhecimento da “prática do governo” ? Quem chega sabe como fazer ?

Vicente Piazza responde - Olha, desde que você, eu vou fugir um pouco da tua pergunta em cima do esporte, eu vou dizer a nível de governo, em todos os setores, a partir do momento em que os governantes estão preparados para o desenvolvimento daquele cargo ou daquele setor em que ele vai assumir, é fácil ele desenvolver uma política. Agora, a partir do momento que você começa a colocar pessoas que não são do meio daquela secretaria ou daquela ação, ela se complica um pouco. Então, até que, ou ele se assessorar imediatamente de pessoas e técnicos capacitados pra aquela área, ou ele vai demorar um tempo até que ele aprenda como deve ser desenvolvido, como é desenvolvido e quais são os caminhos que deverão ser tomados para o seu desenvolvimento.

Entrevistador pergunta - E com relação as políticas de estado e os documentos formulados. Há sintonia ?

Vicente Piaba responde - Não, não há uma sintonia. Se eu falar nos dias de hoje, ou de uma época que a gente está dentro do meio, não há uma sintonia. O papel, aceita tudo. Então o papel às vezes é muito bonito, as metas são espetaculares, as ações previstas são muito boas, só que às vezes ela não acontece lá na ponta. Por quê ? Porque alguma coisa no meio não combina, como diz, posso programar, através das políticas, de realizar uma ação, só que daqui a pouco eu não tenho verba pra isso, então ela é bloqueada, a ação, porque lá no outro setor que deveria estar em conjunto à hora de formular essa política, por isso que nós falamos anteriormente que a política deveria ser formulada num todo, né, com todos os presentes juntos, então não acontece esse apoucamento, e desde que você quebre uma das pernas daquela proposta você não consegue fazer ela na totalidade.

Entrevistador pergunta - Sobre a organização dos municípios – OPEP etc.. ?

Vicente Piaba responde - Quanto a OPEP. A OPEP nasceu de um movimento da necessidade que vínhamos sentindo, e eu fiz parte dessa OPEP, vinha sentindo, nós dirigentes do Paraná, quanto a certas mudanças e condução do esporte a nível estadual. Nós enxergávamos na época que estávamos defasados em questões de regulamento, estávamos defasados em questões de ações, estávamos perdendo campo no esporte a nível governamental. Reunimos em Cascavel, quer dizer tivemos várias reuniões, mas a última reunião foi em Cascavel, aonde a OPEP transcreveu a “Carta de Cascavel”, aonde ela solicitava mudanças, solicitava uma série de tomadas de posição que vieram a culminar numa melhoria dessa organização esportiva a nível de Paraná. Dessa OPEP participavam o Joel de Loco, que era de Cascavel, o Ferreira que era de Ponta Grossa, eu que era de

Campo Mourão, o Carlinhos que era de Guarapuava, o, tinha União da Vitória junto, tinha o Paulo Muller de Foz do Iguaçu (nessa época eu estava em Campo Mourão), tinha o Ricardo Nami de Medianeira, então era um grupo de 10 ou 12 pessoas que se interessavam e montaram essa, essa..., essa organização que se chamou de OPEP né, porque nós a partir dessa carta nós então conseguimos nos impor perante os órgãos governamentais para que houvesse uma mudança a nível de estado.

Entrevistador pergunta - E porque que era OPEP o nome dela ?

Vicente Piaba responde - Porque você tinha, quem decidia no mundo as questões era a OPEP, que eram os Árabes do petróleo, então começaram a chamar de OPEP porque nós estávamos decidindo sobre as questões e as direções a serem tomadas no esporte do Paraná. E depois houve um tempo que não houve necessidade, um período bastante até grande que não se reuniam mais e continuou, e continuou a dar uma balançada novamente, foi quando nós sentimos a necessidade de criar uma associação de dirigentes esportivos, a ADEMP. A OPEP funcionou num período curto. Foi um período curto, foi um período mais ou menos quando foi criada a coordenação de Educação Física e Desportos da Secretaria de Cultura e do Esporte. Foi no governo, se eu não me engano, do Ney Braga, no último governo do saudoso Ney Braga, né, que inclusive o Renato Werneck foi o primeiro coordenador e depois foi o de Londrina, o Lélío e com o Lélío, nessa transição, que nós perdemos o departamento de Educação Física e Desportos do Paraná, que era da Secretaria de Educação e veio pra cá, e a partir desse momento a OPEP, que por solicitação da OPEP foi criado, no governo Alvaro Dias, que quando entrou, a Secretaria de Esportes e Turismo do Paraná, que o primeiro secretário foi o Gradai, né, então por aí você vê porque que houve esse movimento. Então nessa parada, depois que foram atendidas as reivindicações, então se parou um pouco com essa OPEP. A OPEP acabou. Houve também uma, uma troca de dirigentes, e tudo e ela se dissolveu. E agora, a dois anos atrás, três anos, antes dessa nova eleição foi criada a ADEMP, que ela surgiu primeiramente da reunião de gerenciamento realizada em Guaratuba, aonde os municípios escolheram 12 representantes que formaram a primeira Associação dos Dirigentes Esportivos do Paraná, todavia depois, na primeira reunião dela em Campo Mourão, foi eleita a primeira diretoria, o Getulinho Ferrari, que era de Campo Mourão foi eleito o presidente, eu tive a honra de ser escolhido como vice-presidente, e participando Maringá, participando também, é se você pegar ali por regiões, nós pegamos, região de Curitiba, era região de ... foi Campo Largo, não Campo Largo não foi São José dos Pinhais, e Ponta Grossa. Na região sudoeste foi Clevelândia e Pato Branco. Na região oeste foi Medianeira e Foz do Iguaçu. Na região central foi Pitanga e Campo Mourão. Na região do norte foi Umuarama e Maringá. E na região de Londrina foi Londrina e Arapongas. Foi o que formou a primeira OPEP, na, aliás a primeira ADEMP. Mas a ADEMP, o objetivo principal dela era pra ser um órgão de apoio às ações e às políticas que a própria Paraná Esporte deveria criar, só que, com a vinda de políticas e eleições, houve um desvio nas ações e por falta até de alguns dirigentes não serem da própria área, desviando das funções e dos objetivos para os quais ela foi criada, então, ela também acabou.

Entrevista com a agente profissional do Governo do Estado do Paraná/Paraná Esporte, Silvia Julia Motta Carvalho, em Curitiba, no dia 17 de maio de 2004.

Entrevistador pergunta - Quando se fala em política pública para o esporte e lazer, o que vem à sua cabeça ?

Silvia Julia responde - O que vem à minha cabeça é que o governo poderia de alguma forma ta investindo para as pessoas de todos os municípios terem lazer, terem o que é direito de cada cidadão.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o papel de um governo estadual em relação ao esporte e lazer ?

Silvia Julia responde - Eu acho que o governo tem responsabilidade, tem que pensar em esporte e lazer, porque afinal de contas é o cidadão que paga impostos, é o cidadão que trabalha, é ele que ta lá, e que vai devolver isso de alguma forma ao estado.

Entrevistador pergunta - Qual tem sido a participação governamental no desenvolvimento esportivo estadual ?

Silvia Julia responde - Como você mesmo perguntou, dos diferentes governos. É, cada governo que a gente nota, a gente que é funcionário público e que trabalha numa instituição ligada ao esporte, a gente percebe que cada governo muda completamente o modo de desenvolver o esporte no estado. Eu estou no governo desde 1987 e a cada governo a diferença é muito grande, e essa diferença às vezes pra melhor, às vezes pra pior.

Entrevistador pergunta - Você tem algum conhecimento sobre “de que maneira” são formuladas as políticas de governo ?

Silvia Julia responde - Não, eu não tenho, eu acho que as coisas vem muito de cima. Eu por exemplo trabalho na Paraná Esporte em Londrina, sou uma técnica desportiva de Londrina. Já fui a chefe do escritório regional durante 15 anos que era um projeto de estarmos juntos à comunidade. Um projeto de descentralizar as ações. Foi logo no primeiro governo que eu trabalhei. Em 1989 nós fomos pra lá. Realmente a idéia daquela diretoria, daquele secretário daquela época, do governo daquela época era esse – descentralizar as ações, fazer com que a gente estivesse mais perto dos municípios, entendesse mais o que cada município precisasse. Ao longo do tempo isso se transformou muito. Muitas vezes nós ficamos somente como escritório de entregar papel e receber papeis, tivemos outros governos que resgataram a primeira posição, que, numa época que foi muito importante, isso se desenvolveu muito, nós tínhamos reuniões periódicas, nós estávamos sempre, não só em Curitiba, mas em outros lugares, no interior, sempre os Centros Regionais, todos juntos, todas as pessoas que trabalhavam nos Centros Regionais, e isso realmente voltou a acontecer, o que eu não vejo acontecer agora. Agora volta a ser uma troca de papéis, só de informações através de papéis com os municípios.

Entrevistador pergunta - Há, na sua opinião a relação entre esporte e política ? Qual ?

Silvia Julia responde - Tudo tem a ver com política. Realmente a gente vive movido à política. Nós elegemos governadores, presidentes, deputados, e deveria ser um conjunto de pessoas trabalhando para que essas coisas viessem a acontecer em cada município, por que se não tiver política junto, não acontece.

Entrevistador pergunta - Qual é na sua opinião o pensamento dos políticos em relação ao esporte e lazer ?

Silvia Julia responde - Eu não sei responder pra você o que os políticos pensam a respeito de nada Adilson. Eu acho que os políticos pensam em votos. E eu acho que alguns que você até, que são envolvidos com o esporte antes serem políticos e você pensa que quando eles assumirem eles vão ter todo um trabalho envolvido pra aquela área, na hora que eles entram na política que eles tem um cargo, isso é muito diferente. Isso desde que eu estou trabalhando no governo, e mesmo antes de trabalhar no governo, trabalhava na iniciativa privada já envolvida com o esporte, já sentia isso. Quantas vezes a nossa classe elegia um político que era da Educação Física justamente pra ver o trabalho que ele iria fazer, e quando ele entrava lá ele só tava preocupado onde é que iria dar mais votos pra ele.

Entrevistador pergunta - Com relação a oportunidades, o que poderíamos dizer sobre as diversas modalidades esportivas, as diferenças entre os mais diversos municípios e os interesses dos cidadãos em relação ao esporte e lazer?

Silvia Julia responde - Eu acho que os municípios estão sempre muito interessados no que o governo ta dando a eles, oferecendo a eles. Todos os projetos que chegam na região em que eu trabalho, os municípios tem interesse total em desenvolver. É muito difícil um prefeito rejeitar algum projeto que venha do governo, e eu vejo que no final eles assumem a maioria de todos os papéis. O governo leva o projeto, o projeto começa a funcionar, e no fim quem abraça mesmo são os dirigentes municipais.

Entrevistador pergunta - Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ?

Silvia Julia responde - É a diferença entre funcionários de diferentes funções, eu acho que, no meu caso eu tenho um ótimo relacionamento com todo o administrativo e financeiro, eles estão sempre tentando nos ajudar, mas o funcionário esbarra em muita coisa que ele também não pode fazer. Eu acho que o crescimento do Centro Regional, algumas coisas que a gente conseguiu foi mesmo com a boa vontade de funcionários, aqueles funcionários que estão ali a tanto tempo e que ficam tentando nos ajudar, mas não é uma ajuda que a gente quer, a gente quer que funcione todo o sistema, o sistema deveria funcionar normalmente, não era o funcionário ter que se empenhar pra aquilo acontecer. Aquilo deveria acontecer normalmente. Eu acho que existe muita dificuldade, muita dificuldade, e aí acaba essa dificuldade acontecendo também entre os funcionários que trabalham.

Entrevistador pergunta - E, na sua opinião, por que isso acontece ?

Silvia Julia responde - A minha maneira de ver é falta de força política, falta de vontade política, que a gente sempre fala, o que que é essa vontade política, é o cara que ta sendo, é o diretor presidente que ta sendo, ta sendo o diretor de esporte, de lazer se empenhar muito mais, buscar, dizer é isso que eu quero, eu quero que isso aconteça nos municípios, e aí essa verba estar destinada a isso, é isso, é esse projeto que vai sair, é qual é o objetivo de existirem centros regionais, é descentralizar, então trabalhar para realmente descentralizar, pra que as coisas aconteçam lá, exista verba lá. Eu estou trabalhando num centro regional há 17 anos, não existe uma verba para o centro regional até hoje, então até hoje nós dependemos em tudo da sede, porque que isso acontece ? por que de alguma forma eles querem que a gente crie essa dependência, é só isso que passa nessa minha cabeça de uma professora de Educação Física.

Entrevistador pergunta - Como é, na sua opinião, a relação entre funcionários do governo, dirigentes e políticos ? Há uma disputa de poder ?

Silvia Julia responde - Cada governo eu vejo de uma maneira. Existiu governos em que eu não via essa disputa de poder, como eu falei, foi justamente na época em que melhoraram as ações dos escritórios regionais (eu falo mais pelos escritórios por que eu to lá a 17 anos) então eu não via essa disputa de poder, eu via as diretorias trabalhando juntas e tentando realmente melhorar o esporte do Paraná. Hoje não. Hoje é claro, existe disputa, tem horas que você não sabe quem é que manda, que é que não manda, a quem que você pede socorro, a quem que você é, quem é que ta mandando mais, você fala o que com quem, realmente existe e é muito claro, não é uma coisa que é escondida não, é clara, e talvez pros nossos olhos, talvez pra outras pessoas fique uma coisa mais escondida.

Entrevistador pergunta - Você tem algum conhecimento sobre “de que maneira” são formuladas as políticas de governo ? Há alguma relação entre o que se fala e o que se faz ?

Silvia Julia responde - Pra mim nenhuma, nenhuma. Eu que participei desde o início, da criação da Fundação de Esportes, da Secretaria Especial de Esportes, porque antes nós éramos ligados à Secretaria de Cultura, e nós participamos desde o início e vimos a elaboração dessa política, vimos a elaboração de um código, tivemos junto com as pessoas, ajudando, eu hoje olho a política e vejo que não tem relação nenhuma. Não sei nem se os novos dirigentes conhecem essa política, vi alguns outros dirigentes usando essa política, com ela debaixo do braço, mas sem sequer entender o que dizia aquela política, então eu acho que, se existe esse documento ainda, pelo menos pra mim ele existe no meu arquivo pessoal pra eu guardar de lembrança pro resto da minha vida, uma pretensão de um governo que a gente iniciou o trabalho nele, e que era aquilo que ele desejava.

Entrevistador pergunta - Das políticas de governo de estado que tem sido escritas, formuladas, implantadas e executadas, teria alguma consideração a fazer ?

Silvia Julia responde - Eu acho que a consideração é de uma esperança que algum dia volte a ter pessoas que realmente venham a trabalhar com o esporte do Paraná porque a gente se entristece a cada vez que a gente vê que as coisas estão mudando e voltando pra um lado pior, não melhorando, não evoluindo, como foi dessa vez que a gente teve diretores que, não sei se é vale a pena até falar os nomes, mas pessoas que realmente tavam ali pra trabalhar pra que as coisas melhorassem e era isso que eu gostaria que um dia acontecesse, que pessoas como, que tão ali a tanto tempo na Paraná Esporte, que a gente sabe da intenção, sabe que quer trabalhar pra isso, volte a acontecer isso um dia.